

Ruralidades



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 2: TRABALHO RURAL

UM OLHAR FEMININO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO

Olivia Alves de Almeida¹, UFGD; Patrícia Alves Ramiro², UFPB/UFGD
olivia_vicky@hotmail.com; patriciaar@cchla.ufpb.br
CAPES
GT2: "Trabalho rural"

A história de um assentamento rural de reforma agrária é marcada por diversos conflitos externos e internos. As relações sociais inter e intradomésticas das famílias que se unem em prol do objetivo comum do acesso a terra refletem no cotidiano da luta coletiva em processos de dominação que permeiam as práticas, materiais e simbólicas, de homens e mulheres. Por este motivo, o presente trabalho realiza uma abordagem da implantação do assentamento Gleba XV de Novembro através de um recorte de gênero. O assentamento foi o primeiro a ser implantado na região do Pontal do Paranapanema, área conhecida por diversos conflitos agrários no Estado de São Paulo e também o primeiro a ter uma associação de mulheres registrada e atuante, a OMUS II (Organização de Mulheres Assentadas do Setor II da Gleba XV de Novembro). A interpretação da história da luta pela terra sob a ótica das mulheres se faz relevante, pois pouco tem-se dedicado à compreensão do papel que as mesmas tiveram para a organização social e política daquele espaço social. A história oral é, portanto, o método privilegiado por nos permitir que, através de entrevistas gravadas, algumas destas mulheres do assentamento narrem suas trajetórias e, desta maneira, tenhamos suas percepções acerca dos papéis desempenhados pelos diferentes atores sociais durante o período do acampamento e após a conquistada a terra até a formação da associação de mulheres. Em outras palavras, apresentaremos quais os significados da luta e do acesso à terra para essas mulheres assentadas, ou seja, um olhar feminino sobre a reforma agrária.

Introdução

A história de um assentamento rural de reforma agrária é marcada por diversos conflitos externos e internos. As relações sociais inter e intradomésticas das famílias que se unem em prol do objetivo comum do acesso a terra refletem no cotidiano da luta coletiva em processos de dominação que permeiam as práticas, materiais e simbólicas,

¹ Olivia Alves de Almeida faz mestrado em Sociologia na UFGD (bolsista CAPES). Possui graduação em Turismo pela UNESP (2012). Foi bolsista de IC/FAPESP (2012).

² Pós doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) no Centre de Sociologie Européenne. Graduação (1997) e mestrado em Ciências Sociais (2001). Doutora em Sociologia pela UFSCar (2008). Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFPB e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD.

de homens e mulheres. Desta forma, é relevante compreender o histórico destas relações dentro do processo de luta e conquista da terra, o que se pretende apresentar no presente trabalho através do recorte de gênero no caso da Gleba XV de Novembro.

O surgimento dos assentamentos rurais é, geralmente, marcado por um conflito por terras, permeado por momentos de ocupação de terras, períodos de acampamento na beira da estrada vivendo sob barracos de lona e muitas dificuldades. A conquista da terra representa o surgimento de um novo espaço-tempo, permeado por representações advindas das experiências passadas, por tentativas de viabilizar projetos familiares distintos dentro do mesmo espaço, e por exigências vindas do Estado e da sociedade para que estes sejam espaços produtivos que atuem conforme a lógica capitalista. Assim, fica claro que o contexto de assentamentos rurais é complexo, principalmente por envolver diferentes atores, relações e processos sociais.

O assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Rosana, foi escolhido por ser o primeiro assentamento da região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, marcada por intensos conflitos agrários entre movimentos sociais de luta pela terra e latifundiários. O contexto era de grilagem de terras, desmatamento de áreas verdes, grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas e dificuldade de acesso a terra pelos camponeses. A cidade de Rosana, já na divisa com os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, acabou ficando isolada devido a não chegada da estrada de ferro.

Neste contexto, foi em 1983 que iniciou-se o movimento social que resultaria no assentamento Gleba XV de Novembro. O movimento reuniu pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e das hidroelétricas da região para dar início à luta pela terra. Neste mesmo ano, foram ocupadas as fazendas Rosanela e Tucano, no município vizinho, Euclides da Cunha Paulista, no dia 15 de novembro, marco para os participantes. Já no dia 23 do mesmo mês, as famílias foram expulsas dessas terras, e formaram os acampamentos XV e XVI de novembro, às margens da rodovia SP-613. Apenas em março de 1984, uma área foi desapropriada, assentando 446 famílias dos acampamentos XV e XVI de novembro, pelo então chamado “Projeto de valorização do Pontal gleba XV de Novembro”. Em 1986, a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) realizou o Reassentamento Rosana, como medida de ressarcimento dos impactos das barragens, mas na realidade se preocupando em equilibrar o conflito no assentamento gleba XV de Novembro, devido

ao fato de a área desapropriada não ter sido suficiente para as famílias que lutavam naquele contexto (BORGES, 2010).

Para conhecer e entender as relações sociais que permearam todo este processo conflitante e complexo, utilizamos o método de história oral, realizando entrevistas com uso de gravador com mulheres que atuaram em diferentes períodos, do acampamento ao assentamento. Esta é uma tentativa de obter uma perspectiva diferenciada dos acontecimentos, já que sabe-se que a questão de gênero influencia no entendimento e vivência das situações e que a mulher nem sempre é ouvida quando se pretende contar a história de um local. Por este motivo, acredita-se contribuir com este trabalho para a divulgação de um olhar feminino sobre a reforma agrária.

Reforma agrária e assentamentos rurais: desenvolvimento do novo espaço-tempo

Considerando o histórico da questão de terras brasileira que gerou a concentração fundiária que ainda hoje marca o meio rural do país, a reforma agrária se mostra de extrema importância no sentido de redefinir a situação do campo a partir da distribuição de terras de forma menos desigual.

No Brasil, apenas no final da década de 50 e início da década de 60, é que começam a se configurar as políticas fundiárias como uma resposta às pressões dos movimentos sociais no campo. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p.12), “é nessa época que o termo “assentamento” começa a ser utilizado, justamente quando a população do meio rural estava sendo praticamente expulsa em larga escala para os centros urbanos”.

Mesmo com a efetivação da reforma agrária e a criação de assentamentos rurais que abrigam milhares de famílias, o agronegócio - que detém a maior área de terras, produz menos alimentos e concentra a terra nas mãos de poucos - ainda prevalece sobre a agricultura familiar, o que pode nos fazer questionar a viabilidade da reforma agrária. Entretanto, Graziano da Silva (2001) fala da inviabilidade da reforma agrária como um mito, pois a agricultura, que vem perdendo forças, já não é a única alternativa de geração de renda no meio rural. A questão, portanto, é pensar a reforma agrária considerando as novas atividades e características desse meio rural que se encontra em transformação.

Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento da reforma agrária está na criação de políticas públicas apropriadas para o campo, pois, geralmente, estas vêm carregadas de

elementos de modernização, profissionalização e exigências de produtividade, que nem sempre são adequadas às realidades dos agricultores familiares e principalmente assentados rurais (CARNEIRO, 2000).

Os assentamentos rurais são espaços ainda mais complexos, especialmente se pensarmos para além do aspecto produtivo, considerando também as relações sociais ali existentes. Nas palavras de Farias (2008, p. 151):

[...] não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes diversos atores e projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e do próprio Estado. Esses sujeitos procuram organizar as relações internas de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável a um número maior de pessoas: o acesso à terra e, conseqüentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

Desta forma, apesar do objetivo comum de acesso à terra e qualidade de vida dos assentados, o assentamento envolve atores e projetos de vida diferentes, que trazem consigo histórias de vida diferentes e que propõem e promovem estratégias familiares diferentes, podendo gerar conflitos, mas também solidariedades. Assim, temos o assentamento como temporalidade dinâmica, ou seja, espaço-tempo que inclui subjetividades e projetos familiares diferenciados que se cruzam e se conflitam cotidianamente, não permitindo, portanto, uma visão linear ou modelos únicos e homogêneos para seu entendimento (FARIAS, 2008). Em resumo, “os assentamentos rurais significam, então, um período novo, porém difícil na vida das famílias, que vivem entre o encantamento e o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que está por vir [...]” (FARIAS, 2008, p. 152).

Reunindo a diversidade de histórias e projetos com a dificuldade de se adequar ao modelo economicista do Estado e a inadequação das políticas públicas à realidade dos assentamentos, os conflitos se mostram inevitáveis. As famílias são avaliadas como “atrasadas”, mas suas trajetórias de vida não são consideradas. A relação com a terra está relacionada ao sentido de plantar e viver, diferente do sentido econômico dado pelo Estado e também pela sociedade. O saber-fazer advindo das experiências anteriores dos assentados deve dar lugar à lógica capitalista de modernidade, mercado e produtividade. Enfim, são diversas as controvérsias presentes nesse espaço-tempo (FARIAS, 2008).

Todas essas questões vêm à tona quando as famílias articulam seus projetos de vida no assentamento. Ao mesmo tempo que buscam elementos do passado – referências, memória, experiências – são condicionados pela vida presente – realidade do assentamento, mudança de vida, cotidiano, sonhos, sofrimento – e também carregam representações, formas de entender o mundo e o contexto em que se encontram. Farias (2008) fala num processo de reenraizamento, já que grande parte dessas pessoas passou por um momento de expropriação do campo, indo para uma realidade urbana de pobreza extrema e tendo no assentamento um momento de retorno às raízes.

Ramiro (2008) afirma que a opção de permanecer nos assentamentos rurais é, atualmente, resultado mais de uma desvalorização da cidade que de uma efetiva valorização do campo. Com essa afirmação, a autora mostra que, embora os assentados considerem que a vida no campo é, ainda hoje, difícil, pensar na vida que se levava na cidade traz lembranças de uma situação de mais dificuldades e privações. Assim, nas histórias de vida das famílias assentadas, embora ainda falte renda suficiente para atendimento das necessidades atuais do meio rural, a vida no assentamento é, em geral, melhor do que antes.

Estando, então, na terra, com a oportunidade de viver o “sonho”, a questão que se coloca em meio a todas essas continuidades, descontinuidades e possibilidades é a definição produtiva. Segundo Farias (2008) as mulheres são protagonistas nesse processo:

Elas procuram criar mecanismos de discussão e de participação para definirem alternativas de produção com características coletivas e solidárias, imprimindo novas conotações nas relações de trabalho, criando mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural. (FARIAS, 2008, p. 162)

Deste modo, a partir da compreensão das formas materiais e ideais que compõem o cotidiano da multiplicidade de atores e heterogeneidade de projetos de vida que caracterizam a categoria, ainda recente, de assentados rurais, buscamos compreender as relações sociais que permeiam este contexto a partir das trajetórias de mulheres assentadas da Gleba XV de Novembro.

Relações de gênero e as mulheres assentadas

Dentre as inúmeras relações sociais existentes no âmbito dos assentamentos rurais, podemos destacar a vertente das relações de gênero, ligada à determinação de papéis sociais, de espaços adequados aos sexos, entre outros. Para Scott (1990, p. 14): “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder”.

Os caminhos dessas relações estão diretamente relacionados ao desenho da sociedade em que ocorrem. Logo, concordamos com Tedeschi (2009, p. 149) quando afirma que “numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida.”.

Dentro desta hierarquia, são determinados os espaços de homens e mulheres, onde estes exercem seus poderes de formas diferentes. O poder masculino está ligado à esfera pública: “São os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras” (TEDESCHI, 2009, p. 144), enquanto o poder feminino se dá na esfera privada: “As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujo significado desses poderes esteve associado aos seus atributos biológicos” (TEDESCHI, 2009, p. 146). Essas delimitações não são fisicamente rígidas, portanto, permitem que as relações de poder ocorram em âmbitos intra e interdomésticos, afetando relações familiares, comerciais, políticas, entre outras.

Whitaker (1988) fala em arquétipos de gênero, que delimitam o espaço e a atuação de mulheres e homens. Para a autora, “[...] o “homem caçador”, musculoso, correndo pela floresta em busca de caça e de frutos para a “fêmea frágil” que dentro da caverna, cuida do filhote” (WHITAKER, 1988, p. 15). A reprodução destes arquétipos se dá através de uma construção que se inicia ainda na infância e se desenvolve através da educação. Construção esta que, nada mais é do que a reprodução dessa estrutural social de desigualdade entre os sexos, na qual as crianças já se encontram inseridas desde cedo.

Tedeschi (2009) também corrobora o entendimento neste sentido quando afirma que a naturalização da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero é legitimada

pelo “imaginário social” e relacionada à formação cultural de homens e mulheres às representações que são feitas acerca do masculino e feminino:

[...] através dos imaginários, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais, exprimem e impõem crenças, regras de conduta, constroem códigos de comportamento, produzindo representações de si próprias, nas quais as pessoas encontram um lugar, uma identidade e uma razão de ser. (TEDESCHI, 2009, p. 155)

Na sociedade camponesa a maioria das mulheres aceitava as circunstâncias - impostas pela força das representações - produzindo, assim, uma legitimidade social da dominação, o que evidencia o poder simbólico do patriarcado. Com o desenvolvimento da sociedade industrial, ocorre a redefinição das relações sociais entre as classes e também das relações de gênero: com o capitalismo industrial, produtivas são apenas as relações exercidas no mundo do trabalho assalariado, logo, o trabalho doméstico da mulher não é reconhecido como trabalho e não recebe prestígio social (TEDESCHI, 2009).

Nesta lógica – vigente no meio rural atualmente – o homem rural (pequeno agricultor, “pai de família”) é o responsável pelo sustento da casa, consumo familiar e produção na roça. A mulher realiza o trabalho doméstico e quando atua na produção do lote, tem seu trabalho reduzido apenas à ajuda. Deste modo, as mulheres executam uma dupla jornada de trabalho que não é reconhecida e, geralmente, continuam participando pouco das tomadas de decisão no âmbito familiar. Essa disparidade remete ao tema da invisibilidade do trabalho feminino, levantado há tempos pelo discurso feminista e ainda uma questão presente nas relações sociais, dentro e fora do espaço rural (Cf. MELO, DI SABBATO, 2006; RUA, ABRAMOVAY, 2000; SILVA, VALENTE, 2013).

Neste sentido, concordamos que “[...] o lugar da mulher na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta” (SCOTT, 1990, p. 14). O sentido que estas atividades vêm adquirindo segue o modelo de estrutura social que distingue gêneros e se utiliza dessa diferenciação para determinar uma série de limitações.

Entretanto, mesmo com uma estrutura social que reproduz a todo momento as regras, comportamentos e identidades que legitimam a desigualdade entre os sexos, existem formas que fogem a estes parâmetros:

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agente humano, como esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com a linguagem – linguagem conceitual que por sua vez põe limites e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretação, de jogo de invenção metafórica e de imaginação. (SCOTT, 1990, p. 14)

São nessas possibilidades de negação, resistência e reinterpretação que surgem transformações na sociedade, ainda que, a princípio, em âmbitos restritos. A mulher rural é um importante exemplo nesse sentido, afinal, nalguns casos, ela rompe com as estruturas estabelecidas por meio de “micropoderes” que exerce nas práticas sociais e individuais. O poder da mulher na família, muitas vezes, permite deslocar ou subverter a relação de dominação, e o poder da mulher na esfera pública ocorre através de mecanismos informais e a partir de suas potencialidades obtém conquistas (TEDESCHI, 2009).

As associações de mulheres são o principal exemplo de mecanismo a partir das potencialidades: as mulheres se reúnem e se organizam de acordo com seu conhecimento para buscar seus objetivos, que vão desde melhorias na situação do assentamento em geral (saúde, educação, transporte) até a produção de gêneros alimentícios como fonte de renda extra para a família. Segundo Van Der Schaaf (2003):

[...] as mulheres são individualmente invisíveis, é preciso, pois, uma organização coletiva. A organização, então, é pré-condição para se superar a situação e fazer justiça. E, também, uma expressão do desejo da igualdade com o homem, que tem o direito de se organizar (VAN DER SCHAAF, 2003, p. 419).

Através das associações, muitas vezes as mulheres conquistam objetivos e promovem mudanças que atingem a percepção delas sobre a realidade ao redor e sobre seus direitos: “Assim, os direitos se estendem à esfera da autonomia pessoal, e a mulher se insurge contra condições que são opressivas e restritivas” (VAN DER SCHAAF, 2003, p. 436). Para Tedeschi (2009, p. 168):

São as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural. [...] as mulheres, quando se tornam dominantes, afirmam a própria superioridade por sua complexidade, por sua capacidade de resolver diversas tarefas ao mesmo tempo. As evidências caminham no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural [...].

Assim, apresentamos a seguir um exemplo concreto das relações sociais e das mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero, bem como as maneiras que as associações têm colaborado para essas conquistas e transformações.

As mulheres na Gleba XV de Novembro: processo histórico e relações em transformação

Para pensar as trajetórias das mulheres assentadas da Gleba XV de Novembro e as relações sociais nos diferentes períodos da história do local, destacamos os seguintes momentos na história das mulheres e do assentamento: o período anterior à luta pela terra; o período de acampamento; o período de transição entre acampamento e assentamento, chamado por elas de “alqueire e meio” (em referência à medida do espaço); o início do assentamento e as lutas por melhorias que culminaram na criação da Organização das Mulheres do Setor II (OMUS II).

Partindo dessa divisão temporal foi possível obter um panorama da situação em cada um dos períodos, puxando através da memória destas mulheres as lembranças de como eram o cotidiano, as atividades e as relações em cada um dos períodos, a fim de observar as mudanças que ocorreram com o passar do tempo. Esses momentos, apesar de distintos, fazem parte de uma trajetória, como partes de um todo. Conforme explica Bourdieu (2007):

Logo, sob pena de deixar escapar tudo o que define concretamente a experiência da posição como etapa de uma ascensão ou de um descenso, como promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pela diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva. Em consequência, podemos distinguir *propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e propriedades ligadas ao futuro da posição*. (BOURDIEU, 2007, p. 8, grifo do autor)

Já que “o ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*.” (BOURDIEU, 2007, p. 07, grifo do autor), acredita-se que é possível trabalhar momentos específicos sem deixar de considerar o todo em que se inserem e o sentido que seguem.

Para uma compreensão mais aprofundada, além de trabalhar com situações determinadas num certo período, as relações sociais foram também pensadas com relação aos diferentes espaços, dentro da ideia apontada por Bourdieu de que:

Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de *espaço*, conjunto de posições distintas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre*; [...].” (BOURDIEU, 1996, p. 18-19)

Acredita-se, portanto, na importância da pesquisa como uma possibilidade de tomar conhecimento de uma versão diferenciada dos acontecimentos – a visão da mulher sobre sua própria trajetória e sobre o desenvolvimento do assentamento – e de, assim, ouvir a voz de atores sociais muitas vezes excluídos dos âmbitos públicos de atuação e da história tida como “oficial”.

De acordo com entrevistas realizadas em 2012³ e 2015⁴, podemos afirmar que a maioria das assentadas entrevistadas teve um histórico familiar ligado ao trabalho na terra, mas geralmente em fazendas, sob o regime de arrendamento, o que não era considerado bom pelas depoentes. Conforme retrata o depoimento de Maria de Jesus:

Não, é, antes nós tocava roça assim de arrendatário num sabe, pegava roça, terra dos fazendeiro, prantava arrendando, aí no final do ano a gente pagava renda pros fazendeiro [...] aí a gente pagava renda né, no final do ano, sofremo, sofremo, sofremo esse tempo todo, e zuano pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá e fazia colheita de café e fazia colheita de algodão trabalhando de volante assim no canto e no outro, aí levemo a vida né [...].(Maria de Jesus, assentada do setor 2, 2012)

Fica evidente a consciência da injustiça do desenvolvimento capitalista no campo tão bem tratado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), através do qual numa aparente contradição, os fazendeiros conseguiam, através do estímulo e mesmo criação de oportunidade ao trabalho não-assalariado, produzir capital para si mesmo. No caso da depoente era através do pagamento em dinheiro que se pagava a “renda para o fazendeiro” depois do colheita. Cabe destacar que esses plantios eram, na realidade, formas do fazendeiro de garantir a melhoria da qualidade de solos desgastados sem precisar pagar por mão-de-obra e, além disso, recebiam a *renda* dos agricultores arrendatários.

E, findo o arrendamento, o agricultor era obrigado a devolver as terras, agora com solo renovado, ao fazendeiro que podia, mais uma vez, produzir capital na mesma

³ Entrevistas realizadas por Olivia Alves de Almeida para a pesquisa de iniciação científica (bolsista FAPESP) “Estratégias não-agrícolas de geração de renda nos assentamentos rurais de Rosana-SP”, sob orientação de Patrícia Alves Ramiro, que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso “Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro”, defendido em 2012 junto ao Curso de Turismo da UNESP.

⁴ Entrevistas realizadas para contribuir na construção de Dissertação de Mestrado em Sociologia de Olivia Alves de Almeida (PPGS/UFGD - 2015).

através de pecuária ou monocultura. Cabia, como mostra a fala de Maria de Jesus, ficar “zuano pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá”, sem estabilidade de lugar para plantar e, conseqüentemente, sem nenhuma segurança financeira.

Nessas lembranças do tempo em que trabalhavam nas terras de outros, surgem nos depoimentos visões diferentes conforme o que é lembrado. Enquanto Maria Lúcia também reforça a dificuldade de viver sem acesso à terra constante, Edvalda recorda das amizades que fazia durante os dias de calor e colheita.

Ah, naquela época a gente tinha muita tristeza, a gente passava muita necessidade, né, naquela época. Porque quando a gente tava assim, se levantando um pouquinho, aí tinha que largar o arrendamento, procurar outras fazenda pra poder ir, né? Totalmente diferente, né? Da realidade daqui. (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2012)

Óia, na realidade, eu tenho dos dois lados... Tenho o lado bom que é o lado assim, o lado mais ruim que tinha é na época do frio e chuva, que não era bom trabalhá debaixo de chuva e frio não... Mas quando era na época do calor é gostoso, que é onde a gente se reunia com as amiga, trabalhava todo mundo feliz, é um trabalho feliz e sofrido ao mesmo tempo. (Edvalda, assentada do setor 2, 2012)

O surgimento do acampamento que viria a dar origem à Gleba XV de Novembro foi um movimento majoritariamente masculino pelo que indicam as entrevistas, porém com o destaque para a liderança feminina de D. Raquel:

No primeiro dia só foi eu e Dona Gerci de mulher, o resto era tudo homem. Aí veio o exercito né, pra nos tirar dali. Acabou nos deixando na beira do asfalto né, o exercito ficou uma semana, depois foram embora. Nós continuamo. Aí começou a vim as família mas já vinha as família, vinha mulher, marido, filho, criança pequeno tudo, era um tumulto de gente. (Raquel, ex-assentada do setor 1, 2015)

É interessante notar essa marca comum entre os assentados que está na vinda do homem/esposo na frente, para verificar a situação antes de trazer toda a família. Esse fato aparece também na história de Maria José:

[...] chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e fiquemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente. Num foi assim, é uma colega minha chegou lá em São Paulo né, aí ela falou assim pra mim: “ah você sempre gostou de morar na... morar na roça, porque que cê num vai, lá tá tão bom lá, o município de Euclides, entre Euclides e Teodoro Sampaio”, aí eu falei: “mas é verdade?”. Ela falou: “é, eles tão lá numa, numa invasão de terra que diz que futuramente o governo vai repartir essa terra pro pessoal, né”. E eu fiquei na dúvida né, será que é verdade? Ai, será que compensa ir lá e gastar dinheiro com passagem pra ver. Meu marido decidiu e veio né, aí chegou aqui era verdade, aí ele voltou pra São Paulo, aí tinha um colega dele, ele marcou lá um lugar do barraco né, aí falou pro colega: “toma de conta desse

lugar aqui que eu vou lá em São Paulo, daqui uns trinta dia eu volto e venho com a família”, aí de fato aconteceu com trinta dia nós vinhemo[...] (Maria José, assentada do setor 2, 2012)

Isso corrobora a ideia do arquétipo masculino do “homem caçador” apresentado por Whitaker (1988), e indica que é do homem o papel de desbravador, enquanto a mulher tradicionalmente fica com a responsabilidade do cuidado dos filhos em casa.

Em contraponto, vimos que nos conflitos diretos a mulher tem papel importante na proteção aos homens, pois sendo consideradas no imaginário coletivo como “mais frágeis” são colocadas na linha de frente para evitar ataques diretos:

Participava de tudo de tudo, reunião, quebra pau, tudo. Tudo eu tava no meio. Porque tinha que ir fazer a frente as mulher e as criança, porque se fosse só os homem eles acabava [faz gesto com as mãos que indica que acabava matando, ferindo] quantos companheiro nosso num morreu, né? Que ia fazer a frente... E a gente se jogava na frente dos marido, dos pais, dos filho, era complicado o negócio... (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2015)

Fragilidade que se transforma em coragem e mostra a relevância e o papel fundamental destas mulheres na luta pela terra. Capazes de *se jogarem na frente dos maridos, dos filhos e dos pais* para protegê-los de uma ameaça real que era a violência dos conflitos, são elas que conseguiam, muitas vezes, garantir um fim mais pacífico aos confrontos.

Também com relação ao período de acampamento, a primeira reação das mulheres é relembrar as tristezas e dificuldades deste período. Inclusive uma das mulheres que seria entrevistada não quis participar da entrevista quando foi dito que relembraríamos os diferentes períodos, dentre eles o acampamento. Disse à pesquisadora que preferia não falar por ser um período de imenso sofrimento, o qual preferia não lembrar. A falta de comida, de água e de condições dignas de vida são características citadas nos depoimentos de diversas mulheres.

Ah, foi meio sofrido... foi bem sofrido, porque primeiro nós foi pra beira da pista né, aí ficamo lá, debaixo do barraco de lona, fiquemo acho que foi oito mês, oito mês, na beira da pista, aí sofreno, quando aparecia uma coisinha era uma xirquinha de coisa pra cada família num sabe, que era bastante família, então eles davam uma xirquinha, num era no copo não, era uma xirquinha assim de feijão, uma xirquinha de farinha, de arroz, pra cada família, ali ninguém podia sair pra trabalhar fora, ninguém podia sair pra nada, tinha que ficar sofrendo ali dentro... [...] (Maria de Jesus, assentada do setor 2, 2012)

Muito triste, muito triste. Eu só vivia segurada na mão dos meus três filho e outra barriga que era minha menina que tem 31 ano agora, que nasceu na greba, 31 ano, ela nasceu em 84 e a gente acampou em 83, e eu vivia o tempo, e fome, muita fome passamo, muita necessidade, muito frio, foi difícil... foi muito difícil, e depois que a gente pegou o lote a

mesma coisa, continuou a dificuldade a mesma coisa porque tudo era difícil né... (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2015)

A segunda fala, de Maria Lúcia, já indica que a transição para o lote não garantiu, inicialmente, uma melhoria na situação das pessoas, “*continuou a dificuldade a mesma coisa porque tudo era difícil*”, sabe-se que essa dificuldade está relacionada principalmente às condições de tirar da terra o sustento da família sem os equipamentos e insumos necessários para tal. É por isso que é tão importante pensar a reforma agrária aliada a políticas públicas que deem estas condições para a exploração da terra como local não apenas de moradia, mas de trabalho e reprodução social e econômica. No caso da Gleba XV, ainda não havia as políticas públicas que existem hoje de apoio ao período de implantação de assentamentos, tais como crédito habitação, auxílio para alimentação e PRONAF. Por serem pioneiros na conquista da terra, as dificuldades foram maiores do que seriam se fosse hoje, ainda que permaneça sendo uma nova luta pós conquista da terra.

Após o período de acampamento, temos um período que os assentados chamam de “alqueire e meio”, referência dada à metragem do pedaço de terra que cada um recebeu para ficar provisoriamente. Nesse espaço já era possível iniciar uma plantação, que foi o que todos afirmam ter feito logo que entraram no local:

Aí tinha, aí continuou dando comida, pouco, e a gente começou a plantar, aí nós começou a plantar, plantava mandioca, milho, feijão de corda, é... abóbora, batata doce, de tudo a gente plantava, tinha frango... (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2015)

Maria Lúcia explica que nessa época ela e o marido tocavam a roça, e como ela também tinha que cuidar das crianças, tinha que “dar um jeito”, o que significava combinar o trabalho na roça com os cuidados com os filhos ainda pequenos:

Fazia... fazia tudo. Deus dava um jeito. Aí que que eu fazia, aí eu levava minha menina pra debaixo de um pé de arvore, essa de 6 meses e largava essa outra que tinha 3 anos e o meu menino mais velho que tinha já 5 anos tomava de conta da pequena e eu ia trabalhar, eu trabalhava o dia todinho, aí quando era noite... aí tinha um poço, só um poço de 50 metros parece o poço, pra gente tirar água, aí eu levava eles... tudo quando eu ia era com meu filho no colo, eu ia colher algodão eu pnhava num... cê sabe como é que colhe algodão? Amarra um saco assim e puxa e pnhava ela pra dormir aqui ó [indica a parte de trás do saco] aí dava de mamar, era assim, dei de mamar 3 ano, pra onde eu ia eu levava, não abandonava minhas criança... tinha um medo de chegar e tá morto... ai... mas foi difícil. Mas vencemo, né? (Maria Lúcia, assentada do setor 2, 2015)

Podemos visualizar como a mulher fica sobrecarregada ao acumular tarefas, tendo uma dupla jornada de trabalho que envolve o trabalho da roça (remunerado, mas geralmente tido apenas como “ajuda” ao marido) e os cuidados com os filhos e a casa (sem remuneração e sem prestígio social). Mas a transformação da terra do latifúndio em *alqueires e meio* plantados significava o resultado da passagem da terra de negócio para terra de trabalho, capaz de alimentar aos membros da família. Estas ideias distintas são apresentadas por José de Souza Martins (1980) e evidenciam as diferentes formas de apropriação da terra:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. (MARTINS, 1980, p. 60, grifo do autor)

Na passagem do *alqueire e meio* para o assentamento, algumas mulheres contam que foi maior a participação do esposo. A exceção foi o depoimento de D. Raquel, que conta que foi direta sua participação neste momento da trajetória:

R: Quem assentou mesmo o povo na real foi eu. Dia 9 de setembro de 85, 11 horas da noite, a CESP me perseguiu, coisa e tal, me ameaçou [...] durou um mês, dois meses, três meses, muito tumulto, muita polícia, nossa [...]

[...]

R: Eu fui muito briguenta, se já te falaram eu vou confirmar, fui muito briguenta pelo meu povo, pelo pedaço de terra, brigava feio, eu brigava até com governador, briguei até com o Franco Montoro.

O: E valeu a pena?

R: Oxe! Ele tirou da gaveta tirou um papelzinho amarelo desse tamaninho assim [indicou com as mãos o tamanho pequeno], a reforma agrária, que tava engavetada a mais de 20 anos. (Raquel, ex-assentada do setor 1, 2015)

O então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, aparece em outras entrevistas como uma “pessoa muito boa”, pois mandava comida e auxiliava as famílias quando estavam em situação de acampamento. Também há um intenso sentimento de gratidão nas falas das assentadas, possivelmente por ter se dado em seu governo a criação da Gleba XV de Novembro. É interessante observar na fala de Raquel a referência simbólica da reforma agrária como um “papelzinho amarelo” que estava numa gaveta há tantos anos e o sentimento de que sua presença frente à ele, o fizesse tomar uma decisão tão importante à época.

Mesmo após a conquista da terra, as dificuldades ainda permeavam o cotidiano das famílias e fizeram com que despertassem, principalmente nas mulheres, a necessidade e vontade de lutar por melhorias. Isso corrobora o que afirma Farias (2008) sobre a criação de mecanismos de discussão e participação, não apenas para definir alternativas de produção como aponta a autora, mas também como meio de trazer à tona outras necessidades e formas de tentar supri-las atuando coletivamente. Os depoimentos de Maria José, sobre o início da organização, e de Nice, sobre os benefícios de trabalhar em grupo evidenciam algumas destas questões:

Bom, esse negócio, a história da OMUS ali foi uma luta, a gente tava lutando por, por uma vida melhor, por uma vida mais justa, é... começou logo no início quando nós chegamos aqui, era, a gente num tinha um centro de saúde aqui [...] então a gente tinha que se deslocar daqui, com criança pequena às vezes né, pra pegar o leite, pra consultar, pra tomar vacina [...] aí começou a luta, por coisa melhor pra nós porque era uma barbaridade né, ninguém tinha direito a nada [...] (Maria José, assenta do setor 2, 2012).

Eu acho assim quando você passa... você tem sua necessidade, cê sozinha pra conseguir alguma coisa é difícil, mas quando junta né, aí... é mais fácil pra conquistar então eu acho assim, a vantagem de ser associado e participar é a união, lutar pra pra conquistar alguma coisa, hoje a pessoa sozinha pra conquistar alguma coisa é muito difícil (Nice, assentada do setor 2, 2012).

Em entrevista cedida em 2006⁵, D. Nice (assentada do setor 2, precursora da associação e hoje presidente da OMUS II), contou um pouco sobre o início da associação:

Nice: O grupo surgiu porque no início a gente tinha muita necessidade e precisava organizar, se unir, pra conquistar as coisas... foi aí que surgiu o grupo da OMUS.

[...]

Nice: É... no começo tinha muita dificuldade aí saía chamando as companheiras pra ir pra luta.

Patrícia: Que dificuldades eram essas?

N: Água, saúde... era as maiores dificuldades no começo.

P: Quantas mulheres conseguiu juntar? Onde foi essa primeira reunião?

N: 37, debaixo de um pé de manga.

[...]

⁵ Entrevista realizada por Patrícia Alves Ramiro na residência de Dona Nice.

P: 37 mulheres? Aí o que você falou pra elas? Tenta lembrar o que você falava...

N: No início era mais da água, a gente tava com problema de água, aí a gente ia, corria atrás dos prefeito pra pode ter a água.

[...]

N: Conseguimo... conseguimos a água, conseguimos o posto de saúde que não funcionava. Então na época o prefeito falava assim que ia centralizar, e nós fizemos uma guerra que era aqui na Santa Marina, que era metade da greba, aí foi pichado o posto de saúde aqui... aí... depois tivemos a luta pela... o barracão... o barracão não...pela escola, pelo muro da escola que... tava quase igual agora... aí conseguimos. Depois chegou a assistência social que queria trabalhar com a gente daí a gente começou a pensar mais alto, aí veio a ideia de forma a OMUS, a organização das muié.

Segundo D. Nice, as primeiras movimentações ocorreram em 1985, com a luta pela água, mas apenas em 1987, com a chegada da assistência social é que começou a se pensar numa associação mais organizada. A associação foi registrada em 1990, mas somente em 2000 obtiveram o CNPJ.

No meio deste processo, a OMUS II conseguiu um lote para a associação, onde agora desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas. Maria José contou um pouco sobre o processo para conseguir este lote e Nice fala da inserção de jovens mulheres no grupo:

[...] descobrimos que o lote tava desocupado, o dono do lote era um membro do MST, tava aí pelo mundo afora aí né, a família também tava pra lá com ele, tá abandonado o lote, aí Nice falou pra nós “mulheres, o lote tá desocupado lá, vamos ocupar”, vamos, aí fomos umas quatro ou foi cinco e fomos lá, quando o camarada soube da notícia lá onde ele estava ele baixou aqui, chegou aqui falou “ai mas cês num...” não, nós invadimos porque, segundo o que nós sabemos cê tava querendo vender pra outras pessoas né, que não tinha o direito de ficar aqui na terra então nós como já moramos aqui, já lutamos pra ter então nós vamos ficar com esse lote. Ah, aí num vai num vai, vai lá e vem cá, veio ITESP, veio... num me lembro se veio polícia, mas acho que não, veio só ITESP, combinamos ali né, mas num ficou de mão beijada, aquilo nós pagamos por ele, num sei quanto né, parece que um mil e quinhentos cruzeiro na época parece que era, [...] num me lembro, eu sei que nós pagamos o valor de um mil e quinhentos reais ou cruzeiro num sei, pra benfeitoria [...] ah e tá lá até hoje, num sei o que vai dar daqui pra frente (Maria José, assentada do setor 2, 2012).

Hoje assim, a OMUS ela tá mudando porque até o ano passado nós era em sete, hoje a gente abriu pras filhas das assentadas, então nós vamos... elas tão em período de experiência, mas com certeza vamos tá em quinze... quinze sócios então assim, as filhas das assentadas que tiver... foi aberto pra quem quisesse participar, elas já participaram de

duas reunião, então elas tem que ter três reunião como pede o estatuto, então com certeza até o mês que vem, elas, a gente vai ver as que é aprovada e as que num são. (Nice, assentada do setor 2, 2012).

Através da associação foram oferecidos diversos cursos, por órgãos como o ITESP, o SENAR e outros. Foi através dos cursos que surgiu o interesse em aplicar os novos conhecimentos e colocar em práticas alternativas diversificadas de renda. O interesse pela busca de atividades não agrícolas é também alternativa a uma produção agrícola que já não se mostra suficiente para garantir as necessidades das pessoas que vivem no campo. Isso aparece no depoimento de Nice, ao ser perguntada sobre o porquê decidiu buscar atividades diferentes da agricultura:

Porque a agricultura é uma coisa assim, pra nós assentado é bom, mas é complicado. Cê pranta milho, se perder é perca total e você tem um determinado tempo pro cê colher pra saber o que vai ganhar, e você fazendo isso não, sempre cê tem seu dinheirinho. Esse que é o objetivo então, por mais que a gente... cê pranta feijão você vai ter noventa dia, pro cê colher saber o que vai dar, o milho também tem um determinado tempo, tudo tem o seu, algodão, então, e o... e daí era uma fonte de renda né, que a gente sabia, cê precisava vim pra Primavera num tinha dinheiro falava vou dar uma volta de bicicleta, de a pé ou de carroça, conseguia vender e ter o dinheiro pra vim pra Primavera e comprar até alguma coisa. (Nice, assentada do setor 2, 2012).

Outro aspecto importante de se pensar é sobre a aplicação da renda obtida por meio das associações de mulheres. Quando questionadas sobre isso, Maria José e Vanda tiveram posições semelhantes:

É pra pagar conta, porque num sobra, é difícil. É pra pagar conta, porque a gente deve um tantinho ali, compra um móvel, num é coisa assim pra terra, é pra nossa casa mesmo, né, às vezes pra ajudar algum filho que tá mais necessitado né, assim... (Maria José, assentada do setor 2, 2012).

Aí a gente acaba comprando coisa pra casa né, é uma roupa pra um filho, é um calçado e acaba enfiando em casa mesmo porque... eu num sei a gente fala “não eu quero o meu dinheiro” mas fala assim... eu quero meu dinheiro pra compra roupa boa, sapato, essas coisas? A maioria das mulher compra ganha dinheiro é pra enfiar em casa mesmo, pra melhorar a situação, quer comprar uma máquina de lavar, né, um fogão novo... eu comprei um armário novo, ai eu queria um armário né! Acaba no fim ficando em casa né... mas.. é tudo pra melhorar o nível de vida da gente. (Vanda, assentada do setor 3, 2015)

Os depoimentos mostram que de certa forma essa é uma renda extra que pertence à mulher, e, portanto, é ela quem decide sobre sua aplicação. Este é um interessante exemplo de empoderamento, pois a mulher tem poder sobre esta renda conquistada com seu trabalho (trabalho remunerado e mais facilmente reconhecido como “trabalho”, o que ainda não acontece no caso do trabalho doméstico que continua sob sua responsabilidade) e tem poder de decisão sobre o investimento do dinheiro.

Atualmente, são diversas as conquistas da mulher na Gleba XV de Novembro e também em outros assentamentos rurais. Todo este processo foi complexo, mas hoje predomina entre elas o discurso de que a vida está melhor do que antes:

Ah melhorou muito, nossa... melhorou muito muito, até porque no começo quando nós chegou aqui aí o TAU que era o documento da terra, era no nome do homem, então muitos homem falava assim “o lote é meu” se a mulher fosse embora ela num tinha nada, só tinha os filho pra levar né, aí hoje não, hoje mudou, nós nos nossos encontro estadual foi uma briga e conseguiu ponha o nome da mulher, hoje num é mais só do homem, é do homem e da mulher, se o homem quiser vender tem que mesmo separado a mulher tem que assinar, então eu acho que foi um avanço muito grande, sobre a violência acho que melhorou muito muito, porque era demais mesmo, melhorou bastante e a gente debatia muito isso nas reunião né, então... e na luta também melhorou bastante porque de primeiro era difícil pra lutar, a gente tinha de ir pros cantos a tinha de ir de ônibus, tinha de pagar o ônibus pra ir, o ônibus pra voltar, hoje não, hoje vai ter tal coisa em Primavera ou Rosana a gente pega o carro uma, duas, enche o carro de mulher e vai [...] (Nice, assentada do setor 2, 2015)

O trecho da entrevista de D. Nice evidencia algumas conquistas das mulheres e confirma a afirmação de Menegat a seguir:

[...] as conquistas das mulheres do campo foram além de questões relativas à terra, ao salário e à produção, uma vez que em suas discussões incorporaram a categoria gênero, que passou a compor suas discussões e que propiciou novos elementos de percepção e de questionamentos em relação aos espaços produtivos, sociais, culturais e simbólicos existentes entre homens e mulheres (MENEGAT, 2009, p. 225)

Através da discussão de questões como a violência doméstica e de conquistas como o nome da esposa no termo de autorização de uso da terra do lote, a mulher exerce seus “micropoderes” (Cf. TEDESCHI, 2009), e consegue mostrar sua capacidade de resistência, no sentido de rompimento com a estrutura vigente, conseguindo ir além de alguns estereótipos e passando a ser figura importante também nas esferas públicas, nas tomadas de decisão e no âmbito da política, onde antes o poder masculino quase não possibilitava a inserção de mulheres.

Considerações finais

Pensar as trajetórias de vida das mulheres rurais representa uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada, a partir do olhar feminino, de mulheres que viveram a história. Sabe-se que a verdade não é absoluta, e a história

também não é. Assim, a partir da experiência de mulheres atuantes na luta pelo acesso a terra no que viria a ser a Gleba XV de Novembro, apresentamos um novo olhar, não apenas sob o momento histórico de conquista, mas sob suas próprias trajetórias e sobre o lugar que elas ocupam hoje nos âmbitos em que circulam. Nessa perspectiva, foi possível pensar a trajetória das mulheres na Gleba XV de Novembro a partir da justaposição da história do assentamento e de suas biografias, pensando as mudanças sociais caminhando junto às mudanças pessoais e familiares.

Os momentos que precederam o acampamento e o próprio período de acampamento, marcados por dificuldades e sofrimento, foram significantes para que se construísse a realidade que viria depois: as lutas, as conquistas e o próprio entendimento que se faz de toda a história, dando valor ao pedaço de terra e afirmando que mesmo com dificuldades o assentamento representou uma vitória, a conquista de um “sonho”.

A partir do desenvolvimento do assentamento foram possíveis conquistas como a criação da OMUS II, que levou a outros objetivos e sucessos, que interferiram não apenas no contexto geral do assentamento (como questões voltadas para o acesso à saúde, por exemplo), mas também na vida de cada uma dessas mulheres e no contexto familiar delas, trazendo a tona questões como a violência doméstica, o direito das mulheres sobre a terra de forma igual à do esposo, entre outras questões e transformações.

Deste modo, entre continuidades e descontinuidades nos processos sociais que envolvem o desenvolvimento do assentamento rural Gleba XV de Novembro, parece ser possível afirmar que a participação da mulher foi de grande importância nas diferentes etapas, e contribuiu não apenas para o crescimento do local, mas para a evolução das relações sociais num sentido de maior abertura para as mulheres na esfera pública, bem como de possibilidades para que elas possam gerar e administrar sua renda e ter poder de decisão sobre sua própria vida e caminhos que deseja seguir.

Referências

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado:** práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas,SP: Papyrus, 1996.

CARNEIRO, Maria José. Políticas de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, Clayton. GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-149.

FARIAS, Marisa Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, 2001, vol.15, n.43, pp. 37-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2012.

MARTINS, José de Souza. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília, 2006.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia)

RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos Rurais**: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, em março de 2008.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

SILVA, Camila Marques Viana; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2013, vol.51, n.2.

pp. 387-399. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias** [online]. 2003, n.10, pp. 412-442. ISSN 1517-4522. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200014&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2014.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Editora Moderna, 1988. pp. 6-17.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

TENSÕES NO CANAVIAL DO OESTE PAULISTA: IMPRENSA E PODER

BEZERRA, Antonio Alves (UFAL).
abezerra2000@uol.com.br

CAPES

Grupo de Trabalho: GT 2: Trabalho Rural

Resumo: O artigo busca refletir acerca da posição da imprensa envolvendo os trabalhadores rurais boias frias da cana, discutindo a posição política adotada pelo periódico *A Voz da Terra* com intuito de evidenciar a construção de representações sociais por parte de grupos hegemônicos que utilizavam-se de suas páginas como porta-voz, fazendo notar as tensões e as relações de poder subjacentes ao eixo campo-cidade. O corte manual da cana é considerado atividade penosa frente à demanda por melhores condições de trabalho emanadas por parte dos trabalhadores e da Organização Mundial do Trabalho. No entanto, ao nos “livrarmos” de práticas trabalhistas insalubres no Brasil, não tem sido relevante a preocupação de autoridades do setor com os sujeitos excluídos dos processos produtivos. Questionando-se sobre as ações governamentais e sindicais frente à iminência do desemprego no campo, teriam os proprietários das usinas e o governo revelado preocupação com essa questão? Teriam os trabalhadores rurais boias frias da cana e seus sindicatos apresentado alguma alternativa para não ficarem à margem do mundo do trabalho? O periódico analisado teria noticiado informações que traduzissem a posição política dos sindicatos, bem como dos trabalhadores rurais? A pesquisa fez notar que a relação entre usineiros e cortadores de cana em todo o Brasil nunca foi amistosa, sendo latente as tensões em épocas de moagem do produto, sobretudo nos períodos de safras e de entre safras. Face à postura do periódico *A Voz da Terra*, não se constatou ênfase aos conflitos no campo; no que tange à postura da *Folha de S. Paulo*, notou-se que a mesma envolveu-se de forma mais profícua ao evidenciar a existência de conflitos rurais.

Sumula curricular: Graduado em História (UNESP:1999); Mestrado em História – História Social (PUC/SP: 2002); Doutorado em História – História Social (PUC/SP:2011); Docente do Curso de História - Licenciatura e do curso de Pós-graduação em História da UFAL.

1. Jornal *A Voz da Terra*: Tramas de Poder

O artigo procura resgatar o discurso do jornal *A Voz da Terra*¹ no sentido de fazer notar como este se postou frente a implementação da tecnologia nos campos de duas usinas de açúcar e álcool no interior paulista. Em face disso, realiza-se uma abordagem dos diferentes discursos construído por esse meio de comunicação face as às tensões existentes nas áreas rurais do interior paulista sem perder de vista as transformações sociais ocorridas nesse setor no país adentro, sobretudo, quando se trata de conflitos envolvendo trabalhadores rurais “boias frias” e usineiros na cidade de Assis, região Oeste do estado de São Paulo, em particular.

Não obstante, a pesquisa revelou que “o jornal enquanto órgão que tem o papel de relatar a vida cotidiana de uma sociedade ou de uma comunidade da qual faz parte”², acabou não dando tanta visibilidade aos conflitos locais onde se conjugam as usinas em apreço. Nota-se que “o jornal como fonte histórica não pode ser classificado nem como verdadeiro, nem como falso em si. Pois este é tão somente uma construção que pretende ser verdadeira. No entanto, para a investigação não importa saber se esta fonte é ou não verdadeira, mas sim como ela foi produzida e quais foram as condições de sua produção”.³

O jornal *A Voz da Terra* figurou na pesquisa como uma fonte essencial às interpretações das problemáticas que nortearam o tema Boias frias e os desdobramentos da mecanização na lavoura canavieira paulista. Cabe dizer que este jornal iniciou sua circulação na cidade de Assis e região a partir de 1963, momento em que se realizou o lançamento de seu primeiro exemplar.

Uma das questões aqui postas pauta-se na prerrogativa das empresas sucroalcooleiras terem utilizado a imprensa local como mecanismo para formar a

¹ O jornal *A Voz da Terra* encontra-se depositado no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Assis. A pesquisa constatou incipiente uso da imprensa local como ferramenta para interpretar os conflitos rurais na cidade e região. No tocante, a posição política-ideológica do jornal será abordada por meio da análise de seus artigos, matérias e editoriais.

² ALVES, Paulo. Experiências de Investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: (Orgs.) DI CREDO, M. C.S., ALVES, Paulo & OLIVEIRA, C. R. de. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História – UNESP/Assis, 1996, p. 35.

³ _____. O autor pontua a importância de trabalhar com fontes diversificadas na produção da pesquisa histórica, o utilizando jornais como fonte de apoio à pesquisa. Coloca que o jornal é uma fonte segura e que os preconceitos quanto à veracidade das informações devem ser abolidos (p.35).

opinião da população da região de Assis a respeito dos possíveis conflitos que a implementação da mecanização no campo poderia ocasionar na região em estudo.

Nos primeiros anos de publicação do jornal *A Voz da Terra* (1963), tornou-se perceptível que circularam em suas páginas poucas informações a respeito das questões referentes ao processo de mecanização das usinas. Destaca-se que a postura do mesmo sempre esteve atrelada à premissa de progresso e desenvolvimento para a cidade de Assis e região, atuando como defensor destes ideais seguramente:

Congresso internacional açucareiro

O município de Assis é extremamente agrícola e sua maior cultura é a cana de açúcar; possui 4 usinas que se relacionam com os derivados de álcool e açúcar. Assim, segue para Cuba os dois empresários Renato de Resende Barbosa e Paulo de Resende Barbosa; estes irão participar de um congresso referente ao setor açucareiro, no qual serão discutidos os fatores sociais, técnicos desses produtos.⁴

No período compreendido pela pesquisa notou-se que inúmeros artigos foram produzidos enaltecendo claramente as usinas Nova América e Maracaí. Sendo assim, buscou-se trazer à luz a ausência de uma preocupação com os conflitos sociais ocorridos nos campos destes complexos agroindustriais, pelo menos em seus primeiros anos. Conseqüentemente, observa-se que o periódico em questão tende a construir, por meio de suas reportagens e editoriais, representações que atribui destaque aos empresários do açúcar silenciando a presença dos trabalhadores rurais da cana, pelo menos naquele momento.

Essa postura nos leva a pensar acerca do processo histórico, no qual o homem é o sujeito social, independente do lugar que ocupa na sociedade. Por esse prisma, compartilha-se da ideia de que esse sujeito silenciado nas páginas da imprensa local é uma construção e que isso ocorre face a sua exploração nas mais diversas formas de trabalho, suas lutas, representações e outras formas de exclusão vivenciadas por eles.

Independentemente de suas representações serem exaltadas e/ou negadas por esse ou aquele periódico, o trabalhador rural se renova e se refaz socialmente dentro de seus limites e possibilidades. Suas experiências de luta desvela como os discursos são construídos e como os sujeitos sociais participam desta construção utilizando-se de suas linguagens, momento, aliás, em que ao transformar-se, assumem a posição de

⁴ *A Voz da Terra*, 12/02/1983, p. 4.

“sujeito concreto, porta-voz de um amplo discurso social”⁵ trazendo à luz as múltiplas faces dos discursos construídos pelos mais variados setores de órgãos de imprensa em todo o país.

A forma como o periódico realizou as chamadas das notícias, salientando que um grupo de empresários está se deslocando para outro país, com objetivo de verificar as novas técnicas e aquisições de tecnologias empregadas no setor, deixa explícito que, naquele instante, seu olhar ainda não notava à exclusão de centenas de trabalhadores rurais da cana.

A leitura das informações trazidas pelo *Voz da Terra*, em seus primeiros anos, fez notar o silêncio de dados acerca dos conflitos envolvendo cortadores de cana em toda a região do estado de São Paulo e, de forma mais precisa, próximos à cidade e a região de Assis-SP⁶. As materiais produzidas pelo jornal evidenciou vínculos com as referidas empresas açucareiras, pois tornou-se exacerbado os discursos enaltecendo esses complexos sucroalcooleiros em seus editoriais, silenciando os conflitos sociais pendentes no campo.

Observou-se que esse meio de comunicação apresentava uma certa interrupção em suas posições, fossem elas referentes ao enaltecimento das usinas e/ou omissão de informações. Essa postura não-linear revelou, de certa forma, seu posicionamento político frente às contradições presentes na área rural daquela região.

Outra questão que merece destaque é o fato de que, em determinados momentos dentro do recorte da pesquisa, o jornal local não divulgou nenhuma matéria a respeito da existência de conflitos em outras regiões do estado envolvendo os trabalhadores rurais. Chamamos a atenção para o conflito da cidade de Guariba-SP⁷, que se tornou matéria de capa da *Folha de S. Paulo* em 1984, continuando a ser discutido pelo mesmo jornal e ignorado pelo órgão de imprensa em questão.

Esse apontamento deixa transpassar a ideia de omissão por parte do periódico na divulgação desses conflitos, principalmente aqueles que envolviam o setor canavieiro no estado. Neste aspecto, a posição do jornal estaria atrelado aos interesses dos usineiros locais em não mencionar os conflitos travados na cidade de Guariba, uma vez que, a região de Assis era ocupada pela cultura canavieira. Em face disso, poderia

⁵ BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Unicamp, 7ª ed., S/D.

⁶ O silêncio de informações no que se refere a conflitos, greves, reivindicações salariais pelo periódico em apreço, pode estar associado a dependência financeira de grupos econômicos locais e/ou preocupação com a proliferação de ideias envolvendo trabalhadores rurais “boias frias” de outras culturas na região.

⁷ PEREIRA, M. D. C. T. *A greve dos “boias frias” de Guariba e a repressão de maio de 1984*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

se pensar que a divulgação de tais conflitos desencadeasse outras tensões na região. Tal hipótese leva-nos a concluir que os usineiros locais exerciam influências no posicionamento político do periódico, no que diz respeito aos conflitos ocasionados no final dos anos 70 e dos anos 80.

Essa afirmação se torna possível, uma vez que o fato teria sido ignorado pelo jornal local, ganhando destaque nas páginas do periódico *Folha de São Paulo*. Assim, “mesclam-se vários interesses particulares” em voga, “Grupos se aproximam e se distanciam segundo suas conveniências do momento”.⁸

Por ser uma empresa voltada para o setor econômico e, conseqüentemente, buscava acumular lucros, o jornal em sua essência dependia da propaganda ou de matérias pagas para sua sobrevivência e que, muitas vezes, “interesses econômicos” nortearam a sua posição, sendo que a sua participação política em alguns momentos de confrontos tornaram-se inegáveis⁹.

Quanto ao discurso de progresso, o periódico não revela criticidade frente a aquisição de insumos químicos a serem utilizados nas áreas agrícolas:

Herbicida capina cana muito mais depressa do que o homem

Enquanto na maioria das plantações de cana-de-açúcar um homem leva 25 dias para capinar um alqueire paulista, hoje para muitos usineiros isso já é realizado em um dia com o mesmo homem. O segredo está na técnica: antes o capeamento era feito com enxada e em seguida foi substituído pelos herbicidas – produtos químicos que impedem o crescimento do mato – deixando a lavoura protegida por dois meses. O produto chama-se herbicida 2.4-D e é apresentado ao comércio com diversos nomes; vale a pena este sistema de capina química com herbicida, é mais econômico, mais rápido e mais eficiente.¹⁰

O periódico não demonstrou preocupação com a exclusão que os trabalhadores rurais “boias frias” sofreriam com o uso desta técnica, sem se preocupar com outras questões sociais que envolvem a biodiversidade e a própria segurança alimentar da nação, questões estas fortemente denunciada pelos integrantes do Movimento dos Sem Terra nos anos de 1990. Na própria manchete intitulada: “Herbicida capina cana muito mais depressa do que o homem”, figura uma representação no jornal que enaltece a tecnologia, sinalizando a ideia de que os braços dos trabalhadores já não davam mais conta da produção em larga escala. A questão do capeamento das ervas daninhas nos

⁸ CAPELATO, M. H. R. (1984, p. 34).

⁹ CAPELATO, M. H. R. *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: (Tese de doutoramento) FFLCH-USP, 1986.

¹⁰ *A Voz da Terra*, 27/11/1970, p. 4.

campos cultivados, que anteriormente era realizada por trabalhadores, fica presente o incentivo à sua substituição, caminhando-se para a substituição do homem nestas atividades pela tecnologia.

A Voz da Terra dirige seu olhar para o desenvolvimento local sem observar que a região de Assis não comportava a demanda de vagas para empregar os trabalhadores da lavoura canavieira no setor de serviços nos centros urbanos. Mesmo se o mercado absorvesse esses trabalhadores nos centros urbanos da região, eles não apresentariam formação adequada para tais postos de trabalho, tendo em vista que esta questão da qualificação profissional parece não ser uma preocupação e/ou prioridade para quem apenas enxergava na mecanização a saída para a produção em larga escala no setor agroindustrial.

Já nos anos de 1990, reportagens do jornal *A Voz da Terra* enalteciam a mecanização, silenciando novamente a respeito dos ônus sociais acarretados pela implantação da mesma:

Entra a máquina, sai facão na colheita da cana.

A cana-de-açúcar é uma das últimas culturas a utilizar a colheita mecanizada no Brasil. Após duas tentativas frustradas de introdução efetiva desta tecnologia, nas décadas de 70 e 80, a colheita mecanizada é hoje uma realidade da qual não se pode fugir (...). *A colheita mecanizada da cana, que deve antecipar em alguns anos a aposentadoria do facão: a colheita manual* (grifos nosso). São inúmeras as vantagens da colheita mecanizada quando comparada com a manual, mas a implantação do processo requer tempo e, por isso, deverá ser gradual. (...) *O rendimento médio diário de cada máquina é de 350 toneladas de cana picada por dia* (...) Sempre que se fala em substituição de recursos humanos por máquinas, imediatamente o fato é relacionado com o ônus social decorrente. Neste caso não é diferente, mas pode ser diluído pelo tempo, porque esta alteração não pode ser feita de imediato. Assim como ocorreu na década de 80, quando a mão-de-obra do setor canavieiro migrou em massa para a construção civil, as grandes regiões de cana do estado convivem com o mesmo drama há algum tempo.¹¹

O trecho da reportagem faz parte de uma série de entrevistas realizadas nos campos das usinas circunvizinhas à cidade de Assis. Mais uma vez o destaque atribuído à manchete desta notícia desenha um trabalhador passivo partilhando com a máquinas o lugar até então ocupado por ele. Os pontos destacados revela certa despreocupação frente às repercussões do processo de implantação da tecnologia no campo. Quando enfatiza-se que “cada máquina corta 350 toneladas de cana por dia, o equivalente a

¹¹ *A Voz da Terra*, 14-09-1995, p. 12.

substituição de 45 trabalhadores manuais”, e essa questão não é problematizada pelo periódico.

A posição do mesmo é de naturalizar a questão da exclusão, pontuando que “os trabalhadores serão diluídos na construção civil”. O questionamento feito é sobre a disponibilidade de postos de trabalho na construção civil para todos os trabalhadores que deixarem as atividades do corte da cana. Para o sindicalista rural, representante da categoria, o questionamento torna-se mais amplo e vai na contra mão do que foi propagado pelo jornal: “para tentar sanar o desemprego, o “boia fria” fica pulando de emprego em emprego, isso é ruim, pois nem se tem registro em carteira. Outro recurso encontrado é o emprego de ajudante de pedreiro”¹².

A fala do sindicalista indica que a implantação da automação no campo e sua perpetuação poderiam agravar ainda mais o processo de desigualdades sociais no eixo campo cidade. A mecanização tornou-se ingrediente necessário para a produção, não importando se esta for incorporada aos setores do campo ou da cidade, porém, caminha-se para a exclusão em massa de homens e mulheres trabalhadores(as), sem abertura de novas possibilidades e oportunidades de trabalho na região.

O discurso ufanista do jornal faz notar que “a colheita mecanizada da cana deve antecipar em alguns anos a aposentadoria do facão (a colheita manual)”, sendo justificado posteriormente o processo: “são inúmeras as vantagens da colheita mecanizada quando comparada com a manual, mas a implantação do processo da tecnologia no campo requer tempo e, por isso, deverá ser gradual”. O texto não sinaliza para uma possível recolocação e nem mesmo melhorias para os trabalhadores da cana, pelo contrário, a mecanização tira dos trabalhadores direitos adquiridos em outras lutas, trazendo à luz a ideia de que

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado¹³.

O processo de competitividade foi acentuada por mudanças de hábitos também no seio das empresas, no momento em que estas buscavam incorporar novas tecnologias, resultando no saneamento oculto dos “antigos” trabalhadores manuais de

¹² *A Voz da Terra*, 14/09/1995, p.12.

¹³ ANTUNES, R. Mundo do Trabalho, Precarização e Desemprego. In: (Org.) Marques, R. M. *Mercado de Trabalho e Estabilização*. São Paulo: EDUC, 1997, pp. 31-35.

seus postos de trabalho. Estes trabalhadores muitas vezes não encontraram espaços em outros setores, assim, sendo substituídos de forma permanente no processo produtivo.

Em 2001, o jornal *A Voz da Terra* demonstrou-se sensibilizado com as repercussões da mecanização no campo, cedendo espaço para avaliações realizadas pelos sindicalistas rurais da região. Para tanto, o jornal fez notar que representantes de diversos sindicatos teriam se reunido na cidade de Assis para elaboração e encaminhamento de documentos que visava sensibilizar os usineiros da região para não adquirirem mais máquinas:

**Mecanização X Desemprego:
Sindicatos preparam documento para sensibilizar usineiros**

Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, juntamente com o Sindicato Rural de Assis e a Comunidade Eclesiástica de Base da Diocese de Assis, preocupados com o desemprego e outros problemas na cidade, como roubo, aumento do consumo de drogas, crianças e adolescentes fora da escola, está redigindo um documento para tentar sensibilizar usineiros da região a não comprarem novas máquinas em substituição ao trabalhador na colheita da cana (...) Nesse momento, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis, Luiz Carlos Casachi, lembrou que só a *Nova América dispensou 1.040 trabalhadores no corte da cana de 1997 até 2000. A situação é cada vez mais drástica para nossa sociedade, uma vez que a cidade não consegue empregar a demanda de trabalhadores braçais que estão sendo dispensados do campo* (grifos nosso). (...) O que queremos com esse documento é chamar a atenção *de quem tem o poder nas mãos para a importância de se combater o desemprego e demais problemas sociais* (grifos nossos) e buscar uma sociedade melhor, com menos desigualdade social.¹⁴

Observando o trecho de reportagem, percebe-se que não durou muito tempo para que a cidade de Assis percebesse e sentisse as repercussões da mecanização, fato, aliás, que não foi evidenciado nas inúmeras publicações do periódico em apreço. A sociedade civil organizada começou a se manifestar insatisfeita seis anos após a previsão feita pelo jornal, momento em que este havia afirmado que os desdobramentos não seriam de grandes proporções e, caso ocorressem, “os trabalhadores encontrariam lugar na construção civil”.

A fala do representante dos trabalhadores rurais descortina o discurso elaborado naquele momento pelo jornal local, enfatizando que se tornou visível na região a “demissão de 1.040 trabalhadores” com a utilização de poucas máquinas. Sendo assim, pode-se perceber que os centros urbanos não dariam conta de incorporar aos seus postos de trabalho o contingente de trabalhadores excluídos das áreas rurais em função

¹⁴ *A Voz da Terra*, 10/04/2001, p. 03.

da implementação tecnológica nas áreas sucroalcooleiras, não apenas na região de Assis, mas em todo o país.

Outra questão que merece destaque nesta reportagem é a descrença nos órgãos governamentais superiores: Chefe de Estado, Governadores Estaduais e Autoridades Municipais, quando os integrantes responsáveis pela elaboração do documento pontuam que querem chamar a atenção de “quem tem o poder nas mãos para a importância de combater o desemprego”.

Os trechos de reportagens analisados evidenciam silêncios quanto à sua participação na veiculação das informações e aprofundamentos nas repercussões ocasionadas pela implantação do processo tecnológico no campo. Nesse interim, não podemos esquecer que “no início do século XX, as empresas jornalísticas se consolidaram, mas não resta dúvida de que o caráter opinativo dos periódicos era significativo”¹⁵, restando o questionamento, a quem serviria determinados meios de comunicação ou determinados setores da imprensa?

A partir de então, possibilidades de questionamentos deverão ser levados em consideração a respeito do periódico em questão. A dependência econômica das empresas jornalísticas aos grupos hegemônicos locais torna-se visível, quando Capelato (1986) assinala que “as empresas jornalísticas estão nas mãos dos anunciantes em função da própria existência dos periódicos”. Para a autora, “a opinião dos periódicos nos primórdios dos anos vinte esteve associada a uma competição pelos lucros, quando o jornal ganha características de empresa comercial a dependência dos anunciantes limitava a liberdade dos jornais”¹⁶.

Nos artigos, reportagens e/ou notícias publicadas no jornal *A Voz da Terra*, embora não tenha ficado evidente se as matérias que circulavam diariamente mencionando as empresas compunham-se de matérias pagas ou não, estas sempre trataram as empresas em destaque de forma enaltecida, sobretudo seus feitos e suas perspectivas de produção.

O trecho de reportagem a seguir focaliza como ocorreu o processo de aquisição de recursos para implantação de tecnologias na agricultura. Não obstante, enaltece a decisão dos governos em sanear recursos para os agricultores, diga-se: latifundiários. Posteriormente, sinaliza estatisticamente os espaços ocupados pela mecanização, deixando transparecer a despreocupação com a ausência do trabalhador rural neste

¹⁵ CAPELATO, M. H. R. *Os Intérpretes das Luzes: liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH-USP-SP, 1986, p. 11.

¹⁶ Idem, p. 15.

setor e demonstrando, ainda, desinteresse para com o acelerado processo de desemprego dos trabalhadores rurais na região.

Aumenta o número de tratores em uso na agricultura brasileira

Medidas tomadas pelos governadores aumentam o número de uso de tratores na produção agrícola, assim, aumenta o nº de equipamentos modernos para intensificar a produção agrícola. Com financiamentos e muitas vantagens colocadas pelo governo federal, fica claro que a produção e venda de tratores aumentarão beneficiando os agricultores, calcula-se, portanto, que as vendas e produção de maquinarias terá um aumento superior a 30% da produção realizada em 1969.¹⁷

Em face disso, nota-se que o início da mecanização e da implantação de insumos químicos e biológicos nas lavouras brasileiras teve seus primeiros passos patrocinados pelo governo federal e, por outro lado, a preocupação deste com os trabalhadores rurais não esteve presente. O jornal não deixou claro se questionou a posição do governo federal com relação aos financiamentos de equipamentos para a agroindústria, porém ficou explícita a omissão quanto à figura do pequeno produtor e dos trabalhadores manuais que atuavam como mão-de-obra na produção da agroindústria. Em uma outra matéria o jornal evidencia a dimensão e a potencialidade da agroindústria no que se refere a à produção:

Nova América e Maracaí vão produzir um milhão de sacas de açúcar

As Usinas Nova América e Maracaí ampliam seu parque industrial para produção, assim, aumentaria sua produção de açúcar de 600 mil sacas para 1.000.000 de sacas. Tendo um investimento de 100 milhões de cruzeiros, aumentando o plantio de cana, de 3 mil alqueires na região de Assis, desta forma aumenta-se a oferta de empregos na produção e na indústria.¹⁸

A ideia de progresso envolve o periódico local, entrando em contradição com informações publicadas a respeito da oferta de emprego a ser gerada a partir desses novos investimentos em setores estratégicos das usinas. Questiona-se a causa da preocupação com empregos nesse momento se, na verdade, em artigos publicados na mesma época por este periódico, explicitou-se uma preocupação maior em reduzir-se o número de trabalhadores rurais ativos nos setores agrícolas, salientando a importância e eficiência das novas técnicas de produção. Neste mesmo instante, circularam propagandas enaltecendo a eficiência e a dinamicidade das máquinas colheitadeiras de cana,

¹⁷ *A Voz da Terra*, 10/09/1970, p. 3.

¹⁸ *A Voz da Terra*, 09/08/1975, p. 6.

Colhedeira de cana 102 a automotriz que não deixa nada para traz

Não existe nada mais avançado na colheita de cana do que a colhedeira automotriz da *Massey Ferguson*, em cana ereta ou tombada, a MF, corta, pica, carrega e abre seu próprio caminho no canavial sem qualquer ajuda, e é capaz de render até uma tonelada de cana picada por minuto.¹⁹

O trecho torna patente que esta é uma matéria realizada pelos representantes de equipamentos pesados utilizados na agroindústria e que, segundo a propaganda, deveriam ser empregados nas mais variadas áreas agrícolas do país. Evidenciando, ainda, que não bastava veicular a propaganda, como também construir um discurso de progresso acerca da tão propalada modernização no campo.

As propagandas sobre a eficiência das novas tecnologias a serem utilizadas no campo e divulgadas pelo periódico nos anos 70 tornam-se de fato uma prática atualmente nos setores agrícolas de todo o país. Afirma-se, também, que a máquina não foi fabricada para todos os tipos de solo, porém tem se tornado cada vez mais flexível, sendo adaptada aos mais variados aclives ou declives de solo, como apontado pelo gerente de produção da *CIA Nova América*, Mário Donizete Chiarelli,

A substituição da colheita manual pela mecanizada demanda tempo e inúmeras alterações, que começam no preparo do solo e passam pelo plantio, transporte, e recepção da cana na indústria. A Nova América está se preparando há dois anos para se adequar às normas exigidas pela mecanização e começou o processo pela parte agrônômica, alterando o plantio da cana em algumas áreas e hoje está na etapa seguinte: mudanças no transporte e recepção. (...) O rendimento médio de cada máquina é de 350 toneladas por dia, eliminando o sistema de carregamento e efetuando entrega imediata da matéria-prima bem mais limpa para ser processada. (...) quanto ao solo, segue o seguinte processo: curvas de nível bem menos acentuadas, sulcos mais rasos, linhas de plantio paralelas, topografias planas e pesquisas em variedades de cana com menos palha, além do preparo do operador de máquinas. Neste aspecto, é pontuado pelo gerente que no prazo de 5 a 6 seis anos após o início do processo, é possível mecanizar no Vale do Paranapanema, até 70% da colheita, por ser uma região de topografia privilegiada.²⁰

Os discursos traduzidos pelo periódico evidencia passividade por parte dos trabalhadores na região, como ilustrado na frase: “*Entra a máquina, sai facção na colheita da cana*”. Depois, numa outra tentativa de conciliar interesses diversos, não

¹⁹ *A Voz da Terra*, 05-10-1976, p. 5. A propaganda realmente tem buscado sua efetivação de fato, não apenas nos canaviais da região de Assis, mas do Brasil. Vale ressaltar, que a máquina, num primeiro momento, não atendia as demandas de todos os tipos de solo, porém atualmente esse quadro já foi revisto e não causa tanta preocupação aos empresários agrícolas e latifundiários no país como um todo.

²⁰ Essa reportagem foi intitulada em 14/09/95, p. 12, como “*Entra a máquina, sai facção na colheita da cana*”. Em 25/05/1996, p. 6, a matéria se intitulou “*Máquinas e homens começam aos poucos a dividir espaço no canavial*”.

mais opondo o trabalhador e a máquina, a própria matéria é reeditada com outra manchete: “*Máquinas e homens começam aos poucos a dividir espaço no canavial*”, pretendendo-se apresentar um clima de relação pacífica e harmoniosa entre homens e tecnologia.

O discurso do jornal aponta para o entendimento entre o homem e a máquina, deixando transparecer a ideia de que o trabalhador rural da cana não enxerga a exclusão vivenciada por ele próprio e pelos demais trabalhadores. A noção de conformismo e/ou conciliação torna-se mais uma representação das empresas açucareiras, servindo como mecanismo ideológico para justificar as desigualdades sociais, notando-se o ideal de progresso na região.

Explicita que durante o período de 1960 a 2000, “A agricultura brasileira teve como principal característica a modernização de todas as regiões do país, sobretudo, e de forma concentrada no Estado de São Paulo”.²¹ Nos anos 60, este estado foi considerado um grande produtor de açúcar para exportação no país e, anos após, principalmente com a chegada do *Proálcool*, deslancham-se as transformações no setor, ocasionando benefícios para diversos grupos econômicos, mas em sua maior parte, proporcionando perdas aos trabalhadores.

A elaboração e execução deste programa receberam críticas de muitos pesquisadores, acentuando-se a sua inviabilidade para a economia social no país. Por um lado, o programa de incentivos à produção de açúcar e álcool no país exigia dos usineiros a produção em larga escala, propondo a competitividade de mercado pelos grupos econômicos e, por outro, provocou mudanças bruscas no setor do trabalho rural, ocasionando a extinção de vários postos de trabalho, como já denunciado pelos órgãos representativos de classe, como os Sindicatos Rurais em sua maioria. A esse respeito, compartilha-se a ideia de que “O Proálcool foi eficiente sob a ótica da economia privada, tornando-se ineficiente sob a ótica da economia social”.²²

O periódico *A Voz da Terra*, faz notar por meio de suas matérias que a questão do Proálcool foi muito debatida por determinados setores da imprensa local e nacional, incorporando-se aos seus discursos os anseios dos usineiros, além de destacar o espaço

²¹ TARTAGLIA, J.C. & Oliveira, O. L. (Orgs). Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo. In: *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1988, p. 63. Cotejando-se as ideias do autor, pode-se afirmar com precisão que os poderes públicos, sobretudo a esfera federal, foram os principais responsáveis por esse processo acelerado de modernização pelo qual passou e vem passando a agricultura brasileira, transformando-se no agronegócio.

²² TEIXEIRA, W. A. *As transformações do espaço agrário no Paraná com a introdução da agricultura energética canavieira*. Rio Claro, SP, (Dissertação de mestrado) UNESP, 1988, p. 259.

que estes tiveram nas páginas do periódico em questão a fim de clamar em defesa do programa. Nota-se que a automação esteve vinculada diretamente (pelo menos em seu início) a uma significativa quantidade de insumos químicos e biológicos, além do exponencial aumento da força mecanizada no setor das agroindústrias.

A partir dos anos 70, a questão da mecanização já se torna notícia na região de Assis, ocupando diariamente as páginas do periódico *A Voz da Terra*, que, por seu turno, insistia na importância desta para o desenvolvimento econômico da cidade. Ao final desta década, a questão da exclusão dos trabalhadores ganhou ímpeto e algumas ideias caminhavam para uma possível avaliação das consequências que o trabalhador rural teria que enfrentar.

Técnicos anunciam a mecanização das lavouras de cana

Em entrevista o técnico Franz O. Brieger revela que o objetivo dos domínios de novas técnicas no setor canavieiro é o de implementar e racionalizar a cultura na região; assim, a mecanização atenderia às necessidades governamentais para a produção de álcool, o que acelerou as metas tomadas pelo Proálcool, aumentando a produção de cana em mais de 30% em toda região. Assim, a produção de álcool seria muito vantajosa para o país, prevendo o abastecimento de outros mercados. Para o mesmo técnico a expansão da cultura canavieira em Assis e região seria uma medida benéfica para a agricultura. O agrônomo salienta ainda que *a implantação da tecnologia mecanizada no seu início causaria um impacto social* (grifos nossos), mas com o passar dos anos os trabalhadores iriam se adaptando às novas formas de trabalho e os chamados “boias frias” iriam desaparecendo gradativamente.²³

Este engenheiro esteve na cidade de Assis com objetivo de esclarecer a potencialidade da mecanização, caso fosse implantada na região. Na fala deste técnico, ficou explícito que a implantação da mecanização no setor sucroalcooleiro atenderia às necessidades de um grupo econômico, em particular dos usineiros, atendendo de certa forma também aos anseios do governo em fabricar álcool carburante em larga escala, objetivo alcançado nos finais dos anos noventa e primeira década do século XXI.

O engenheiro foi incisivo, principalmente com relação à questão da exclusão dos trabalhadores rurais de suas atividades nos canaviais, fazendo a seguinte afirmação: “A implantação da tecnologia mecanizada no seu início causaria um impacto social e que com o passar dos anos, os trabalhadores iriam se adaptando a estas transformações”.

²³ Entrevista concedida pelo engenheiro agrônomo Franz O. Brieger ao jornal *A Voz da Terra*, 13/07/1978.

É oportuno lembrar que as previsões deste profissional tornaram-se um tanto equivocadas, uma vez que a exclusão dos trabalhadores torna-se visível e estes, por sua vez, ainda não encontraram novas formas de adaptação no complexo “mundo do trabalho”. As transformações oriundas do processo tecnológicos têm demonstrado que “há um processo que tanto qualifica, quanto desqualifica a força humana de trabalho, conhecido como processualidade”²⁴.

Em um outro momento a imprensa local abre espaço para discutir algumas interfaces da mecanização, possibilitando reflexões sobre os possíveis problemas provenientes desta. O trecho da notícia abre perspectiva de discussão acerca dos rumos que o uso da tecnologia iria tomar com o passar dos anos, ficando explícito na fala do engenheiro agrônomo que a tecnologia, além de ser uma necessidade para a agroindústria competir no mercado econômico, atenderia aos interesses crescentes dos usineiros.

A partir de então, percebe-se que a questão da mecanização é delineada pelo profissional como medida benéfica ao setor sucroalcooleiro, o que não pode ser contestado, porém a hipótese de exclusão dos trabalhadores rurais dos canaviais torna-se inevitável, sendo mencionada por este profissional sem apresentar nenhuma sugestão.

2. Imprensa Local e Trabalhadores Rurais “boias frias”

Foram enfatizados trechos que se referiam de forma positiva ao processo de mecanização no campo, numa postura quase idêntica àquela assumida pelos usineiros. Porém, a partir de meados dos anos 70, o periódico *A Voz da Terra* começou a abrir novas possibilidades de inserção de novos temas em sua agenda, pelo menos em momentos específicos, mostrando-se com uma postura diferente daquela de seus dez primeiros anos de existência, assumindo em seus artigos, editoriais e reportagens postura mais crítica a respeito dos caminhos das novas práticas sociais e políticas empregadas no campo.

Boia fria: problema sem solução

A população periférica de Assis, em sua maioria é de boias frias. Em algumas estradas da cidade com acesso à favela do Lucrecio percebe-se que o progresso ocorre com pequeno tráfico durante o dia, principalmente em sua

²⁴ ANTUNES, R. Mundo do Trabalho, Precarização e Desemprego. In: (Org.) Marques, R. M. *Mercado de Trabalho e Estabilização*. São Paulo: EDUC, 1997, p.34.

aurora e ao cair da noite. As estradas são tomadas por caminhões transportando mais de 1.000 de boias frias assisenses para o campo. Desta forma são detectados inúmeros acidentes com este meio de transporte e de várias formas, assim, a cidade enfrenta sérios problemas, condizentes a migração que aportam diariamente mais de 70 pessoas. *Sendo que estes manifestam desejo de fixarem-se na área rural, mais não sendo englobados na lavoura modernizada e não possuindo qualificação para tal são rotulados como “nômades rurais”* (grifos nossos).²⁵

A manchete da reportagem sugere que se pense na extinção do trabalhador rural, uma vez que este se tornava “um problema sem solução”. As questões pontuadas pelo periódico expressam uma opinião a favor da mecanização. Pontua questões sociais explícitas no cotidiano dos trabalhadores, porém não se sugere mudanças no seio da usina, possibilitando a visão de que não se opõe à exploração vivida pelos trabalhadores rurais da cana.

Muitas questões sociais que antes eram silenciadas passam a figurar com frequência na década de 80. São inúmeras as tensões sociais envolvendo e prejudicando os trabalhadores rurais que figuram nesta reportagem, como mostra o trecho em destaque, na qual a ideia do “trabalhador permanecer no campo é fato impossível”, sendo visto como desqualificado para realizar as atividades que o campo demanda a partir dos investimentos até então realizados.

Por outro viés, há por parte do periódico em questão a denúncia de que menores estariam sendo ocupados nos canaviais da região de Assis, no trabalho árduo da cana. Esta prática sempre existiu nas imediações da cidade e sempre foi feita nos canaviais de todo o país, porém é nesse momento que a denúncia foi concretizada pelo jornal.

Aumenta o número de menores na atividade agrícola

São aproximadamente 60 pessoas em cada caminhão, que saem todos os dias em direção as fazendas de Assis ou Norte do Paraná para ocupar o trabalho na agroindústria canavieira; sendo que estes apresentam problemas maiores que é o grande número de crianças no corte de cana, *sendo que estes em sua maioria possuem menos de 14 anos de idade, sendo impossibilitados de freqüentarem qualquer tipo de escolas. Por outro lado os pais justificam a presença das crianças nas lavouras de cana. Se estes não possuem tempo para estudar, também não ficam soltos nas ruas, evitando-se, portanto, sua marginalidade* (grifos nossos); em geral os garotos do canavial são analfabetos, embora tenham vontade de estudar e aprender outra profissão, ajudar a família naquele momento é mais importante e sua perspectiva de futuro é quase nenhuma.²⁶

²⁵ *A Voz da Terra*, 13/06/1983, p. 1.

²⁶ *A Voz da Terra*, Geraldo Gasparino, 27/11/1977, p. 1.

A matéria jornalística alerta para a presença de menores trabalhando no canavial nas áreas circunscritas próximo às usinas, denunciando a impossibilidade destes estudarem, culpabilizando sempre os trabalhadores e os pais, vistos como omissos com relação à educação dos filhos. Entretanto, o fato dos filhos não poderem frequentar a escola é uma questão social mais complexa, tornando-se também consequência das transformações sociais no campo e nas cidades que reduzem cada vez mais as possibilidades de proporcionar a toda a família condições dignas de vida e de sobrevivência.

A reportagem não explora as questões sociais que subjazem ao fato de menores estarem trabalhando na cana, ao invés de estarem frequentando a escola, como determina a legislação até então vigente. Apenas o fato é levantado e noticiado, porém sem as devidas análises dos motivos que levam a acontecimentos como este. As condições cada vez mais excludentes e opressoras de trabalho passam despercebidas. Pode-se pensar que há um uso dos próprios pais para justificarem a não frequência dos filhos à escola: inocentemente estes relatam que se evita a marginalidade através do trabalho.

Assim, mais uma vez no curso da história, o trabalho aparece como o redentor da boa conduta dos pobres e tendo um papel por si só disciplinador. Já para outras classes sociais, o trabalho não é mencionado nesta etapa da vida, a infância, que se ocupa com a educação e o lazer.

Técnico em álcool-mercado de trabalho é amplo

A necessidade de se qualificar a mão-de-obra para o trabalho neste setor surgiu a partir da crise do petróleo em 73 e o condicionamento do álcool carburante na substituição da gasolina no funcionamento de veículos; isto veio de encontro com a preparação de mão-de-obra especializada para acompanhar o processo de produção.²⁷

O trecho não revela ser preocupação com a qualificação de todos os trabalhadores, mas apenas para o preenchimento de certos postos de trabalho que a agroindústria demanda naquele momento, uma vez que o foco da discussão neste instante se pautava pelo investimento maciço no setor sucroalcooleiro, especificamente na produção de álcool.

O jornal passa uma imagem de que, sendo o mercado de trabalho amplo (como diz a manchete), tem-se a ilusão de que dará conta de empregar em outros setores os milhares de trabalhadores manuais que começam a ser dispensados neste período, processo, aliás, que se intensifica na década de 90, em função da implantação do

²⁷ *A Voz da Terra*, Jorge A., 30/11/1977, p. 1.

processo tecnológico não apenas no setor agrário, mas em todos os setores da produção, sejam rural ou urbano. Em reportagens da *Folha de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil*²⁸ confirma-se o número de trabalhadores dispensados em função do processo de modernização das áreas agrícolas no país.

Outras tensões foram incorporadas à análise da mudança de postura do periódico em voga. Portanto, trata-se da divulgação de informações condizentes ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em novembro de 1975. Nesse instante, o governo aspira a ampliação e criação de parques sucroalcooleiros em todo o país, tornando fato concreto a implantação de centenas de usinas de açúcar e álcool, bem como a expansão das áreas canavieiras.²⁹

Álcool mais uma fraude

Com a elevação súbita do preço do álcool, o governo está acreditando na falência do programa do álcool; *em Assis, qualquer uma das destilarias sobem os preços finais do custo do produto, esquecendo o triste episódio do fim da desnacionalização do petróleo*, surge, porém, a oportunidade do país se garantir na produção de combustível líquido através do álcool carburante, talvez esse fosse o mais importante passo da economia brasileira nos últimos dez anos. *Portanto, tudo o que foi feito com objetivos diferentes, só merecerá o nosso repúdio, quando a população já não tem mais o que perder, nem tampouco temer a repressão* (grifos nossos).³⁰

A crítica aos produtores de álcool e distribuidoras do mesmo produto é assinalada pelo jornalista que repudia tal atitude, pontuando com precisão que “a sociedade já não tem mais o que temer, inclusive a repressão”. A crítica é direcionada aos donos de destilarias, mesmo que os nomes das empresas não tenham sido evidenciados na reportagem.

A fraude ocorrida contra o programa governamental evidencia a importância que o Proálcool desempenhou na economia local e nacional. Do ponto de vista do periódico em análise, sua significação não se restringia aos empresários do açúcar, oferecendo oportunidades também aos trabalhadores da cana.

²⁸ *Folha de S. Paulo*: 08/01/1997. “Mecanização Avança e Corta Emprego”. Segundo esta fonte, desde os anos de 1974, período da implantação do Proálcool, 19 mil postos de trabalho foram extintos em função da automação no setor canavieiro. Para essa fonte: “Nos últimos 22 anos, a mecanização eliminou 19 mil postos de trabalho na colheita da cana, o que representa em média, 863 vagas extintas por safra”. Para o jornal *Gazeta Mercantil*, de 16 a 20/10/2000, a “Mecanização da Colheita de cana avança e já atinge 41% no Estado”, como aponta a manchete. Figura a informação de que a mecanização torna-se fator favorável ao usineiro, uma vez que esta reúne várias vantagens, como: “Hoje, o custo da colheita mecânica é, em média, 25% mais barato do que a manual e há usinas que chegam a economizar até 50%, a diminuição da queima de cana foi outro fator que acelerou a mecanização”.

²⁹ ANDRADE, M. Correia de *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, 1994, p. 42.

³⁰ *A Voz da Terra*, Roberto Silo, 27/09/1980, p. 2.

Assim, evidencia-se que o próprio jornal se impregnou do discurso nacionalista e exacerbado a respeito do programa do álcool sem uma avaliação prévia de suas consequências, como se tem evidenciado por meio de várias pesquisas realizadas. No trecho de reportagem a seguir, destaca-se a figura de Renato Resende como defensor do programa, indo até a opinião pública e clamando a permanência do Proálcool e a exigência de novos investimentos no setor, mostrando o poder político deste usineiro.

Na fala do usineiro, expressa-se a necessidade de permanência do programa, porque na concepção do empresário o programa imprime benefícios sociais à população do campo. De acordo com as pesquisas realizadas, é provável que o empresário estivesse equivocado no momento, uma vez que o programa exigia mudanças bruscas no setor, inclusive a substituição da força de trabalho por máquinas mais potentes e eficientes do ponto de vista de produção, o que se concretizaria numa tarefa difícil para o trabalhador rural “boia fria” quanto à sua recolocação no mercado do trabalho. A postura do usineiro é destacada pelo jornal:

Proálcool: apesar dos defeitos um benefício histórico para Assis

Em 1977, temia-se a expansão da cultura canavieira em região totalmente produtora de grãos; hoje em 1982, a certeza de que a cana convive muito bem com outras culturas; *sendo esta a única que investe em assistência social, normas estas estabelecidas pelo IAA-Proálcool*, (grifos nossos) afirma ainda que a expansão da cana na região é benéfica e graças ao Proálcool pelo menos na área social. E para avaliar o Proálcool, não seria possível agora, uma vez que esta estava apenas em seu começo. Portanto, precisava-se de no máximo uns 50 anos para avaliar sua eficiência. Esta afirmação é do *Usineiro Roberto de Resende Barbosa* (grifos nossos), Diretor Superintendente da Usina Nova América no município de Assis. Este afirma ainda que substituiu suas pastagens por cana, alegando que fez uma ótima opção e acredita que o álcool é interessante como combustível e para economia do país.³¹

Álcool

Com discurso nacionalista em Assis, Renato de Resende Barbosa proferiu uma discussão sobre a fraude do álcool, este fala da importância do Proálcool para a economia e segurança do país, salientou também dos efeitos sociais do Proálcool, enfocando os benefícios da assistência social ao trabalhador do campo. Salienta também a importância da divulgação do Proálcool, justificando que faltam esclarecimentos para que as pessoas viessem a substituir seu veículo a gasolina por um outro a álcool. Informa também que se alguém sabotar o álcool com água este procedimento é uma questão de segurança nacional; argumenta: *Cadê as forças de repressão, fiscalização, polícia e exército?* (grifos meus). Isso é uma desmoralização do programa e acima de tudo do país.³²

³¹A *Voz da Terra*, 05/08/1982, p. 3.

³² Idem, por Ademir Junqueira, 08/05/1982, p. 2.

Torna-se compreensível a preocupação em repudiar as atitudes de alguns de seus concorrentes, uma vez que o jornal não havia mencionado as destilarias desses empresários como responsáveis pelas fraudes ocasionadas na região. Num outro aspecto, o governo federal já estava sendo orientado para observar que o Proálcool apresentava questões de enormes proporções políticas, econômicas e sociais, inclusive a exclusão dos trabalhadores rurais da cana. Porém, na visão dos usineiros, o programa deveria ser avaliado somente após cinquenta anos de sua implantação, ou seja, só em 2024. Esse é o mesmo período estipulado pelo governo para que toda área canavieira do país estivesse mecanizada, ou seja, não se utilizasse mais a prática da queimada para a colheita e corte da cana.

O discurso nacionalista da imprensa local incorporado à fala do usineiro, quando clama “as forças repressivas do governo” para conter a situação, deve ser levado em conta, principalmente porque o país ainda vivia momentos da ditadura militar quando o processo político-democrático do país encontrava-se em processo de abertura. À luz das informações trazidas pelo jornal, o usineiro coloca a culpa na falta de investimento em tecnologia para que os automotores fossem adaptados ao uso de álcool como combustível.

Em um outro editorial do mesmo jornal, figura mais uma vez a presença dos usineiros local realizando e anunciando um possível relançamento do Proálcool no país. Observa-se o poder de decisão e de convencimento que o grupo apresenta, utilizando-se da imprensa local como sua principal porta-voz. Ressalta-se que muitas vezes esses discursos eram proferidos na plenária da Câmara Municipal de Assis.³³ O grupo de usineiros da região chegou a elaborar um documento de abaixo-assinado da população local, solicitando à Presidência da República a não extinção do Proálcool.

Proálcool será relançado, anuncia Renato de Resende Barbosa

Em sua opinião, o Proálcool é o mais sério projeto de substituição dos derivados do petróleo do mundo. Acredita-se no êxito do Proálcool, e entende que a indústria automobilística nacional precisa desenvolver uma tecnologia adequada para o consumo de álcool. *O usineiro entende que não houve boicote ao programa, e sim a falta de investimento em tecnologia para que os automóveis consumissem o produto* (grifos nossos). Resende, pioneiro na fabricação de álcool, não admite que dispondo de todas as condições para

³³ Os proprietários do complexo agroindustrial Nova América e Maracá sempre receberam prêmios de honra ao Mérito dos representantes políticos da cidade. Geralmente as cerimônias de honrarias eram realizadas na Câmara Municipal da Cidade, local observado como Centro de Decisões do Município, conseqüentemente, lugar de poder.

substituir a gasolina, inclusive custos mais elevados. Finaliza o usineiro, o Brasil tem espaço, domina a tecnologia agrícola e industrial da produção de álcool, assim não dá para desprezar as vantagens do álcool (...).³⁴

Torna-se significativo o abaixo assinado elaborado pela Usina Nova América, reivindicando o prosseguimento do Proálcool. No texto, publicado na íntegra pelo periódico, destaca-se:

Assis luta pelo Proálcool,

Mais de mil assisenses deverão assinar documento destinado ao Conselho Nacional de Energia, com objetivo de manter diferencial entre gasolina e álcool. Assim, se mantém o Proálcool. A iniciativa foi da Usina Nova América, sendo que no documento consta: na condição de consumidor de álcool, destacamos a presente eficiência deste produto, graças a evolução técnica obtida pelos fabricantes de veículos e produtores de álcool. *A nós consumidores, o álcool é um combustível mais vantajoso economicamente e tem uma preocupação social com o homem do campo. Entendemos por fim, que este é um combustível vantajoso por excelência para a nação e para a economia do país* (grifos nossos).³⁵

O trecho expressa de forma singular os objetivos que os usineiros locais almejavam. Ou seja, o Programa do álcool realmente era considerado uma ótima opção para eles, sem pontuar as preocupações com os trabalhadores rurais. Enfim, coloca-se a distância entre o discurso dos usineiros e as condições efetivas de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais.

3. Algumas Considerações

A importância das duas usinas para a região de Assis torna-se inegável, porém a falta de uma política social para manutenção dos trabalhadores rurais nas respectivas regiões é inexistente, tanto por parte dos Órgãos Municipais quanto Federais, sem contar com os empecilhos colocados pelas usinas capitalistas na hora da contratação de trabalhadores cortadores de cana.

Ao cotejar as ideias assinaladas pelo periódico *A Voz da Terra*, comparando-as às condições da população rural, não apenas no interior de São Paulo, mais no país como um todo, ficou evidente a distância entre os discursos positivos acerca da mecanização e sua efetivação na prática, principalmente quando se questionou a falta de programas sociais (quase que inexistentes). Os trechos dos materiais do jornal revelou as

³⁴ Entrevista com Renato Resende Barbosa ao jornal *A Voz da Terra*, 13/04/1982, p. 4.

³⁵ *A Voz da Terra*, 26/11/1988, p. 3.

representações que cercavam as usinas, vistas como fator essencial do progresso da região, o qual não ponderava as necessidades dos trabalhadores rurais.

Quanto à postura do jornal *A Voz da Terra*, de acordo com a datação das reportagens, estas revelaram mudanças no que tange à posição política do jornal a partir dos anos 90, possivelmente momento em que este jornal teria alcançado uma certa autonomia econômica, como o grupo *Folha*, por exemplo. Após esse período, informações sobre a precariedade do trabalho agrícola são firmadas, e de forma mais precisa, o desaparecimento deste. Denúncias foram feitas diariamente pelos órgãos representativos dos trabalhadores rurais e instituições não governamentais, ocupando as páginas do periódico em questão e de tantas outras ferramentas de divulgação de informações.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Paulo. *Experiências de Investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes*. In: (Orgs.) DI CREDO, M. C.S., ALVES, Paulo & OLIVEIRA, C. R. de. *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História – UNESP/Assis, 1996.
- ANTUNES, R. Mundo do Trabalho, Precarização e Desemprego. In: (Org.) Marques, R. M. *Mercado de Trabalho e Estabilização*. São Paulo: EDUC, 1997.
- ANDRADE, M. Correia de *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: Unicamp, 7^a ed., S/D.
- CAPELATO, M. H. R. *Os Intérpretes das Luzes: liberalismo e imprensa paulista: 1920-1945*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH-USP-SP, 1986.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De Colona a “boia fria”. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 2000.
- _____. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- TARTAGLIA, J.C. & Oliveira, O. L. (Orgs). Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo. In: *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1988.
- TEIXEIRA, W. A. *As transformações do espaço agrário no Paraná com a introdução da agricultura energética canavieira*. Rio Claro, SP, UNESP, 1988.

PEREIRA, M. D. C. T. *A greve dos “boias frias” de Guariba e a repressão de maio de 1984.* (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

Fontes

Jornal A Voz da Terra

Folha de S. Paulo

Gazeta Mercantil

FLORES E AFETIVIDADES – PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS

Juliana Dourado Bueno¹ (UFSCar), Maria Aparecida de Moraes Silva² (UFSCar)

julidourado@uol.com.br; maria_moraes@terra.com.br

Agências financiadoras: CNPq/CAPES

GT 2 – Trabalho Rural

Resumo: O ponto de partida da análise é a produção mercantilizada de flores na região de Holambra/SP. Por “processo de mercantilização de flores” compreendemos tanto as cadeias de produção de plantas como as afetividades construídas e reproduzidas no interior das estufas, no ambiente doméstico e na forma como as flores são apresentadas. O cultivo de flores está inserido na chamada “agricultura intensiva globalizada” (CÁNOVAS, 2012a; OLAIZOLA, 2012) e é caracterizado por reproduzir hierarquias no ambiente de trabalho e empregar muitos trabalhadores migrantes e mulheres. Nesse contexto, é possível refletir em que medida o cuidado e o afeto estão presentes no cultivo das plantas: alguns setores de produção de muda são chamados de “berçário”, e as plantas matrizes são denominadas de “plantas-mãe”. Além disso, mesmo com todo ambiente de exaustão no trabalho, é importante destacar que as trabalhadoras e os trabalhadores estabelecem vínculos com a planta, principalmente nos casos em que é possível acompanhar as etapas que vão do plantio à colheita. Para além do ambiente de trabalho no interior das estufas, é válido fazer uma problematização sobre a distribuição desigual de afetos (HOCHSCHILD, 2008), tendo em vista que, durante os picos de produção para abastecer os estoques de flores para o Dia dos Namorados e o Dia das Mães, muitas trabalhadoras têm a jornada de trabalho nas estufas prolongada e intensificada, impedindo que desfrutem da convivência familiar e comunitária.

¹ Cientista Social, doutoranda em Sociologia pela UFSCar. Pesquisadora do Trama (Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração). No Doutorado, com financiamento do CNPq, desenvolve pesquisa sobre as contradições presentes no contexto de produção das flores na região de Holambra/SP. Entre outros aspectos, tem destacado a precariedade do trabalho, as condições desiguais de produção, a mercantilização dos sentimentos e a divisão sexual do trabalho. Nos últimos anos publicou artigos nas revistas *Raízes*, *Cadernos CRH*, *Contemporânea* e *Cadernos CERU*.

² Docente Permanente e Professora livre-docente Visitante do programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar com bolsa de Pesquisadora Senior da CAPES (2014). Professora colaboradora no curso de Especialização, Sociología de la Agricultura latinoamericana da UNco, na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Argentina. Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Pesquisadora Nível 1A do CNPq.

Introdução

As flores, concreta e simbolicamente, trazem um significado que está ligado a sutileza, atitudes pacificadoras e beleza. Em seu estado físico, comumente são usadas como adorno, mas também para que delas sejam extraídos alimentos, fragrâncias e até mesmo medicamentos. Elas são utilizadas para presentear alguém numa ocasião especial, que vai do flerte ao perdão, e como oferta aos deuses e aos mortos. Em sua acepção simbólica, as flores são usadas para se referir à parte mais importante de algo.

O cultivo de flores, durante muito tempo, esteve vinculado a uma produção mais abrangente que incluía frutas, legumes, temperos e ervas. Posteriormente essas atividades foram desmembradas e o cultivo de flores foi separado em duas modalidades: a jardinagem e a floricultura. A jardinagem é uma atividade mais voltada para o lazer e prazer, sem fins lucrativos, enquanto a floricultura pode ser definida como “a parte da Horticultura que estuda o cultivo comercial de flores e de plantas ornamentais, caracterizando-se por ser uma atividade agrícola de exploração intensiva e de cunho empresarial” (KAMPF, 2005, p. 16).

No Brasil, aproximadamente 70% da produção de flores está concentrada no estado de São Paulo, com importante destaque para os municípios de Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse, Mogi Mirim e Holambra. Esta última cidade é conhecida como a “cidade das flores” e tem sua imagem veiculada a partir da reprodução da “cultura holandesa”, com arquitetura, culinária, danças e objetos vindos da Holanda. Neste município paulista, em feiras de exposição de flores, a imagem da produção dessas plantas é relacionada principalmente à perpetuação da cultura dos holandeses e seus descendentes.

A análise sociológica, entretanto, não deve se contentar em apresentar somente o colorido das plantas, ou a associação das flores com a cultura holandesa. Cabe ao estudo sociológico encontrar os espinhos encravados nas rosas. Os espinhos são partes constituintes do universo que aqui pretendemos abordar, na medida em que só é possível compreender a produção de flores se contemplarmos na análise a experiência dos sujeitos envolvidos nesse processo. E contemplar a experiência dos sujeitos no trabalho rural é lançar um olhar também sobre as afetividades presentes no contexto de produção mercantilizada de flores.

Nesse sentido, buscamos nesse texto apresentar elementos da subjetividade que perpassam as emoções fora e dentro do espaço das estufas onde são produzidas essas

mercadorias do afeto. Para tanto, pretendemos mostrar possibilidades de carinho e afetividade estabelecidos entre os trabalhadores, as trabalhadoras e as plantas durante o processo de trabalho, mas também apresentar um questionamento sobre processos de estranhamento e violência que marcam a experiência de trabalho nesses espaços. Por fim, refletimos sobre a distribuição desigual de afetos como característica marcante desse processo de produção intensiva de flores.

As reflexões aqui desenvolvidas são parte das questões discutidas na pesquisa de Doutorado em andamento³. Além do levantamento bibliográfico e quantitativo, foram feitas visitas ao campo empírico nos municípios de Santo Antônio de Posse, Holambra, Artur Nogueira e Mogi Mirim e entrevistas nas residências das trabalhadoras e dos trabalhadores das estufas e em propriedades⁴ com produção de flores e plantas ornamentais. Utilizamos a metodologia da História Oral, no intuito de trazer à superfície as experiências, por meio de narrativas, de pessoas empregadas no cultivo de flores.

Holambra e seu entorno

Os municípios de Holambra, Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira e Mogi Mirim estão localizados na Região Administrativa de Campinas e juntos abrigam mais de 232 Unidades de Produção Agropecuária (UPA) destinadas aos campos e estufas de flores (LUPA, 2007/2008). Os principais bairros onde vivem trabalhadores e trabalhadoras das estufas são: Sacilotto I e II, e Itamaraty em Artur Nogueira; Palmeirinha e Migrantes (entre os moradores da cidade o bairro é chamado de “Cachorro Sentado”) em Holambra; e Fazenda Filomena em Mogi Mirim.

No que diz respeito às unidades de produção e infraestrutura, o município de Holambra é o que apresenta a maior proporção – em todo Estado de São Paulo – de terras destinadas para o cultivo de flores e uma grande cadeia de produção que inclui a oferta de insumos, substratos agrícolas, equipamentos e maquinários, materiais e equipes de construção e manutenção de estufas, empresas de produção de sementes e desenvolvimento de tecnologias, assessorias técnicas, centros de formação para produtores, centros de distribuição e cooperativas de comércio de plantas, além de

³ Pesquisa realizada sob orientação da profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, com financiamento do CNPq. Parte das reflexões também são oriundas das discussões teóricas realizadas durante o período de Doutorado Sanduíche nas universidades de Sevilha e Murcia (Espanha), no período de setembro de 2014 a janeiro de 2015, com financiamento da CAPES.

⁴ Nesse sentido, registramos aqui nossos agradecimentos à Casa da Agricultura de Santo Antônio de Posse, que disponibilizou profissionais de sua equipe técnica para nos acompanhar até as propriedades com cultivo de plantas.

abrigar anualmente a maior feira de exposição de flores da América Latina, a Expoflora – ocasião na qual a cultura holandesa recebe grande destaque.

A imigração de famílias holandesas para o interior de São Paulo resultou de um projeto de um grupo de holandeses que planejava viver e trabalhar em uma fazenda na região de Mogi Mirim na década de 1940. A responsável por intermediar a negociação entre o governo brasileiro e holandês foi uma entidade católica de agricultores holandeses, a KNBTB (Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda). Na Holanda, muitos filhos de agricultores não tinham terra suficiente para cultivar, tampouco perspectivas de encontrar um trabalho remunerado. No Brasil, o órgão responsável pela negociação da vinda das famílias de holandeses era o Departamento de Colonização do Estado de São Paulo, que tinha um enorme interesse em trazer agricultores holandeses para a produção de leite em Campinas. Estabeleceu-se um acordo por meio do qual os Governos federal e estadual concederiam empréstimos para o grupo de agricultores holandeses comprar a Fazenda Ribeirão, onde hoje estão localizadas as terras pertencentes ao município de Holambra. O resultado do acordo, como mostra Corrêa (2011), “foi ideal para os holandeses conseguirem permissão para se instalar no Brasil. Eram europeus, brancos, e vieram para cá a partir da compra de terras – a Fazenda Ribeirão – indicando que já estariam previamente instalados” (p. 97).

O Brasil, então, aparentava ser um país de portas abertas para receber imigrantes. Entretanto, “tal ‘magnanimidade’ atribuída ao nosso país teve seu reverso nas leis referentes à questão imigratória, com textos que não se deram nem ao trabalho de esconder o forte teor racista implícito em suas linhas” (CORREA, 2011, p. 80). Outros estudos (LEITE, 2007; LOURENÇO, 2001) reforçam o argumento de que a preferência pelo emprego de mão de obra imigrante em detrimento dos trabalhadores nacionais não teve somente um viés econômico ou tecnológico, e sim racial, na medida em que a vinda de famílias de brancos europeus tinham o objetivo de “aperfeiçoar a agricultura” e desafrikanizar a nação.

Ao negociar a compra de terras na região de Mogi Mirim, os grupos de imigrantes holandeses tinham a opção de se instalar em uma parcela de terra da Fazenda Ribeirão que até então abrigava o frigorífico Armour. Foram colocados à disposição dos holandeses cinco mil hectares de terra dessa fazenda.

Em 1948 partiu da Holanda o primeiro navio que realizou o transporte de imigrantes que se estabeleceriam na Fazenda Ribeirão. Para cumprir os acordos que

tinham feito com diferentes estâncias governamentais no Brasil, o grupo de imigrantes holandeses fundou uma cooperativa, em junho de 1948, denominada *Cooperativa Agropecuária do Núcleo Holandês Ribeirão*, que posteriormente recebeu o nome de *Cooperativa Agropecuária de Holambra* (CAPH). Entre as primeiras atividades realizadas em Holambra pelos imigrantes holandeses destacava-se a criação de gado leiteiro. O processo de desmatamento da área para a criação de gado foi realizado em parceria com brasileiros que já viviam nas terras da Fazenda Ribeirão antes da vinda dos holandeses e que já conheciam a região. Já no início da década de 1950 os holandeses plantaram culturas perenes que pudessem formar a base para a renda familiar. Foi desenvolvido o cultivo de frutas cítricas (laranja, limão e tangerina), e também a cafeicultura. Alguns imigrantes trouxeram da Holanda – a partir da década de 1960 – bulbos de gladiólos. O cultivo de flores teve um êxito maior, pois o transporte das flores para a comercialização era mais adequado que aquele das verduras e legumes.

Os imigrantes não desenvolviam os cultivos somente com mão de obra familiar. No período de 1948 a 1950 a CAPH contratou mais de 70 funcionários e funcionárias entre os moradores brasileiros: pessoas vindas de bairros vizinhos, antigos moradores que trabalhavam para o frigorífico Armour e trabalhadores de outras regiões. Para abrigar os trabalhadores e as trabalhadoras vindos de regiões longínquas foram construídas moradias nas propriedades dos holandeses. Com o crescimento na produção de flores os brasileiros se tornaram maioria entre os moradores de Holambra.

Em 1975, a CAPH já tinha mais de 1.200 trabalhadores fixos contratados para a colheita de algodão, o cultivo de flores, e a criação de aves e suínos. Posteriormente, a cooperativa passou algumas atividades comunitárias para a responsabilidade da Prefeitura de Holambra⁵. Na área produtiva, ela foi desmembrada em três novas cooperativas (KNAAP, 2012): Cooperativa Veiling Holambra (flores e plantas); Cooperativa Agropecuária de Insumos Holambra (defensivos, fertilizantes); Cooperativa Pecuária Holambra – Alimentos (frangos de corte, ração animal).

Após a década de 1990, não só imigrantes holandeses, mas os brasileiros também começaram a cultivar flores. O aumento no número de floricultores (tanto holandeses como brasileiros) se deu pelo fato de “muitos agricultores terem uma propriedade pequena demais para manter culturas anuais ou para cultivar *citrus*. Alguns

⁵ A área da Fazenda Ribeirão que deu início à Holambra pertencia originalmente aos municípios de Jaguariúna, Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse e Cosmópolis. Em outubro de 1991 a cidade votou sua emancipação político-administrativa e tornou-se independente.

começaram a produzir flores e plantas nas antigas granjas da propriedade” (WIJNEN, 2012, p. 278). No que diz respeito à comercialização das flores, é possível dizer que até 1991 as plantas eram levadas para um barracão e depois enviadas para grandes centros de distribuição em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Brasília. No início da década de 1990, um dos produtores de flores em Holambra visitou o leilão⁶ Veiling Westland na Holanda e propôs que a Cooperativa Agropecuária de Holambra adotasse o mesmo sistema. A sugestão foi acatada e em 1991 o Veiling Holambra foi inaugurado oficialmente. Além do Veiling existem outras duas cooperativas de produtores de flores e plantas na região de Holambra – a Cooperplantas e a Cooperflora. Até junho de 2009 a sede da Cooperativa Veiling estava localizada no município de Holambra. Atualmente, está localizada⁷ no município de Santo Antônio de Posse – sua estrutura tem 79 mil m² de área construída, sendo 4.566 m² de câmaras frias e três grandes relógios que marcam o leilão eletrônico de flores. A poucos metros do galpão da Cooperativa Veiling está localizada a sede da Terra Viva - empresa que emprega o maior número de funcionários e funcionárias na região de Holambra no cultivo de flores, mudas, plantas ornamentais e bulbos.

Agricultura intensiva globalizada e o assalariamento rural

Nesse tópico apresentaremos em linhas gerais reflexões e argumentos do referencial teórico sobre a agricultura intensiva globalizada e o assalariamento rural. Buscamos dialogar com autores e autoras que desenvolveram pesquisas sobre o trabalho rural (na produção de frutas e hortaliças, e na produção canavieira) no Brasil, alguns países da América Latina e Espanha. A aproximação com o debate referente à horticultura e produção de frutas se dá em razão de serem – como as flores – produtos cultivados em estufas, com elevado grau de perecibilidade. O diálogo com os estudos desenvolvidos no Brasil nos permitem visualizar as particularidades do assalariamento rural no país, destacando elementos como os movimentos migratórios internos, a precarização do trabalho rural e a divisão sexual do trabalho no campo.

O novo regime agrícola globalizado, que se iniciou nos anos de 1980, foi antecedido por outros dois períodos: o primeiro deles caracterizado pela agricultura

⁶ O sistema Veiling é uma forma de leilão reverso de comercialização de flores e plantas ornamentais. O lance inicial (valor máximo) e as especificidades dos lotes de flores são anunciados para os compradores, que registram os lances. O objetivo é reduzir ao máximo o tempo entre a entrada das flores no galpão e a saída das plantas nos caminhões dos compradores. Atualmente, no Veiling Holambra, um lote de flores é adquirido a cada 1,5 segundo. Disponível em << <http://www.veiling.com.br/>>>

⁷ O prédio da Cooperativa Veiling está localizado às margens da Rodovia que liga o município de Holambra ao município de Santo Antônio de Posse e a poucos metros da Fazenda Terra Viva.

extensiva e o segundo marcado pela industrialização da agricultura, com a progressiva substituição do trabalho manual por instrumentos mecanizados (OLAIZOLA, 2009). O rendimento insuficiente da agricultura tradicional fez com que muitos camponeses deixassem suas terras para, em seguida, transformarem-se em trabalhadores temporários em grandes produções. Desse modo, compreendemos que as transformações geradas pelo novo regime agrícola globalizado têm consequências em diferentes esferas: no sistema produtivo e na estrutura do mercado de trabalho, mas também na relação que os trabalhadores e as trabalhadoras estabelecem com o território, nos movimentos migratórios e nas formas de organização da vida social.

De modo geral, é possível dizer que a produção de frutas e hortaliças é marcada pela grande concentração de capital e forte reestruturação produtiva. No México, as empresas hortofrutícolas e de flores são as únicas empresas agrícolas com capacidade para se inserir no mercado internacional. Sua força está, entre outros fatores, no intenso uso de novas tecnologias (GRAMMONT, 1999). As grandes empresas transnacionais com sede no território mexicano aplicam os seguintes princípios: economia de energia natural e de trabalho, diminuição de agroquímicos, uso da biotecnologia para obter sementes resistentes, maturação homogênea do produto e frutos de longa vida útil. As alterações no processo de produção são também consequência de um aumento no padrão de exigência dos supermercados e empresas certificadoras das frutas que serão comercializadas. Demandas específicas implicam diretamente em alterações nos processos de plantio, colheita, transporte e exposição dos produtos (CAVALCANTI, 2012).

No Brasil, a região do Vale do Rio São Francisco se destaca pela produção de uvas e mangas e pela exportação dessas frutas para os Estados Unidos e a Europa. No que diz respeito ao cultivo de uvas, especificamente, a exigência de um padrão elevado de exportação trouxe como consequência a produção de sacolas específicas para embalar as uvas e a ampliação do conhecimento em informática para rastrear as mercadorias. A autora anuncia ainda a existência de um verdadeiro paradoxo das certificações das frutas (CAVALCANTI, 2012): de um lado, as empresas certificadoras controlam os espaços físicos e a limpeza dos barracões e galpões de embalagem das frutas, mas deixam os trabalhadores submetidos a práticas abusivas sobre seus corpos, na medida em que as jornadas de trabalho são bastante exaustivas.

Em muitos cultivos de frutas no contexto internacional o aumento na demanda não vem acompanhado de um acréscimo no salário dos trabalhadores e das

trabalhadoras (NIETO, 2012). Além disso, para cumprir as exigências dos compradores e supermercados, as empresas adotam novas formas de gerenciar o local de trabalho – como consequência, os trabalhadores e as trabalhadoras têm que lidar com jornadas mais flexíveis, safras mais pesadas e intensas (PREIBISCH, 2011).

Na temática da agricultura intensiva globalizada, existe uma linha argumentativa que apresenta a tese do processo de taylorização do campo (CÁNOVAS, 2012b), na medida em que a agricultura está cada vez mais especializada e integrada a outros sistemas produtivos. A tese se insere nas novas leituras propostas pelos sociólogos do trabalho em seu entendimento sobre o taylorismo – elas apontam para a descontinuidade introduzida pelo taylorismo, pois o que se buscava era a mobilização de uma mão de obra proveniente do universo camponês para se converter em trabalhadores industriais. Cánovas (2012b), em estudo sobre a produção de frutas no Sul da Espanha, mostra que o novo trabalhador agrícola não precisa de uma socialização prévia na cultura do campo ou no universo camponês, na medida em que a taylorização do processo de produção de frutas e hortaliças possibilitou uma divisão do trabalho como se fosse uma verdadeira “fábrica vegetal”.

Olaizola (2009) também analisou o contexto de produção de frutas no Sul da Espanha, especificamente a produção intensiva de morangos por trabalhadoras imigrantes. As mulheres vindas da zona rural são preferidas pelos empregadores no momento de seleção para o trabalho, elas são contratadas por meio de um convênio estabelecido entre os empregadores (com atuação parcial do governo espanhol) e os países de origem (Romênia, Polônia, Marrocos e Senegal). As trabalhadoras são vistas pelos empregadores como dóceis e habilidosas. Tal sistema é visto como vantajoso para os empresários na medida em que possibilita planejar com antecedência a safra, diminuindo o risco de o trabalhador abandonar a colheita. Entretanto, organizações sociais e sindicatos mostram que esse sistema de contratação deixa os trabalhadores sem liberdade, uma vez que são obrigados a retornar para os países de origem findadas as safras. A autora faz a seguinte crítica em relação à idealização das trabalhadoras como pessoas delicadas e habilidosas:

Sob a idealização que se produz no plano das representações simbólicas do trabalho realizado pelas mulheres e do produto encontramos, entretanto, um trabalho duro (sob a perspectiva do esforço físico e das condições laborais), que exige uma postura incômoda durante toda a jornada, que provoca enfermidades laborais (tais como a lombalgia, desvio de coluna, dor muscular, alergias e

irritações cutâneas); e, unido a isso, um produto delicado, mas com muitas duvidosas garantias de qualidade (OLAIZOLA, 2009, p. 386, *tradução nossa*).

A discrepância entre a simbologia do produto e as condições de trabalho em atividades agrícolas também foi apresentada por Silva, Bueno e Verçoza (2013) em análise sobre as condições de trabalho na agroindústria canavieira no Brasil. As autoras e o autor demonstram, entre outros fatores, que a imagem desenvolvida pelo setor sucroalcooleiro, de que o etanol se constitui como um combustível sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social, está bastante distante do contexto de intensificação e superexploração do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar (SILVA, 1999, 2004, 2012; ALVES, 2007; VERÇOZA, 2011). O pagamento por produção, somado às diferentes formas de controle do trabalho, faz com que a atividade seja bastante extenuante. Além disso, os movimentos repetitivos e intensos de golpes com os facões têm como consequência acidentes graves – cortes nos membros superiores e inferiores com facões, fortes dores musculares e câimbras, que imobilizam os trabalhadores.

Perfil dos sujeitos sociais e as condições de trabalho

Existe uma diversidade de sujeitos sociais envolvidos no cultivo de flores na região de Holambra. A complexidade reflete o emaranhado de relações que compõem o espaço rural em sua conexão com o espaço urbano. Antes de adentrarmos ao ambiente das estufas para descrever as condições de trabalho apresentaremos um perfil dos sujeitos sociais na trama das relações estabelecidas na produção de flores na região. Utilizaremos para isso a sistematização de dados a partir da pesquisa de campo.

Quadro 1 - Perfil de sujeitos sociais na produção de flores		
Vínculo empregatício	Assalariado com registro em carteira	
	Diarista	
	Mão-de-obra familiar (Proprietário)	
Residência	Área Urbana	
	Área Rural	Morador em colônia (casa cedida por empresa). Reside na mesma propriedade onde está a estufa que trabalha
		Casa própria ou alugada, fora da propriedade onde trabalha
		Morador e proprietário da terra onde cultiva flores
Movimento Migratório	Não realizou	
	Realizou	Movimento migratório recente. Possui vínculos familiares na região de origem e pretende retornar depois de trabalhar no cultivo de flores
		Possui vínculos na região de origem. Não pretende retornar
		Movimento migratório longínquo. Não possui vínculos com a região de origem

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo.

O Quadro 1, elaborado a partir da sistematização dos dados da pesquisa de campo nos fornece de forma sintetizada o perfil dos sujeitos sociais no contexto de produção de flores. Cabe ressaltar que as categorias foram criadas com finalidades de exposição e que as trajetórias das trabalhadoras e dos trabalhadores não são compostas por situações rígidas, isso significa que uma pessoa pode ter trabalhado com carteira assinada e também como diarista, pode ter vivido na área urbana e rural. Portanto, os dados do quadro buscam demonstrar a complexidade de relações possíveis. São três os eixos que se intercambiam no perfil: o vínculo empregatício, o local de residência e o movimento migratório.

No que diz respeito ao vínculo empregatício, este pode ser formal com registro em carteira; ou sem vínculo formal de trabalho: pessoas que trabalham na diária. Ou seja, são empregadas somente nos períodos de pico de produção, sem direitos trabalhistas. Estão incluídos também os casos de adolescentes com idade inferior a 16 anos, pessoas que estão usufruindo do período de seguro-desemprego e não podem ter contrato formal de trabalho, pessoas que têm outro emprego e querem complementar a renda trabalhando na diária.

A segunda categoria diz respeito ao local de residência, que pode ser na:

a) Área urbana – vivem principalmente em bairros com uma concentração elevada de trabalhadores empregados em estufas. Nesses casos o transporte dos bairros para as estufas é feito majoritariamente por meio de ônibus fretados pelas empresas. Algumas dessas pessoas realizam diariamente movimentos entre municípios vizinhos.

b) Área rural. Neste caso, estão subdivididos em:

b.1) Morador de colônia. São propriedades produtoras de flores com núcleos residenciais. As casas são cedidas pelos patrões para os trabalhadores, as trabalhadoras e seus familiares residirem no período em que exercem atividade nas estufas. O número de casas em cada propriedade varia bastante.

b.2) Morador na área rural. São pessoas que trabalham nas estufas, residem na área rural, em casas próprias ou alugadas, localizadas fora das propriedades onde trabalham.

b.3) Morador e proprietário da terra onde cultiva flores. Estão incluídos os membros da unidade doméstica que trabalham nas estufas. Alguns são moradores de associações de produtores familiares de flores, outros são imigrantes herdeiros de terras que se beneficiaram da parceria entre o governo brasileiro e holandês ou ainda compradores de terras que não se encaixam nas categorias acima.

O terceiro eixo diz respeito à realização do movimento migratório. Entre os que realizaram movimento migratório, alguns possuem vínculos com pessoas em sua região de origem. A maioria das pessoas entrevistadas realizou ao menos um movimento migratório, seja no interior do estado de São Paulo ou vindos dos estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará e Alagoas. No município de Holambra o principal estado de origem dos trabalhadores e das trabalhadoras que migraram recentemente é Alagoas. Algumas das quais demonstraram o desejo de retornar para a região de origem porque não gostaram de viver em Holambra ou porque querem retomar os vínculos com familiares. Também conversamos com pessoas que ainda possuem vínculos na região de origem, mas que já estão estabelecidas na região de Holambra e pretendem permanecer no local. Por fim, há também aquelas pessoas que não possuem qualquer tipo de vínculo com as cidades pelas quais passou em seu movimento migratório.

Feitas essas considerações, apresentaremos nas próximas linhas uma breve descrição sobre as condições de trabalho no interior das estufas. Desde o início da pesquisa de campo ficou evidente que o trabalho no setor de flores não era descrito como “leve” ou “delicado”. As primeiras narrativas já alertavam para um cenário de

trabalho marcado por jornadas exaustivas e afastamento gerado por tendinites, problemas respiratórios e dores na coluna. Boa parte das empresas desenvolve a ginástica laboral, entretanto, é bastante comum a queixa de dores em razão dos movimentos repetitivos e a postura corporal ao longo da jornada. Muitas etapas do cultivo de flores são executadas na posição “agachada”, pois os vasos ficam no chão.

Além das dores ocasionadas pela posição desconfortável, existem outros inconvenientes e fatores de risco à saúde, dentre os quais é possível destacar o espaço demasiadamente reduzido entre as fileiras de rosas, que restringe a possibilidade de movimentação e ocasiona um ambiente propício para que as pessoas sejam perfuradas pelos espinhos. Além do incômodo gerado pelas perfurações, o ambiente pode ficar escorregadio em razão da irrigação. Os ruídos intensos gerados pelos climatizadores nas estufas também foram relatados como fatores que fazem com que o ambiente de trabalho seja sentido e vivenciado negativamente.

Outra condição de trabalho insalubre apresentada em quase todas as narrativas foi a sensação térmica elevada no interior das estufas e em campo aberto. Quando estão fora dos ambientes protegidos, as trabalhadoras e os trabalhadores ficam em exposição direta aos raios solares e nem sempre as empresas fornecem chapéus ou outro Equipamento de Proteção Individual que possa protegê-los da incidência direta dos raios solares. No interior das estufas, em algumas espécies, a temperatura chega a ser ainda mais elevada que no ambiente externo.

O medo e o sofrimento apareceram em diferentes momentos das narrativas das trabalhadoras e dos trabalhadores, evidenciando que as dores advindas das atividades laborais se manifestam não só por meio de sua expressão física, como também psíquica. Sentimentos como o medo e o sofrimento vieram à tona para descrever o ambiente de trabalho em algumas situações, como a angústia vivenciada no período de “experiência”, em não saber se a atividade será bem-sucedida, se a flor será colhida no momento certo ou se terá o corte executado corretamente. O medo também impossibilitou que outras narrativas fossem relatadas durante a pesquisa de campo. Muitas pessoas indicavam amigas, parentes e colegas de trabalho que estavam afastadas em razão de doenças adquiridas no trabalho ou que já tinham dado entrada em algum processo trabalhista contra as empresas em razão de doenças ocupacionais. Entretanto, após inúmeras tentativas, essas pessoas se recusavam a conversar sobre o trabalho.

É importante ressaltar que algumas tarefas executadas nas estufas são remuneradas de acordo com a produção. E, mesmo aquelas que não recebem de acordo

com a produtividade, sofrem pressão para atingir as metas de acordo com as demandas dos compradores. O trabalho é visto como ideal quando os trabalhadores e as trabalhadoras conseguem “dar produção e qualidade”, ou seja, quando produzem o maior número de flores com uma estética bastante valorizada no mercado consumidor. A estética valorizada requer a apresentação das inflorescências com uma coloração uniformizada e livre de doenças – esse padrão é estabelecido previamente pelas empresas que fazem a comercialização dessas plantas.

A mercantilização das flores e as emoções

“É preciso comprar arroz e flores. Arroz para viver e flores para ter pelo que viver”. Essa frase – atribuída a Confúcio – foi usada por um membro da diretoria da Veiling na ocasião de um Seminário Internacional sobre inovação tecnológica na Horticultura, em 2014. A ideia contida na citação expressa o processo de mercantilização da natureza que chamamos atenção, como também a possibilidade da vida para além da reprodução física e material. As emoções estão inseridas nesse processo.

Nesse tópico abordaremos a compreensão de emoções no âmbito da Sociologia e o caráter ritual e mercantil da produção e comercialização das flores. Esse entendimento nos fornecerá recursos para apresentar reflexões sobre afetividades envolvidas no cultivo de flores, estendendo a análise para o contexto que cerca os sujeitos envolvidos nesse cultivo, extrapolando, portanto, o espaço dos campos e estufas, uma vez que podemos pensar nas afetividades e nos cuidados também no âmbito privado.

A perspectiva sociológica contemplada nesse texto acerca das emoções nos permite compreendê-las enquanto “significados culturais e relações sociais fundidos de maneira inseparável, e é essa fusão que lhes confere capacidade de transferir energia para a ação” (ILLOUZ, 2007, p. 15, *tradução nossa*). Portanto, além do elemento psicológico, as emoções carregam aspectos culturais e sociais.

Durante muito tempo, as emoções estavam marginalizadas da análise sociológica, muito em razão do empenho e aspiração de fazer dessa disciplina uma física social em busca da objetividade. A procura por aspectos objetivos e mensuráveis da vida social coincide com valores da “cultura tradicional masculina”, por meio da qual os sentimentos não estão tão expostos. “Mas se procurarmos aproximar a Sociologia da realidade fechando um olho para não ver os sentimentos, o resultado será muito pobre.

Necessitamos abrir esse olho e refletir sobre o que vemos” (HOCHSCHILD, 2008, p. 112, *tradução nossa*).

Diante disso, é possível compreender certas formas de divisões emocionais que estabelecem, por exemplo, modos distintos de sentir em homens e mulheres (ILLOUZ, 2007). Se partimos dessa ideia de que as emoções se encontram presentes nas hierarquias sociais, no contexto da produção capitalista de mercadorias e sentidos, é mister analisar as emoções em conjunto com a economia: “os repertórios de mercado se entrelaçam com a linguagem da psicologia e, combinados, proporcionam novas técnicas e sentidos para forjar novas formas de sociabilidade” (ILLOUZ, 2007, p. 20, *tradução nossa*).

As flores, enquanto natureza mercantilizada, expressam a conjunção dos sentimentos com lógicas mercantis, na medida em que são produzidas em escala elevada. As emoções não estão presentes somente no ritual da oferta de flor para alguém em determinadas ocasiões, elas marcam também a divisão sexual do trabalho nos campos e estufas, no carinho e afeto recebidos pelas plantas e na distribuição desigual de afeto, conforme demonstraremos no final do texto.

Nesse sentido, compreendemos que existe uma apropriação das subjetividades pelo capital, principalmente porque no caso do comércio em grande escala de flores a natureza e os afetos⁸ se transformam em mercadoria. “Não é somente o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (MARX, 2011, p. 47). Portanto, a mercantilização das flores pode ser entendida como parte de um processo de reprodução do capital ancorado na subjetividade dos consumidores. E o ritual de oferta de plantas que acompanha esse processo é marcado por uma construção social de gênero:

As flores que um homem oferece a uma mulher e a comida que uma mulher prepara para um homem são símbolos compartilhados do dar: presentes de caráter ritual diferenciados por gênero. A publicidade comercial explora as convenções de gênero, enquanto as perpetua e as estende. A indústria das flores publicita as rosas como o presente amoroso de um homem para uma mulher (HOCHSCHILD, 2008, p. 162, *tradução nossa*).

⁸ O Dia das Mães e o Dia dos Namorados são as datas comemorativas com maior número de flores vendidas. Nessas datas, as flores são comercializadas com apelos de sentimentos como amor, paixão e gratidão.

Uma vez mais, fica evidenciado o vínculo estabelecido entre as emoções e as hierarquias sociais. Esse vínculo também está presente no espaço de trabalho no interior das estufas e campos de flores, na medida em que atividades no cultivo de flores, em diferentes setores e variedades de plantas, podem ser caracterizadas como uma combinação entre um trabalho emocional e um trabalho material e técnico. O trabalho emocional é definido por Hochschild como uma atividade que exige a gestão da expressão das emoções, possibilitando a compreensão e a avaliação das próprias emoções e das emoções dos outros para que o trabalho possa ser realizado.

Diante disso, compreendemos que na esfera direta do trabalho no cultivo de flores as emoções estão presentes na medida em que o saber técnico não é o único elemento que define uma boa produção. Em outras produções agrícolas sabemos que o saber técnico é buscado em seu auge para que sejam controlados os fatores externos das variações climáticas que podem determinar o sucesso das colheitas. Isso também se dá no contexto da produção de flores – ainda mais quando pensamos no uso massivo de estufas como forma de proteger o ambiente e criar um clima artificial, mas o saber técnico perde seu protagonismo quando verificamos, por exemplo, o uso de termos e expressões mais ligadas à esfera dos sentimentos e habilidades inatas.

Nas páginas de um livro com instruções e informações sobre a produção comercial de plantas é possível visualizar como esses elementos (conhecimento técnico e habilidade manual) estão mesclados. A autora aponta que a floricultura

é uma profissão na qual o ‘dedo verde’ pode ser uma ferramenta importante para o início do trabalho, porém não é o imprescindível. Mais do que instinto, o floricultor necessita de preparo técnico. O nível de sucesso alcançado por uma floricultura é proporcional ao conhecimento técnico do responsável, aliado a sua capacidade de gerenciamento e comercialização (KÄMPF, 2005, p. 18).

Nas páginas seguintes da obra supracitada, a técnica presente no uso de tecnologias perde seu protagonismo: “apesar da sofisticação de alguns sistemas [de irrigação], o melhor equipamento para controlar a distribuição equilibrada de água ainda é o olho do viveirista” (KÄMPF, 2005, p. 174).

As narrativas também fornecem elementos para pensar nessa atividade como uma composição de trabalho emocional e técnico, e isso se mostra em pelo menos três aspectos: o primeiro deles diz respeito ao fato de que o “cuidado” está presente no processo de produção e crescimento das plantas; o segundo aspecto no qual as emoções são geridas nesse espaço diz respeito ao fato de que os trabalhadores e as trabalhadoras não recebem o mesmo cuidado e, em muitos casos, precisam “controlar as emoções”

para não se apegar aos companheiros e companheiras de trabalho; finalmente, podemos pensar ainda no vínculo estabelecido entre a trabalhadora/o trabalhador e a planta. Detalhemos, então, cada um desses aspectos.

O cuidado com as plantas. O trabalho do cuidado vem sendo analisado sociologicamente por inúmeras autores e autoras que refletem sobre o “*care*”⁹ como um trabalho mercantilizado que cresce na sociedade capitalista em um contexto de ampliação no número de mulheres que exercem atividades remuneradas. Nesse contexto marcado por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, muitas atividades de cuidado (da casa, crianças, deficientes físicos, idosos, adultos que procuram diversão) que antes eram realizadas prioritariamente por mulheres no âmbito doméstico sem remuneração, agora são ocupações com remuneração (HIRATA; GUIMARÃES, 2012). Entre outros fatores, as autoras analisam a tenuidade das fronteiras entre o público e o privado e os limites da mercantilização dos sentimentos que se expressam no cuidado na medida em que elementos como o amor, o afeto, as emoções, o fazer e a técnica são mesclados nesses trabalhos do cuidado.

Algumas bases de reflexão sobre esse trabalho do cuidado – mesmo que destinado a pessoas, e não a plantas – nos fornecem importantes pistas para pensar o cuidado destinado ao desenvolvimento da flor, na medida em que a atividade nesse cultivo mescla elementos do campo técnico e das emoções. Em uma das narrativas das trabalhadoras, as emoções e os sentimentos se mostram presentes:

Tacinara¹⁰ – Porque no começo ia todo mundo [para repicar mudas de violeta], ia bastante gente, bastante mulher – homem não, mulher. Aí o homem falou assim: “Nossa, está parecendo que passou um monte de vaca roçadeira aqui”, porque fazia muita bagunça, assim, tipo, umas quebravam de um jeito, outras quebravam *com raiva*, outras quebravam *com carinho*, sabe? Era a maior bagunça, ele achou que aquilo lá não estava progredindo para ele. Aí ele contratou duas pessoas para fazer só esse serviço. Que é o que eles mais preocupam, de quebrar a folhinha, para o brotinho crescer. Aí... e eu, quando eu entrei lá eu fiz dois serviços para depois eles colocarem eu lá. Aí depois eles colocaram eu lá, gostou, colocou duas. Ele não gostou da outra, mandou a outra embora e deixou eu: “eu vou deixar ela. Se eu gostar dela eu fico, senão eu vou mandar ela embora também”. E eu lá querendo ficar, sabe, porque eu gostava. Eu comecei a gostar do serviço, eu *me apaixonei pelo serviço*, menina. Até hoje, eu fico lá, eu me sinto tão bem. Eu fico sozinha! Eu adoro trabalhar sozinha. As pessoas falam: “Ai, Tacinara, eu não sei como você aguenta trabalhar sozinha”. Eu falo: “Eu adoro, adoro!” Eu tenho raiva quando eu desço

⁹ O termo em inglês *care* significa “cuidado”.

¹⁰ Nome fictício.

lá no meio do bando lá, sabe? [risos] Eu adoro ficar ali sozinha. Lá eu choro, lá às vezes eu fico triste, ou eu estou alegre. [...] Mas é muito gostoso isso que eu faço lá. Muito gostoso. Às vezes quando eu fico de atestado, quando eu fico de férias, eu fico doidinha para voltar de novo. Porque eu fico: “Olha, cuidado, não vai botar as pessoas para fazerem bagunça aí, hein?” [...] Porque acho que ele gosta, o André¹¹, que é o dono, acho que ele gosta do serviço que eu faço. Eu já falei até com ele, pessoalmente, eu falei: “Olha, eu faço isso aqui porque *eu gosto. Eu faço com carinho porque eu cuido*, sabe?” Às vezes eu sou exigente, é como se eu fosse a dona, entendeu? Às vezes eu faço o papel de como se eu fosse a dona. Mas porque eu gosto, eu faço com *carinho* (Artur Nogueira/SP, maio de 2013).

O cuidado também está presente no excerto da narrativa de Roberto, quando este descreve uma das etapas do desenvolvimento de seu trabalho:

Roberto - Nesse período aqui [“fase flor”] você não pode molhar a flor, então tem que ser com muito *cuidado* para molhar aqui. Esse é meu trabalho aqui. Daí essa é minha função que eu faço de segunda-feira. Aí, meu trabalho aqui é molhar esses vasilhinhos aqui, dar uma olhada porque eu fico mais no meio do contato com os vasos formados, eu tenho que olhar para ver se tem algum tipo de doença, tem ácaro... Então eu tenho que estar atento. Tendo as doenças, aí eu vou lá, falo para meu encarregado, marco o vão que está a doença e ele vai lá, olha, e ele cuida da parte de veneno, essas coisas (Artur Nogueira/SP, abril de 2013).

Portanto, é possível verificar que as emoções não estão ligadas somente ao trabalho de mulheres. Homens e mulheres gerem o trabalho emocional ao lidar com as plantas. Entretanto, as competências do cuidado são vistas como inatas quando relacionadas às mulheres e conquistadas por um saber técnico quando relacionadas aos homens.

A naturalização das competências e do saber-fazer do cuidado no registro da feminilidade, ou seja, naquilo que é esperado das mulheres, possui como corolário o fato de que estes saberes, quando exercidos por homens - que serão, logo, gentis, pacientes, atenciosos, discretos, delicados - são muito mais valorizados pois não são uma expectativa em relação a todos os homens. O resultado é que este homem será considerado uma pessoa especial, uma pessoa excepcional que obterá, por conseguinte, maiores gratificações (MOLINIER, 2012, p. 33).

Tal consequência apontada pela autora, no caso das flores, implica em índices salariais maiores para os homens empregados nas mesmas atividades que as mulheres. Desse modo, é preciso compreender criticamente as considerações acerca das características que seriam inerentes às mulheres. Olaizola (2009) mostra a necessidade

¹¹ Nome fictício.

de “compreender dialeticamente como as ideologias sexuais vão se materializando nos processos de trabalho e como as condições materiais de existência formatam e condicionam essas ideologias, as quais não são estáticas e sim cambiantes” (p. 254-255).

O (não) cuidado com as trabalhadoras e os trabalhadores/O controle das emoções. Termos presentes no cotidiano de trabalho, como “berçário” (espaço de propagação de plantas em ambiente protegido com usos de instrumentos como o bisturi e luvas para evitar contaminação), “planta-mãe” (matriz da planta a partir da qual será realizado o processo de plantio) e “filhote de bulbo” (broto de bulbo) reforçam o cuidado com as plantas, na medida em que ganham significados que costumam ser atribuídos à esfera humana. Portanto, nesse caso, as plantas são dignas de receber todo o cuidado para que cresçam bem, e com qualidade. O mesmo cuidado não é destinado aos trabalhadores e às trabalhadoras. Isso se evidencia no fato de que em algumas situações as pessoas que trabalham ficam expostas a venenos de forma direta e indireta – algumas empresas fornecem equipamentos de proteção individual para a aplicação de agrotóxicos. No entanto, nem sempre é cumprido o tempo de intervalo após a aplicação e as trabalhadoras acabam manuseando as plantas com veneno aplicado recentemente, aspirando, portanto, produtos químicos prejudiciais à saúde.

Outrossim, várias pessoas relataram que sofreram abusos morais por parte de encarregados e patrões. Nesses casos os trabalhadores e as trabalhadoras receberam tratamento desumano, impedindo, por exemplo, que interrompessem o trabalho para beber água ou levantar de uma posição que lhes causavam cansaço físico. Os relatos mostram que essas pessoas se sentiam como escravos e animais.

No que diz respeito ao controle das afetividades encontramos novamente a situação de gestão das emoções, na medida em que é preciso lidar com vínculos afetivos que se estabelecem com as plantas – para quem o carinho é destinado; e a possibilidade de quebra dos vínculos afetivos com companheiros e companheiras de trabalho, na medida em que existe uma rotatividade grande de pessoas empregadas nas estufas.

Envolvimento e afetividades na lida com a planta – O terceiro aspecto no qual podemos pensar a presença do cuidado e das emoções no cultivo de flores diz respeito ao envolvimento possível com as plantas. Diferente de outras mercadorias que resultam do processo de produção capitalista, na produção mercantil de flores as plantas são mercadorias vivas que se diferem umas das outras, elas apresentam pequenas nuances que podem ser identificadas pelas pessoas que trabalham e acompanham o crescimento

de cada um entre os milhares de vasos presentes no interior das estufas. Em algumas variedades de plantas, e dependendo também da organização do trabalho e distribuição de tarefas na empresa, é possível que uma trabalhadora ou um trabalhador acompanhe o processo de desenvolvimento da planta desde o plantio até chegar ao momento final da colheita e embalagem da planta. Nesses casos, muitas pessoas criam um vínculo afetivo com a planta e a beleza apresentada em alguns vasos lhes chamam a atenção, despertando o desejo de levar a planta para suas residências. No entanto, nem sempre as flores podem ser levadas para casa pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras – algumas variedades de orquídeas, por exemplo, são comercializadas por um valor bastante elevado (acima de 200 reais). Assim, mesmo criando um vínculo com a planta durante o processo de desenvolvimento, o desejo de permanecer próximo da flor não é concretizado.

Para além da mercadoria, compreendemos que existe uma distribuição desigual do afeto no processo de cultivo e comercialização das plantas. Recorremos novamente às reflexões desenvolvidas por Hochschild (2008) acerca da distribuição desigual do amor. A autora utiliza esse entendimento para retratar a desigualdade na oferta de carinho em diferentes países tomando como caso empírico a situação de mulheres imigrantes oriundas das Filipinas e países da América Latina que se deslocam para trabalhar nos Estados Unidos e Europa como babás. Esse cenário é uma demonstração do “imperialismo do afeto” (HOCHSCHILD, 2008, 281), caracterizado pela distribuição desigual do amor, uma vez que as crianças de famílias europeias e estadunidenses recebem cuidado e carinho das profissionais que trabalham em suas residências para que seus pais ou responsáveis possam exercer atividade remunerada fora de seus domicílios, enquanto as crianças, filhos e filhas das trabalhadoras imigrantes, muitas vezes, deixam de receber amor e carinho uma vez que suas mães migram por vários meses durante o ano para obter alguma fonte de renda que dificilmente seria possível em seus locais de origem em razão do grande abismo econômico existente entre os países de origem e destino desses movimentos migratórios.

Compreendemos, outra vez mais, que a noção da distribuição desigual de afetos é de grande valia para pensarmos o caso da produção de flores, na medida em que as trabalhadoras são submetidas a longas jornadas de trabalho durante o período de pico para a produção do Dia das Mães e Dia dos Namorados – momentos nos quais são privadas da possibilidade de convivência com membros familiares. Durante o período

de “pico de produção” algumas empresas costumam prolongar as jornadas de trabalho para atender a demanda – isso faz com que as pessoas trabalhem mais de 10 horas por dia e estejam ocupadas também durante o sábado e o domingo. Há ainda aquelas que trabalham no período de manhã e da tarde em uma empresa e depois trabalham como diaristas, à noite, nas estufas de outros patrões que ficam próximas de suas residências.

Não é somente no período de pico de produção o momento em que os trabalhadores e as trabalhadoras precisam lidar com a gestão das emoções que envolve a distribuição desigual do afeto. Isso porque existe uma complexidade de relações que se alimentam uma das outras e que nem sempre beneficiam os trabalhadores e as trabalhadoras – nesse instante nos referimos à escassez de oferta de vagas para crianças em creches. Muitas trabalhadoras no período pós-parto, depois de transcorrido o período de licença-maternidade, encontram dificuldades para encontrar vagas nas creches públicas.

Algumas empresas disponibilizam auxílio-creche para que o pai e a mãe possam continuar trabalhando. Mas nem sempre esse recurso é possível – um assistente social do município de Holambra relatou que uma trabalhadora levou uma criança para a estufa porque não tinha quem se responsabilizasse por ela enquanto trabalhasse. Outras famílias recorrem aos laços de vizinhança e parentesco para deixar as crianças¹². Entretanto, como mostram Sorj & Fontes, 2012,

as redes de solidariedade intergeracionais entre mulheres vêm sendo, recentemente, afrouxada, uma vez que a disponibilidade de tempo das avós e demais mulheres do grupo familiar se reduziu, em razão do prolongamento da permanência dessas, inclusive as mais idosas, no mercado de trabalho. Desse modo, os sistemas de cuidados baseados na família extensa, embora ainda muito presentes, sobretudo, nas camadas populares, estão perdendo vigor (SORJ, FONTES, 2012, p. 106).

Diante do cenário de escassez de vagas em creches e do enfraquecimento das redes de solidariedade, muitas mulheres acabam pedindo demissão das empresas quando as crianças ainda são pequenas para que possam fornecer o cuidado necessário. É importante ressaltar também o peso da responsabilidade das mulheres, já que são elas que lidam com as contínuas entradas e saídas do espaço de trabalho remunerado para atender essas demandas pela atenção e cuidado no âmbito doméstico.

¹² Entrevistamos uma moradora de Artur Nogueira que já tinha trabalhado durante muito tempo no cultivo de flores, mas que não estava mais indo para as estufas em razão das fortes dores nas costas e hérnia de disco causadas pelo trabalho na posição agachada exercido durante muito tempo. Ela agora ajuda a tomar conta do neto, pois a filha mais velha trabalha no setor de embalagem de plantas e costuma prolongar a jornada de trabalho.

Considerações finais – quem paga as contas do amor mercantilizado nas flores?

Mostramos no texto uma breve contextualização do cultivo de flores na região de Holambra, o debate sobre a agricultura intensiva globalizada e os elementos de aproximação dessa com a cultivo de plantas ornamentais no Brasil.

A conjunção da reflexão acerca das condições de trabalho nos campos e estufas de flores com os apontamentos sobre o processo de mercantilização das plantas e as várias esferas do cuidado que perpassam esse processo nos permitem lançar os seguintes questionamentos nessas considerações finais: quem paga as contas do afeto mercantilizado nas flores? Quem recebe flores como expressão de afeto, quem dá afeto para as pessoas e as plantas, e o que a dinâmica das relações do trabalho assalariado nas flores pode refletir sobre o entrelaçamento desse cuidado?

Para problematizar as indagações propostas retomamos um caso emblemático citado na nota de rodapé da página anterior – o da trabalhadora que está impossibilitada de trabalhar nas estufas e agora cuida do neto para que a filha possa trabalhar – com a finalidade de pensar as formas pelas quais o cuidado circula nessa cadeia de produção de flores. Pensamos que o corpo que já cuidou das flores agora não pode mais cuidar porque já foi desgastado pela rotina de trabalho nas estufas. Sua possibilidade de cuidado é a atenção que pode dar para o neto, para que sua filha continue reproduzindo a cadeia do cuidado das plantas para que outras pessoas recebam flores como demonstração de carinho e afeto.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CÁNOVAS, Andrés Pedreño. Convergencias globales: apuntes para una Sociología del Trabajo de la nueva condición jornalera en las agriculturas intensivas. In: BENDINI, Mónica Isabel; TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián; STEIMBREGER, Norma Graciela (coord.) *Trabajo rural y travesías migratorias*. 1ª. ed. Neuquén: EDUCO – Universidad Nacional del Comahue, 2012a. P. 155-177.

_____. Trabajadores y agriculturas mediterráneas en la globalización. *Regiones. Suplemento de Antropología*. N. 47, enero-marzo de 2012b. P. 16-20.

_____. Migraciones y calidad del empleo agrícola: consecuencias para los trabajadores, las regiones y el desarrollo local. In: BENDINI, Mónica Isabel; TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián; STEIMBREGGER, Norma Graciela (coord.) *Trabajo rural y travesías migratorias*. 1ª. ed. Neuquén: EDUCO – Universidad Nacional del Comahue, 2012. Pp. 181-199.

CORRÊA, Ana Cláudia Pinto. *Holambra além das flores: uma experiência de imigração holandesa*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2011.

GRAMMONT, Hubert C. “La modernización de las empresas hortícolas y sus efectos sobre el empleo”. In: GRAMMONT, Hubert C. et al. (Coord.) *Agricultura de exportación en tempos de globalización: El caso de las hortalizas, frutas y flores*. Mexico: Juan Pablos Editor, S. A., 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araujo, HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi, “Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. [Org.] *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. [Org.] *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

HIRATA, Helena e GUIMARÃES, Nadya Araujo. INTRODUÇÃO. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. [Org.] *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *La mercantilización de la vida íntima. Apuntes de la casa e el trabajo*. Madrid: Katz Editores. 2008. Traducido por Lilia Mosconi.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas. Las emociones en el capitalismo*. Madrid: Katz Editores. 2007.

KÄMPF, Atelene Normann. *Produção comercial de plantas ornamentais*. Guaíba: Agrolivros, 2005.

KNAAP, Annemarie Van Der. *Holambra. Cidade das Flores. Parte II – 1998-2012*. Holambra: Editora Setembro, 2012.

LEITE, Jonathan de Souza. *Holambra – entre flores e espinhos. A Imigração Holandesa e a Segregação Étnico-Cultural na Cidade das Flores. Monografia (Ciências Sociais)*, Unesp Marília, 2007.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858*. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MOLINIER, Pascale. “Ética e trabalho do care”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. [Org.] *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

NIETO, Juana Moreno. Mercado de trabajo y género en el sector fresero en Marruecos. *Regiones. Suplemento de Antropología*. N. 47, enero-marzo de 2012. P. 32-37.

OLAIZOLA, Alicia Reigada. *LAS NUEVAS TEMPORERAS DE LA FRESA EM HUELVA. Flexibilidad productiva, contratación en origen y feminización del trabajo en una agricultura globalizada*. (Tese de Doutorado). Antropología Social. Universidad de Sevilla. 2009.

_____; Agricultura industrial en Andalucía y feminización del trabajo en las cadenas agrícolas globales. *Regiones. Suplemento de Antropología*. N. 47, enero-marzo de 2012. P. 22-26.

PREIBISCH, Kerry. Migrant Workers and Changing Work-place Regimes in Contemporary Agricultural Production in Canada. *Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food*, Vol. 19, No. 1, pp. 62–82. 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas*, São Paulo. V. 39, p. 11-46, jan./jun. 2012.

_____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *O avesso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; BUENO, Juliana Dourado; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. O trabalho à flor da pele: formas contemporâneas do estranhamento nos canaviais e campos de flores. *Cadernos CERU*, série 2, v. 24, n. 1, junho de 2013, p. 13-57.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. “O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. [Org.] *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. “Capítulo 17. Particularidades da agroindústria canavieira de Alagoas e as sequelas da superexploração da força de trabalho”. In: SANT’ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. *Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WIJNEN, Kees. *Holambra. Cidade das Flores*. Parte I – 1948-1998. Holambra: Editora Setembro, 2012.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

O UNIVERSO RURAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: QUESTÕES DE IDENTIDADE, TRABALHO E SEGREGAÇÃO

CARVALHO, Jucineth G.E.S.V. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).¹
jucineth.2013@gmail.com

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT
GT 2: Trabalho Rural

Resumo

No texto, elaboro uma discussão sobre a territorialidade social construída na fronteira Brasil-Bolívia, na porção sudoeste de Mato Grosso. A região estudada denomina-se Ponta do Aterro, bem como, parte de suas cercanias, localiza-se no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Na divisa com os municípios de Pontes e Lacerda e Porto Espiridião, na Amazônia legal. O seu recorte temporal abrange o período de 1940-2012. O debate proposto resulta de uma pesquisa ainda em curso, que objetiva tecer uma análise sociológica e discutir a questão da territorialidade social construída pelos sujeitos fronteiriços na região delimitada, composta por: trabalhadores rurais, pequenos produtores, fazendeiros e os povos tradicionais, mestiços, denominados “Chiquitano”. Os resultados preliminares da investigação apontam que a região em destaque, configura-se num espaço de confrontos e disputas, que se fazem presentes nas relações sociais e nos modos de ser e viver daqueles sujeitos.

O trajeto metodológico pauta-se nos estudos construídos pela Teoria Social, e no levantamento documental associado às ferramentas oferecidas pela História oral: memória, histórias de vida e suas fontes. Intenta-se desvendar, na perspectiva dos habitantes locais, o “sentido e a fluidez” dos limites da fronteira dos Estados- Nação Brasil e Bolívia.

Busca-se o desvelamento dos aspectos da territorialidade vivenciada pela população fronteiriça, interpelar a sua interpretação e os significados atribuídos à terra, trabalho, nacionalidade, pertencimento e construção de sua identidade social, bem como, de suas estratégias de enfrentamento dos dilemas cotidianos, considerando os conflitos existentes e os interesses divergentes dos segmentos sociais que compõe aquela territorialidade.

Desvendando a fronteira em estudo

A região conhecida como Ponta do Aterro e parte de suas cercanias, tomada como objeto e lócus investigativo, trata-se de um povoamento localizado no município

¹ Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos UFSCar, na linha de pesquisa Urbanização, ruralidades, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. É Docente e Pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Campus Fronteira Oeste - Pontes e Lacerda.

de Vila Bela da Santíssima Trindade, dentro da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, no sudoeste de Mato Grosso, inserida na Amazônia Legal. Distância aproximadamente 680 km de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, rumo Oeste. Vale ressaltar que, o município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi a 1ª capital de Mato Grosso, no período de 1752-1820, temporalidade inserida nos tempos do Brasil colônia.

A escolha da área de estudo fundamentou-se em dois aspectos: 1 – localização geográfica e posição geopolítica, isto porque, entendeu-se a priori que, trata-se de uma região de fronteira física com a Bolívia e portanto, o “lugar” da materialização do movimento das territorialidades, e que este é permeado por relações de poder sobre o espaço, o que neste entendimento, muito poderá contribuir no sentido de desvelar o sentido da “fronteira” para a população local; 2 – Levantamento da necessidade emergente de aprofundar a análise sobre a territorialidade social constituída na fronteira, avaliando-a nesta perspectiva, como um extenso e instigante campo aberto à investigações e reinterpretações.

Trata-se de um exercício reflexivo frente à importância e necessidade de compreensão dos elementos institucionais e sociais na fronteira mencionada, bem como, suas formas intrínsecas de movimentação, ordenamento, interações e desdobramentos na reprodução de tal espacialidade, de caráter sociológico.

A faixa de fronteira Brasil-Bolívia investigada, a região da Ponta do Aterro e parte de suas cercanias, compõe-se por 13 Comunidades, a saber: Santa Clara, Aparecida, São Miguel, Ponto Chique, Morrinhos, São Paulo, Santa Maria, Santa Lúcia, Cruzes, São Vicente, Santa Mônica, Fazenda São Marcos e Fazenda São Lucas, reúne aproximadamente 180 famílias², grande parte composta por migrantes originários de movimentos de ocupação da Amazônia Legal, descendentes de indígenas e povos de nacionalidade boliviana e ou mestiça, habitantes da fronteira, os “Chiquitano”.

Na região da Ponta do Aterro, a Comunidade mais estruturada é a Santa Clara, chamada de “Vila” pelos habitantes locais, com aproximadamente 100 casas. Na localidade funciona a Sub Prefeitura do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ponta do Aterro/ Escola Estadual 11 de Agosto³, o comércio e também os serviços públicos disponíveis. O espaço fronteiriço investigado, constitui-se por um misto de grandes propriedades rurais (as fazendas),

² Dados levantados junto à Sub Prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade, na Comunidade Santa Clara.

³ Ambas as unidades escolares funcionam no mesmo prédio e atendem a aproximadamente 420 alunos.

minifúndios derivados de projetos de assentamentos rurais, a população habitante da “vila Santa Clara” e das demais comunidades mencionadas.

Discute-se nesta seara, o sentido de “fronteira” no espaço pesquisado. A trajetória da análise sobre espacialidades contemporâneas nas áreas fronteiriças remete à compreensão dos diferentes sentidos e significados contidos na designação da fronteira. Repensar as fronteiras pressupõe compreender a relação entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal.

A apropriação física do espaço na fronteira sudoeste de Mato Grosso, inscreveu-se num canteiro de poder simbólico, político e econômico, cuja interface se dá com o “sentido” de apropriação por parte dos migrantes, e que, ao mesmo tempo, colide com a presença de uma população de descendência indígena, os Chiquitano. Originou-se daí uma questão latente: a identidade dos fronteiriços, quem são? Índios? Brasileiros? Bolivianos?

Portanto, à guisa de entendimento, é necessário considerar que na região da fronteira em estudo, há uma discussão pautada no aspecto da etnicidade, o que envolve e, em certa medida, opõe aqueles que se consideram não índios aos que se consideram indígenas de origem chiquitano.

Para melhor situar a presença indígena na área investigada, tomamos por referência os estudos de Silva (2008), que, com base no Mapa etno-histórico de Alfred Mètraux, de 1948, conceitua que:

Chiquitano refere-se ao amálgama de inúmeras nações indígenas. Não são bolivianos ou estrangeiros no Brasil, estavam em solo nacional anteriormente à ocupação portuguesa. Portanto, antes da chegada dos portugueses, esses povos ocupavam as margens do rio Guaporé no Brasil, até as planícies bolivianas. O povo constituía-se num continuum e a fronteira geopolítica tratou de transformar em estrangeiros povos que viviam comprovadamente nessa região há muitos séculos, a divisão territorial transformou-se em dois países: O Brasil e a Bolívia.⁴

No contexto geopolítico dessa região fronteiriça, ainda de acordo com os estudos de Silva (2008), a partir de 1768 os chiquitanos foram incorporados ao trabalho nas fazendas. No Séc. XIX eram capturados para trabalhar na extração da borracha, nos seringais ou “gomales”. Com relação ao trabalho, são considerados exímios

⁴ SILVA, J.A.F. **Identities e conflitos na Fronteira. Poderes locais e os chiquitanos.** Revista Memória Americana 16 (2), 2008, pag. 119-148.

trabalhadores em fazendas de criação de gado, uma habilidade herdada da convivência com os Jesuítas, no período colonial brasileiro. Segundo a estudiosa acima citada, na fronteira sudoeste de MT com a Bolívia, que se estende cerca de 500 quilômetros, há 32 comunidades chiquitanas.

O conflito interétnico permeia as relações sociais estabelecidas na fronteira Brasil-Bolívia ora perscrutado, pois, traz à tona a divergência entre: os grupos indígenas, os grandes proprietários rurais e os fazendeiros, no que se refere à posse e propriedade das terras. Inegavelmente, há muitos confrontos de interesses, fomentados por um lado, pela possibilidade de demarcação da área e transformação desta em reserva indígena por parte do Estado Brasileiro, e por outro, a expansão das possibilidades de exploração para produção de soja e instalação do agronegócio.

Num outro viés, vale destacar que a descendência chiquitano na fronteira também é carregada pela vertente do racismo e da discriminação, é comum a denominação pejorativa de “bugre” a esta parcela da população fronteiriça. Sobre o significado do uso do termo bugre na faixa de fronteira, Silva (2008, p. 135) ensina que: “ Bugre, naquele contexto não queria dizer exatamente povo, mas uma espécie de gente, muito procurada para o trabalho, porém, pouco qualificada enquanto ser humano. Um exemplo brutal de etnocentrismo e do estranhamento”⁵.

É possível verificar a formação de grupos políticos de interesse regional na fronteira e porque não dizer, nas terras da fronteira, grupos estes que vão, ao longo do tempo e das relações, sendo reconhecidos e legitimados. Em contrapartida, também é possível observar nas falas e nas reações implícitas das comunidades investigadas, o “ocultamento da identidade chiquitano”, que fortalece a confirmação da hipótese de que se trata de um conjunto de ações estratégicas de autoproteção.

Na região fronteiriça em estudo, há vários assentamentos regulamentados pelo INCRA ⁶, os pequenos proprietários, em grande parte, os grupos descendentes de chiquitanos são assentados, fazem jus aos benefícios sociais, tais como: bolsa-família e aposentadoria rural. Mesmo com as suas pequenas propriedades, é prática comum os homens trabalharem como vaqueiros nas grandes fazendas de criação de gado, enquanto os demais membros da família se revezam em cultivos e cuidados com a propriedade e os trabalhos domésticos.

⁵ SILVA, J.A.F. **Identities e conflitos na Fronteira. Poderes locais e os chiquitanos.** Revista Memória Americana 16 (2), 2008, pag. 119-148.

⁶ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável pela regulamentação das terras destinadas à reforma agrária.

Nota-se no contexto do trabalho do sujeito fronteiriço, uma intensa precarização das condições nas fazendas, entretanto, segundo alguns entrevistados, atualmente o trabalho escravo foi abolido, principalmente em decorrência de intensas e frequentes fiscalizações por parte da Justiça do Trabalho brasileira, a aplicação de multas trabalhistas e outras ações inibidoras de tal prática.

Quanto a prática da dominação e da violência, especialmente no que tange à posse e propriedade das terras, são marcas implícitas naquela paisagem, ocultadas sob a égide de uma suposta convivência social harmônica. Ainda assim, percebe-se o domínio e o centro de poder nos “fazendeiros criadores de gado” representados pelos grupos sociais proprietários de terras sobre as populações compostas por trabalhadores rurais, mestiços e chiquitano.

No sentido de compreender melhor a questão, o primeiro grupo, comumente se auto-intitula de “desbravadores”, que dentre o rol de argumentos, faz com que se legitime como elites políticas e econômicas locais e exercem o “controle” sobre os demais a partir da exploração da força de trabalho, muitas vezes com total precarização das condições de trabalho e sobrevivência. Em última instância, o controle social é exercido pela definição de “quem vive ou quem morre”, é comum ainda na região, a ocorrência do extermínio de pessoas e famílias por assassinato. Isso decorre principalmente com o propósito de domínio da terra, ou, do território.

Constata-se que, no exercício do controle social, a posse e propriedade da terra são a principal causa de conflitos que demandam as mais diversas formas de violência e intimidação por parte dos interessados, os jogos de interesse se colocam na linha de frente das questões, no choque das relações de poder estabelecidas.

No sentido da ocupação do espaço de investigação, ou seja, o espaço da fronteira sudoeste de MT, região que também está inserida no limite internacional entre Brasil e Bolívia, há que se fazer a leitura deste como um espaço de confrontos e disputas, que se fazem presentes nas relações sociais e nos modos de ser daqueles sujeitos.

Pode-se estabelecer a partir de Bourdieu (2002)⁷ uma crítica à “naturalização” das relações sociais de dominação, a partir do conceito de *habitus* e sua propagação por meio de ações irrefletidas. Bourdieu viabiliza a percepção da dominação e desigualdade onde outros percebem harmonia e pacificação. Na análise social das sociedades centrais ou periféricas constata-se corriqueiramente a dominação simbólica sobre a ideologia de

⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

igualdade, o que origina uma imagem de consenso social e político, que, de certa forma, obscurece as relações de desigualdade.

A faixa de fronteira Brasil-Bolívia recorrentemente constitui-se em espaços marginalizados pelo discurso político, que insiste em deixá-las sob a penumbra da ilicitude, destacando-se de forma preconceituosa: o tráfico de drogas, a prostituição, o contrabando, roubos de veículos e outros crimes, o que confere às áreas de fronteira no Brasil um aspecto hostil e perigoso, transformada pela imagem mitificada, que se perpetua, não encontrando rival ou, não se oportunizando a construção da concepção do contraditório. São lugares de desordem? Ou, locais onde o Estado não conseguiu impor sua ordem? Nesta perspectiva, a fronteira não pode e não deve ser analisada e menos ainda, compreendida somente como o “lugar” de ilicitude e/ou da transgressão.

O Estado Brasileiro e a fronteira Brasil-Bolívia: uma contextualização teórica

Constatou-se neste recorte de estudo que, na atualidade, tal processo de configuração da fronteira no Sudoeste de Mato Grosso, na Amazônia Legal pelo Estado brasileiro, decorreu de diferentes momentos da articulação capitalista, inserindo neste processo ainda, mudanças estruturais e conjunturais acerca de desenvolvimento econômico e político, perpassando ainda, pelas esferas do simbólico e cultural.

O conjunto de ações desencadeadas pelo Estado Brasileiro e pelas forças políticas, podem explicitar de maneira segura um quadro ou uma chave teórica que justifique a forma de ocupação e o modelo produtivo instituído na fronteira.

Neste entendimento, todos os contextos que influenciaram a organização do espaço social na região de fronteira delimitada na pesquisa, relacionam-se a priori, com a gênese da formação do Estado Brasileiro, neste exercício considerou-se adequado tomar por base a concepção de Estado formulada por Gramsci (1991, P.234), pois, conforme este teórico, “ o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas constituídas pelas esferas da sociedade política e da sociedade civil. Nesse caso, na sociedade política (Estado restrito) predominaria a coerção e na sociedade civil, o consenso”⁸.

Para entender melhor o processo de ocupação do oeste brasileiro e também da região pesquisada, é necessário discorrer sobre a implementação do Marcha para o Oeste, que foi uma iniciativa do Estado Brasileiro, tratada como uma política estatal de

⁸ GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo, 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 (1991, p.234)

desenvolvimento do país, o movimento se efetivou na década de 40, caracterizado pelo desencadeamento de um intenso processo migratório, com o intuito de promover a “ocupação dos espaços vazios na Amazônia e no Oeste do País”. Constatou-se a influência e o desdobramento de tais ações na formação dos espaços rurais e urbanos no contexto da fronteira citada, notadamente, a partir do mesmo período. Ou seja, a partir desta década acima mencionada.

Desse modo, é possível pensar a “Marcha para o Oeste”, assim como outros movimentos posteriores de “ocupação” das regiões de fronteira neste país como consequência de processos dimensionalmente maiores e mais profundos quanto à ocupação do espaço, englobando para isso, tanto a ordem posta no sistema colonial quanto posteriormente, à definição de uma política de Estado para o Brasil, pautada no domínio territorial e controle social.

Posteriormente à Marcha para Oeste, outros movimentos migratórios foram desencadeados com o aval do Estado como forma de dissipar as pressões sociais nos grandes centros, sob o pretexto de ocupar “espaços vazios” e de ampliação de oportunidades de elevação econômica e de qualidade de vida da população que se dispusesse a ocupar tais espaços.

A despeito desta análise, constatou-se que na atualidade, tal processo de configuração da fronteira no Sudoeste de Mato Grosso, na Amazônia Legal pelo Estado brasileiro, decorreu de momentos da articulação capitalista, inserindo neste processo ainda, mudanças estruturais e conjunturais acerca de desenvolvimento econômico e político, perpassando ainda, pelas esferas do simbólico e cultural.

A leitura de Gramsci acerca da “Ideologia da Hegemonia” trazida à luz do conjunto de ações desencadeadas pelo Estado Brasileiro e pelas forças políticas, explicitam um quadro ou uma chave teórica que justifique a forma de ocupação e o modelo produtivo instituído na fronteira. Estudos e levantamentos documentais realizados sobre o tema de pesquisa na região, demonstraram a interação entre as políticas de desenvolvimento do país e o contexto social e político, estabelecendo forças motrizes na configuração das espacialidades contemporâneas nas áreas fronteiriças.

A segunda metade do século XX no Brasil, é marcada por uma intensificação na formação espacial de cidades, modificações urbanas e reorganização dos espaços fronteiriços. Notadamente, a partir de 1964, com a instauração de um governo militar, foram muitas as transformações sociais e econômicas e que possibilitaram a consolidação do capitalismo no país. Neste percurso, observou-se na leitura disponível

que, muitas são as contradições no processo histórico de acumulação capitalista, inserindo-se aqui a realidade matogrossense.

Na fronteira Brasil-Bolívia, região selecionada para estudo, sob determinado aspecto, observa-se a “naturalização da desigualdade social, típica de países periféricos como o Brasil”, que neste entendimento pode traduzir-se como uma “suposta herança pré-moderna e personalista”, decorrente de um forte movimento de modernização observado no Brasil e alguns outros países da América Latina, atribuído em grande parte, à transferência do modelo de produção industrial e paulatinamente, à expressão de novas formas vida e quadros sociais, pautados em novas relações instituídas entre rural-urbano, uma vez que o País vivenciou uma intensa transformação de cunho socioeconômico a partir de meados do Séc. XX, altera-se de forma acentuada e acelerada a sua situação de agrário-exportador para urbano-industrial.

As ações modernizantes embutidas no “discurso político do crescimento econômico” propagada pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do Séc. XX, não explicam a extensão de tal modernidade à condição periférica de grande parte da sociedade brasileira, ou, às dramáticas contradições sociais observadas no território brasileiro e talvez de maneira mais intensificada, nas vastas faixas de fronteira entre o Brasil e grande parte dos países latino-americanos, dentre os quais destaca-se nesta investigação a fronteira Brasil-Bolívia, que só em Mato Grosso estende-se por aproximadamente 500 quilômetros.

Esta modernização das sociedades periféricas teve lugar de destaque no debate internacional, o que estimulou o avanço das ciências sociais, atingindo o seu ápice no pós guerra, acompanhando o esforço norte-americano na reorganização política do mundo livre.

Para discutir a territorialidade e o papel desempenhado pelo Estado na fronteira, propomos um exercício de compreensão do quadro da desigualdade social brasileira, o que neste entendimento, está inserido nas mazelas sociais dos países periféricos, assim como o Brasil, presentes na desigualdade e sua naturalização, na marginalização dos setores expressivos da população, na dificuldade de consolidação de uma ordem democrática e de mercado competitiva.

No intuito de compreender a grande complexidade da paisagem social na faixa de fronteira estudada, faz-se necessário desvelar e igualmente compreender o papel desempenhado pelo Estado Brasileiro quanto à territorialidade e ações desencadeadas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer a segurança nacional.

Para explorar tais sentidos, considerou-se pertinentes as seguintes indagações: Por que houve o desencadeamento de um intenso processo migratório rumo às regiões de fronteira? Em que medida tais movimentos se constituíram ideologicamente ou com o intuito de promover a ocupação dos espaços vazios na Amazônia e no Oeste do País? Quais são os desdobramentos destas ações na formação dos espaços rurais e urbanos no contexto da fronteira citada, notadamente, a partir da década de 40? Seria a fronteira o “lugar da exclusão” e do “vazio de direitos”?

Nesse movimento interpretativo, somado à muitos embates teóricos e reflexões, pode-se entender que: “Todo Estado tem margem. O sujeito pode estar dentro ou fora dos critérios estabelecidos para estar INCLUÍDO ou EXCLUÍDO entre margem e centro”. No que se concerne às relações inter-regionais, as regiões de fronteira, em especial o recorte em estudo, que engloba espaços que margeiam a Amazônia e Bolívia, constituem-se numa região geográfica periférica do país.

A desigualdade e a exclusão na territorialidade da fronteira, considerando o paradigma da modernidade, são discutidas como uma condição de exceção, que está relacionada diretamente à forma de organização societal. No contexto do sistema capitalista, considera-se como uma espécie de questão originada no desenvolvimento do modelo capitalista, portanto, justifica-se a necessidade de implementação de políticas sociais que minimizem tais excepcionalidades.

Na perspectiva de Marx (1969)⁹ e Foucault (2003)¹⁰, os grupos sociais que constituem a desigualdade e a exclusão estabelecem cada um, uma hierarquia de pertença ao sistema, constituindo-se em dois “tipos ideais”. A desigualdade pode ser caracterizada como um fenômeno socioeconômico, enquanto a exclusão está sedimentada como um fenômeno cultural e social, próprio da civilização. Afirma que: “em ambas as formas de hierarquização se pretende uma integração subordinada pelo trabalho”.

As combinações complexas de tais sistemas de pertença dentro de uma hierarquia, passam por um modelo de regulação social por parte do “Estado moderno” em sua gestão capitalista, ou seja, a desigualdade e a exclusão ao mesmo tempo em que, de certa forma se constituem em forças motrizes do sistema, são devidamente monitoradas pela própria gestão no sentido de se “controlar os extremismos”, nesse

⁹ MARX, K. **Ideologia alemã**. Cidade do México: Fonte de Cultura, 1969

¹⁰ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

sentido, os mecanismos de controle ou de monitoração conforme denominamos, permitem sob determinada perspectiva alguma emancipação dos grupos sociais pertencentes às situações de desigualdade e exclusão.

Partindo da premissa que a faixa de fronteira em estudo Brasil-Bolívia é também um lugar de exclusão e desigualdade, e ao mesmo tempo, um espaço inegável de materialização da ideologia de “segurança nacional sobre a territorialidade”, são comuns diversos conflitos sociais aos quais se pode agregar as seguintes características: etnização da força de trabalho; luta pela posse da terra; coexistência de diferentes nacionalidades e identidades étnicas; atuação de forças decorrentes do processo de globalização da cultura; descontextualização das culturas locais. Percebe-se portanto, nessa espacialidade, a inserção de uma nova ordem mundial, globalizada e multicultural.

Neste quadro reflexivo, no contexto das contradições acerca do processo histórico de ocupação da Amazônia brasileira, e nesta o recorte da porção sudoeste de MT, deve-se lançar um olhar crítico também sobre o processo de acesso à terra pública e/ou devoluta, bem como sobre a violência implícita na desfaçatez, e que é praticada contra nações indígenas, dentre as quais destaca-se na área estudada a presença dos *chiquitano*, os migrantes colonos e os posseiros. Há que se indagar o propósito das políticas públicas de cunho “desenvolvimentista”, bem como as suas consequências para a região de estudo.

Ainda quanto ao objeto de estudo presente no foco deste texto, vale ressaltar que, levantamentos e observações realizadas revelaram uma intensa degradação ambiental nos referidos municípios localizados na fronteira sudoeste de Mato Grosso, em consequência particularmente, das atividades produtivas/econômicas historicamente praticadas, desde o início da ocupação tais como: atividade garimpeira, atualmente desempenhada por indústrias da mineração, o extrativismo a partir da exploração da madeira, nem sempre dentro do contexto da legalidade e também, das inter-relações estabelecidas entre as atividades produtivas e “os modos de ser e de viver” daquela sociedade.

Os espaços sociais se constituem nas relações sociais. Na concepção de Michel Foucault¹¹, tais espaços se configuram antes de tudo, em relações de poder, o que por sua vez, são decorrentes de diferentes mecanismos e estratégias deliberadas pelos

¹¹FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)**. Martins Fontes: São Paulo, 1979.

indivíduos e pelas instituições. Nesse sentido, para o referido Teórico, no exercício de compreensão dos espaços sociais há necessidade de se estabelecer uma prática analítica no intuito de desvelar estes mecanismos e estratégias.

A reflexão do autor leva a constatação que o poder se institui a partir de uma multiplicidade de fatores que perpassam pelo pelas seguintes instituições: o poder disciplinar, o “biopoder”, os discursos e as técnicas do direito, a obrigação legal e a soberania, entre outros. São fatores que influenciarão diretamente as práticas de sujeição do indivíduo e/ou dos grupos sociais, uma forma de dominação contida na legitimidade do poder soberano, dos direitos legítimos e da obrigação “legal” de obediência.

Foucault questiona as relações de poder e práticas de sujeição nas sociedades ditas democráticas, discute as possibilidades de utilização do modelo estratégico da guerra no contexto das análises das relações de poder. No sentido de construir uma metodologia de compreensão das relações de poder (e não do poder em si), o autor elenca algumas precauções importantes para a compreensão da sua teoria, refere-se à questões do método, nos quais destaca: a necessidade de compreender o poder nas extremidades, o que permite ir além das regras do direito,(que para ele organiza e limita as relações de poder), sustenta que o poder tem sua essência na intencionalidade e objetivos, portanto, não está centrado num indivíduo e/ou instituição.

Na análise de Foucault o poder se constitui numa rede de relações, num jogo de forças constante entre ambos os lados, as relações são dinâmicas, complexas e contraditórias. O Estado nesta reflexão, não seria apenas e tão somente uma Instituição centralizadora do poder, embora não se possa negar a influência de tal poder, mas o teórico ensina que o poder circula, transita nos espaços de todo o corpo social.

Dessa forma, as redes de poder culminam com a formação de um sistema de saber. Assim, o poder exerce-se com base na formação e organização de um saber . Verifica-se nesta esteira reflexiva, que as relações entre os indivíduos são relações de poder, e não há um grupo social coeso, portanto não há poder estático ou centrado unicamente em algo ou alguém, embora, mesmo nas sociedades “ditas democráticas” como o Brasil, as instituições tenham uma certo privilégio ou talvez uma certa centralidade no exercício do poder em função do papel que desempenham no bojo das relações sociais, inclusive de vigilância, controle e garantia dos direitos civis fundamentais dos indivíduos.

Na tentativa de análise e compreensão do espaço social em estudo, inegavelmente, por se tratar de um espaço de fronteira, percebeu-se que, em diferentes

momentos da história do Brasil, especialmente a partir da segunda metade do Século XX, disseminou-se a ideologia e as políticas públicas voltadas a manutenção da soberania nacional (do Estado) sobre o território, especificamente na faixa de fronteira do país. Se por um lado as políticas de desenvolvimento voltaram-se a garantir e fortalecer o poder Estatal e suas estratégias de dominação em tais espaços, paradoxalmente, conforme se observa, a mesma faixa de fronteira em questão é carregada de contradições, práticas e ações que configuram e de certa forma, legitimam uma realidade pautada em diversas formas de violência e abandono.

E o movimento nas relações de poder? E os sujeitos fronteiriços? Partindo da premissa em que o sentido de poder consiste e coincide necessariamente com uma forma de saber e/ou com diversos saberes, pode-se pensar o sujeito fronteiriço e sua movimentação nos seus grupos sociais sobre diferentes contextos, pode-se constatar que na área de estudo não há um grupo social coeso e as relações de poder se materializam de um lado entre o Estado e os indivíduos fronteiriços, e de outro, entre estes no seu próprio grupo social, forjou-se um certo “ordenamento” nos exercícios de poder, o que, por sua vez legitima um “modo de ser e de viver”.

Estes modos “de ser e viver” internalizados pelos grupos sociais que constituem o espaço social da fronteira, talvez propositadamente propague o predomínio da rudeza nas relações entre os grupos sociais, concedendo à sua territorialidade um aspecto “perigoso”, fortalecido inclusive no imaginário social, reiterando então, a ideia da faixa de fronteira como uma “terra sem lei” ou a “terra no fim do mundo”¹², o que origina e acirra um certo preconceito na sentido centro-periferia do país.

Neste enfoque entende-se que, sob o prisma de Foucault, nas relações entre o Estado e os grupos sociais fronteiriços e entre estes e seus pares, há um exercício de poder permanente, contido nas disputas pela posse e propriedade das extensões de terra; nos movimentos reivindicatórios por maior e melhor qualidade de vida (moradia, condições de sanitárias, assistência médica e transporte públicos); conflitos sociais de diversas ordens estão sempre em estado de “ebulição” na região.

Sobre o papel desempenhado pelo Estado na faixa de fronteira em estudo (Brasil-Bolívia, inserida na Amazônia), consegue-se perceber muitas contradições, conforme a ocasião, interesse e conveniência constata-se a sua presença ou ausência.

A formulação de outra versão para a ideia de constituição da fronteira, num sentido não atrelado apenas à sua configuração física e/ou espacial ou seja, extrapolando

¹² Anotações retiradas de entrevistas preliminares com habitantes da faixa de fronteira em estudo.

à sua organização apenas em decorrência do papel do Estado e de suas ações nos moldes do desenvolvimento capitalista, mas, abarcando também, a sua forma particular de constituição, que se faz presente na mobilização de forças e na forma de inserção dos sujeitos sociais nesse espaço de estudo, implica portanto, neste entendimento, em olhar a fronteira a partir do movimento relacionado às relações sociais, reações, vivências, formas de ser que e de se articular no “mundo fronteiriço”.

Algumas Constatações

Com relação ao controle social exercido pelo Estado, entende-se que este recorrentemente transita paradoxalmente nas margens da legitimidade e ilegitimidade. Tomando por empréstimo uma referência de Agamben, constata-se que, no desempenho do seu papel, o Estado, sob a ótica da omissão ou da “negação de direitos” básicos aos fronteiriços, também constitui-se na fronteira Brasil-Bolívia como um *Estado de Exceção*, o que talvez possa justificar o aspecto de violência a abandono nessa paisagem, pois, não frequentemente os direitos básicos são negados àquela população e por vezes, a ausência e a ineficiência das instituições protetivas e básicas para a vida social implicam numa decisão deliberada sobre quem deve “viver ou morrer”.

Pode-se, a título de exemplo, citar as condições precárias de higiene e saúde vivenciada pela população fronteiriça, especialmente as de menor poder aquisitivo que compõe a camada empobrecida, a saber: trabalhadores rurais, mestiços, chiquitano e descendentes de negros, (que vivem nas áreas de remanescentes de quilombos).

No recorte de estudo, ou seja, na fronteira Brasil-Bolívia, pode-se entender os conflitos como parte das estratégias de exercício de poder, tanto por parte do Estado quanto das camadas sociais entre si, delineiam-se situações que envolvem diretamente o processo de “assujeitamento do outro”, o que demanda as mais diversas formas de violência e intimidação, disfarçada, na maioria das vezes. Visualiza-se os jogos de interesse, que se colocam na linha de frente das questões, no choque das relações de poder estabelecidas.

Ainda quanto à constituição do poder do Estado brasileiro e de seus significados na organização do aspecto político da fronteira, outra observação importante está pautada na vida política local, elemento de fundamental importância para se analisar a existência ou inexistência dos sujeitos a partir do contexto da inclusão e/ou exclusão do cenário político. Essa relação se destaca no sentido de pertencimento a uma comunidade

e o seu reconhecimento enquanto ser político, elemento que habilita o indivíduo e/ou grupos sociais à condição de manutenção e garantias da vida individual e de acesso aos direitos na vida social e coletiva, no Estado de exceção a vida dos “seres humanos” reduz-se à sua dimensão biológica, apolítica e sem direitos.

Num confronto entre os referenciais teóricos arrolados e a realidade investigada na fronteira estudada, pode-se concluir portanto que, no universo das contradições fronteiriças, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro afirma o caráter universal do seu ordenamento jurídico, que define teoricamente, “condições de igualdade” no acesso e proteção aos direitos dos sujeitos que compõe a sociedade de fronteira, nesse quadro, os seres que não se “constituem politicamente”, estarão sempre à margem de, ou seja, implica em concretamente, estar “dentro” e simultaneamente estar “fora”, numa condição de sobrevivência pautada na exclusão e na precarização da vida cotidiana.

De uma forma bastante genérica, pode-se dizer que, a organização social da “modernidade” inseriu-se em um modelo capitalista de produção, forjando um modelo de constituição social à luz da perspectiva do pensamento Europeu, que se desdobrou trazendo novas complexidades para a interpretação das relações sociais, de produção e trabalho na fronteira.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, G. **Homo sacer – o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2002.

_____, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996

_____, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A. de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Orgs.). **Anthropology in the Margins of the State.**, Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004, 330 p. Resenha Tradução livre de Marianna Olinger. **O Estado na margem da sociedade: para pensar as fronteiras da cidade.**

DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe.**s/ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 3ª edição, 1963.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2005.

_____, M. **A ordem do discurso.** São Paulo : Ed Loyola, 2010.

_____, M. **As palavras e as coisas.** São Paulo : Martins fontes, 1981.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Trad. Luiz Mário Gazzaneo, 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. **Ideologia alemã.** Cidade do México: Fonte de Cultura, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ORNINTORRINCO.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, J.A.F. **Identidades e conflitos na Fronteira. Poderes locais e os chiquitanos.** Revista Memória Americana 16 (2), 2008, pag. 119-148.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo : Nobel, 1997.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Trad.: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker. Rio de Janeiro:Zahar, 1993



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

O SABER- FAZER! O BARRO CONSTRUINDO O SER AS MULHERES ARTESÃS DO QUILOMBO BURITI DO MEIO- SÃO FRANCISCO- MG

Laís Pereira Costa¹; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula²- Unimontes

laispereiracosta@yahoo.com.br; andreapirapora@yahoo.com.br

Agência Financiadora: FAPEMIG

Grupo de Trabalho- GT 02: Trabalho Rural

RESUMO: Neste trabalho queremos compreender a importância do artesanato de barro do e no Buriti do Meio através do saber fazer das artesãs do quilombo. Buriti do meio é um quilombo no sertão do Norte de Minas Gerais. Foi objetivo desse estudo conhecer as etapas de desenvolvimento do fazer artesanal junto às mulheres de Buriti desde a retirada do barro até a formação das peças. Através da observação participante, da descrição densa do cotidiano da comunidade, das narrativas dos moradores foi possível reconhecer que é através da arte que se reafirma a cultura e a identidade quilombola.

PALAVRAS- CHAVE: Artesanato, Artesãs, Identidade, Quilombo, Norte de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes. Pesquisadora Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre comunidades do Rio São Francisco-OPARÁ/CNPq.. Bolsista FAPEMIG pelo projeto SAIR, FICAR, VOLTAR: um estudo sobre migrações temporárias no sertão Norte – Mineiro projeto Aprovado pela Demanda Universal Fapemig CSA-APQ-01758-13. Iniciado em Fevereiro de 2014.

² Professora da Universidade Estadual de Montes Claros, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social- PPGDS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas do São Francisco-OPARÁ/CNPq.. Coordenadora do projeto SAIR, FICAR, VOLTAR: um estudo sobre migrações temporárias no sertão Norte – Mineiro projeto Aprovado pela Demanda Universal Fapemig CSA-APQ-01758-13. Iniciado em Fevereiro de 2014.

Esta pesquisa foi realizada através do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais no São Francisco-Opará. Grupo reconhecido pelo CNPq e na Unimontes. Dentre as muitas pesquisas em andamento, desenvolvemos o projeto Sujeito agente, pessoa sertão com o objetivo de realizar junto com os sujeitos do lugar uma cartilha com os seus saberes tradicionais .

Nos propomos uma metodologia participativa, com os sujeitos do lugar não sendo somente pesquisados mas também pesquisadores, portanto realizamos oficinas interativas e um cronograma de atividades de pesquisas como: realização de fotografias, realização de entrevistas para serem concretizadas pelos próprios moradores.

Através dessa dinâmica foi possível compreender a importância do artesanato gerado pelas mulheres de Buriti do Meio para a análise da comunidade Quilombola. O saber fazer das mulheres é uma forma de identidade das gentes desse lugar!

QUILOMBO BURITI DO MEIO: O LUGAR DA SUAS GENTES.

A história do Quilombo é narrada por seus moradores a partir da fuga do negro Eusébio Gonçalves Gramacho do estado da Bahia passando por Grão- Mogol e chegando ao que hoje é o quilombo, e a união dele com Dona Manuela Francisca de Barros. A partir dessa união nasceram sete filhos que se casaram com as mulheres de outras comunidades, com isso a comunidade foi sendo constituída chegando no ano de 1937, com aproximadamente 32 famílias.

A história de Buriti do Meio segundo a entrevistada Maria das Neves moradora da comunidade, se deu por meio de um negro que se refugiou do estado da Bahia, passando por Grão Mogol-MG e chegou até aqui. A primeira família foi formada através da união desse primeiro negro Eusébio Gonçalves Gramacho com D. Manuela Francisca de Barros, estes constituíram 7 filhos que casaram com mulheres de comunidades vizinhas já existentes, daí a comunidade foi se multiplicando e mais ou menos no ano de 1937 existiam aproximadamente umas 32 famílias, os filhos dessas famílias foram se casando primos com primos e formando novas famílias, essas eram conhecidas pelos apelidos dos sobrenomes que eram divididos em oito, a família “Pereira dos Santos” eram chamados de (bois), “Pereira do Rosário” e “Luiz de Souza” eram chamados de (paú), “ Ferreira Damião” eram chamados (gavião), “Francisco” eram chamados de (macaco), “ Gonçalves”, “Silva” e “Oliveira” eram chamados de (gago). (RODRIGUES, 2013, p. 27)

As casas antigamente não tinham cercas de arames, quando criança o Seu Miguel escutava seu pai falar que um dia, tudo, as roças iriam ser divididas, um pedaço de chão para cada pessoa e o povo achava impossível, mas foi realmente isso que aconteceu. Na Fazenda Passagem Funda existe uma cerca feita de pedras elas foram carregadas pelos moradores mais antigo, homens que por vários dias carregou nos ombros pedras com peso de aproximadamente 70 kg cada uma para a construção dela.



Fig. 02: Muro de Pedras, construído pelos antigos moradores na fazenda Passagem Funda. (Fonte: Acervo dos moradores de Buritido Meio, 2013).



Fig. 03: Pedra com cerca de 70kg usada para a construção do Muro de Pedras. (Fonte: Acervo dos moradores de Buritido Meio, 2013)

As terras do quilombo não eram divididas, eram considerada área comum, apenas as terras dos fazendeiros que tinha divisão. Os moradores relataram que antes a vida era ‘mais resumida’, as festas mais sossegadas com tocadores de viola e sanfona, a comida era os biscoitos de peta e a famosa cachaça, era muito divertido. As músicas eram inspiradas em acontecimentos de festas, mas qualquer coisa que acontecia virava música. As pessoas faziam foguetes caseiros “bomba de soda” e como tinha as festas de São João eles nem precisavam comprar foguetes, pois já sabiam fazer. Mais tarde eles fizeram mutirão para construirum salão para fazer as rezas, pois naquela época eles faziam mais eram as novenas nas casas das pessoas.

No ano de 2004, a comunidade recebeu a certificação através da Fundação Palmares e passou a ser chamada de “Comunidade Quilombola de Buriti do Meio”. Localizada entre Luislândia, São Francisco e Brasília de Minas, três cidades do norte de

Minas Gerais, a comunidade quilombola Buriti do Meio em decorrência da certificação recebeu algumas melhorias, as quais são:

- Poço artesiano canalizando água potável a todas as famílias;
- Saneamento básico sanitário (construção de 105 banheiros dentro da comunidade) FUNASA;
- Construção de 04 Galpões, 03 para fabricação das peças artesanais e 01 para acumular as peças para comercialização;
- 02 micros tratores para transporte da argila e também das peças dos galpões de produção ao galpão central;
- 01 caminhão F.350 tipo baú;
- Tele-centro Comunitário com internet (inclusão digital);
- Trator agrícola com carreta e grade.

A Escola Estadual da Fazenda Passagem Funda propicia aos meninos e meninas do quilombo estudar o ensino fundamental e médio sem precisar sair do quilombo, além disso na comunidade existem duas Igrejas, a católica do Padroeiro São Geraldo e a Congregação Cristã no Brasil. Existe também a Associação Comunitária Buriti do Meio, composta de 200 sócios, responsável pela busca dos benefícios.

A Pastoral da Criança desenvolve um trabalho junto às crianças do quilombo desde o ventre materno até a criança completar 06 anos de idade, contribuindo para que suas famílias realizem sua própria transformação, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida.

Muitas são as manifestações culturais, a dança, as festas religiosas, as musicas. Os grupos de dançadeiras, um da terceira idade e outro formado por adolescentes, tem também o grupo da capoeira formado pelos jovens, o terno de folias também existe dois grupos um dos mais idosos e outro dos mais jovens, algumas pessoas fazem o teatro.

A comunidade expressa através do batuque, das folias, a identidade de um povo negro. Por meio das cantigas, das danças é perceptível a presença de traços que faz

com que desperte nas pessoas um sentimento de pertencimento e identificação com o lugar que vive. Essas comemorações estão presentes nas festas religiosas católicas que são celebradas ao longo do ano e que contam com a participação das comunidades vizinhas.

Além das comemorações religiosas, existem duas outras datas que marcam o quilombo de forma mais significativa que são: o Dia da Consciência Negra, realizada no mês de novembro, e a Festa da Abolição, que é comemorada no mês de maio. A festa da Abolição, realizada em maio é comemorada como forma de trazer à memória, lutas e vivências do dia a dia de um povo quilombola.



Fig 01: Gincana do dia da Abolição no Quilombo Buriti do Meio. (Fonte: Acervo Opará, 2013)

UMA ARTE, UM SABER- FAZER: O BARRO CONSTRUINDO O SER DAS ARTESÃS DE BURITI DO MEIO

São muitas mulheres artesãs em Buriti do meio. Iremos conhecer algumas delas:

Dona Venturina, tem 61 anos, e tem o saber- fazer da tecelagem de algodão. Ela começou aos oito anos de idade, aprendeu a trabalhar com sua mãe fabricava para o próprio consumo, passava para a tecelã Sipriana que fazia as cobertas para o próprio uso e o seu artesanato era trocado com outras pessoas por alimentos, pois naquela época era muito difícil, passavam dificuldades. Até hoje ela ainda continua fabricando seu algodão, pois não quer que este *saber- fazer* se perca no tempo.

A dona Honorinda, é artesã da esteira da palha de banana, começou aos nove anos de idade e assim como a Dona Venturina também aprendeu a trabalhar com a mãe, fabricava para seu próprio uso e também para os parentes, sua arte também era negociada em troca de feijão, fava, queijo e leites com os fazendeiros. Uma das preocupações de Dona Honorinda assim como a Dona Venturina era de que seus artesanatos, a forma de fazer a esteira da palha de banana fosse esquecida, por isso nunca deixou de fazer esta arte mesmo não tendo um comércio.

Um dos principais produtos que faziam e continua até hoje na comunidade é o artesanato de barro são potes, telhas, vasos, botijas, ladrilhos e também os tijolos que eram feitos somente para vender aos fazendeiros. As casas dos artesãos eram construídas de pau a pique e cobertas com palhas de coqueiro ou bagaço de cana. A forma como eles reproduziam a vida naquela época provinha do plantio, plantavam mamona, milho, algodão, feijão, andu, fava, mandioca etc.

O quilombo Buriti do Meio é conhecido na cidade de São Francisco, em outras cidades e outras regiões pelo seu artesanato de barro, por isso foram construídos quatro galpões sendo que, um deles é destinado à armazenagem e o comércio dos artesanatos produzidos e os outros três são para os moradores comercializarem os seus produtos agrícolas. As artesãs relataram que no passado houve grandes dificuldades na fabricação de seus artesanatos de barro, pois estes eram produzidos nos terreiros debaixo das árvores próximas às residências.

Nessa época os antepassados passaram por imensas dificuldades com a comercialização dos produtos, pois o único meio de transporte que existia era o cavalo. Muitas vezes os moradores saíam a pé com peças artesanais na cabeça ou saco de mamona nas costas para ir até as fazendas ou cidades vizinhas, se não conseguissem vender a dinheiro, usavam a técnica do **escambo** (troca de um produto por outro).

Demoravam dois ou três dias para chegar ao local onde procuravam vender as peças ou fazer o escambo, nesse intermédio dormiam em casas de desconhecidos, que por sua vez forneciam alimentos para ajudar a eles. Essas peças produzidas no Quilombo forneciam todo município de São Francisco.

Dona Maria das Neves tem 53 anos e tem o saber- fazer do barro, ela contou como começou moldar o barro ainda criança com a avó,

“Aos 07 anos de idade comecei a fazer artesanato ajudando a minha avó a pegar os barros, amassar, alisar, pegar a casca de pau para queimar as peças porque naquela época queimava as peças num buraco e com os 10 anos aprendi com a avó Torlantina e tia Inez, porém naquela época a produção era pouca porque não havia estrada, não tinha condução para carregar e nem comunicação para tratar de encomendas, mas sempre agente fazia, não desanimava, vendia para os fazendeiros nas fazendas, eles consumiam muito porque os filhos deles vinham e levavam para a cidade.” (Entrevista de D. Maria das Neves, 2014)

E é Dona das Neves que relata como o artesanato na comunidade quilombola de Buriti do Meio surgiu, foi pelas mãos de *uma negra bonita* que fez uma panela de barro para cozinhar feijoada, desde então a produção de cerâmicas se tornou de grande importância para o quilombo.

Ela (a negra) fez a feijoada só que ficou muito preta. [disse ela] Lá na minha terra a gente faz na panela de barro, mas aqui não tem. Aí eles perguntaram como que é, e ela falou: Vai lá na nascente e aprofunda três metros arranca o barro que tiver e traz pra mim fazer a panela. Aí eles foram arrancou o barro e levou para ela e lá ela fez o processo todo, tudo que nos fazemos hoje. Secou esse barro, depois quebrou, fez e depois queimou. Queimou a em um buraco, igual os nossos antigos, meu avô mesmo ainda queimou nesse buraco(...) Aí surgiu disso, depois surgiu o pote também para beber água, o pote que é mais sadio, porque bebia água só nas cabaça da cisterna. E também ensinou a telha, todo ano eles tinham muito prejuízo porque perdia as rapaduras aí pegou o barro e pôs na coxa e fez a telha grande para cobrir o engenho e também fez copos. (Donas das Neves, 44 anos, entrevista concedida a Mauro Toledo, 2013)

A produção das peças começa logo pela manhã, às sete horas, as mulheres se organizam em seus galpões e dão início ao seu dia de trabalho, dia de construção, dia de produção, dia de moldar, dia de ser artesã.

O barro é extraído na própria comunidade de forma braçal, neste momento os homens também participam, entretanto são as mulheres que conhecem o local onde o barro está ideal, pois o saber das mulheres, a retirada do barro é muito importante, não

pode ser qualquer argila que serve para produzir as cerâmicas. O barro tem que ser limpo, sem resíduos como areia, pedaços de folha, pequenas pedras e pedaços de pau, assim proporcionará um bom resultado

O transporte do material é feito muitas vezes utilizando os cavalos e outras vezes são as mulheres que carregam em latas grandes na cabeça. A partir da extração do barro, ele é molhado e amassado, cria então o que elas chamam de “bolo de barro”, que para as artesãs é como a preparação de um bolo para comer, feito a massagem do barro, por homens, as mãos das artesãs começam o processada modelagem das peças, elas vão ganhando formas através do bolo de barro, as artesãs vão formando um cordão de barro, chamado por elas como “pavio”.

Cada pavio é colocado em cima de uma tábua, muitas vezes são restos de peças que não foram comercializadas e são utilizadas como apoio, tem um formato arredondado e são colocados sobre o outro. A modelagem das peças é feita com as mãos e com o uso de instrumentos inventados por elas, como o *“cocheba” que é feito de madeira, a cabaça, o sabugo de milho e a sola de couro de boi*. O uso desses instrumentos possibilita que as peças no seu resultado final estejam em perfeita condição para serem comercializadas.

Logo quando termina de modelar e com o barro ainda úmido, começa o acabamento das peças. São retirados os excessos de barro com as mãos, as artesãs alisam os objetos retirando algumas imperfeições que ficam no corpinho das peças e vão para a secagem em um cantinho do galpão, separado somente para elas, logo depois de estarem secas as peças vão para a “queima”, ficam durante mais ou menos oito horas dentro do forno aquecido por lenha retirada de árvores secas no quilombo. Algumas peças que não precisam ser pintadas vão direto para o forno, outras que requerem pintura após a secagem passam por esta etapa de trabalho, e há, ainda, aquelas que somente após a queima são pintadas, como as bonecas, pois estas precisam ser lixadas antes de receberem as pinturas.

No saber das mulheres, dado o domínio da técnica e da teoria, a retirada do barro é primordial para que as cerâmicas tenham um bom resultado, não sendo qualquer argila que serve para produzir as cerâmicas. Para elas, o barro tem que ser limpo, ou seja, sem resíduos como areia, pedaços de folha, pequenas pedras e pedaços de pau.



FIG 04: Maria das Neves, artesã de Buriti do Meio. (Fonte: Acervo de Buriti do Meio. 2014)

Na produção das peças as tarefas dos homens são sempre orientadas pelas mulheres, a retirada e o transporte do barro, o amassar o barro, o transporte das peças e organização das peças nos fornos e, por fim, a queima das peças. Somente a retirada da lenha no mato que não requer uma orientação das artesãs.



Fig 05: Forno para a queima das peças de cerâmica no quilombo de Buriti do Meio.

(Fonte: Sérgio Gomes Rodrigues).

Após os últimos retoques como lixar e pintar as peças que precisam, estas estão prontas para serem comercializadas, muitas pessoas de outras cidades, outras

regiões e até mesmo outros estados, vão ao quilombo Buriti do Meio para comprar o artesanato.

Em muitos encontros, eventos culturais, as artesãs do quilombo estiveram e estão presentes expondo e comercializando seus artesanatos, levando para fora do quilombo um saber-fazer que foi passado pra elas através das suas mães, avós, e que hoje passam para suas filhas para que a arte do quilombo, a arte delas permaneçam e resistam ao tempo.



Fig 06: Artesãs do barro e suas peças no quilombo de Buriti do Meio. (Fonte: Maria Cássia, moradora da comunidade)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artesanato do quilombo de Buriti do Meio apresenta alguns traços diacríticos que são responsáveis pela construção da identidade dessas mulheres, como também representa uma fonte de renda para as famílias envolvidas no processo.

Embora a o artesanato esteja presente na vida das mulheres de Buriti do Meio, é uma tradição que passou de geração em geração, de mãe pra filha, uma tradição que tem suas raízes nos antepassados de cada artesã e foi por meio desta arte que a identidade delas se atrela ao *saber-fazer*.

O artesanato pra mim é parte da minha vida né?! Porque é dele que eu defendo tudo aqui da minha família, o pão, a comida, o medicamento, tudo

aqui. Meus filhos estudaram desde criança e já tenho alguns na faculdade, tudo com esse barro. (Donas das Neves, 44 anos, 2013)

O barro para Buriti do Meio traz um significado muito grande, é simbólico, ele exerce um papel fundamental no plano material, cultural e identitário, no modo de ser e de viver dos quilombolas, especialmente das artesãs do quilombo, além da construção de uma arte ele constrói uma identidade pelas mãos daquelas que o molda.

REFERENCIAS

AGUIAR, Wanderleide Berto. *Buriti do Meio: Relações de Gênero em uma Comunidade Quilombola*. (Monografia). Montes Claros, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*. Goiás, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. ED: Guanabara. Rio de Janeiro, 1989.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a Antropologia”, na 23ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, Gramado, 2002.

MATTOS, Sônia Missagia. *Artefatos de gênero na arte do barro*. ED: Edufes. Vitória, 2001.

PROJETO SUJEITO- AGENTE PESSOA SERTÃO: cultura popular e patrimônio cultural no alto médio São Francisco. (Resolução 271- cepex/2012. Parecer nº 090/2012 11/012/2012).

RODRIGUES, Mauro Toledo Silva. "Sertão de Preto": dinâmicas identitárias e territoriais na comunidade quilombola de Buriti do Meio. (Monografia), Montes Claros, 2013.

PESCADORES ARTESANAIS: ENTRE CALMARIAS E TORMENTAS – AS MIGRAÇÕES NO UNIVERSO DO TRABALHO

Roberval Francisco de Lima. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu-FMB/UNESP¹.

E-mail de contato: limfer@uol.com.br/ limfer@hotmail.com.

GT 02: Trabalho Rural.

Este trabalho apresenta os resultados alcançados por um trabalho de doutorado na Saúde Coletiva em andamento junto à Faculdade de Medicina da UNESP Botucatu. A pesquisa iniciada em 2014 teve como objetivo primário, o levantamento das condições de vida e trabalho dos pescadores artesanais que atuam no município de Anhembi-SP. Foram selecionadas três comunidades de pescadores artesanais que atuam nos Rios Tietê e Piracicaba, em áreas pertencentes ao pequeno município do interior paulista. As especificidades do modo de vida destes pescadores artesanais geram demandas que não se enquadram no formato tradicional das políticas públicas em geral, sendo este, um fator de distanciamentos entre as comunidades citadas os representantes do poder público local. Na busca por alternativas que minimizassem os efeitos negativos deste distanciamento e que ensejassem melhorias nas condições de vida e trabalho destes pescadores, fomos para o campo. Os resultados da pesquisa mostraram que diante do cotidiano de adversidades e situações complexas, há significativas migrações no universos do mundo do trabalho. Entretanto, nem sempre o abandono das tradições pesqueiras é correspondido à altura pelas realidades do mundo do trabalho rural.

A pesca artesanal em Anhembi-SP: uma visão geral

Este trabalho apresenta a dinâmica das migrações para a informalidade que ocorre junto aos pescadores artesanais de Anhembi-SP. Fruto de uma pesquisa realizada junto a 03 comunidades de pescadores artesanais que atuam nos Rios Tietê e Piracicaba, em áreas pertencentes a este pequeno município do interior paulista que possui cerca de 6,2 mil habitantes (IBGE, 2014). Os dados e informações aqui apresentados foram cotejados ao longo de 2014. A forte tradição pesqueira local coloca o setor pesca como uma importante fonte de receita municipal e, o pescado ali produzido é comercializado em diversas regiões do país. No entanto, o grande número de pescadores no local, inclusive vindos de outras regiões atualmente cria problemas para os pescadores artesanais do município. Concentrados em três comunidades localizadas nas margens

¹ Historiador, especialista em educação ambiental, mestre em ciências sociais e doutorando em saúde coletiva.

dos Rios Tietê e Piracicaba, dado as especificidades de seu modo de vida, localização e cultura, há tempos estes pescadores não se enquadram no formato tradicional das políticas públicas de saúde, educação, habitação, saneamento e seguridade social. Frente à ausência de informações sobre essas comunidades e o distanciamento destas junto ao poder público local, a Colônia de Pescadores João Batista da Silva-Z30², localizada no município de Anhembi, com apoio da Prefeitura Municipal, deu o suporte para o levantamento realizado e aqui brevemente descrito. Para a colônia de pescadores e prefeitura municipal, a realização do trabalho teve um saldo positivo. As informações levantadas foram organizadas em um relatório com as principais demandas encontradas e sugestões para seu possível atendimento. Este material serviu de base para criar um canal de comunicação entre os pescadores artesanais e o poder público local, que atualmente estuda a possibilidade de implementação das melhorias sugeridas. Para o pesquisador, os resultados alcançados re-orientaram o foco de sua pesquisa de doutorado, dado que até então, não se considerava o grande número de pescadores informais presentes nas comunidades.

Assim, os sujeitos da pesquisa foram os pescadores artesanais do município de Anhembi (SP), concentrados em três comunidades pesqueiras localizadas em pontos distintos nos rios Tietê e Piracicaba. Após a apresentação dos objetivos da pesquisa e com apoio das lideranças locais, todos os pescadores artesanais interessados foram convidados a participarem do levantamento. Por tratar-se um contato inicial com as comunidades e ciente das limitações inerentes a este tipo de situação, optou-se pela abordagem qualitativa. Numa perspectiva de melhor compreender as condições de vida e trabalho destas comunidades, a conquista da confiança e reciprocidade dos pescadores para posterior aplicação de questionários e entrevistas foi algo primordial e conquistado somente após muitas visitas e conversas não gravadas. Assim, de julho a outubro de 2014, integramos instrumentos como visitas *in lócus*, observação participante, à aplicação de questionários semi-estruturados e entrevistas.

Segundo Lima (2015), as lideranças locais, 70 famílias de pescadores artesanais moram nas áreas estudadas, sendo que os moradores mais antigos estão ali há aproximadamente 50 anos. Do universo de 70 famílias, apenas 17 pescadores responderam o questionário, sendo estes os únicos regularizados junto à colônia.

² O militar Frederico Villar em 1919, sob orientação do governo federal, dividiu a costa brasileira e os grandes rios em Zonas de Pesca. Na época para cada concentração de 200 pescadores, fundava-se uma Colônia de Pescadores, que até hoje usam o Z seguido de um número para demarcar seus limites territoriais.

Somente 03 pescadores que responderam o questionário tinham o ensino médio concluído. Outros pescadores (30) dialogaram livremente com o pesquisador, com a condição que a conversa não fosse gravada. Os questionários respondidos demonstraram que a renda média mensal (*per capita*) destes pescadores varia com a propriedade ou não de barcos e motores de popa. O menor rendimento registrado para quem não tem barco foi de R\$600,00/mês e o maior para quem tem barco foi de R\$2.000,00/mês.

Com exceção de uma comunidade, as duas outras possuem desafios em relação ao acesso a água potável, pois usam poços rústicos para o abastecimento. Em períodos de estiagem ocorre falta de água e os moradores usam a água do rio para os mais diversos fins. No rio, são próximos os pontos de coleta de água e lançamento de esgotos das casas e ranchos. A comunidade mais distante do núcleo urbano tornou-se ponto de atração de migrantes das mais diversas origens. Nesta, localizamos a maior demanda por serviços básicos de saúde e acesso a água potável. Seus moradores não são atendidos em seu município sede, e há anos, o bom senso da gestora de uma unidade básica de saúde de um município vizinho é o fator que tem permitido o acesso aos serviços básico de saúde (Lima, 2015). Adiante apresentamos os desafios ligados a geração de renda e a influência destes nas migrações para a informalidade.

A pesca, a renda e a migração para informalidade

Como vimos, melhor rendimento mensal declarado por pescadores artesanais regularizados que pescam com barco, motor e rede própria foi de R\$2.000,00 (outubro de 2014). Neste mesmo período, o preço médio do pescado com vísceras era de R\$ 2,50 o quilo. Dado a facilidade de produção do filé e comercialização, nas áreas estudadas o peixe com maior giro comercial é a tilápia. Os pescadores explicam que são poucas as pessoas que comprem peixes maiores com escamas e vísceras para limpar em casa. Segundo eles, os compradores de grande volume e os consumidores finais preferem o filé já pronto, devido sua facilidade de comercialização e preparo.

Para obter uma renda mensal de R\$2.000,00, o pescador teria que pescar o total 800 kg de peixe ao mês. Dividindo essa quantia por 28 dias, dado que no domingo eles descansam, a média de produção diária de pescado por dia trabalhado deveria ser de

28,5 kg de peixe³. No entanto, sabe-se que diversos fatores influenciam na captura dos peixes e que em alguns dias a oferta de peixe no rio é superior a capacidade do pescador de capturá-los e em outros, a indisponibilidade de peixe no rio inviabiliza a manutenção desta meta diária de pesca (Lima, 2015).

Por outro lado, durante o mesmo período o valor do filé de tilápia quando vendido ao consumidor final, chegava a R\$10,00 o quilo, mas a produção deve atender normas sanitárias e regras legais que nem todos os pescadores conseguem atender. Em termos legais, enquanto a produção de filé demanda uma infraestrutura que vai desde o registro e aprovação da planta de edificação, aquisição de equipamentos, definição dos processos e armazenamento devidamente aprovados e certificados por órgãos municipais, estaduais e federais, o comércio de pescado com vísceras demanda apenas sua lavagem em água corrente e congelamento até a venda final ANVISA (2004); BRASIL (1952); SEAA (1997).

Trabalhando com os números, caso o pescador opte pela comercialização do filé da tilápia, este consegue obter uma renda média mensal maior, mesmo pescando a mesma quantia de peixe. Em termos práticos considerando que em média, somente 30%⁴ do pescado é aproveitado na produção do filé SOUZA (2001); PINHEIRO (2006), os mesmos 800 kg de pescado gerariam somente 240 kg de filé, que se produzidos mensalmente, gerariam uma renda de R\$2.400,00, uma vez que toda produção for comercializada.

No entanto, para o pescador comum esta situação é desafiadora. Primeiro porque a legislação proíbe a produção de filé de pescado, fora das condições sanitárias, condições essas, encontradas somente em grandes peixarias e frigoríficos. Se produzidos fora das condições sanitárias legais e o pescador for atuado, ele é multado, pode ter sua carteira de pesca suspensa e sua produção e estoque é apreendida, além de sofrer outras represálias legais perante o poder público BRASIL (2004; 2008; 1952).

Numa situação ideal, mesmo não sendo autuado quando da produção irregular de filé, os investimentos para produção e conservação são significativos, pois demandam desde freezers, ou câmaras frias para o armazenamento; custos com consumo de energia elétrica; aquisição de outros equipamentos como balanças; recipientes para armazenamento; embalagens; disponibilidade de tempo para a produção

³ Segundo relatos dos pescadores, em anos anteriores era comum um pescador trabalhando sozinho, retirar do Rio Tietê até 45 kg de peixe por dia. Sabemos que a escassez hídrica e o aumento substâncias dissolvidas na água têm sistematicamente diminuído a piscosidade dos rios.

⁴ Aproveitamentos superiores são possíveis quando a tilápia é criada em cativeiro e o abate só ocorre após atingirem o peso ideal.

do filé, tempo este que pode competir com o período necessário para captura dos peixes.

Salvo as raras exceções de pescadores cujas condições materiais permitam montar peixarias (somente um foi encontrado), parece-nos que a realidade da maioria implica no equilíbrio entre a comercialização de pescado *in natura* (com vísceras e menor preço), articulada com o comércio de pequena escala de filé, vendido diretamente ao consumidor final, onde os preços são mais atrativos. Assim, a regulação desta atividade por parte do pescador demanda o cálculo entre os riscos da produção irregular de filé e os ganhos com sua comercialização. Nas áreas estudadas, cada pescador resolve essa equação a sua maneira, considerando inclusive, a sazonalidade da disponibilidade e do consumo de peixes que tendem também a cair em algumas épocas do ano.

De qualquer forma, considerando a renda mensal apresentada, independente do tipo de pescado que eles comercializam, deve-se ainda considerar o período de defeso, momento em que as atividades pesqueiras ficam suspensas por até 4 meses ao ano (de novembro ao final de fevereiro na região estudada). Muitos pescadores que estão com a situação regularizada junto aos órgãos competentes conseguem receber o seguro defeso, pago pelo governo federal durante os meses em que não podem pescar. No entanto, o valor pago pelo seguro (R\$724,00 em 2014) é significativamente menor que a renda mensal que eles obtêm com a pesca (com exceção para o menor rendimento registrado). Estando em situações irregulares, os pescadores informais não tem acesso ao benefício do seguro defeso. Para os dois casos, atividades informais e mesmo a pesca irregular, em período de defeso (reprodução das espécies) são algumas das alternativas encontradas por estes profissionais, para assegurar o mínimo de renda para a sobrevivência durante esses meses. Mas o pescador deve ponderar os riscos, ganhos e penalidades. Se autuado por pesca irregular, além das multas e penalidades, o pescador perde o direito ao seguro defeso por alguns anos e pode ter sua carteira de pesca cassada, além de ser preso. Se pego também em trabalho formal, com carteira de trabalho registrada, o pescador também perde o benefício do seguro defeso e o direito à linhas de crédito subsidiadas para aquisição de equipamentos e embarcações. Se depender somente do seguro para manter-se durante o período de defeso, o nível de privações acaba sendo mais elevado. Novamente, nas comunidades estudadas, cada um resolve a equação a sua maneira, no entanto, em nosso estudo, notamos que a

informalidade e irregularidade acabam sendo o caminho trilhado por muitos, fato que explica a negativa em responderem os questionários e concederem entrevistas.

Em busca do bom senso perdido

Diante do exposto, inúmeros questionamentos surgem, embora nem todos possam ser respondidos no âmbito de um trabalho acadêmico. A ausência de números precisos acerca do volume de pescadores que atuam na informalidade é um dos desafios colocados ao poder público local e à colônia de pescadores. Sua superação é complexa porque envolve expor os pescadores que atuam em situação irregular à situações de conflito com a lei, dado que as penalidades e multas, se existentes, dificultam sobremaneira qualquer tentativa de regularização. Se regularizada a situação enquanto pescador para atuar dentro legislação e normas sanitárias, seus rendimentos caem drasticamente, mesmo porque as mudanças em relação ao acesso ao seguro defeso tornaram este benefício mais excludente. As especificidades culturais e baixo nível de escolaridade muitas vezes dificultam a migração e permanência em outras ocupações. Assim, diante da insegurança em relação a renda e mesmo da seguridade social (aposentadoria; licença saúde, entre outros), a maximização dos resultados com a pesca informal tem se fortalecido cada vez mais junto àqueles que não se enquadram nos pré-requisitos legais da profissão.

Finalmente, acreditamos que do ponto de vista político e institucional, o setor pesca em geral demanda um posicionamento mais assertivo por parte do Ministério da Pesca, que precisa agir proativamente a fim de superar a fase dos limites impostos pelas restrições orçamentárias, e definir com maior clareza quais são realmente as políticas para atendimento das demandas do setor. O aprimoramento das regras do seguro defeso associado a uma ação mais efetiva por parte das colônias de pescadores, no sentido de organizar cooperativas, com fins de produzir e comercializar o pescado dentro das normas legais e sanitárias previstas, nos parece também ser uma boa alternativa para retirar parte dos pescadores artesanais da informalidade. Mas em Anhembi, este debate ainda está começando.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-ANVISA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. [DECRETO Nº 8.425, DE 31 DE MARÇO DE 2015](#). Regulamenta o parágrafo único do art. 25 da lei No. 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Brasília, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. LEI Nº 10.779 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. [LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009](#). Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Brasília, 1991.

BRASIL. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

BRASIL. Medida Provisória 665 de 30 de dezembro de 2014. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislação.

CAMPOS, D.S.; PAIVA, Z.C. Condições higiênico-sanitárias do pescado comercializado em feira no município de Manaus – AM. Cadernos de Pós-Graduação da FAZU. Fazu. Uberaba, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Cidades/Anhembi. IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA. Instrução Normativa Nº 25, DE 1º DE SETEMBRO 2009. Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, anualmente, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, na bacia hidrográfica do rio Paraná. Brasília, 2009. Disponível em: www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/instrucao-normativa.

LIMA, Roberval F. PESCA ARTESANAL EM ANHEMBI-SP: UMA VISÃO GERAL. Relatório Técnico. Colônia Z30/Prefeitura Municipal de Anhembi-SP, 2015.

MINISTÉRIO DA PESCA E DA AQUICULTURA-MPA. A Pesca no Brasil. MAP, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/pesca>.

MINISTÉRIO DA PESCA E DA AQUICULTURA-MPA. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura- Brasil 2010. MPA, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MTE. Anuário do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos- DIEESE. DIEESE; São Paulo, 2011.

NETO, D.G.; CORDEIRO, R.C.; HADDAD JR,V. Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio rio Araguaia, Tocantins, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, RJ, 2005.

PINHEIRO, R.T.; MARTINS. Rendimento industrial de filetagem da tilápia tailandesa (*Oreochromis spp.*). Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v.58, n.2, p.257-262, 2006.

RIBEIRO, Maria A. T. Sentidos da Pesca e a Pesca dos Sentidos. Um estudo psicossocial para compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipióca-Maceio-AL. Edufal, Maceio, 2011.

SCHERER, Elenise. (Org.) Trabalhadores e Trabalhadoras na Pesca – ambiente e reconhecimento. Garamond universitária, Rio de Janeiro, 2013.

SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO-SEAA. PORTARIA N°185, DE 13 DE MAIO DE 1997. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco (Inteiro e Eviscerado). São Paulo, 1997.

SILVA, Luiz Geraldo. A FAINA A FESTA E O RITO. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (Sécs XVII ao XIX). Papirus, Campinas, 2001.

SOUZA, M. L.; MARANHÃO, T. C. F. Rendimento de carcaça, filé e subprodutos da filetagem da tilápia do Nilo, *Oreochromis niloticus* (L), em função do peso corporal. Acta Scientiarum Maringá, v. 23, n. 4, p. 897-901, 20



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

OS TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES NA CITRICULTURA PAULISTA: O CASO DA REGIÃO DE GOVERNO DE ARARAQUARA¹

Giovana Gonçalves Pereira² (IFCH/Unicamp)

giovana.ggp@gmail.com

Agência Financiadora: CAPES

Grupo de Trabalho GT2: Trabalho Rural

RESUMO: Esse artigo se insere no contexto do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/CNPq)” e, objetiva a compreensão das migrações “permanentemente” temporárias de trabalhadores rurais migrantes piauienses para a colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo. Compreendendo a migração como um fenômeno social multifacetado, optamos pela combinação de fontes de dados primárias e secundárias. Pautaremos nossa análise, portanto, através de entrevistas realizadas nos locais de destino e de origem, bem como, das informações disponibilizadas pelo banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O universo laboral, particularmente, em decorrência da possibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal e aos direitos trabalhistas como o Seguro-Desemprego e o Fundo de Garantia, figura também como parte integrante do processo migratório de interesse. O ganho por produção na citricultura ocasiona, não obstante, cenários de competitividade entre os próprios colhedores. Sob esse contexto, nos propomos, por fim, a construir um olhar conjunto frente aos espaços de origem e de destino visto que a migração se apresenta através da dinâmica social de ambas as localidades.

¹ Esse trabalho contém reflexões presentes na dissertação de Mestrado intitulada: “Entre o partir e o chegar: Os trabalhadores rurais em Matão/SP”. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 2015.

² Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais, Mestre em Demografia e aluna do Programa de Pós-Graduação em Demografia – Nível Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Sendo também integrante do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (CNPq-FAPESP), coordenado pela Profª. Dra. Rosana Baeninger, sediado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas. Email: giovana.ggp@gmail.com

Introdução

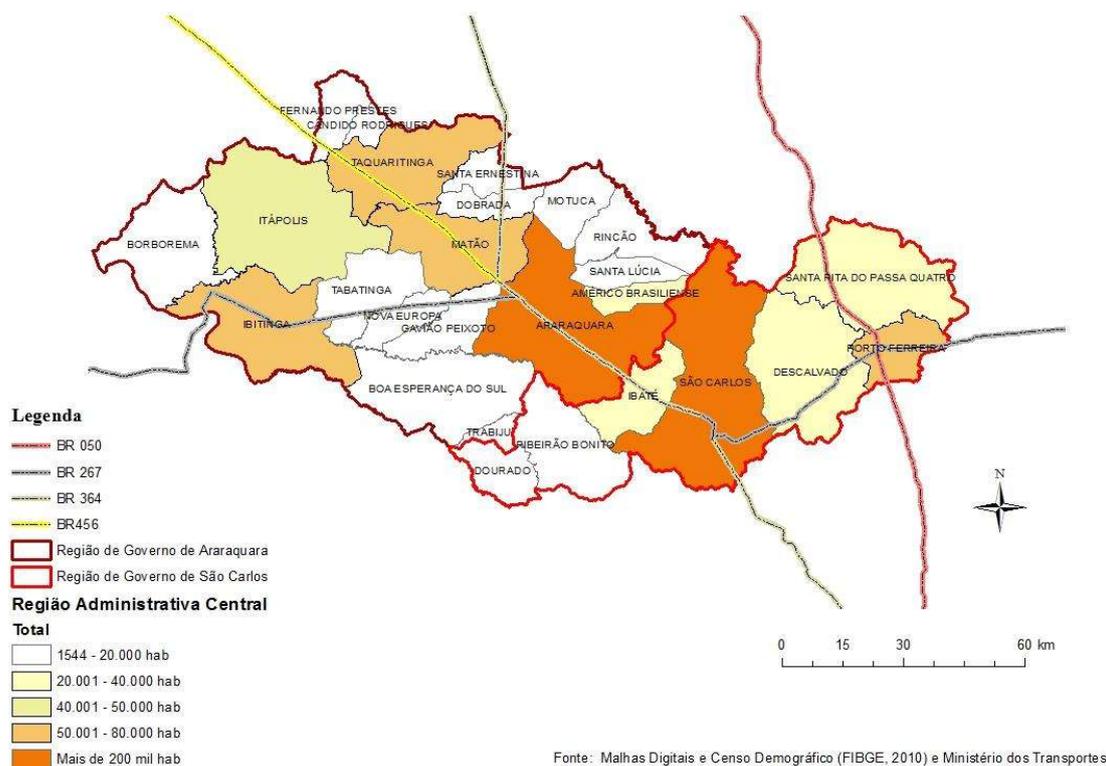
O entendimento do contexto de constituição da Região de Governo de Araraquara, pertencente à Região Administrativa Central, como palco das relações estabelecidas entre os trabalhadores rurais migrantes, alocados na colheita da laranja na última década, e o setor de exportação de *commodities* se assenta na apreensão de dois processos históricos: a modernização da agricultura na década de 1960 e a internacionalização da economia brasileira nos anos finais dos anos de 1990. Esse panorama viabilizou a constituição de espaços urbanos privilegiados (SASSEN, 1998 e BAENINGER, 2012) beneficiados pelo ciclo econômico cafeeiro (PACHECO, 1988) e posteriormente pelo início da cultura de citrus na região (ELIAS, 2003) e pelo o Proálcool (SILVA, 1999; BAENINGER, 1998).

A influência das agroindústrias citrícolas e sucroalcooleiras na composição da rede urbana regional se apresenta tanto a partir da divisão social e territorial do trabalho (CÔRREA, 2006) quanto pela distribuição espacial da população migrante dentro do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2002) dos municípios sejam estes configurados como cidades-dormitórios (SILVA, 1999) ou como cidades do agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006).

Ao analisarmos a rede urbana da Região Administrativa Central (Figura 1), notamos o número significativo de cidades com populações abaixo de 20 mil habitantes. Essa característica já havia sido assinalada por Baeninger (1995) desde a década de 1970. A presença expressiva desses pequenos municípios simboliza, em distintos níveis, a importância dos espaços rurais na composição das especializações produtivas regionais (CANO, 1988), como a cana de açúcar e a laranja.

De mesmo modo temos à produção de pequenos produtores ou agricultores familiares que condizem com os métodos de produção convencional e, simultaneamente encontram-se casos mais recentes e pontuais, os quais mobilizam mercados e produções diferenciadas como a agricultura orgânica, a cachaça artesanal, as plantas ornamentais e culturas como as uvas e peras (PEREIRA, TROIANO e MACIEL, 2014).

Figura 1: Distribuição Populacional na Região Administrativa Central por municípios em 2010 e Malha Rodoviária.



As cidades que despontam como mais populosas são: São Carlos (221.950 habitantes) e Porto Ferreira (51.400 habitantes) na RG de São Carlos e Araraquara (208.662 habitantes) e Matão (76.786 habitantes) na RG de Araraquara. Essas cidades encabeçaram o processo de urbanização de suas regiões de governo, principalmente, por serem beneficiadas por uma conjuntura histórica favorável ao desenvolvimento de atividades ligadas ao setor industrial no caso da RG de São Carlos e à agroindústria citrícola na RG de Araraquara.

Sob essa conjuntura, utilizaremos três conceitos norteadores para conduzirmos nossas inferências e reflexões sobre o presente cenário. O primeiro se relaciona à modalidade migratória (BAENINGER, 2012) apreendida na RG de Araraquara, mais especificamente no município de Matão/SP, denominada *migração “permanentemente” temporária* (SILVA, 2008), o qual se traduz pelas idas e vindas de trabalhadores rurais

para o corte de cana e para a colheita da laranja no interior paulista. Esse conceito se apresenta, simultaneamente, através das características de renovabilidade e reversibilidade do fenômeno migratório (DOMENACH e PICOUET, 1998). O segundo conceito se refere à nova condição migratória, característica do século 21, ocasionada pela existência da *rotatividade migratória* (BAENINGER, 2011 e 2012), ou seja, da coexistência entre os processos de emigração e de imigração em um mesmo espaço e período.

Finalmente, o terceiro conceito diz respeito à compreensão do local de destino como parte integrante dos circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1998) da citricultura paulista, sendo amplamente beneficiado pela inserção de atividades agrícolas e agroindustriais em seu território. Desse modo, a urbanização e o crescimento econômico e demográfico do município de Matão/SP foram delineados a partir da implantação da Citrosuco Paulista em 1963 (ELIAS, 2003). Essas características, nesse sentido, compõem o quadro analítico do conceito de *Cidade do Agronegócio* (ELIAS e PEQUENO, 2006).

Com isso em vista, o presente artigo será subdividido em dois tópicos: o primeiro retratará as partidas e as chegadas da população migrante de Jaicós/PI para a cidade de Matão/SP, enquanto o segundo versará acerca das características do assalariamento rural na colheita da laranja.

1. Os Trabalhadores Rurais Migrantes na Região de Governo de Araraquara: O caso de Matão/SP.

1.1. Considerações Iniciais

A Região de Governo de Araraquara têm sua dinâmica econômica perpassada pela agroexportação desde sua formação (BAENINGER, 1995 e ELIAS, 2003). No século 19, com a produção do café, e, em meados da década de 1960 com a inserção dos complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro em seu território. Ocorreu pouco a pouco a expansão da cultura da laranja e da cana de açúcar em detrimento aos cafezais (SILVA, 1999). Destacando-se também os segmentos econômicos voltados para a indústria têxtil, de alimentos e de implementos agrícolas (PACHECO, 1988). Os principais centros-urbanos desta região de governo são os municípios de Araraquara e Matão.

Assim, a substituição das plantações de café pela cana de açúcar com o passar das décadas, ocasionou a consolidação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e posteriormente a instalação da primeira unidade de processamento de suco de laranja na região (BAENINGER, 1995; ELIAS, 2003 e MACIEL, 2013). Segundo Baeninger (1995), por meio de uma economia de base agrícola foi se configurando no passar do século 20 uma região que concentrava complexos agroindustriais produtores de açúcar, álcool e cítricos.

Ao reconhecermos o município de Matão como centro-urbano que se especializou na produção de commodities e de máquinas e implementos agrícolas, devemos considerar todos os processos que interligam seu circuito de produção. Ou seja, desde o plantio da laranja por parte dos citricultores e da própria indústria processadora de suco concentrado até o consumo final da fruta ‘in natura’ e da adição do suco em refrigerantes e sucos concentrados naturais no mercado nacional e internacional.

De acordo com Corrêa (2004), o surgimento e a consolidação das atividades agrícolas e agroindustriais no município permitiram que ele se articulasse e se integrasse na economia global a partir da confecção de uma especialização produtiva vinculada à citricultura. Nessa conjuntura, o surgimento dos Complexos Agroindustriais na cidade resultou na transformação, em longo prazo, desta localidade em uma Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2006) preenchida por bairros de periferia (SILVA, 1999).

Desse modo, a compreensão da migração “permanentemente” temporária (SILVA, 1999) em Matão/SP pressupõe, não somente um entendimento da força de trabalho excedente como fruto da não-inserção ou da inserção parcial do local de origem no sistema capitalista (SINGER, 1976), mas também do papel deste dentro do capitalismo moderno. As modificações dos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001), nessa conjuntura, são de mesmo modo, primordiais.

A divisão espacial das cidades paulistas que tiveram seus espaços intra-urbanos redesenhados pela atuação das usinas e das indústrias processadoras de suco de laranja se manifesta, conforme aponta Silva (1999), através do “lugar dos bóias-frias” e do “lugar dos moradores da cidade”. Em Matão, a população de trabalhadores rurais migrantes se distribui pela maior parte dos bairros da cidade, concentrando-se na zona alta, especialmente, nos bairros do Jardim do Bosque e do Jardim Popular.

O estabelecimento desses indivíduos nesses espaços se justificaria tanto pela vantagem de localização, que beneficia a circulação desses trabalhadores entre o município e as áreas rurais de seu entorno, caracterizando-os como trabalhadores rurais-urbanos (MELLO, 1976 e MACIEL, 2013). De mesmo modo, a concentração nesses espaços viabiliza a constituição e a fortificação das redes migratórias (SILVA, 2006 e VETORASSI, 2010).

Dito isso, pretendemos a seguir delinear a centralidade do espaço migratório para a reconstrução desse fenômeno social como um processo heterogêneo e multifacetado. Focalizaremos, portanto, nossa exposição a partir do diálogo estabelecido entre o local de destino e de origem da modalidade migratória estudada (BAENINGER, 2012). Ou seja, dos municípios de Matão/SP e Jaicós/PI.

1.2. “Os Piauí estão chegando”: As idas e vindas dos trabalhadores rurais migrantes.

Com o início da safra é perceptível na cidade paulista “murmurinhos” (ELIAS e SCOTSON, 2000) sobre a vinda dos piauienses. É comum, nesse sentido, ouvirmos frases como: “Os Piauí estão chegando”. Nossa delimitação pelo estudo da migração de piauienses se fundamenta em resultados obtidos pelo pré-campo realizado em novembro de 2010, em acompanhamento do Serviço Pastoral dos Migrantes em Matão/SP.

Sob este contexto surgiu, em nosso estudo, a cidade piauiense de Jaicós/PI que possuía, em 2014, 18.585 habitantes (FIBGE, 2014). Localizada no sudoeste piauiense, ela se insere dentro da microrregião do Alto Médio Canindé, e possui uma economia pautada essencialmente no setor de serviços. Em 2010³, 52,82% de sua população residente – 9.527 habitantes – residia na área rural do município, a qual possuía em 2012, segundo os levantamentos de campo, aproximadamente vinte comunidades rurais⁴.

A maior parte da população rural do município de Jaicós/PI está alocada na agricultura familiar, baseada no cultivo de feijão, mandioca, milho, caju; na produção de leite e mel, e, na confecção de artesanatos (bolsas, chapéis, colares, cestos) com folhas de Carnaúba – árvore típica da região semi-árida nordestina. Pudemos perceber nas

³ Em 2010, a população da cidade era de 18.035 habitantes (Censo Demográfico, 2010)

⁴ Baliza, Chácara dos Moraes, Morro da Pinicada, Saco da Serra, Jacú, Gameleira, Sítio, Poço do Pato, Santo Antônio, Esquisito, Paú do Enxuí, Várzea Queimada, Santana (I, II e III), Lagoa do Sabino, Senota, Bela Vista, Maria Preta, Bonito, Angilical dos Magos, Morro dos três irmãos, Barreiro e Fragá.

visitas à cidade nos meses de julho de 2012 e dezembro de 2013⁵ que a migração “permanentemente” temporária em Jaicós/PI é, em muitos casos, relacionada, como aponta o trabalho de Menezes (2009), às estratégias de reprodução social. Das quais se destacam o emprego local (em cargos municipais comissionados⁶, no pequeno comércio - lojas de departamento, mercearias, bancas nas feiras -), o artesanato, e, por fim a migração em busca de trabalho assalariado.

Existem, todavia, outros fluxos migratórios direcionados à colheita da laranja como os alagoanos. Contudo, a presença piauiense prevalece no discurso cotidiano dos agentes institucionais e dos moradores da cidade. Ademais, entendemos os trabalhadores rurais migrantes como categoria operacional resultante de transformações sociais e macroeconômicas, bem como, do surgimento de novos espaços migratórios (BAENINGER, 2012).

A população de trabalhadores rurais migrantes é parte constitutiva da mão de obra rotativa característica do capitalismo moderno. Sob essa conjuntura, o deslocamento desses trabalhadores entre espaços rurais e bairros rurais-urbanos (SILVA e MELO, 2011) para um espaço urbano altamente tecnológico inserido na lógica de produção global, pode ser entendido através das inferências de Baeninger (2012) acerca da rotatividade migratória e seu vínculo com a expansão do capitalismo por intermédio da circulação de mercadorias, pessoas e capital, contexto que constitui um excedente populacional rotativo. Portanto:

A rotatividade da mão-de-obra nos processos migratórios – via migrações – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. Quanto mais as regiões vão inserindo seus segmentos na economia internacional, mais propensas se tornam essas áreas para experimentarem a rotatividade de suas populações, com a fluidez da mão-de-obra nos setores dessa produção (BAENINGER, 2012, p. 82).

A partir dos anos finais da década de 1990 e do início dos anos 2000 intensificaram-se as migrações de piauienses para o município paulista. Entretanto a cidade paulista já era conhecida em Jaicós/PI desde os anos finais da década de 1960 com a chegada de máquinas de arado e implementos agrícolas da Baldan e da Marchesan, assim como, dos produtos da Predilecta e do açúcar agranel. Eduardo⁷,

⁵ As visitas à campo foram proporcionadas pela inserção dessa pesquisa no Observatório das Migrações em São Paulo.

⁶Na cidade piauiense, obtivemos relatos que correlacionavam a troca de votos por empregos públicos.

⁷ Todos os nomes dos entrevistados foram modificados com o intuito de preservarmos suas identidades.

cerca de 50 anos, descendente de indígenas e morador do “interior” nos contou um pouco dessa história:

A primeira pessoa que foi daqui pra Matão foi na década de 1960, 1968 por aí. Ai depois foi Vitorini mais meu cunhado. Ai depois chegou mais um povo e foi descobrindo, descobrindo. Mas foi pra 68 pra 70, mais ou menos. (...) Naquela época o pessoal ia pra Baldan, ai depois pra TATU [Marchesan]. Ai quando chegava aqui pra comprar um arado, eles diziam que queria um do peixe, porque depois por conhecimento descobriram o que era o símbolo do peixe né? Ai quem ia comprar o produto da Marchesan queria um do TATU porque “era o melhor que tinha”. Isso facilita o costume que era [assimilar a empresa] do TATU. (...) Inclusive se você anda por interior ai, tem muita coisa, muito produto que vem de Matão. Vem direto, vem o açúcar, muitos implementos agrícolas vêm de Matão, vem compressor da Bambozzi (...) Todo mercado que você chegar aqui você vai ver, no comércio você vai encontrar os produto do Tatu, da Predilecta, [inaudível] tem o doce também, tem a goiabada, tudo os produto da Predilecta quase tem. [Entrevista realizada em Jaicós no dia 16/12/2013]

A exposição de Eduardo nos trouxe um elemento chave para a compreensão da migração “permanentemente” temporária (SILVA, 2008a e 2008b) para Matão/SP. A circulação de mercadorias e a preexistência de uma rede migratória entrelaçada com o emprego urbano em fábricas de implementos agrícolas possibilitaram um contato preliminar da população jaicoense com a cidade paulista. Conjuntamente, destaca-se a importância da fortificação de laços com a origem, como: as comidas típicas enviadas de Matão/SP ou de Jaicós/PI, os cuidados com a residência daqueles que migraram na origem e a obtenção de moradia no destino.

As redes de relações dessa população perpassam ambos os municípios envolvidos na dinâmica migratória. Além disso, ocorre a coexistência de distintos processos e ciclos migratórios (SILVA, 2008c) nesses locais. Em Matão/SP observamos a presença de paranaenses, piauienses, paraibanos e mineiros na composição da rede migratória dos trabalhadores rurais migrantes, sendo responsáveis pelo aluguel das moradias⁸, pela arregimentação e pelo agenciamento da viagem destes de Jaicós/PI para o interior paulista.

Aferimos também que em um primeiro momento a população jaicoense migrante, essencialmente masculina, concentrou-se, em Matão/SP, nos pequenos barracos e cômodos localizados nos bairros Jardim do Bosque e Jardim Balista. O processo migratório de interesse se iniciou na década de 1960, portanto, com a migração individual, a priori masculina. Posteriormente constataram-se migrações familiares, já

⁸ A obtenção de moradia ocorre, em geral, pelo intermédio de contratos de aluguéis informais estabelecidos entre o migrante e o dono do imóvel. Não foram raros os casos em que as moradias correspondiam a pequenos cômodos e com a divisão do banheiro e da lavanderia.

no contexto do trabalho rural-urbano (MACIEL, 2011), as quais ocasionaram a incidência das “casas fechadas” nas comunidades rurais do município piauiense.

O fenômeno das “casas fechadas” se apresenta através da ausência da população migrante nos espaços rurais de Jaicós/PI, conhecidos como “interior”. A manutenção da casa daquele que está ausente é realizada, normalmente, pelas mulheres:

Dona Lúcia: *Quando ela não vai [a filha que está no Piauí], ela fica só em casa (...) ela faz a limpeza lá em casa, que eu mandei a minha irmã entregar a chave porque a minha irmã [que cuidava anteriormente da casa] tava limpando também a casa da minha filha e é meio longe. Em um lugar chamado Antonino, não sei se vocês passou de lá. [Entrevista realizada em 13/07/2012, em Matão/SP]*

É fundamental que a residência mantenha-se limpa e cuidada durante a ausência de seu morador. Desse modo, ela se mantém como presença social dos que se ausentaram. Com o retorno da safra no mês de dezembro, as casas são abertas e, em geral, reformadas ganhando novas cores e azulejos, assim como, tem seu interior preenchido por móveis e eletrodomésticos provindos do “trabalho da laranja”. Como podemos visualizar pelo enxerto de entrevista a seguir:

Ana: *Tudo que eu tenho de casa é de Matão, então eu valorizo muito esse serviço porque sem esse serviço da laranja eu não teria minha geladeira boa, que eu tenho vocês vão vê lá. Eu tenho um guarda roupa bom. Tenho a minha cama boa. Eu tenho meu armário bom, eu tenho minha mesa boa. Eu tenho tudo na minha casa, de móvel bom sabe? Mas, eu não tenho nada aqui. Nem uma cadeira pra sentar, eu não tenho. Tenho minha casa boa. Que eu posso recebe cem pessoas. Tem uma varanda boa (...) Tenho minha propriedade cercadinha lá. E se não fosse Matão, eu não teria nada disso. O que eu tenho dentro da minha casa [Entrevista realizada em 13/06/2012, Matão/SP].*

A materialização do ganho no trabalho da safra se relaciona, simultaneamente, à constituição da migração como prática e distinção social (SILVA, 2008c). Nesse sentido, o “possuir” ou “ter” algo “de Matão” simboliza a concretização do “sucesso” da migração. Tais transformações ocorrem graças ao acesso ao assalariamento temporário vinculado, em nosso caso, à um mercado de trabalho formal. Pretendemos, assim, demonstrar algumas características acerca do assalariamento rural no próximo item.

2. O Assalariamento na Citricultura Paulista

2.1. Condições de Trabalho

A cadeia produtiva da citricultura paulista gera em média um emprego temporário para cada 9 hectares (NEVES ET AL, 2010). A presença de processos produtivos altamente tecnológicos e automatizados na indústria processadora de suco concentrado de laranja se contrasta com a ampla empregabilidade de mão de obra na etapa da colheita. Estima-se que “(...) cada emprego direto no campo gera dois indiretos ao longo da cadeia (...)” (NEVES ET AL, 2010, p. 66).

Em 2013, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais, foram gerados 8.930 vínculos empregatícios de trabalhadores agrícolas da fruticultura na RG de Araraquara, dos quais 62,90% eram masculinos e 37,10% femininos. Desses, 4.449 vínculos se relacionam às admissões realizadas entre os meses de junho e julho, período no qual se iniciam, em geral, as colheitas na região. O ganho médio salarial referente à 67,34% dos vínculos empregatícios dessa categoria ocupacional foi entre R\$ 670,65 e R\$ 1.341,90. Em geral, um colhedor de laranja costuma colher entre três à oito sacolões (bags) diários, cada sacolão pode pesar em média 600 kg (MOLIN e MASCARIN, 2007).

O ganho médio de um colhedor na safra 2012/2013, segundo as entrevistas realizadas em campo, foi de R\$0,47 por caixa colhida, sendo variável de acordo com a qualidade da fruta e do pomar. Um pomar considerado “bom” para a colheita, segundo os trabalhadores rurais migrantes, é o que possui um valor mais baixo do que um pomar “ruim”, pois necessita de menos esforço físico para a realização da colheita, mas permite um maior rendimento do trabalhador. Assim, um “bom pomar” é definido pelo pé de laranja baixo, carregado e que nem sempre necessita da utilização de escada. Enquanto que um pomar “ruim” é ilustrado pela maior altura do pé da laranja e pelas eventuais dificuldades no momento da colheita.

Existem categorias de trabalhadores rurais na citricultura definidas segundo a produtividade do colhedor. O “Aranha” é representado por sua baixa produtividade, sendo visto como um “colhedor ruim”, enquanto que o “Pai” ou “Mãe” da turma são aqueles que conseguem produzir em torno de dez *big bags*⁹, ou seja, de 100 a 150 caixas de laranja.

Ademais, existem importantes atores sociais envolvidos na arregimentação dos colhedores de laranja no interior do Estado de São Paulo. Nesse caso, a compreensão do “gato” – responsável pela contratação e arregimentação da mão de obra no campo e

⁹ De acordo com as entrevistas exploratórias realizadas em Matão/SP, os “big bags” podem ser conhecidos como “sacolão”. Sendo uma espécie de grande bolsa na qual os trabalhadores depositam sua colheita. Cada *big bag* corresponde em média à 20 caixas de laranja.

presente em distintos estudos que envolvem a temática migração e trabalho rural assalariado (SILVA, 1999 e 2008; BARBOSA e ALVES, 2008 e 2009; MENEZES, 2009; VETORASSI, 2010, WANDERLEY, 2011; MACIEL, 2013) – é essencial para entendermos a relação que se estabelece entre trabalhadores rurais migrantes e a empresa contratante.

A contratação para a colheita da laranja costuma se efetivar, segundo os dados de campo e estudos anteriormente desenvolvidos sobre a categoria (SILVA, 2008c; BARBOSA e ALVES, 2008 e 2009 e MACIEL, 2013), através dos empreiteiros. Estes são, em geral, antigos trabalhadores rurais e, muitas vezes os responsáveis pelo transporte dessa mão de obra entre a área urbana e as propriedades rurais (SILVA, 1999; VETORASSI, 2010; MACIEL e BAENINGER, 2011). Outra figura importante na dinâmica laboral da citricultura é o fiscal de turma, responsável pela contabilização das horas trabalhadas e da produção dos colhedores¹⁰.

Rubem, um empreiteiro conhecido na cidade de Matão/SP, explicou-nos em maio de 2012 sobre a “inscrição” das pessoas para a colheita da laranja. Cujas efetivação se dá ora a partir de uma “ficha” da empresa distribuída entre os trabalhadores no momento da chegada destes na *Rodoviária dos Piauí*¹¹, ora pelo contato destas pessoas com o empreiteiro via telefone celular. Em um momento posterior ao preenchimento da ficha, o empreiteiro, em conjunto a um representante da área de recursos humanos da empresa, visita a residência destes trabalhadores com o intuito de verificar as “condições” físicas e higiênicas do local, característica condicionante, mas não determinante para a contratação final¹².

Os trabalhadores agrícolas na fruticultura em Matão/SP são contratados, em sua integridade, para trabalharem de 41 a 44 horas semanais (RAIS, 2012), isto é, de 7 a 8 horas por dia. A jornada de trabalho dos colhedores de laranja se inicia na madrugada e encerra-se nas horas finais da tarde, ou seja, das 05hrs às 18hrs. A cidade paulista possuía, em dezembro de 2012, 8.829 vínculos ativos atrelados à categoria ocupacional

¹⁰ Como já apontavam os estudos de Maciel (2012), os trabalhadores da citricultura, normalmente, não tem conhecimento de quem realmente os contrata. Era comum em suas narrativas, eles explicarem que haviam sido contratados pelo fazendeiro do Fischer em referência à Citrosuco (Grupo Fischer).

¹¹ O local conhecido popularmente como “Rodoviária dos Piauí” é uma agência de viagens clandestina localizada no Jardim do Bosque. Sendo resultado de uma parceria iniciada em meados de 2000, um paranaense - dono do imóvel e comerciante – e a agência jaicoense Chiq-Tour.

¹² Em janeiro de 2013 fui convidada pela Citrosuco para uma reunião com o departamento de Recursos Humanos Agrícola no qual fui informada que parte da preocupação acerca das moradias se baseava na tentativa de certificação da empresa.

de Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura, desses 37,68% eram referentes aos vínculos femininos e 62,31% aos masculinos.

É comum a existência de uma divisão sexual de tarefas na colheita. Em geral, as mulheres ficam responsáveis por “catarem” as laranjas e os homens por derrubarem ela do pé, normalmente, se utilizando de escadas. Contudo, existem casais que trabalham separadamente e juntam seus ganhos somente no final de cada mês. Todavia, cabe destacar que a maior abertura à mão de obra feminina é, muitas vezes, permeada pela dominação masculina frente à decisão da mulher em acompanhar o marido e trabalhar na safra.

Assim, além desta ficar responsável pela manutenção da ordem doméstica, pelo cuidado das crianças e pela limpeza da casa, é ela também a responsável pela preparação da comida que será levada à roça e por lavar os uniformes de trabalho. Em somatória, a presença feminina, desde que maior de idade, tende a potencializar os ganhos familiares. Podemos observar essa inferência de forma mais evidente na fala de Lourdes, ex-colhedora, a seguir:

Ai no Matão, homem e mulher trabalha, ai os homem acha mais melhor. Porque levava as mulher, assim, de modo a trabalhar pra ajudar, ajudava e lavava a roupa. E, eles indo só, eles eram forçados a lavar a roupa deles. Ai se ele pode levar mulher, eles acha mais melhor. Porque levando lá as mulher, elas sempre trabalha. Cuida da casa. (...) Em São Paulo, eles achava ruim a modo de paga alguém pra lavar a roupa, porque homem num é sempre que lava a roupa né? (...) Tem deles que não leva, assim, sabe [mulher] de menor, assim é difícil de levar. Porque é mulher de menor, ai não pode trabalhar, eles que leva as mulher que já tem a idade pra trabalha na roça mais eles. (...) Trabalhava, assim, de domingo e de sábado, lavava a roupa e arrumava a casa. (Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 15/12/2013).

Nessa conjuntura, temos que mesmo se tratando de um mercado de trabalho que permite uma maior participação da mão de obra feminina, em comparação à cultura canavieira, o assalariamento rural na citricultura é fundamentado no mercado laboral masculino, o qual articula como salienta Silva (2008b), os territórios de origem e de destino.

Já em referência ao tempo médio de emprego, temos que 85% (7.586) dos 8.140 desligamentos ocorreram em um período inferior à um ano trabalhado. Sendo 4.621 destes realizados no período de 2 a 5,9 meses e 2.965 entre 6 e 11,9 meses. Outro fator interessante é que o primeiro semestre do ano de 2012 concentrou 69% dos desligamentos daquele ano.

Ao investigarmos os motivos de desligamento (Tabela 1), notamos que a maior parte destes ocorreu, no primeiro semestre, em decorrência da demissão sem justa causa vinculada ao término da safra que costuma ocorrer entre os meses de janeiro e fevereiro. Já no segundo semestre, os desligamentos sem justa causa representam, em muitos casos, o retorno desses trabalhadores ao local de origem sem necessariamente completarem o ano-safra.

Tabela 1: Vínculos Inativos por Motivo e Semestre de Desligamento dos Trabalhadores Agrícolas da Fruticultura, em Matão/SP, 2012.

Motivo de Desligamento	Semestres	
	1º	2º
Demissão com Justa Causa	22	120
Demissão sem Justa Causa	5.193	381
Término Contrato	245	152
Desligamento sem Justa Causa	176	1.843
Falecimento	2	6
Total	5.638	2.502

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2012. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-Unicamp).

Os desligamentos ocasionados por motivo de falecimento ilustravam 5 casos de indivíduos da faixa etária de 25 a 39 anos, 2 casos pertencentes ao grupo etário de 50 a 64 anos e 1 caso ao grupo de 65 anos ou mais. Desses 2 eram mulheres e 3 homens de 25 a 39 anos, e os demais eram homens (vide Tabela 1). Todos os falecimentos ocorreram, de acordo com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2012, em empresas que possuíam CNPJ e com mais de mil funcionários, o que representariam, potencialmente, as indústrias processadoras de suco, responsáveis por parte majoritária das contratações.

A discussão acerca dos acidentes e mortes causados pela imposição de um intenso ritmo de produtividade dentro dos laranjais e canaviais paulistas já foi explorada em outros trabalhos (ALVES, 2006 e SILVA, 2008c). Para Silva (2008c), o tema se apresenta, entretanto, imbricado em possíveis constrangimentos relacionados ao receio dos trabalhadores rurais em receberem retaliações por suas denúncias, por parte dos detentores do processo produtivo.

No caso da laranja as principais queixas encontradas se enquadram na má qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), particularmente, dos óculos de proteção que tendem a embaçar conforme são feitos os movimentos de derrubada da laranja, os acidentes provocados pelo uso de escadas, casos de cegueira ocasionados por galhos, picadas de cobra, além de o uso de venenos pesticidas como o carbendazim que acarreta, muitas vezes, alergias de pele e problemas respiratórios. Foi constatada também uma morte oficialmente divulgada¹³ de um fiscal de turma em razão do uso de veneno¹⁴. A comoção da população jaicoense ocasionou, inclusive, a confecção de camisetas com seu rosto estampado.

Figura 2: Alergia de pele ocasionada, segundo ex-colhedor, pelo uso de veneno em Matão/SP.



Fonte: PEREIRA, G.G. e MACIEL, L.M. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (2013).

Os trabalhadores são orientados a se higienizarem antes de iniciarem os trabalhos, esse procedimento envolve a lavagem das mãos e dos pés em uma água que alguns colhedores afirmam se tratar de “veneno”. Segundo as informações captadas no Hospital Estadual Floriza Silva, em Jaicós/PI, os primeiros indicativos da intoxicação por veneno costumam ser a falta de ar e uma dor na região dos rins. A utilização do carbendazim começou a ser restringida nos laranjais paulistas, em 2012, após o embargo

¹³Maiores informações: Trabalhador rural morre por envenenamento (10/10/2012):

<http://www.saibaja.com.br/tv-matao/noticia/1430-matao-trabalhador-rural-morre-por-envenenamento>

¹⁴ O veneno é aplicado, segundo os trabalhadores, por um trator e possui um forte odor que lembra, para alguns, o cheiro de inseticidas para o combate às formigas.

do governo norte-americano em decorrência de resquícos desse fungicida no suco de laranja concentrado exportado ao país¹⁵.

Apesar de tais contingências, o assalariamento na citricultura é bem visto pelos trabalhadores em geral. Como aponta Silva (2006) por se tratar de um “trabalho aberto”, a colheita da laranja se apresenta mais valorizada pelos trabalhadores em relação ao trabalho no qual há um maior controle sobre o tempo trabalhado. Ser “patrão de si mesmo” foi um dos motivos mais destacados nos discursos dos trabalhadores rurais entrevistados. A preferência pelo trabalho na laranja frente aos empregos urbanos é presente, principalmente, nos discursos das colhedoras, como vemos na fala de Maria:

*É assim, né? É produção. Lá ninguém fala assim: “Ah o serviço ta errado”, “Esse serviço é assim”, num tinha entendeu? Lá era por conta minha. Ela [empregadora] me ensinava e saía. Não ficava no meu pé. **Eu acho bom, é isso aí que ninguém ficava me enjoando. Você fazia o que você podia fazer.** [Entrevista em Jaicós/PI, no dia 10/12/2013; grifos nossos]*

O destaque em negrito se refere à uma comparação ao seu antigo trabalho em casa de família como empregada doméstica. Assim, para essa ex-colhedora o trabalho na colheita da laranja simbolizava que ela mesma ditava seu próprio ritmo de rendimento, além de aparentar um ambiente de trabalho sem uma supervisão constante. Entretanto, o ganho por produtividade também gera uma concorrência pela maior produção entre os próprios colhedores:

***Maria:** Só que na laranja é assim, na laranja o povo é muito ambicioso, se tu tiver com um sacolão, faltando uma sacola pra enche e eu tive no chão, ele não dá. Se você tiver, cê num dá. Isso é muito ambicioso. Só que pra si sabe? Tem olho grande! Se você disser quanto foi que você tirou no holerite, eles fica tudo com olho. Não pode dizer quanto você tirou. Ele são ambicioso. Na laranja é.*

***Entrevistadoras:** Mas, pra querer tirar mais?*

***Maria:** Exatamente pra querer tirar mais que você. Sempre você não quer ficar por baixo, quer tirar mais. E é todo mundo. A gente também é assim, porque tem gente que é assim se você tira pouco eles vai espalhando que você não colhe, que você é aranha (Entrevista em Jaicós/PI, no dia 10/12/13).*

Alves (2006), em seu estudo sobre os cortadores de cana no interior paulista, destaca que quando os trabalhadores recebem por produção e tem seu pagamento associado à sua produção diária se transfere ao trabalhador a responsabilidade do ritmo

¹⁵ Matéria veiculada no portal on-line do G1: “Citricultores de SP devem substituir fungicida proibido pelos EUA” (<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/02/citricultores-de-sp-devem-substituir-fungicida-proibido-pelos-eua.html>)

do trabalho, que é a atribuição do capitalista. O autor ainda pondera que a quantidade de rendimento do trabalhador depende, exclusivamente, de sua força e habilidade que não são, necessariamente, condicionadas às necessidades de produção do empregador, em nosso caso, das indústrias processadoras de suco.

A fala de Maria mostra a competitividade e fiscalização coletiva que cada colhedor vivencia diariamente, as quais ocorrem através de brincadeiras jocosas e apelidos aos maus colhedores (Aranha) e bons colhedores (Pai da turma). Esse cenário corrobora para a fortificação do ritmo de produtividade entre os integrantes da turma de colhedores.

Ainda pontuamos que se fez necessário compreender, no momento da pesquisa, a importância do seguro-desemprego na tomada de decisão entre o momento de partida e da chegada em Jaicós/PI¹⁶. Além da preocupação de como se organizará a dinâmica intra-familiar entre aqueles que ficam e os que se ausentam fisicamente (MENEZES, 2002, SILVA, V. 2006 e SILVA, M. 2008a e 2008b), a obtenção desse benefício social promove a reorganização do tempo de estadia no local de destino.

É comum, portanto, a presença do “seguro” no discurso dos entrevistados, mesmo nos casos em que a nossa entrevista não planejava inicialmente ser conduzida para o universo do trabalho. O seguro era visto como parte estruturante das condições que delimitam a percepção de “sucesso” da migração no momento do retorno e também é ele quem mediava a vivência desses indivíduos em relação aos seus próprios direitos sociais e civis. A narrativa de Ana, 30 anos, colhedora de laranja há mais de três safras em Matão/SP, nos reforça a importância do seguro-desemprego no momento da tomada de decisão:

*Meu irmão me ligou e disse: Ana, você não quer vir pra Matão pra trabalhar na laranja e conseguir o seguro-desemprego? E minha mãe já tinha trabalhado em São Paulo e pegado o seguro-desemprego, minha mãe e meu pai falavam muito que pegar o seguro-desemprego era uma das melhores coisas porque era um dinheiro, né? **Que a gente tinha direito.** Seguro-*

¹⁶ As modificações anunciadas pela equipe econômica federal enunciam o aumento de carência para solicitação do seguro-desemprego que passaram de 6 para 18 meses nos últimos 24 meses trabalhados na primeira solicitação. Já na segunda solicitação o prazo passou de 6 para 12 meses nos últimos 16 meses trabalhados, e na terceira manteve-se a carência de 6 meses. As mudanças, contudo, ainda carecem de aprovação no Congresso Nacional. Para maiores informações: HAUBERT, M. “Dilma admite negociar com congresso mudanças em benefícios trabalhistas”. Folha de São Paulo Online. 20/02/2015. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1592332-dilma-admite-negociar-com-congresso-mudancas-nos-direitos-trabalhistas.shtml>> e, CRUZ, V.;SOFIA, J. “Governo vai recuar em mudanças no seguro-desemprego”.Em Folha Mercado. 27/01/2015. <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1580972-governo-vai-recuar-em-mudancas-no-seguro-desemprego.shtml>>

desemprego e tudo. Ai eu digo: meu sonho é pegar esse seguro! Então eu vou. (Entrevista realizada em Matão/SP, no dia 13/07/2013: Grifos meus).

Ocorria, inclusive, uma sensibilização da população quando algum conhecido não conseguia por questão de alguns dias de trabalho obter o seguro. Ou seja, a não garantia de renda fixa pelos meses vividos no entre-safra no local de origem. Temos também a centralidade das plantações de “fundo de quintal” para a manutenção temporária dessas pessoas no período entressafra ou na ausência de possibilidade de emprego formal na colheita da laranja.

Os fundos de quintais em Matão/SP abrigam plantações, em sua maioria, de goiaba e laranja. Todavia, trabalhar informalmente no destino, seja em empregos urbanos (construção civil e doméstica), seja em empregos rurais não é bem visto pelos trabalhadores migrantes, pois não existem garantias legais de recebimento do salário ou do seguro. Por fim, delinearemos a seguir sobre o perfil encontrado nessa categoria ocupacional.

2.2. O Perfil do Trabalhador Rural Migrante na Citricultura

Os perfis dos trabalhadores rurais migrantes alocados na etapa da colheita da laranja em Matão/SP se correlacionam ao local de residência do indivíduo na origem. Nessa conjuntura, os moradores dos bairros-rurais de Nossa Senhora das Mercês e do João Melé¹⁷, ambos constituídos por famílias de baixa renda, constituem uma população migrante que se emprega, além da colheita da laranja em Matão/SP, ora nos pequenos comércios, ora em empregos públicos graças à prática de troca de votos existente em Jaicós/PI. A qual figura como parte da estratégia de permanência destes nos locais de origem. Todavia, muitas vezes, o acesso a essas oportunidades de emprego não é encadeada a entrada no mercado de trabalho formal.

Já os moradores da área rural, quando pequenos proprietários, trabalham com o plantio do caju, da mandioca, do milho, do feijão de corda, com a produção de mel e confecção de artesanatos com a folha de carnaúba. O retorno para Jaicós/PI é, portanto, realizado preferencialmente, no mês de dezembro não somente pelo final da safra da laranja, mas também pelo início da estação de plantio que costuma ser procedido por

¹⁷ Esses bairros podem ser denominados bairros-rurais por se apresentarem a partir da continuidade do espaço rural no espaço urbano (SILVA, 2008b; MELO e SILVA, 2011). Eles foram formados há cerca de vinte anos com a vinda de antigos residentes do interior jaicoense para a cidade.

um período de chuvas entre dezembro e janeiro, o qual os moradores denominam como “*inverno*”. A ocorrência do *inverno* é fundamental para a manutenção econômica desse município que se localiza no semi-árido nordestino.

Captamos também duas composições de população migrante às quais se correlacionam à migração individual ou familiar. Quando a migração é realizada de maneira individual, o migrante é reconhecido socialmente no caso dos homens como “peão” e no caso das mulheres como “solteira”. Contudo, a ocorrência de uma migração individual não predispõe necessariamente a inexistência de um não vínculo com uma unidade familiar. Sobre a migração de solteiras temos o relato de Fabiana, 36 anos, moradora do interior:

Fui [sozinha], tinha assim mais as colegas da gente. Falavam assim que lá [Matão] é bom, que o trabalho lá é bom, “vamos que eu te apoio até tu arrumar um lugar pra tu morar”. Ai eu fui. (...) A primeira vez eu morei lá pra cima do Popular, na primeira vez. Ai, na segunda eu morei lá pro centro. Porque lá no centro eu fui na casa do patrão mesmo. (...) Porque o patrão tem a casa própria dele morar e a casa própria pros peão, pra recebe as pessoas, tem a casa dos homem, a casa das mulher. [Entrevista realizada em Jaicós/PI no dia 11/12/2013].

Como visualizamos pela fala de Fabiana a contratação de peões e solteiras se relaciona aos alojamentos separados segundo o sexo. Além disso, segundo a mesma, o pagamento pelo quarto individual era de R\$ 100 mensais que deveriam ser pagos ao empreiteiro. Conjuntamente, os processos migratórios atrelados à colheita da laranja se correlacionam as condicionantes específicas dos espaços de origem dos indivíduos, sendo acompanhadas por seletividades migratórias expressas, particularmente, pelo sexo e pela faixa etária, e que são condizentes à realidade social encontrada em cada ‘interior’ ou bairro rural.

Sob esse contexto, pudemos observar nas cinco comunidades rurais visitadas que a migração, mesmo quando não vivenciada pela comunidade de forma intensa, como no caso de Croasal, se apresenta como parte fundamental do cotidiano desses indivíduos. Na Baliza e no Esquisito, a migração direcionava-se, no momento da pesquisa, basicamente para o município de Matão/SP e abarcava os jovens adultos e os adultos, de ambos os sexos, os quais vão “em família” ou “sozinhos”. Já no Barreiro, a migração captada nas entrevistas, foi, majoritariamente, familiar e adulta, também de ambos os sexos. Enquanto que, por fim, na Várzea Queimada visualizamos uma migração predominantemente masculina e jovem, delimitada pela divisão social do trabalho que ali

se instaurou. Afinal, o trabalho artesanal com a folha de carnaúba é realizada exclusivamente pelas mulheres sendo ensinadas de mãe para filha.

Em síntese, temos que cada interior, ainda que seja uma comunidade rural e que apresente similitudes claras com os outros interiores, como o plantio de caju, feijão e mandioca, a divisão da tarefa do cultivo entre pais e filhos, a convivência de distintas gerações em um mesmo espaço e a configuração de uma cultura migratória (SILVA, 2008a e 2008b) comum que alicerça a dinâmica social do povoado, apresenta, entretanto, como vimos, particularidades claras em relação à sua dinâmica migratória e as trajetórias. Em Matão todos são piauienses; no Piauí, cada qual pertence à um interior ou à um bairro-rural.

Considerações Finais

A presença da população de trabalhadores rurais migrantes no interior do Estado de São Paulo se evidencia em decorrência de condicionantes socio-históricas que beneficiaram a RG de Araraquara e a configuração do município de Matão/SP como lócus privilegiado de atuação do agronegócio. Concomitantemente, a migração “permanentemente” temporária (SILVA, 2008a e 2008b) se apresenta como parte estruturante da dinâmica social da região de estudo, bem como, do local de origem. Além disso, observamos a convivência de distintos processos migratórios nos espaços de origem e de destino. Essa conjuntura corrobora para a percepção da migração como um evento demográfico mutável e multifacetado. Reforçamos, simultaneamente, a importância de estratégias de permanência ou deslocamento permeadas pelo acesso ao mercado de trabalho formal.

Buscamos, assim, tratar de novos espaços migratórios (BAENINGER, 2012) através da aplicabilidade da metodologia qualitativa para a compreensão do fenômeno social. Por fim, destacamos a necessidade de entendermos os locais de origem e de destino como partes integrantes e justapostas, particularmente, pelas transformações sociais, econômicas e demográficas ocorridas em ambos os espaços nos períodos da safra e da entressafra. É então necessário, apreendermos os processos vivenciados no tecido social das cidades e na vida desses migrantes, os quais constroem socialmente seu espaço migratório.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco. Por que morre os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15. N. 3. p. 90-98. Set/Dez 2006. São Paulo. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7496/9009>>. Acesso em Fev. de 2015.

BAENINGER, Rosana, Região Administrativa Central: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos. **Textos NEPO 31: Migração em São Paulo 7**. Núcleo de Estudos de População/Unicamp. Campinas. 1995.

_____, Rosana. **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Coleção Campiniana. Unicamp. 1996.

_____, Rosana. Deslocamentos Populacionais, Urbanização e Regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília. 15(2). 1998.

_____, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. **Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo**. Cunha, José Marcos Pinto da (org). Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas. 2011.

_____, Rosana, **Fases e Faces da migração em São Paulo**. Núcleo de Estudos de População –Nepo/Unicamp. Campinas. 2012.

CANO, Wilson. Perspectivas do Desenvolvimento Econômico do Interior Paulista. **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. Tartaglia, José Carlos; Oliveira, Osvaldo Luiz de (orgs). Editora UNESP. São Paulo. 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2006.

DOMENACH, Hervé e PICOUET, Michel. **Las Migraciones**. Trad: Eduardo Bologna. Córdoba. República da Argentina. 1996.

ELIASa, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo. EdUSP. 2003.

_____, Denise e Pequeno, Renato (orgs). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Banco do Nordeste. Fortaleza. 2006.

_____, Denise e Pequeno, Renato. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2007.

ELIASb, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia da relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar.

MENEZES, Marilda A. Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste. **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**. Vol II: Estratégias de Reprodução Social. De Godoi, E. P, Menezes, M. A e Marin, Rosa A (orgs) São Paulo. Editora Unesp. 2010.

_____, Marilda A. Migrações e Mobilidades: Repensando teorias, tipologias e conceitos. **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras**. Teixeira, P.E; Braga, A.M.C e Baeninger, R (org). Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012. 2000.

GONÇALVES, Maria Flora. **As engrenagens da locomotiva: Ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas. 1998. 339p.

MACIEL, Lidiane Maria e BAENINGER, Rosana. Assalariamento Rural no interior de São Paulo: Um estudo sobre migrações e identidade. **Anais do 35º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu. 2011.

_____, Lidiane Maria. Migração e Identidade entre Trabalhadores “Rurais-Urbanos” no interior de São Paulo. **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador. 2011.

_____, Lidiane Maria. **O Sentido de Melhorar de Vida: Arranjos familiares na Migração Rural-Urbana para o interior de São Paulo**. Jundiaí. Paco Editorial. 2013.

NEVES, Marcos Fava et al. **O Retrato da Citricultura Brasileira**. Markestrat. Ribeirão Preto. 2010.

PEREIRA, Giovana G; TROIANO, Jéssica A e MACIEL, Lidiane M. A heterogeneidade dos espaços rurais: Convivência e interdependência de agentes produtivos na região central do Estado de São Paulo (Brasil). **Anais do IX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Cidade do México**. 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. [1988] 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Ed. UNESP. 1999.

_____, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *Cadernos CERU* (Versão Online). Vol. 19. Nº 1. 2008a. (Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628> -Acesso em Maio/2011)

_____, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: Camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. **Anais da 26ª Região Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro. 2008b.

_____, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3. n. 2. Artigo 1. Abr/Agosto 2008. São Paulo.

_____, Maria Aparecida; MELO, Beatriz e VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”. **Cadernos Conflitos do Campo no Brasil**. Comissão Pastoral da Terra. Brasília. 2011.

_____, Maria Aparecida e MELO, Beatriz. Vidas em Trânsito: Mulheres Migrantes dos Cocais Maranhenses nas Cidades Canavieiras Paulistas. **Revista Tópos**. Vol. 6. No.1. FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2012.

SILVA, Virgínia Ferreira da Silva. **Migração e redes sociais: Trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

SINGER, Paul. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo. Em **Migração Interna(Textos Selecionados)**. De Moura, H. (coord.). Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BND. Fortaleza. [1976] 1980.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. Studio Nobel. 2ª Edição. São Paulo. [2001] 2012.

VETORASSI, Andréa. **Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes: Um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP**. Tese de Doutorado. Unicamp. 2010. 200p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Editora da Unicamp. Campinas. 2011.

A “NOVA” MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO CAI CANAVIEIRO PAULISTA: INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO MANUAL E DE OPERAÇÃO DE MÁQUINAS

Leonardo Ferreira REIS¹; Francisco ALVES²
leofreis@gmail.com; chiquinho@dep.ufscar.br
Agencia financiadora: CAPES

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar que está em curso no Complexo Agroindustrial Canavieiro no Estado de São Paulo, a partir de 2003, um novo modelo de mecanização das atividades agrícolas desse complexo. Nesse novo modelo, a produção de cana-de-açúcar se dá através da combinação de operações manuais e mecanizadas, ambas realizadas com intensificação do trabalho, objetivando obter máxima produtividade do trabalho. A completa substituição de trabalho vivo por trabalho morto, não está ocorrendo no CAI Canavieiro paulista, enquanto a mecanização avançou 56% no período 2007 – 2012, a redução do número de trabalhadores ocorreu sob a taxa de 37% de queda, apontando um descompasso entre estas duas variáveis. A manutenção de um elevado contingente de trabalhadores manuais, que se reduz paulatinamente, pode ser explicado pela necessidade da gerência controlar o aumento dos custos de produção da operação mecanizada, que é influenciada negativamente pela produtividade extremamente reduzida dos canaviais paulistas dos últimos anos. Os fatores que levam à variabilidades dos custos são de difícil previsão, por isso, trabalhadores manuais devem estar em regime de prontidão permanente, sendo convocados sempre que a operação mecanizada é inviável por questões econômicas ou técnicas. Para a realização desse trabalho utilizou-se dados secundários de diferentes fontes, especialmente do INPE-CANASAT e do RAIS/CAGED, e dados primários obtidos diretamente em campo.

1. Introdução

Nesse trabalho, apresentamos as características fundamentais do novo modelo de modernização agrícola no Complexo Agroindustrial (CAI) Canavieiro do estado de São Paulo, que tomou impulso a partir de 2003. Este tem como eixo central a manutenção de grandes contingentes de trabalhadores manuais, mesmo com elevado índice de mecanização do corte, contrariando a expectativa de eliminação completa do trabalho manual.

¹ Mestre em Engenharia de Produção (PPGEP/UFSCar) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da UFSCar.

² Doutor em Economia (IE/UNICAMP) e Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar

No início da década de 2000, após o lançamento dos carros flex, a expectativa que se tinha é que o CAI Canavieiro brasileiro e paulista, finalmente, adotariam o modelo internacional de mecanização de todas as atividades agrícolas, desde o plantio até a colheita, eliminando o trabalho manual, reconhecidamente penoso e danoso à saúde dos trabalhadores. Dessa forma, o CAI Canavieiro paulista estaria implementando o modelo já praticado, desde a década de 60, pelos demais países produtores de açúcar a partir da cana (Austrália, Estados Unidos, Cuba). Observando-se o modelo adotado em São Paulo, percebemos que, ao contrário do esperado, a eliminação do trabalho manual não ocorreu, este apenas passou a ser combinado com o trabalho mecanizado, mudando a configuração, mas deixando intactos os elementos centrais do processo de intensificação do trabalho, que degrada as condições de vida e trabalho desses dois conjuntos de trabalhadores.

Este novo modelo de modernização não só é peculiar, se comparado às empresas do setor em outros países, mas também se diferencia do que ocorre nos demais setores em que houve mudança tecnológica, objetivando o aumento da produtividade do trabalho. Nesses setores, a consequência da adoção do chamado progresso técnico foi a eliminação do trabalho vivo em proporções maiores do que se dava o emprego de trabalho morto. O exemplo mais claro desse processo está na automação bancária, onde a implantação de novas máquinas computadorizadas e sistemas de informação eliminaram elevada quantidade de postos de trabalho (SEGNINI, 1999). No complexo canavieiro, a introdução de modernas máquinas colhedoras de cana não está eliminando postos de trabalho na mesma proporção do seu ritmo de implantação.

Quando o processo de mecanização da colheita tomou novo impulso, após o acordo do governador do Estado de São Paulo com a UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar), para eliminação da queima previamente ao corte, em 2007, era esperado que, com a mecanização, a quantidade de trabalhadores manuais empregados pelo CAI Canavieiro diminuísse drasticamente. A redução do número de trabalhadores, embora tenha ocorrido, se deu numa proporção muito inferior à esperada. A área com cana, colhida mecanicamente, vem crescendo, porém, a quantidade de trabalhadores empregados, mesmo sendo decrescente, ocorre em proporção menor do que o crescimento da área mecanizada. Portanto, há, como veremos, uma diferença entre a taxa de mecanização do corte e a taxa de redução do número de trabalhadores formais empregados. Entender as causas dessa diferença é fundamental para se explicar porque o trabalho manual ainda é mantido em diversas atividades do processo de produção

agrícola do CAI Canavieiro, e, assim, perceber a dinâmica do modelo de mecanização que vem sendo adotado, que é o objetivo desse artigo.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos em fontes secundárias e em fontes primárias. Nas fontes secundárias, utilizamos os dados contidos no Plano de Disseminação de Estatística do Trabalho (PDET/MTE), e os do INPE-CANASAT, que é o programa de acompanhamento por satélite da colheita de cana³. Esses dois conjuntos de dados secundários nos mostram o comportamento do emprego formal de trabalhadores manuais e o ritmo do processo de mecanização, o que nos permite inferir sobre as características centrais do modelo de mecanização adotado. Os dados primários foram obtidos através de pesquisa de campo, na qual foram observadas as condições de realização do processo de trabalho e foram entrevistados trabalhadores manuais, operadores de máquinas e gerentes das usinas. A análise dos dados se baseia na revisão histórica do processo de modernização recente do CAI Canavieiro Paulista, apontando os elementos que o condicionam, e nos pressupostos teórico-metodológicos que delineiam o processo geral de acumulação do capital, sob o ponto de vista do processo de trabalho.

Esse artigo está sub-dividido em três partes, além dessa introdução. A primeira parte trata dos antecedentes do processo de mecanização da colheita de cana no CAI Canavieiro Paulista, onde mostramos que a mecanização da colheita de cana não é um processo recente, tendo se iniciado na década de 60, acompanhando o processo nos demais países produtores de açúcar, a partir da cana. Porém, no Brasil esse processo encontra-se inconcluso até o presente, apesar dos novos incentivos, principalmente governamentais, para sua finalização; a segunda trata, das transformações do trabalho na produção de cana-de-açúcar. Esta parte foi elaborada com base nos dados secundários, sobre o emprego e o crescimento da área mecanizada, e dados primários, obtidos em campo. Nesse item mostramos porque há descompasso entre o ritmo de crescimento do corte mecanizado e o ritmo de redução do emprego formal de

³ Devido ao agravamento da crise, a partir de 2008, por que passa o CAI canavieiro brasileiro, os investimentos estatais em parceria com órgãos privados encerrou o projeto CANASAT, em 2012. Esse projeto desenvolvido em conjunto com o INPE (instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Governo Federal), determinava a evolução do plantio e da queima de canaviais, utilizando-se de imagens produzidas por satélite. Esse convênio UNICA/INPE permitia determinar se o CAI estava cumprindo os termos do Protocolo de eliminação da queima assinado com o governo do Estado de São Paulo em 2007. A partir de 2012 o convênio foi extinto e uma empresa privada, não mais o INPE, passou a coletar esses dados. Em 2013, a UNICA ainda financiou a empresa, sem parcerias, e deu continuidade ao projeto para uso dos seus associados, a partir desse ano os dados se tornaram privados e não mais de domínio público. A partir de 2014 o financiamento da UNICA é cortado, mas a empresa ainda dá continuidade ao Projeto, vendendo esses dados a quem interessar – e puder pagar por eles. Dessa forma, a série histórica de dados aqui apresentados se encerra em 2012.

trabalhadores manuais; e finalmente, as conclusões, onde sintetizamos as contribuições do trabalho.

2. Antecedentes do processo de mecanização do corte de cana em São Paulo.

Estamos vivendo no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, mais uma fase de um longo processo, iniciado na década de 60 do século passado, mas ainda não terminado, que é o processo de mecanização do corte de cana. A atual fase desse processo, iniciada em 2003, com lançamentos do carro flex, e impulsionada em 2007, pela visita do presidente dos EUA ao Brasil, é apenas uma quarta etapa, ou uma nova tentativa, de por fim a uma atividade penosa. Como dizem os próprios cortadores de cana: “*cortar cana não é trabalho de gente, é trabalho de bicho*”; “*cortar cana encolhe a vida*”⁴. O que caracteriza a atual fase é a manutenção do corte manual, combinado com a preponderância do corte mecanizado de cana crua, sem queimar, estabelecendo, dessa forma, uma competição perversa entre homens e máquinas, que intensifica o trabalho, aumentando sua produtividade, mas degradando as condições de saúde dos trabalhadores.

Na virada das décadas de 1960 e 1970 o Brasil começou a dar os primeiros passos na direção da mecanização da colheita de cana, seguindo a tendência, adotada nessa época, por todos os países produtores de açúcar a partir da cana, concorrentes do Brasil no mercado internacional, tais como: Austrália, EUA, Cuba e Índia (ALVES, 1991). Porém, no Brasil esse processo de mecanização não deslanchou como nos demais países, que têm, praticamente 100% da colheita de cana mecanizada.

A explicação para a não mecanização da colheita na década de 60, no Brasil, está no rápido e violento processo de expulsão de trabalhadores rurais do campo (SILVA, 2007; ALVES, 2007). São milhares de trabalhadores rurais expulsos do campo, praticamente sem direitos, que deixam a moradia no interior das propriedades rurais e passam a habitar as periferias das cidades, convertendo-se em vendedores de força-de-trabalho para atividades rurais: os bóias-frias, trabalhadores assalariados rurais volantes.

⁴ Essas duas frases foram colhidas de trabalhadores diferentes, em Barrinha, SP, na década de 80, quando da pesquisa de campo para a tese de doutoramento (ALVES, 1991). É interessante reler essas duas frases hoje, quando o trabalho no corte de cana se modificou profundamente. As grandes mudanças foram: a) os trabalhadores já não cortam seis toneladas diárias, como na década de 80; hoje cortam mais que o dobro, apenas para manterem seus empregos no corte e, b) a mecanização da colheita cresceu muito, mas não eliminou a colheita manual.

Nesse período, ocorreu também o rápido processo, conhecido como urbanização, que combinou o efeito atração, proporcionado pelos empregos urbano industriais, com o processo de expulsão, de trabalhadores do campo. As razões desse processo podem ser creditadas a dois acontecimentos articulados: a chegada ao campo da motomecanização, ou tratorização, de várias etapas do ciclo de produção agrícola, e à legislação trabalhista, através do estatuto do trabalhador rural (1963) e o estatuto da terra (1964) (GRAZIANO DA SILVA, 1982; ALVES, 1991).

A entrada em cena desse “novo” trabalhador rural, pobre, sem emprego, tangido pela fome e com enormes carências sociais, mas agora assalariado, provocou mudança nas relações de trabalho, barateando os custos de produção de culturas agrícolas que demandam muita força de trabalho, tais como: a cana, o café, e a laranja. Esses trabalhadores são demandados para a realização de atividades pontuais do ciclo de produção agrícola. A chegada desse grande contingente de trabalhadores tornou a mecanização da colheita de cana, no mínimo, desnecessária (ALVES, 1991).

Posteriormente, devido ao ciclo de greves, iniciado em Guariba em 1984, as usinas começam a implementar um novo e vigoroso processo de mecanização do corte de cana, mas de cana queimada previamente ao corte, que provoca dois problemas: desemprego e poluição atmosférica. O ritmo da mecanização do corte daquele período foi tão intenso, na Região de Ribeirão Preto, epicentro das greves, que algumas usinas chegaram a ter, na época, mais de 80% de sua área colhida mecanicamente, através de um complexo de máquinas, além das colheitadeiras⁵, que substituíam o trabalho de milhares de cortadores de cana (ALVES, 1991).

A mecanização da colheita de cana naquele período foi, então, acelerada pelo ciclo de greves anuais dos cortadores (1984/1990), mas ganhou um aliado importante, no final dos anos 80 e início da década de 1990, que foi a luta contra as queimadas, que mobilizou e mobiliza até hoje um amplo conjunto de organizações da sociedade civil em torno de uma bandeira:

“Basta de Queimadas! Queremos Respirar”

⁵ Refere-se ao conjunto de outras máquinas agrícolas e não agrícolas que dão suporte ao corte mecanizado, tais como: tratores de esteiras que ajudam no tráfego das colheitadeiras; caminhões oficinas que reparam as colheitadeiras no próprio campo; caminhões comboios para abastecer máquinas e, caminhões pipas para prevenção de incêndios.

Em decorrência dessa mobilização social, que congregava promotores públicos, entidades de defesa do meio ambiente e a população atingida pelas queimadas (GOULART, 1997; SILVA & MARTINS, 2011), o Governo do Estado de São Paulo, através do seu governador à época, homologa acordo com os usineiros, chamado de Acordo dos Bandeirantes (1998), que determinava o ano de 2002 como prazo limite para o fim da colheita com queima prévia, nas áreas mecanizáveis. Porém, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, atendendo à pressão dos usineiros paulistas, e de parcela dos trabalhadores rurais, resolveu, na prática, invalidar o acordo. Alegavam para isso, os deputados, defensores da proposta das usinas, que o fim da queima prévia ao corte era um assunto tão importante e complexo, envolvendo custos aos usineiros, e desemprego aos trabalhadores, que não poderia ser resolvido através de um acordo de cavalheiros, mas necessitava de uma lei estadual específica. Então, em 2002, é aprovada uma lei estadual⁶ que estende o fim das queimadas para 2021 em áreas mecanizáveis, e 2031 para áreas não-mecanizáveis.

A Assembleia Legislativa do Estado atendeu, com essa lei, os reclamos dos usineiros, que naquele momento não tinham condições de mecanizar o corte, dado a crise enfrentada pelo setor na década de 90 (BACCARIN, 2005), e à baixa dos salários dos “bóias-frias” (RAMOS, 2009). Essa crise era decorrente de três fatores: a) o processo de desregulamentação e de abertura comercial brasileiro, com reestruturação produtiva, que facilitou a entrada de capital internacional no setor e liberou as exportações de açúcar, antes restrita aos estados do nordeste; b) a crise de abastecimento do álcool, quando os proprietários de carros à álcool ficaram sem o produto; e c) o desinteresse das montadoras de automóveis em produzir carros movidos à álcool, com mercado restrito ao Brasil, quando, naquele momento, o interesse era a produção direcionada ao mercado consumidor mundial.

Assim, na década de 90, houve redução do ritmo da mecanização da colheita de cana, que foi provocada pelas razões citadas acima e pela redução dos salários reais dos cortadores de cana, que acompanhou a tônica de decréscimo de salários, da década de 90 (RAMOS, 2009). Nesse mesmo período, houve aumento do desemprego geral no País por razões econômicas o que elevou a disponibilidade de trabalhadores aptos a cortar cana. Esse processo foi intensificado pelo crescimento das migrações de trabalhadores rurais, vindos de outros Estados do país, como Maranhão, Piauí,

⁶A Lei estadual nº 11.241 de 19 de setembro de 2002 regulamenta o fim da prática da queima até 2021 para áreas com declividade menor que 12% (mecanizáveis) e até 2031 para áreas com declividade maior que 12% (não mecanizáveis) e áreas menores que 150ha.

trabalhadores expulsos da terra pela concentração da propriedade rural provocada pela expansão do chamado agronegócio no cerrado brasileiro (NOVAES & ALVES, 2007; ALVES, 2007).

Os investimentos das usinas na direção da modernização se centraram, nesse período, na reestruturação produtiva e na necessidade de aumento da produtividade do trabalho em todos os setores da produção: agrícola, industrial e comercial. Esses investimentos provocaram aumento da produtividade do trabalho, nas usinas como um todo, mais fortemente na produtividade do trabalho dos cortadores de cana, que salta de 8 toneladas cortadas por dia na década de 80 e alcançará 12 toneladas, na de 2000 (ALVES, 2009)⁷.

A mecanização do corte de cana recebe um novo e vigoroso impulso em 2007, devido a dois acontecimentos: 1) a vinda do Presidente dos EUA (G.W. Bush) ao Brasil, propondo parceria entre Brasil e EUA no incremento às exportações mundiais de álcool, naquele momento rebatizado, pela mídia, de etanol; e 2) a repercussão nacional e internacional das mortes de cortadores de cana por excesso de trabalho, apuradas pela Comissão Pastoral do Migrante de Guariba, SP (ALVES, 2007; FACIOLI, 2008). Por conta desses dois acontecimentos, o governo do Estado de São Paulo, em junho de 2007, fez em outro acordo com os usineiros paulistas, através da UNICA, também de livre adesão, como o de 1998, antecipando para 2014 o fim da colheita com queima prévia, nas áreas mecanizáveis e 2017, para as não mecanizáveis (ALVES & ADISSI, 2011; TEIXEIRA, 2014).

Esse acordo, em plena vigência, vem sofrendo atrasos, já que não cumpriu a sua primeira meta, de mecanizar 80% da colheita até 2010 (REIS, 2012). Estes atrasos se devem, em parte, aos efeitos da crise econômica de 2008 e, em parte, à quedados preços de exportação de açúcar e álcool, que reduziram a disponibilidade de capital para investimento em mecanização, sistematização e renovação de talhões pelas usinas (MENDONÇA et al., 2012; PITTA et al., 2014). Esses atrasos se devem, também, ao aumento da produtividade do trabalho dos trabalhadores manuais remanescentes, que

⁷Alguns autores (RAMOS 2009; BACCARIN et al., 2013) afirmam, baseados no número de trabalhadores empregados, apurado pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de SP, que a produtividade do corte manual situa-se em 8,5 Toneladas por dia, por homem. Porém, essa afirmação se baseia no número total de trabalhadores empregados e não no número de trabalhadores efetivamente cortando cana, que são em menor quantidade. Essa diferença também se deve ao fato de que os trabalhadores manuais não cortam cana todos os dias da safra. Durante alguns dias da semana eles realizam outras atividades manuais do ciclo de produção agrícola, que ocorrem simultaneamente à colheita (tratos culturais, plantio, controle de pragas etc.). Quando se calcula a produtividade dos trabalhadores que efetivamente cortam cana essa salta para 12T/H/D. Em diferentes usinas o mínimo exigido de cada trabalhador é 10T/H/D.

tornou a sua manutenção no processo produtivo uma escolha rentável às usinas (REIS, 2012). Mesmo assim, o Estado de São Paulo já tem (safra 2012/2013) 76,26% (IEA⁸) de sua área plantada com cana cortada mecanicamente, sem queima prévia.

Vimos nesse item que o processo de mecanização da colheita da cana não é recente. É resultado de um processo histórico, no qual a decisão dos empresários, na direção da implementação de mudanças técnicas, se dá após a consideração de um conjunto de variáveis, econômicas, sociais e ambientais. Embora tenha havido pressão, por parte da sociedade e do Estado, para o fim das queimadas de cana e do trabalho degradante no corte manual, a mecanização do corte, que foi a solução adotada pelos usineiros, ainda se encontra inconclusa. Do lado do trabalho e das condições de trabalho, a única mudança se deu quanto ao número de trabalhadores empregados na atividade manual, porém sem elimina-los, como discutiremos à seguir.

3. A mecanização da colheita e o suposto fim do trabalho manual nos canaviais paulistas

Como vimos no item 2, o processo de mecanização do corte de cana tomou novo impulso após 2003, quando a conjuntura econômica nacional e internacional, aliada ao apoio governamental ao setor, deu condições aos usineiros para realizar uma transição controlada e economicamente eficiente do centenário corte manual de cana, para a moderna e complexa operação de máquinas colheitadeiras. O alto potencial produtivo das máquinas, e todas as condições adequadas à sua implementação, fizeram com que, recentemente, operações mecanizadas se tornassem preponderantes em todas etapas da produção agrícola do CAI Canavieiro paulista, e que o trabalho manual entrasse para a lista de atividades em extinção:

Para entendermos o impacto da mecanização do corte sobre o emprego, é necessário considerar a diferença exorbitante entre a produtividade média do cortador de cana, e da máquina colhedora. Com tal diferença, esperava-se que o trabalho manual fosse eliminado em proporções superiores às do avanço da taxa de mecanização. Enquanto um homem corta, em média, 12 toneladas de cana por dia, uma máquina pode cortar, no mesmo período, 550 toneladas (REIS, 2012), o que implicaria, em tese, na possibilidade de apenas uma máquina em operação substituir 45 trabalhadores. Desta

⁸ Notícia do Instituto de Economia Agrícola intitulado: Mecanização na Colheita da Cana-de-açúcar Paulista Supera 80% na Safra 2012/13. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13463>. Acessado em 18/12/2014.

forma, é necessário entender porque grande número de trabalhadores manuais são mantidos na produção canavieira, mesmo quando predominam operações mecanizadas, contrariando as tendências verificadas em outros processos de modernização. Nesse contexto, as promessas de extinção do trabalho manual acabam se tornando vazias, pois, com recorrência são seguidas das restrições e dificuldades de se mecanizar completamente a produção de cana, como podemos verificar nas falas a seguir.

Nós temos um trabalho já desenhado nas duas unidades, que nós precisamos trocar 10% de área. Qual é a intenção nossa? É zerar o corte manual, nós vamos pra isso aí. Porém, a gente tem as áreas mapeadas que a gente não consegue entrar com máquina. O que eu vou fazer? Vou deixar de ter cana nessa área, e vou buscar uma área que eu consiga colher. Porém tem vários detalhes que você tem que trabalhar, né? Vencimento de contrato. E tal [...]

[...] Nós temos aqui uma concorrência complicada por área, nós estamos aqui fechados por usinas. E além de usinas, a gente tem na região uma cultura grande com laranja e eucalipto. Então a gente tem essa concorrência lá, por área. Mas a gente tem buscado, e tem os planos aí que a gente vai substituir isso por mecanizado.⁹

Conservação de solo é uma das prioridades nossa, aliado à sistematização, quando você vai conseguir um rendimento maior pra máquina. Então, o facão está em extinção, como você falou. Eu acho que aqui, com mais dois, no máximo três anos, não existirá mais o canudeiro¹⁰. Já vamos estar 100%. [...]

Pro plantio a gente tem que terceirizar, porque ai precisa de um volume maior, o período é curto, então tem que pensar na chuva, a safra que está por vir. Então você concentra pra ter um rendimento bom, e também a área é grande. Projeta pra fazer o plantio em 40 dias, em função da área que tem, e considerando quanto um trabalhador planta por dia, pensa que precisa de 30 [trabalhadores] pra fazer a área desse ano em 40 dias.¹¹

Na Tabela 1, é visível a diminuição do número de trabalhadores manuais formalmente empregados. O emprego formal tem uma queda de 47% entre 2007 (178.510 trabalhadores) e 2013 (94.425 trabalhadores). Porém, esses mesmos dados mostram também, que, embora haja queda no emprego, o número de trabalhadores que permanecem empregados para atividades manuais ainda é elevado. Outro elemento

⁹ O primeiro trecho da transcrição corresponde à fala do Gerente de Recursos Humanos, e o segundo à do gerente de CCT (corte, carregamento e transporte) do mesmo grupo canavieiro, localizado no interior do estado de São Paulo, ambos foram entrevistados simultaneamente. Entrevista realizada em 25 de junho de 2014. Adendo nosso.

¹⁰ Canudeiro é o trabalhador manual que tem a tarefa de cortar apenas as fileiras de cana que a máquina não consegue acessar em um talhão, como a barreira contra enxurrada em curva de nível.

¹¹ Fala do Gerente Agrícola de um grande fornecedor de cana do interior do estado de São Paulo. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2013. Adendo nosso.

observado através da análise da tabela é a permanência da sazonalidade no emprego, apesar da sua sutil diminuição no período analisado. O número de trabalhadores empregados cresce nos meses de safra (maio/outubro) e contrai-se durante a entre-safra (novembro/abril), em 2007, a relação entre trabalhadores empregados na entre-safra e safra era de 52%, isto é, o número de trabalhadores empregados na safra era praticamente o dobro do número na entre-safra. Em 2013 houve redução nessa relação, pois o número de trabalhadores manuais empregados na entre-safra correspondeu a 60% do total de empregados na safra.

TABELA 1 – Evolução do número de trabalhadores manuais na produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, entre 2007 e 2013.

Ano/Mês	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	121183	107202	95233	95116	90325	82069	75654
Fevereiro	147704	133831	105931	110278	104387	96657	84704
Março	165461	152807	143142	142949	120155	106299	93437
Abril	194655	195870	178593	162205	143413	116791	106381
Maio	213753	206723	185718	166408	152967	130182	109479
Junho	212966	205495	182735	165807	153333	129130	107908
Julho	207111	200672	177824	163272	151247	128095	104014
Agosto	205150	195828	174575	160055	147382	125370	100689
Setembro	203919	192324	173115	156094	143567	123719	98464
Outubro	198658	189571	171678	148630	126773	121639	96443
Novembro	175630	179094	168439	126082	100331	112306	89878
Dezembro	95930	95323	94309	88618	84576	74957	66053
Média Total	178510	171228	154274	140460	126538	112268	94425
Média safra ¹	248311	238123	213129	192053	175054	151627	123399
Média entressafra ²	128652	123447	112235	103607	91884	84154	73730

Fonte: PDET (2014)¹².

¹Número médio de trabalhadores na safra (abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro).

²Número médio de trabalhadores na entressafra (janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro).

A diminuição dessa diferença entre trabalhadores empregados na safra e entre-safra fortalece as conclusões de Cortez (1993), que apontava como uma provável consequência do processo de mecanização da colheita de cana, a diminuição da diferença de trabalhadores empregados na safra e entre-safra. A autora esperava, em 1993, que essa diferença não apenas diminuísse, mas desaparecesse com a completa mecanização do corte. Isto é, esperava-se que o número de trabalhadores empregados na safra, se tornasse igual ao número de trabalhadores empregados na entre-safra. Como a

¹² Dados referentes às bases do RAIS e CAGED, colhidos segundo o método apresentado por BACCARIN & BARA (2008; 2009).

diferença ainda existe, podemos concluir que, mesmo com a elevada taxa de mecanização do corte dos últimos anos, o número de trabalhadores empregados na entre-safra ainda é insuficiente para dar conta das demais atividades agrícolas (preparo do solo, plantio e tratos culturais) que se dão simultaneamente à safra (colheita de cana). As usinas contratam, na safra, trabalhadores adicionais, que irão predominantemente cortar cana, porque se fossem fazer apenas as demais atividades agrícolas, aqueles contratados na entre-safra dariam conta.

A Tabela 1 mostra, que a sazonalidade do emprego permanece e que não houve eliminação do trabalho manual, em 2013. Ainda eram empregados, em média, 94 mil trabalhadores. Esse é o primeiro indicativo de que o processo de mecanização do corte de cana crua, posto em prática no CAI Canavieiro Paulista, necessita ainda de um grande contingente de trabalhadores manuais para que seja possível realizar todas as atividades da produção, simultaneamente ao corte de cana - mais de 40% do total de trabalhadores manuais empregados. Dessa forma, o corte manual, junto com o corte mecanizado, permanecem sendo utilizados e são eles que garantem o fornecimento de cana às usinas, sem prejuízo das demais atividades manuais necessárias à produção de cana. Isso demonstra a existência da combinação entre trabalho manual e mecanizado, mesmo com elevadas taxas de mecanização.

Esta combinação pode ser melhor observada com a ajuda dos dados da Tabela 2. Essa tabela mostra que o ritmo do processo de mecanização é maior do que o ritmo de redução do número de trabalhadores empregados. A taxa de avanço da mecanização foi de 56%, entre 2007 e 2012, enquanto, nesse mesmo período, a taxa de redução do emprego de trabalhadores manuais foi de apenas 37%. Ou seja, a mecanização avançou em proporção muito maior do que se deu a redução do número de trabalhadores manuais empregados. Isso contraria o esperado, que era: o ritmo de queda do emprego de trabalhadores manuais ser, “pelo menos”¹³, igual ao ritmo de avanço da mecanização. Os dados da Tabela 2, mostram que a substituição de trabalhadores manuais por máquinas não se dá na mesma proporção; um aumenta muito e o outro reduz pouco.

¹³ A expressão “pelo menos”, entre aspas, se deve à necessidade de nos atentarmos para a diferença entre produtividade das máquinas e produtividade do trabalho manual (550 Toneladas/Máquina/Dia e 12 Toneladas/Homem/Dia).

TABELA 2 – Evolução da Taxa de mecanização da colheita e do número de trabalhadores manuais empregados formalmente na produção de cana-de-açúcar no CAI Canavieiro do Estado de São Paulo, entre 2007 e 2012.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007-12
Nº de trab. manuais	178.510	171.228	154.274	140.459	126.538	112.267	-
Tx. Cresc. (%)	-	-4,0	-9,9	-8,9	-9,9	-11,3	- 37
Tx.mecanização ¹ .	46,6	49,1	55,6	55,6	65,2	72,6	-
Tx. Cresc. (%)	-	5,3	13,2	0	17,2	11,3	56

Fonte: CANASAT (2013); PDET (2013)

¹Essa taxa é calculada pelo Projeto CANASAT, do INPE em parceria com a UNICA, utilizando fotos de satélite para identificar áreas queimadas e áreas não queimadas. Por comparação das imagens, se estabelece a taxa de mecanização considerando que as áreas onde não se realizou a queima foram colhidas mecanicamente (AGUIAR et al., 2010).

Quando analisamos a Tabela 2, verificamos que a relação entre a taxa de diminuição de trabalhadores manuais e a de mecanização não segue qualquer tendência linear. A primeira segue um ritmo na faixa de 10% de queda ao ano, com exceção do primeiro biênio analisado, já a segunda oscila, com uma diferença grande entre um ano e outro. Assim, observando os números das Tabelas 1 e 2 podemos constatar, até agora, três fatos: 1) O número de trabalhadores manuais empregados no CAI Canavieiro ainda é alto; 2) A sazonalidade histórica do setor, com picos de contratação durante a safra, ainda existe; 3) A relação entre diminuição do número de trabalhadores manuais e crescimento da mecanização não é linear, devido, principalmente, às oscilações da segunda.

Com essas observações ainda não conseguimos responder de forma conclusiva se o trabalho manual será eliminado no CAI Canavieiro Paulista, ou porque ele ainda é tão significativo num contexto avançado de mecanização. Essa dúvida fica ainda mais forte quando analisamos o estudo de Baccarin et al. (2013). Estes autores afirmam que o número de trabalhadores manuais empregados continuou a diminuir, mesmo tendo havido aumento da produção de cana, indicando forte tendência de substituição de trabalho manual por mecanizado. Para fazer tal afirmação, estes autores, utilizaram os dados de um período específico, a passagem entre 2011 e 2012, quando houve aumento de 8% na produção de cana (Tabela 3), enquanto a taxa de redução do número absoluto de trabalhadores manuais caiu 11,3% (Tabela 2). Porém, se analisarmos os dados de 2007 para 2008, nas mesmas tabelas, o crescimento da produção foi de 7,3% (Tabela 3) – muito próximo ao valor de 2011/2012 -, mas a taxa de diminuição do número de trabalhadores foi de apenas 4% (Tabela 2). Ou seja, nesse biênio houve aumento

semelhante da produção de cana, mas não foi tão significativa a taxa de redução do emprego de trabalhadores manuais. A relação entre emprego e produção fica ainda mais fraca, se compararmos os valores no período entre 2010 e 2011, em que houve diminuição de 9,9% (Tabela 2) no número de trabalhadores empregados, mas a produção de cana teve queda de 15,5% (Tabela 3). Nesse ano, o emprego de trabalhadores manuais teve queda similar à verificada por Baccarin et al. (2013) (9,9% contra 11,3%), mas a produção de cana não aumentou, pelo contrário, teve uma queda drástica. Ainda, analisando outra variável, taxa de mecanização, vemos que entre os anos de 2010 e 2011, houve um salto de 17,2% nessa taxa, a qual deveria ter relação direta com a queda no emprego, mas essa queda permaneceu em ritmo linear (10% ao ano). Resumindo, tanto a diminuição da produção, quanto o aumento súbito da taxa de mecanização deveriam ter implicado em queda brusca no número de trabalhadores manuais, o que não ocorreu. Toda essa discussão nos leva a duas conclusões: não podemos generalizar tendências a partir do que observamos em anos específicos, e não podemos afirmar que a mecanização levará à completa substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

TABELA 3 – Área plantada e produção de cana no Estado de São Paulo, entre 2007 e 2012

Ano	Produção	
	1.000 t	Var %
2006	284.825,6	-
2007	322.151,2	13,1
2008	345.657,7	7,3
2009	362.664,7	4,9
2010	361.723,3	-0,3
2011	305.636,4	-15,5
2012	330.195,5	8,0
2006 - 12	-	15,9

Fonte: Baccarin et al. (2013, p. 23)

Os diferentes comportamentos observados nas variáveis: produção, mecanização e emprego, nos permitiram fazer algumas afirmações, porém ainda são insuficientes para entender porque o trabalho vivo permanece na colheita. Essa resposta é fundamental para explicar a dinâmica do modelo de modernização adotado na produção agrícola, e para essa resposta é necessário a análise de outros elementos.

Partindo do pressuposto que o processo de modernização é uma necessidade capitalista, e que esta busca maior eficiência do sistema produtivo, aumentando a

produtividade, e diminuindo os custos, utilizaremos tais variáveis para aprofundar nosso entendimento sobre o modelo de modernização agrícola adotado no CAI Canavieiro paulista.

Ao comparar os custos de operação de uma frente de corte manual e uma mecanizada, Reis (2012) observou que o corte mecânico só é viável, economicamente, quando a produtividade dos talhões¹⁴, medida em toneladas por hectare, é elevada. Por isso, a produtividade agrícola é essencial para a tomada de decisão gerencial sobre o sistema de trabalho a ser implementado na colheita do talhão (manual ou mecanizado). Esta afirmação fica mais clara na fala do Gerente de CCT de um grupo canavieiro do interior de São Paulo.

Mas nessa condição que nós estamos hoje, como nessa mesa [se referindo a terrenos sem restrições técnicas às máquinas]. Aí ele saiu de 10% e foi pra 50%, pô, empatou o custo, né? Empatou porque ainda tem 50% que eu pude escolher, então coloquei a máquina em 50%. Na hora que eu cheguei em 80, 90 cara, aí acabou. Aí não tem mais jeito, aí eu vou ter que colher o penço¹⁵, o ruim, o bão. O que aconteceu, o teu custo subiu, porque a máquina não consegue fazer as 600 toneladas que ele fazia quando ele tinha 15, 20%, hoje ele faz 400, mas porque? Porque realmente ele cobriu a área dele com a colheita mecanizada e ele não tem onde por. É lá que ele tem que colher.¹⁶

Quando a produtividade dos talhões é superior a 80 toneladas por hectare, o custo do corte manual é superior ao custo do corte mecanizado, porém entre 75 e 80 toneladas por hectare as diferenças de custos se igualam. Para produtividade agrícola inferior a 75 toneladas de cana por hectare e produtividade do corte manual superior a 12 Toneladas/Homem/Dia, o custo do corte manual se torna inferior ao custo da tonelada cortada mecanicamente¹⁷.

¹⁴ Talhão é uma área contínua e poligonal plantada com cana, limitada pelos carregadores, ou estradas, que separam os diversos talhões. A separação do canavial em talhões, além de facilitar o transporte - tanto da cana colhida, quanto dos equipamentos, máquinas e trabalhadores que realizam as diversas atividades da produção de cana -, servem, também, para facilitar o planejamento e controle do processo de produção pela gerência agrícola.

¹⁵ Terreno com alta declividade.

¹⁶ Entrevista com o Gerente de Corte, Carregamento e Transporte (CCT) de cana, realizada em 25 de junho de 2014, de um grupo canavieiro do interior do estado de São Paulo.

¹⁷ Através de dados coletados em campo realizado em setembro de 2013, em um grande fornecedor de cana do interior de São Paulo, foi possível aprimorar a tabela, construída por Reis (2012), que permite comparar os custos de operação de uma frente manual e uma frente mecanizada de corte de cana e estimar tais valores.

A produtividade do talhão, por sua vez, depende de alguns elementos, sendo os principais: a variedade de cana utilizada; a disponibilidade hídrica; o atendimento à necessidade de renovação da cana (replanteio) e realização de tratamentos culturais (ALMEIDA et al., 2008; AZEVEDO et al., 2003; MAULE et al., 2001; KUVA et al., 2003; DANTAS NETO et al., 2006). A realização apropriada de cada uma dessas recomendações técnicas exige grande disponibilidade de capital, portanto, ela está sujeita às variações da conjuntura econômica.

A liberação de recursos para renovação de talhões é uma decisão estratégica, tomada pela gestão empresarial, que é hierarquicamente superior à gerência agrícola, responsável, apenas, pela organização do trabalho na produção de cana e não pelo negócio da usina. A situação de refém do mercado especulativo de commodities em que se encontram os grupos econômicos que controlam as usinas fica evidente na seguinte passagem, transcrita de uma entrevista com o Gerente de Recursos Humanos de um grupo canavieiro paulista.

Toda usina, ela tem um mix de produção de açúcar e álcool, que ela vai jogando também de acordo com o mercado. E o açúcar, né? Que é a principal produção, você depende muito do mercado internacional. Como são as safras no país, uma safra ruim aqui, reflete em preço melhor pra quem produz lá na Índia, China, lá na Europa. E o contrário também é verdadeiro. Então o açúcar, você vive em função de estoques de safras, como qualquer questão de outras commodities, de grãos e tudo.¹⁸

Portanto, essa decisão entre renovar ou não os talhões de cana, leva em consideração o risco e a taxa esperada de retorno do capital investido. A partir de 2008, a queda dos preços internacionais do açúcar, e a incapacidade de acessar novos financiamentos para rolar as dívidas que já possuía, reduziu o capital disponível para a renovação de talhões (MENDONÇA et al., 2012; PITTA et al., 2014), que não vem sendo efetivada de acordo com as recomendações agrônomicas da produção de cana, o que vem comprometendo a produtividade agrícola nas safras subsequentes.

A área reformada durante o período de 2007 a 2012 foi de 9,8 %, em média (Tabela 4), sendo que as indicações agrônomicas recomendam reformar 20% (1/5) dos canaviais todo ano. Essa necessidade de renovar o talhão decorre do tempo médio de

¹⁸ Entrevista com Gerente de Recursos Humanos, realizada em 25 de junho de 2014, de um grupo canavieiro do interior do estado de São Paulo.

duração dos canaviais ser de 5 anos. Com mais de 5 anos de produção, a maior parte das variedades plantadas têm produtividade, medida em quantidades de sólidos solúveis, tão baixa, que o rendimento da produção de açúcar e álcool é inferior aos custos de produção. A não renovação adequada dos talhões, aliado à disponibilidade hídrica baixa do período, fez com que a produtividade dos canaviais paulistas ficasse, em média, em 81,8 toneladas por hectare, entre 2007 e 2012. A partir de 2011, verificam-se os piores índices de produtividade dos canaviais, tendo sido de 69,9 ton/ha, em 2011 e 74,7 ton/ha, em 2012. Assim, houve queda de produtividade dos canaviais de 13,8%, em média, entre 2007 e 2012 (Tabela4).

TABELA 4 – Área plantada com cana, área de reforma e produtividade dos canaviais no Estado de São Paulo, no período de 2007 a 2012.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Tx. Cresc. 2007-12 (%)
Área total (1000ha)	3.790	3.921	4.076	4.728	4.796	4.658	23
Área reformada (1000ha)	287	428	344	306	531	667	132
Percentual de reforma/total (%)	7,6	11,1	8,4	6,4	11,0	14,3	9,8
Produtividade canavial (ton/ha)	86,7	89,0	87,8	83,0	69,9	74,7	-13,8
Varição da Produtividade (%)	-	2,7	-1,4	-5,5	-15,8	6,8	-

Fonte: CANASAT (2013); Baccharinet al. (2013, p. 23)

Essa queda de produtividade tem duas consequências: eleva o custo do corte mecanizado (REIS, 2012), e reduz o valor do metro linear de cana, colhido manualmente (ALVES, 2009; REIS, 2012). Isto impõe aos cortadores de cana a necessidade de aumentar a produtividade do seu trabalho, para não haver queda de salário, uma vez que são submetidos ao pagamento por produção. Ou seja, em um talhão de baixa produtividade agrícola os trabalhadores elevam o ritmo de trabalho, procurando manter os seus salários.

Antes de seguirmos com as consequências desse manejo inadequado dos canaviais para as condições de trabalho, precisamos compreender melhor as suas causas. A reforma dos talhões exige elevado gasto, o que, inclusive, tem sido um elemento de disputa entre usineiros e governo¹⁹; que exigem a concessão de cada vez mais créditos para reforma de canaviais. A dificuldade de crédito, e de capital

¹⁹ Em 2012 houve uma mudança nas normas para acesso ao crédito destinado a renovação de talhões, facilitando o financiamento às usinas, conforme notícia a seguir: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI307584-18531,00-BNDES+FACILITA+ACESSO+AO+CREDITO+PARA+RENOVACAO+DE+CANAVIAL.html>, acessado em 11/02/15.

disponível, explicam a reforma de talhões insuficiente dos últimos anos, e essa, por sua vez, explica a queda da produtividade agrícola do período e o aumento da produtividade do trabalho de corte manual.

Impossibilitada de reformar 1/5 da área, pelos motivos já apresentados, a gerência agrícola das empresas reformam apenas aqueles com produtividade extremamente baixa. No atual momento, a expansão de canaviais parece estar sendo uma alternativa de investimento mais interessante do que a reforma de talhões (MENDONÇA et al., 2012; PITTA et al., 2014). Isso explica o aumento de 23% na área plantada, entre 2007/2012 (Tabela 4). Ao aumentar a área plantada, a cana de primeiro corte tem elevada produtividade e isso compensa a baixa produtividade dos canaviais já antigos. Portanto, nessas condições²⁰, as máquinas colhedoras são deslocadas para as áreas de expansão, enquanto os trabalhadores manuais cortam a cana de baixa produtividade. Esta competição entre a operação mecanizada e manual pode chegar a casos extremos, e inusitados, como o da reversão da mecanização durante o processo de consolidação deste modelo de modernização, e do aumento, através de iniciativa da gerência, do valor pago pela tonelada de cana cortada manualmente, como se observa na fala a seguir.

A Usina A tinha 70% de colheita mecanizada, só que naquela época, nos anos 20, aí 2000. A qualidade do corte e a consequência de dano em função da máquina que você tinha aí no mercado era muito grande. E aí a gente chegou num ponto que, fizemos todas as contas e fizemos o que? Nós pegamos e colocamos vinte colhedoras no barranco, e voltamos a 70% de colheita manual, porque? *Porque além de ser um pouco mais barato, eu não tinha tanta perca como eu estava tendo no mecanizado.* Então a Usina A inverteu. Olha! Para com esse negócio! E voltamos a fazer manual. [...]

Não que diminuiu o valor que o cara [cortador manual] recebia, e em 2008 começou de novo. É que na verdade, você tinha um rendimento no corte manual, que você conseguia equilibrar e manter um valor razoável de pagamento pra pessoa e pra custo. De 2008 pra cá, esquece! Você não conseguiu mais, você teve que manter o cortador ganhando o salário dele razoável, *porque se não a gente também não consegue gente*, e o seu rendimento caiu, consequentemente o seu custo foi três vezes mais do que a gente tinha. Se o mecanizado à

²⁰ Consideramos que as novas áreas incorporadas ao cultivo da cana têm maior produtividade (cana de primeiro corte), além disso o manejo aí utilizado já é destinado ao melhor rendimento das máquinas, tais como: talhões mais planos, mais longos e com suporte de novas tecnologias (GPS, principalmente). Devido a toda essa atenção e cuidado com suas condições de operação, e por serem ‘garotas propaganda’ da modernização, Silva et al. (2014) as denominou como “*TopModels*” dos canaviais. Suas exigências peculiares, e algumas vezes, o seu fim, no convencimento da opinião pública sobre a superação dos problemas sociais e ambientais do setor canavieiro, realmente nos remete a modelos de grifes internacionais, mas no dia a dia no eito, sua aparência se aproxima mais à dos enormes tanques de guerra da atualidade.

cinco anos atrás custava 20, o manual custava 18, 17. Hoje não, você está vendo, eu tenho 29 reais aqui mês passado [no corte mecanizado], e tenho 65 no manual.²¹

Essa combinação de trabalho manual com mecânico que é a essência do novo modelo em curso no complexo. Juntos, corte mecânico com corte manual de elevada produtividade fornecem às usinas a cana necessária para a manutenção da produção industrial a custos competitivos. A combinação entre trabalho manual e mecanizado no CAI Canavieiro, se apoia na permanência de duas características arcaicas, e, paradoxais: de um lado, modernas e caras máquinas colhedoras, operando com tecnologia de informação e, de outro, trabalhadores manuais e operadores de máquinas de alta produtividade, pagos pelo perverso sistema de pagamento por produção da cana. Essa combinação é baseada, também, nos baixos salários pagos aos trabalhadores, manuais (RAMOS, 2009) e operadores de máquinas (SCOPINHO et al., 1999) e elevado índice de agravos à saúde dos trabalhadores (LAAT, 2011).

Para não correr o risco de operar a colheita mecanizada com custos elevados, os gestores adotam a estratégia de reduzir, de maneira pontual e controlada, a quantidade de trabalhadores manuais empregados ao longo das safras. Isso porque sabem que o pagamento por produção faz com que os trabalhadores aumentem o ritmo de trabalho e, com ele, a sua produtividade, mesmo quando cai a produtividade agrícola dos talhões. O que a gerência não sabe é quando tais incertezas aumentarão o custo do corte mecânico, pois estes só podem ser avaliados no momento da colheita, dado a produtividade agrícola aí apurada. Portanto, os trabalhadores manuais funcionam como um amortecedor, que ameniza os efeitos negativos das incertezas da monocultura da cana, porque são os únicos capazes de reduzir custos de produção, intensificando seu próprio trabalho, quando variarem o humor do sistema econômico e as agruras do clima.

4. Conclusão

A elevada taxa de mecanização da colheita da cana-de-açúcar (72,6%) no último ano de acompanhamento de safra pelo INPE-CANASAT (2012), sugere que a mecanização completa do CAI Canavieiro no Estado de São Paulo está próxima. No entanto, o modelo de mecanização em curso nesse complexo não eliminou o trabalho manual. O contingente, ainda empregado, de trabalhadores manuais chega a

²¹ Entrevista com Gerente de Corte, Carregamento e Transporte (CCT) de cana, realizada em 25 de junho de 2014, de um grupo canavieiro do interior do estado de São Paulo. Adendos e grifos nosso.

112.267(média) no ano de 2012. Isto se dá, pois a essência explicativa do modelo é justamente a combinação de taxa crescente de máquinas operando, e proporção elevada de trabalhadores manuais e operadores de máquina altamente produtivos. Essa combinação diminui os riscos, decorrentes das incertezas advindas do ciclo econômico e das condições climáticas, garantindo à gerência agrícola a viabilidade econômica da produção. A impossibilidade de previsão e controle dessas variáveis transforma o conjunto de trabalhadores manuais numa espécie de muleta para a tomada de decisão gerencial, porque compensam a baixa produtividade agrícola com aumento do ritmo de trabalho.

Há ainda um outro componente do modelo adotado que é a contratação de trabalhadores sazonais e multifuncionais. Isto é, os trabalhadores contratados na safra, desempenham múltiplas atividades, além do corte de cana, sendo deslocados de uma atividade à outra de acordo com as necessidades do processo produtivo. A característica multifuncional dos trabalhadores manuais permite que estes complementem a operação mecanizada sempre que esta for limitada pelas suas restrições técnicas (relevo, declividade, restrições podológicas). Além disso, esses trabalhadores, tanto manuais como operadores de máquina, são remunerados por produção, fazendo com que haja, de um lado, uma relação de complementaridade entre os dois conjuntos de trabalhadores (manuais e operadores de máquinas), e, de outro, haja competição entre eles, para que, em combinados, atuem como elementos indutores da produtividade do trabalho.

A conclusão fundamental desse trabalho é que estamos diante de um novo modelo de modernização adotado pelo CAI Canavieiro do Estado de São Paulo. Este não objetiva a eliminação do trabalho manual na produção da cana-de-açúcar, pelo contrário, a combinação, de forma eficiente, do trabalho manual com o trabalho mecanizado é a sua tônica e a sua essência. Essa combinação se dá, de um lado, com emprego de modernas máquinas e, de outro, com a manutenção de um número elevado de trabalhadores manuais, cuidadosamente selecionados, para exercerem funções múltiplas sob intenso ritmo de trabalho. Esses trabalhadores atuam num regime de prontidão permanente, pois devem sempre estar à disposição, para atender a produção sempre que as máquinas forem inviáveis, técnica ou economicamente. Com essa combinação as usinas obtêm redução de custos e submetem os trabalhadores ao ônus da intensificação do trabalho, degradando suas condições de vida e trabalho.

Dessa forma, podemos concluir que esse modelo não é apenas conjuntural, ou seja, ele não existe somente pela ocorrência da crise internacional e de problemas

climáticos. Pelo contrário, a permanência das elevadas taxas de mecanização e baixas taxas de substituição de homens por máquinas, parecem indicar que, mesmo que o capitalismo, e o setor, saiam desta crise, e que o clima se estabilize, o trabalho manual não será eliminado. Isso porque a manutenção de elevado contingente de trabalhadores, substituindo, ou complementando a operação das máquinas, garante baixos custos de produção. O elemento que poderá mudar esse modelo é imponderável: o crescimento do grau de organização e luta dos trabalhadores, conquistando aumento dos salários e melhoria de suas condições de vida e trabalho. Caso isso ocorra, os custos do trabalho manual se elevarão muito e viabilizarão a operação mecânica mesmo nas condições extremas com que ele se dá no Brasil.

5. Bibliografia

AGUIAR, D.A.; RUDORFF, B. F. T.; SILVA, W. F.; CARVALHO, M. A.; GOLTZ, E.; AULICINO, T. L. I. N.; BRANDÃO, D.; ADAMI, M.; SUGAWARA, L. M.; MELLO, M. P. **Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo** – ano safra 2009/2010. São José dos Campos: INPE, 2010. 155p.

ALMEIDA, A. C. S.; SOUZA, J. L.; TEODORO, I.; BARBOSA, G. V. S.; MOURA FILHO, G.; FERREIRA JÚNIOR, R. A. Desenvolvimento vegetativo e produção de variedades de cana-de-açúcar em relação à disponibilidade hídrica e unidades térmicas. **Ciência e Agrotecnologia** (Impresso), v. 32, n. 5, p. 1441-1448, set./out. 2008.

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de Doutorado, I.E., UNICAMP, 1991, 347p.

ALVES, F. **Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?** In:NOVAES, R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, EdUFSCar. 2007, 314 p.

ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização da cana crua. **RURIS**. v. 3, n. 1, p. 153-178, mar. 2009.

ALVES, F. e ADISSI, P. **As condições de trabalho na cana: será possível melhorar as condições de trabalho na cana em acordos de livre adesão?** São Carlos, DEP/UFSCar, não publicado, setembro 2011.

BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. Tese (Doutorado), PPGEP-UFSCar, 2005, 287p.

BACCARIN, J. G.; ALVES, F. J. C.; GOMES, L. F. C. **Emprego e condições de trabalho dos canavieiros no centro-sul do Brasil, entre 1995 e 2007**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 21p. Rio Branco – AC, 2008.

BACCARIN, J. G.; BARA, J. G. **Boletim – Ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Jaboticabal – SP, n. 1, dez. 2008, 3p.

BACCARIN, J. G.; BARA, J. G. **Boletim – Ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Jaboticabal – SP, n. 7, out. 2009, 5 p.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; SILVA, B. M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no Estado de São Paulo, de 2007 a 2012. **Informações Econômicas**. v. 43, n. 5, p. 19 – 31, set./out. 2013.

CANASAT. **Monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>. Acessado em 19 de agosto de 2013.

CORTÉZ, K. V. D. **Inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho: o surgimento de um novo tipo de trabalhador na cultura canavieira na região de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado), PPGEP/UFSCar, 1993, 104 p.

FACIOLI, I. Cortadores de cana mortos no setor canavieiro paulista. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, p. 19-21, 2008.

GOULART, M. P. Ministério Público e práticas rurais anti-ambientais: o combate às queimadas da cana-de-açúcar no nordeste paulista. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, vol. 2, n. 5, p. 56 – 75, jan – mar, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 192 p.

KUVA, M. A.; GRAVENA, R.; PITELLI, R. A.; CHRISTOFFOLETI, P. J.; ALVES, P. L. C. A. Períodos de interferência das plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar III – capim-braquiária (*Brachiariadecumbens*) e capim-colônião (*panicummaximum*). **Planta Daninha**, Viçosa (MG), v. 21, n. 1, p. 37-44, 2003.

LAAT, E. F. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais**. Tese (doutorado), PPGEP, UNIMEP, 2011, 204 p.

MAULE, R. F.; MAZZA, J. A.; MARTHA JR., G. B. Produtividade agrícola de cultivares de cana-de-açúcar em diferente solos e épocas de colheita. **Scientia Agrícola**, v. 58, n. 2, p. 295-301, abr./jun. 2001.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canavieira e a crise mundial**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Outras Expressões, São Paulo, 2012, 40 p.

MENEZES, M. A.; SILVA, M. S.; COVER, M. Os impactos da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Ideias**, Campinas (SP), n. 2 (nova série), p. 60-87, 2011.

NARIMOTO, L. R. **O trabalho dos operadores de máquinas colhedoras de cana-de-açúcar: uma abordagem ergonômica.** Dissertação (Mestrado), PPGEP/UFSCar, 2012, 183 p.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiros).** EdUFSCar, 2007, 314 p.

PDET, Programa de disseminação de estatísticas do trabalho. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>. Acessado em 02 de setembro de 2013.

PDET, Programa de disseminação de estatísticas do trabalho. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>. Acessado em 30 de abril de 2014.

PITTA, F. T.; XAVIER, C. V.; NAVARRO, C.; MENDONÇA, M. L. **Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil.** Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Outras Expressões, São Paulo, 2014. 36 p.

RAMOS, P. **O trabalho na lavoura canvieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas.** In: MIRANDA, C. e TIBÚRCIO, B. (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira.* Brasília: IICA, 2009, v. 9, p. 304-325.

REIS, L. F. **Modernização e intensificação do trabalho no CAI Canavieiro do Estado de São Paulo: a mecanização do corte de cana.** Dissertação (Mestrado), PPGEP/UFSCar, 2012, 139 p.

REIS, L. F.; ALVES, F. **Mecanização parcial do corte de cana no Estado de São Paulo: o que resta aos trabalhadores manuais?** Anais do VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho, São Paulo, jul. 2013.

SCOPINHO, R. A.; EID, F.; VIAN, C. E. F.; SILVA, P. R. C. Novas tecnologias e saúde do trabalho: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cad. Saúde Pública.**v.15, n.1, p. 147-161, jan.-mar. 1999.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos Bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 67, p. 183 – 209, ago. 1999.

SILVA, M. A. M. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”.** In: In: NOVAES, R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro).* São Carlos, EdUFSCar. 2007, 314 p.

SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: a tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 85-115, jan./jun. 2014.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canvieira paulista. **Sociologias**, v. 12, n. 24, mai./ago. 2010.

TEIXEIRA, G. S. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro. **Ruris**, v. 8, n. 1, p. 117-147, mar. 2014



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E JOVENS ASSALARIADOS RURAIS: REFLEXOS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Theresa Rachel Mendes da Silva Rodrigues¹

rachelsud007@gmail.com

[UFPI](#)

GT 2: Trabalho Rural

RESUMO: No estado do Piauí, os estudos sobre a expansão e a modernização do agronegócio, se intensificam a quase duas décadas, principalmente na região sudoeste do estado, onde pesquisas buscam explicar os fenômenos e processos sociais que resultam da implantação e expansão da monocultura granífera, de maneira a discutir o tipo de desenvolvimento que se implanta. O agronegócio no campo Piauiense envolve outras monoculturas, como a da cana de açúcar instalada na região norte do estado, abrangendo especificamente cinco municípios (Teresina, União, Miguel Alves, Jose de Freitas e Lagoa Alegre), que a cada ano sua produção torna-se expressiva, mantendo uma lógica de trabalho peculiar no cotidiano dos demais canaviais. Este artigo se centraliza em estudos e reflexões iniciais no campo de pesquisa no município de União-PI, onde está a maior concentração de plantio da cana de açúcar e oferta de mão de obra nesse setor, onde jovens rurais se empregam anualmente (permanente ou temporária) durante as safras, assumindo variadas funções durante o trabalho nos canaviais. Neste artigo discorrerá sobre os possíveis aspectos referente aos reflexos das transformações no mundo do trabalho resultante da internacionalização do capitalismo, destacando seu processo evolutivo no decorrer das eras, onde no século XX até na atualidade provoca intensamente a redefinição das relações socioculturais e desenvolvendo relações não capitalistas ao mesmo tempo, propulsoras da manutenção da reprodução do capital vislumbrado nas relações de trabalho na agroindústria canavieira, em destaque a piauiense. Outro questão relevante nesse cenário é a geração de mudanças nos processos de identificação social e nas práticas culturais dos jovens trabalhadores assalariados rurais. A medida que se mergulha no campo de pesquisa, emerge-se com novas e velhas reflexões, as quais tematizo na ânsia de construir explicações para as questões da realidade pesquisada.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS/UFPI. Graduada e Licenciada em Ciências Sociais pela UFPI. Assessora Sindical. Professora de Sociologia Licenciada na Secretaria Estadual de Educação do Piauí –SEDUC.

1) Introdução

Esse texto é o resultado das primeiras incursões ao campo de pesquisa munidas as reflexões teóricas sobre o cenário do agronegócio da cana de açúcar na região norte do estado do Piauí, no município de União - representada pela agroindústria Canavieira COMVAP /Olho d'água. Essa construção de conhecimento sobre o processo constitutivo das identidades de jovens assalariados rurais do setor canavieiro, é um desafio, pois até o presente momento não há pesquisas concluídas sobre o cenário da monocultura da cana e nem dos trabalhadores envolvidos.

Durante a discussão nesse artigo, me reportarei a pesquisas e trabalhos realizados no estado do Piauí concernente ao agronegócio centradas na região sudoeste, nos cerrados, que faz parte do complexo industrial da região Mapitoba² expressiva pela produção e comercialização de grãos (milho, soja, arroz), para fundamentar as reflexões, questionamentos surgidos através das observações iniciais.

Para delinear o cenário da monocultura da cana de açúcar no Piauí, e os sujeitos envolvidos, reportarei em linhas gerais sobre a) o trabalho ancorado ao capitalismo sendo advento do período histórico moderno e como este evolui nas eras; b) abordagem sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, c) e seus reflexos no campo piauiense, e d) historicizar sobre a maior agroindústria canavieira do estado, bem como elucidarei sob que ótica observo os jovens em meio as contingências e possibilidades promovidas pelo trabalho assalariado.

Por último pontuarei a situação dos trabalhadores assalariados rurais jovens, no tocante a mudanças e produção de novas dinâmicas, diálogos, padrão de consumo e estilos de vida urbano; implicando nos processos sociais e nas práticas culturais desses jovens.

2) Trabalho e Capitalismo - Abordagens

Trabalho enquanto categoria sociológica, remete-se a construção sociocultural e econômica que o envolve no decorrer da história da humanidade.

A palavra *trabalho*, de acordo com Albornoz (2000) se origina do latim *tripalium* embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*, seu significado real está

² Região composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, considerada última e a mais nova fronteira agrícola devido as projeções criadas para a plantação, produção e comercialização de grãos.

relacionado a “instrumento de tortura” sendo que há muito tempo tem sido encarada como uma atividade penosa e torturante.

Arendt (2007) afirmou que dentre as definições, ou significados que perpassam o significado do trabalho, os gregos distinguiram claramente a atividade braçal de quem cultiva a terra, a atividade manual do artesão e a atividade do cidadão que discute e procura soluções para os problemas da polis, desta forma utilizavam termos como – *labor, poiesis e práxis* – para referir a cada atividade. Contudo, Arendt conduz a se repensar esses significados em contextos posicionados na contemporaneidade, assim se refere ao trabalho:

“O trabalho é atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora este mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade”. (ARENDR, 2007, p.15)

Nas sociedades feudais, o trabalho se caracteriza pela divisão social entre servos e senhores, onde os primeiros tinha a responsabilidade única de sustentar a si, suas famílias e do senhor dono da terra.

Na obra, manifesto do partido comunista, Marx (1986) descreve que a “moderna sociedade burguesa, ao sair do declínio feudal, não aboliu os antagonismos de classe, mas criou no novo sistema em vigor outras novas classes, condições de opressão e novas formas de luta no lugar das que existiam anteriormente”.

A ideia de trabalho, ou uso do mesmo para a manutenção da vida, inicialmente para Marx, parte da caracterização do mesmo como uma interação do homem com o mundo natural, onde os produtos como resultado da ação do trabalho sofrem mudanças para um determinado fim, sendo que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”. Ao contrário do determinismo religioso sobre trabalho, Marx (1996) explica como o processo de transformação da natureza deve a ação humana para a geração de produtos, onde esta ação gera uma reação:

(...) o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p.297)

Para a perspectiva marxista, nas sociedades capitalistas, o trabalho é baseado em relações antagônicas entre oprimidos e opressores associados as figuras do burguês e do trabalhador, onde o modo de produção está alicerçado na apropriação dos meios de produção por parte do capital, e do fornecimento (venda) e exploração da força de trabalho por parte do proletariado, desta forma constituindo a divisão de classes ou luta de classes.

Durante a formação e desenvolvimento do pensamento sociológico no século XIX, a categoria trabalho sempre teve destaque, já que realidade que cercava a sociedade europeia nesse período era transformada de forma abrupta pela revolução industrial e capitalista. Os indivíduos que antes eram orientados por uma lógica religiosa imposta na era feudal, se deparam com uma mudança na forma de viver e trabalhar diferente do que antes era cultuado. O capitalismo transformou o trabalho sua principal mercadoria e o mecanismo gerador de valor e de processo de acumulação do capital, tornando-se dessa forma o trabalho categoria central para analisar e compreender a sociedade capitalista moderna que se constituía.

A capacidade de transformação e adaptação são características vitais do capitalismo, onde alcança todos os territórios, contextos e esferas- mundial e local. Boltanski e Chiapello (2009) aborda os diferentes estados históricos do capitalismo, onde cada um deles especifica os elementos para o seu tempo, os quais dinamizaram um alicerce solido para a construção do futuro e produção de expectativas para o rumo das sociedades:

A primeira descrição, empreendida em fins do século XIX-tanto na ficção quanto nas ciências sociais propriamente ditas – centra-se na pessoa do burguês empreendedor e na descrição de valores burgueses. [...] Uma segunda caracterização do espírito do capitalismo em pleno desenvolvimento entre os anos 30 e 60. A tônica aí recai menos sobre o empresário individual e mais sobre a organização. Centrada no desenvolvimento, no início do século XX, da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo, essa caracterização tem como figura heroica o diretor, que é habitado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da firma que ele dirige com o fim de desenvolver uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e novas técnicas de ampliação do mercado. [...] O terceiro espírito deverá ser isomorfo a um capitalismo globalizado, que põe em prática novas tecnologias [...] (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 49-50,52)

Os diferentes estados do capitalismo na história da humanidade revelam as condições que propiciaram a diferenciação entre o trabalho rural e urbano, tomando conotações díspares, e com sentidos e status distintos. Embora essas diferenças e desigualdades do tipo de trabalho e lugar a ser executado inicialmente não teve muito

destaque quanto ao espaço, elas posteriormente com o desenvolvimento das forças produtivas tomaram uma diferenciação enorme entre o trabalho realizado no espaço urbano e o rural, à medida que a indústria se desenvolveu e se expandiu no mundo.

Do modelo de produção capitalista que se estabelece nesse cenário, as contradições são inseparáveis, as quais conduzem ao desenvolvimento de relações de invisibilidade e desumanização, regadas por precárias condições de trabalho, exploração contínua da mão de obra nas grandes cidades. As consequências trágicas que surgem do crescimento acelerado do capitalismo, revelam-se em questões sociais que perduram.

3) Mudanças no mundo do trabalho: o que mudou?

Durante o século XX, a internacionalização do capitalismo se expande ainda mais redefinindo as relações sociais e desenvolvendo relações não capitalistas e, ao mesmo tempo, propulsoras da manutenção da reprodução do capital. Os modelos de produção – taylorismo, fordismo e toyotismo – são os que marcam os períodos de avanços e superação na forma de produzir nesse sistema. Cada modo de produção desse recriou formas para elevar a produtividade do trabalho e expandir os lucros nas fabricas e industrias, surgindo assim novas formas de flexibilização do trabalho e do mercado.

As novas transformações ocorridas nas sociedades capitalistas, em destaque as desencadeadas na década de 1970, ocasionadas pela crise do petróleo³ projetou consequências em escala mundial, como - queda da produção industrial, um aumento generalizado dos preços dos produtos, elevação na taxa de desemprego, dentre outras.

Os países atingidos pela crise, realizaram mudanças nos sistemas políticos e econômicos, como a implantação do neoliberalismo, a privatização do Estado e reestruturação intensa no processo produtivo e da produção em série e de massa, que foi substituída pela acumulação flexível como explica Harvey (1993) a definição e função da mesma, na medida em que esta alternativa seja uma forma própria do capitalismo –

A acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas criando, por exemplo um vasto

³ Nesse mesmo período no Brasil, o governo militar promoveu investimentos em combate a crise do Petróleo que elevou o preço do produto passando a ter grande peso nas importações do país, foi instituído o Programa Nacional do Alcool – **Proálcool**, com objetivo de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Essa atitude teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970.

movimento no emprego chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 1993, p.140)

Harvey (1993), continua essa abordagem da acumulação flexível ao apontar as possíveis consequências e repercussões dessa processualidade quando remetida ao mundo do trabalho, quando delinea a ocorrência de altos níveis de desemprego estrutural e retrocesso da ação sindical.

Antunes (2007), afirma que o universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo revela-se uma múltipla processualidade nos países de capitalismo avançado onde se destaca: a) uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, isto é, uma diminuição da classe operária industrial tradicional, efetivando-se uma expansão expressiva do trabalho assalariado, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços, verificando uma significativa heterogeneização do trabalho, representado através do crescimento da incorporação das mulheres no mundo operário, e b) intensa *subproletarização*, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, marcando a sociedade dual no capitalismo avançado.

Essas metamorfoses no mundo do trabalho como descrita por Antunes (2007), é resultante das inovações no modelo de produção implementados como soluções para o enfrentamento da atual crise do capital, onde seu efeito mais brutal, citado anteriormente, dessas transformações seja a expansão do desemprego na era moderna, assim havendo uma processualidade contraditória como afirma –

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego desestrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2007, p.49-50)

Para um entendimento sobre essas metamorfoses deste múltiplo e contraditório processo em curso do mundo do trabalho, dará destaque a cada uma das mudanças geridas, a princípio da *desproletarização do trabalho fabril, industrial* que vem ocorrendo massivamente nos países de capitalismo avançado está associado ao crescimento no setor de serviços (incluindo tanto a indústria quanto o pequeno e grande comércio, finanças, hotelaria, restaurantes, serviços pessoais, de saúde, divertimentos dentre outros), embora esses aumentos se deva também ao quadro recessivo e da inserção da automação, da robótica e da microeletrônica. Quanto a *subproletarização* a

mesma corre paralelamente a realidade da desproletarização do trabalho, onde a primeira se configura nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado” com vinculação a economia informal que caracterizam-se pela precariedade do emprego e da renumeração, da desregulamentação das condições de trabalho em relação as normas legais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais. Esta metamorfose está relacionada a força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos.

O importante destacar sobre a *subproletarização* é que dentre os trabalhadores parciais, precários, temporários e subcontratados o número da força de trabalho feminina vem aumentando, principalmente nos novos setores como a indústria microeletrônica e serviços, o que marca outro traço marcante nesse processo de mudanças. Como afirma Harvey (1993) sobre a presença feminina representar mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países de capitalismo avançado.

Outra variante de destaque nesse processo metamórfico do mundo do trabalho é a expansão do assalariamento dos setores médios, decorrentes do crescimento do setor de serviços, que na maior parte dos países ditos centrais, esse setor terciário tem sido responsável por 60% das ocupações de postos de trabalho, embora a constatação do alavancar desse setor não deve levar a aceitação de teses referente as sociedades pós-industriais, pós-capitalistas como evidencia Antunes (2007). Para alertar sobre a manutenção desse setor e complementar essa evidencia citada anteriormente, a afirmativa a seguir concretiza -

Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônomo ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais (relativos a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se. (KURZ apud ANTUNES, 2007, p.55).

Mediante esse contexto de transformações no mundo do trabalho no século XXI no espaço urbano, é que busca identificar também no espaço rural como ocorre esses processos mutantes no mundo do trabalho rural, questionando a priori – Como essas metamorfoses do trabalho estão configuradas no espaço rural? Como refletem no modo de vida dos indivíduos/sujeitos/atores que habitam e vivem do/no espaço rural?

3) Reflexos das transformações no mundo do trabalho no espaço rural

Dentre os reflexos resultantes das mudanças no mundo do trabalho que recai no campo, os processos de inovação tecnológica de acordo com Gonçalves (2005), se encarregam de poupar gastos com mão-de-obra, a exemplo da mecanização agrícola, que se apresentam enquanto etapas comuns no desenvolvimento dos sistemas de produção capitalistas que estão em acordo mútuo com o viés econômico da lógica industrial colaboradora para a proliferação de um processo de exclusão social extremamente árduo e intenso para os trabalhadores na cidade, e principalmente no campo.

No decorrer do histórico do próprio agronegócio, o mesmo se projeta criando ao artifícios necessários para superação de crises e afirmação de seu desenvolvimento e fortalecimento. Leite (2009) ao historicizar o agronegócio no Brasil parte desde os engenhos de açúcar até a implantação do projeto de modernização da agricultura para a exportação, no qual ele descreve:

Assim foi com a introdução dos engenhos a vapor e com as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos 50 do século XX. Mas foi, sobretudo a partir dos anos 70 do século que findou - com a política de “modernização da agricultura” promovida pelo regime militar - que se começou a falar mais explicitamente da existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista” no Brasil, de “empresas rurais” (figura contraposta no Estatuto da Terra ao “latifúndio”) e de “empresários rurais”. (LEITE, 2009, p.2)

Os períodos na história do agronegócio apontam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no espaço rural, indicando os efeitos do avanço do capitalismo e das transformações que o envolve, marcando as relações de trabalho e produção no campo brasileiro. São transformações que se mostram de forma complexa e subjugadas ao poderio do capital do agronegócio de um lado, e, de outro ainda mascara a resistência de trabalhadores rurais mediante essa lógica, configurando uma relação antagônica.

Contudo, a ideia de modernização da agricultura implantada no Brasil ainda na década de 1970, se configura em uma agricultura capitalista que recebe fomento do governo militar; que de acordo com Delgado (2010) a base social de apoio político influenciou decisivamente os grupos sociais favorecidos e quais foram os penalizados:

[...] no primeiro caso estão principalmente agricultores capitalistas, empresas do CAI (nacional e multinacionais), latifundiários “tradicionalistas” e modernos; e no segundo grupo estão – pequenos agricultores, assalariados rurais (em particular temporários e boias frias) e populações rurais sem terra. (DELGADO, 2010, p.23)

Com esses investimentos na produção agrícola, o foco para exportação de produtos agrícolas recebem outro patamar, onde antes tratava de agricultura moderna passa a utilizar a expressão agroindústria que marcaria a junção entre a agricultura e a indústria, porém essa nomenclatura é adotada também devido as razões do uso de “máquinas e insumos modernos” como reflexo das transformações capitalistas no âmbito rural.

A expressão agronegócio é adotada no Brasil como símbolo de modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que viria atender os interesses e necessidades de todos tanto do campo quanto da cidade.

Sauer (2008), faz uma importante observação sobre a apropriação do termo agronegócio no Brasil, onde na década de 1990, este se populariza no país, cujo “sentido estava associado inicialmente a um conjunto de ações ou transações comerciais de diferentes etapas relacionados a agricultura e pecuária”. Sauer prossegue em suas afirmativas que a apropriação do termo ocorre por um determinado segmento no Brasil para designar tecnificação e escala na agropecuária, se materializando por iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária implantada pelo Estado.

No entanto essa proposta de adoção não condiz com a realidade entre as relações de trabalho estabelecidas entre dono da terra (negócio) e trabalhador (operário-assalariado) que se manifestam em todo território nacional e em todos os tipos de agronegócio sejam – milho, cana, soja etc.

3.1 - Agroindústria Canavieira COMVAP

Para a percepção desses reflexos metamórficos do mundo do trabalho no espaço rural piauiense, é fundamental descrever o histórico da monocultura da cana de açúcar no Estado, que é implementada no final da década de 1970, sob a política de investimentos do Proálcool, através de José Arimatéia Martins Magalhães (ex-secretário de fazenda no governo estadual Lucídio Portela – 1979-1983).

As condições naturais favoráveis para o cultivo da monocultura da cana de açúcar contribui para a sua expansão que abrange 6% da área agricultável do município de União entrando em conflito constante com a agricultura familiar que tem presença forte, mas que perde espaço para sua continuidade e fortalecimento.

A COMVAP – *Companhia Agroindustrial do Vale do Parnaíba/Olho d'água Açúcar e Álcool LTDA* – é resultado dos investimentos governamentais como alternativa para combater a crise do petróleo com o programa Proálcool, o que perdurou até meados dos anos de 1990 com a extinção do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA), que já se revelava ineficiente e ultrapassado no contexto de uma economia de mercado. É a maior empregadora de mão de obra nesse setor, chegando a contratar quase dois mil cortadores de cana no período da safra de acordo com a assessoria da empresa. O Grupo Olho d'água⁴ originário do estado de Pernambuco, desde 2002 administra a agroindústria, onde implantou um “novo” gerenciamento na produção e comercialização da material prima e derivados.

Antes da implantação da COMVAP, os moradores locais das áreas ocupadas ilegalmente pela a agroindústria⁵ no município viviam do cultivo de alguns produtos agrícolas, criação de aves, caprinos, etc, da caça e da pesca, uma vez que a região é ribeirinha.

Os impasses iniciais com a chegada da agroindústria para essas populações foi a subordinação às regras impostas pela empresa, as quais introduziam a exploração da mão de obra, inserção de novos valores socioculturais, a expulsão gradual de agricultores e famílias de suas terras, conforme Almeida e Gonçalves (1991). Outras regiões nos municípios de União, Teresina e José de Freitas foram tomadas dos agricultores e suas famílias que foram oprimidos e expulsos por tratores e capangas armados.

Os resultados desastrosos da política de expansão da monocultura da cana de açúcar pela COMVAP, nos anos 1980 e 1990 foram irreparáveis para os agricultores, trabalhadores no corte da cana e suas famílias, redimensionando o modo de vida dessas pessoas, suas relações, espaços de trabalho e de sociabilidades, vindo a implicar principalmente nas gerações posteriores (jovens) àquelas que vivenciaram as

⁴ O Grupo Olho D'Água possui duas empresas sucroalcooleiras, Usina Central Olho D'Água e a COMVAP – Açúcar e Álcool Ltda., esta última adquirida em 2002, quando tinha uma moagem de apenas 200.000 toneladas de cana por safra. Atualmente tem uma moagem consolidada de 2.700.000 toneladas de cana-de-açúcar e emprega na safra e entressafra 7.630 e 3.500 funcionários respectivamente. <http://www.grupoolhodagua.com.br/2013/empresa.php>

⁵ Em 1991, foi produzido um dossiê *COMVAP – Suor e Sangue*, com o intuito de denunciar o processo de exploração imposto pela agroindústria canavieira a homens, mulheres e crianças no plantio, cultivo e corte da cana de açúcar, resultando em mortes. Este documento fora elaborado com o apoio de entidades representativas no Piauí (CNBB, CPT, Pastoral do Menor, Comissão Meninos e Meninas de Rua, FETAG-PI, Sindicatos filiados à CUT), de movimentos sociais (MST), e Organizações Não Governamentais (CERMO, CEPAC, CEPES dentre outras)

atrocidades da implantação da agroindústria. Contudo, as estratégias de expansão da monocultura continua com outras formas, dentre elas o arrendamento de terras e da produção de cana em minifúndios gerando empreendimentos denominados de Comvapinhas⁶. Vejamos o crescimento da agroindústria a partir de seu olhar capitalista.

Dados disponibilizados pela a agroindústria sobre a evolução da produção desde a transferência da mesma para o grupo gestor Olho d'água apontam esses números na tabela abaixo:

Tabela 1 - Situação em 2002, ano da compra

Cana Moída Total:	284.180 t
Cana Própria:	275.926 t
Cana Fornecedor:	8.254 t
Álcool Produzido:	22.832 L

Fonte: Grupo Olho D'Água, 2002.

Essa amostragem inicial da agroindústria fazia parte do acordo com estado, conforme decretos de nº 11.063 de 20 de junho de 2003 e de nº 11.156 de 29 de setembro de 2003, que concedeu o incentivo fiscal equivalente a implantação da empresa, sob a meta de em 05 anos atingir a moagem de 1 milhão de toneladas (t); paralelamente a um estímulo aos agricultores da região para que chegassem a fornecer 20% da cana processada na empresa. A referida meta não foi atingida devido a enchente no ano de 2004 na região, que inundou mais de 400 ha de cana, sendo atingida somente na 6ª safra (2009). Abaixo a tabela:

Tabela 2 - Números da produção na Safra 2009

Cana Moída Total:	1.014.076,83 t
Cana Própria:	808.225,86 t
Cana Fornecedor:	205.850,97 t
Álcool Produzido Total:	40.952.768 L
Açúcar Produzido Total:	1.077.685 sc

Fonte: Grupo Olho D'Água, 2009

Nos anos subsequentes a produção da agroindústria cresceu assim como sua área de plantio. A expressividade em produção da COMVAP, é pequena comparada a de outras agroindústrias no Nordeste, mas impactante para a região em que se expande, e principalmente para o município de União-PI que a agrega.

⁶ Denominação usada pelo sindicato que representa a categoria assalariada rural para descrever as propriedades que arrendam terras e contratam mão de obra o plantio e cultivo da cana de açúcar para a COMVAP.

Os dados sobre a lavoura temporária do município de União, conforme IBGE (2013) apontam que entre os produtos cultivados a cana de açúcar utilizou 5. 213 hectares para seu plantio, usando maior extensão de terra. As áreas usadas para o plantio e cultivo de outras culturas, como arroz (2.050 ha), feijão (900 ha), mandioca (250 ha), milho (1.780 ha) e melancia (50 ha) são inferiores comparadas a realidade da monocultura da cana de açúcar, que ao se expandir restringe severamente a diversidade na produção da agricultura familiar com a imposição de limites territorial, resultando também em consequências que interferem na viabilidade econômica, isto é, na constituição da renda da família. As metamorfoses no mundo do trabalho são reflexos decorrentes de um cenário maior, de ordem global e hegemônica vindo a recair no contexto local.

A propaganda de geração de empregos no agronegócio é uma das estratégias usadas para o recrutamento da mão de obra barata e qualificada para o corte da cana, mas que não é tão firme como se divulga. Os postos de trabalho ofertados pela agroindústria canavieira são direcionados principalmente para o trabalho servil. No caso do setor canavieiro fica direcionado para o corte, plantio, aplicação de herbicida e adubo, onde todos esses possuem o tempo certo para ser exercido, havendo também uma rotatividade. Assim a condição do trabalhador assalariado rural na luta pela garantia de sua subsistência concretiza a *proletarização* encaixando-se no aspecto da *subproletarização* se configurando também nas formas de trabalho principalmente que elucidam a precariedade, parcialidade, temporalidade e o subcontrato nas agroindústrias.

A agroindústria da cana de açúcar acompanha a modernização da indústria e da implantação de modos de produção difundidos pelo sistema capitalista, tornando o processo produtivo mais diversificado. O pequeno produtor passa por um processo de desterritorialização, cedendo espaço para a indústria, e muitas vezes tornando-se assalariado. A mão de obra do trabalhador caracterizado como rural tem se reduzido em quantidade já que a introdução de novas técnicas e tecnologias fazem com que sua força de trabalho desqualificada leve a perda de direitos, perda de espaço na garantia de sua subsistência, vindo a submeter-se a um trabalho de maior precarização. Ou quando não aceita de imediato essas condições se vê na condição do desemprego.

No Piauí, a realidade das condições de trabalho no agronegócio, também passam pelas metamorfoses que ocorrem nos processos de trabalho, seja na agroindústria canavieira, ou seja no agronegócio da soja que vem se espalhando por todo sudoeste do estado. O trabalho no espaço rural através da agricultura familiar que

era uma referência identitária para os sujeitos, onde conforme se desenvolvia o aprendizado se consolidava as relações familiares, intergeracional e comunitária passa por alterações com a chegada do agronegócio.

Silva (2011) trata sobre a alteração dos processos de trabalho em comunidades rurais, como a roça nova, no município de Sebastião Leal que retrata muito bem a mudança na dinâmica de vida da juventude com a chegada do agronegócio –

[...] a chegada do agronegócio talvez seja o fenômeno de maior potencial de alteração local, ao propiciar intensas trocas que e sofrem interferências, modificando as condições materiais de existência e referências simbólicas locais. De um modo geral, as mudanças imediatamente visíveis estão no âmbito da produção e da reprodução, posto que a possibilidade do emprego, num contexto onde até recentemente essa realidade inexistia, imprime outras dinâmicas nas relações travadas. (SILVA, 2011, p.7-8)

O segmento da juventude, que antes sofria com a inexistência da possibilidade do emprego de carteira assinada, agora possui essa realidade, embora nem todos tenham esse privilégio grande parte desse jovens rapazes são contratados para desenvolver atividades de serviços gerais, em regime temporário, nos períodos do plantio e da colheita da safra, ou ainda quando contratados de carteira assinada devem cumprir turnos interruptos de doze horas, com revezamentos de turmas ao final de cada turno, significando a diferença do ritmo da agricultura familiar, como descreve Silva (2011).

Essa realidade vivenciada pela juventude rural do sudoeste do Piauí nas fazendas de soja, não difere do que acontece em outros *lócus* referente ao Agronegócio em outras regiões do estado, no caso da monocultura da cana de açúcar.

Os jovens enquanto sujeitos em discussão tem a mesma rotina dos demais trabalhadores dependendo em qual posto ou função ele exerce durante aquela safra.

O dia de um assalariado rural do setor canavieiro no município de União inicia as 3:00 da manhã para arrumar suas coisas - facão, água na garrafa de 10 litros com muito gelo, a roupa de trabalho e o almoço. A empresa disponibiliza ônibus para transportar os trabalhadores, apesar de uma quantidade expressiva possuírem transporte – a motocicleta - preferem fazer uso do transporte de péssimas condições.

As 6:40 h precisam “*bater o cartão*” para começarem a *lida* que se estende até o horário do almoço, que inicia as 11:00 h. Não há local reservado para o almoço, os mesmos se arranjam como podem fazem umas cobertas com a própria palha da cana enquanto almoçam sentados em cima de suas garrafas de água, ou se achegam ao ônibus para descansarem por alguns minutos. O trabalho finaliza as 15:00 h. As folgas são

alternadas, dificilmente se reúnem com os companheiros de trabalho para o lazer, pois tornam-se refém da possibilidade da folga do trabalho conciliando com a do companheiro de *lida*.

Nas conversas que mantem entre eles, observa-se que os projetos individuais são os que prevalecem, estão sempre voltados para a aquisição de bens e serviços para si e suas famílias. O sindicato representante da classe, é ainda uma referência para agregá-los, pois as assembleias realizadas na entidade para discutir sobre as convenções coletivas, filiação, dentre outros são de interesse para boa parte dos trabalhadores.

Embora o sindicato que os representa contribui para garantir minimamente direitos e condições acessíveis de trabalho, ainda é um auxílio falho que dar continuidade a precarização das formas de trabalho acarretando na complexificação da classe trabalhadora, e o enfraquecimento da sua unidade. Antunes (2000) cita que a complexificação da classe trabalhadora, além de fragmentar os trabalhadores, possibilitou que fossem retirados direitos historicamente conquistados, o que ocasionou o enfraquecimento do movimento sindical; que também se fragmentou na busca de repartir a fatia da representatividade política e financeira.

Muitos desse trabalhadores jovens (como não jovens) optam em trabalhar na agroindústria por ser uma alternativa que os mantem perto de casa e de seus familiares, são conscientes da exploração que sofrem, das más condições de trabalho, mas preferem enfrentar, pois a ideia da dureza e desvalorização da força de trabalho no campo ainda persiste aceitando naturalmente. Contudo, mesmo exercendo uma atividade rural, muitos assumem um estilo de vida urbano, que implica na sua auto identificação; pois o trabalho para esses jovens os condicionam a uma posição financeira que os possibilita a adquirir alguns bens, inserir em espaços de lazer ou promove-los, os posicionando socialmente, e refletindo quem são.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metamorfoses sofridas no mundo do trabalho principalmente no século XX são preponderantes e preocupantes, levantam questões urgentes sobre as condições de trabalho impostas pelo capitalismo e suas crises. Autores como Harvey, Antunes, Boltanski, e outros discutem como essas mutações na forma de trabalhar e produzir tem influenciado também o modo de vida das pessoas, a dinâmica dos espaços e construção

de processos sociais que ditam a lógica de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras sejam do espaço urbano ou rural.

As consequências dessas transformações expõe as fragilidades das relações que se produzem nos ambientes de trabalho, na estabilidade de permanência e da aposentadoria, na representação das categorias, onde o capitalismo enquanto mola mestra continua a direcionar vidas e precalizá-las por conta da necessidade de sobrevivência que a classe proletária tem de se manter viva. Enquanto o modo de produção capitalista perdurar, ocorrerá mudanças no interior do processo de trabalho, principalmente por conta dos avanços científico e tecnológico, dessa forma exigindo uma qualificação maior da mão de obra, que conseqüentemente acarretará na desumanização da mão de obra não qualificada, correspondendo aos subempregos e desempregos. Mas não haverá extinção do trabalho e muito menos da mão de obra barateada.

Então, os jovens são o público que se torna vulnerável mediante essa lógica consumista, porém passam a desfrutar de maior autonomia, uma vez que pode se sustentar, consolidando a possibilidades de projetos pessoais (SILVA, 2011, p.15) através da aquisição de bens e serviços vindo a propiciar condições de participar da vida social local e nas adjacências de sua moradia. Entre o *ser* – jovem rural descapitalizado - e *ter* – autonomia financeira adquirida no trabalho assalariado rural – eles preferem o trabalho no corte da cana, resultando na constituição de suas identidades; onde o trabalho na sociedade capitalista é o gerador de mercadorias concretas ou simbólicas condicionante de status.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000. - (Coleção primeiros passos; 171) 4ª reimpressão da 6ª edição de 1986.

ARENDT, Hanna. (1906-1975) – **A condição humana**/ Hanna Arendt; Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. -10ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**/ Ricardo L. Antunes. -12. Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BOLTANSKI. Luc; **O novo espírito do capitalismo/** Luc Boltanski e Ève Chiapello; tradução Ivone C. Benedetti; revisão técnica Brasílio Sallum Jr. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DELGADO, Nelson G. et al. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula.** In: MOREIRA, Roberto J. e BRUNO, Regina L., organizadores – *Dimensões Rurais e Políticas Brasileiras.* Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ, Edur, 2010. p.17-53.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Mar de cana, deserto verde?** Os dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista. 2005. 256f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), Departamento de Engenharia da Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1993.

LEITE, Sergio. **Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil.** (2009-outubro). XXXIII. Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu, SP.GT 41 – Transformações Sociais e Projetos Políticos em Concorrência: Reflexões a partir do rural

MARX, Karl. *O capital- volume 1, livro 1- cap. V - Processo de trabalho e processo de Valorização.* Editora Nova Cultural Ltda. Edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus Agronegócio:** a dinâmica sócio-política do campo brasileiro. Textos para discussão nº30. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008p. 01-52.

SILVA. M. Valéria. **Rabicheiros e Bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio.** Trabalho apresentado na III Reunião Equatorial de antropologia/XII Encontro de antropólogos do Norte e Nordeste do Brasil. Boa Vista/RR, agosto/2011.

SITES:

<http://www.grupoolhodagua.com.br/2013/noticias.php?id=16>> consultado dia 22/05/15 as 16:23h.

<http://www.sefaz.pi.gov.br/arquivos/legislacao/decretos/2003/Dec11156.pdf>> consultado dia 22/05/15 as 16:40h.

<http://www.brasilecola.com/brasil/proalcool.htm> > consultado dia 22/05/15 as 21:13h.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

O TRABALHO (DES)ESPECIALIZADO NOS CANAVIAIS PAULISTAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DO CORTE MANUAL

Ana Carina Sabadin – UFSCar

acsabadin@gmail.com

CNPq

GT2: Trabalho Rural

No cenário do Rural Contemporâneo, nota-se um contraste no setor sucroalcooleiro ao se observar a produção da cana-de-açúcar, especialmente no que tange a fase do corte: tem-se, de um lado, sua modernização, sustentada pelas máquinas colheitadeiras e pelo trabalho “qualificado” que, por sua vez, coexiste com o corte manual, marcado pela “desespecialização” e pelo trabalho exaustivo do cortador de cana. Esta configuração suscita questionamentos acerca das motivações desta coexistência - que podem vir a ser de ordem econômica, social, cultural e/ou política – assim como da própria noção de (des)especialização, tomada, inclusive, pelos escritórios de recrutamento. Com base nestas considerações, este artigo tem como objetivo discutir a noção de “desespecialização” dos cortadores de cana e como isso veio a influenciar a persistência do corte manual no cenário permeado pela modernização. A discussão será construída a partir de um atrelamento entre: o debate teórico, que compreende o trabalho migratório como um mercado; e o estudo de caso realizado no município de Novo Horizonte (SP), no qual a usina analisada possui um escritório de recrutamento instalado em Princesa Isabel (PA), responsável por avaliações morais e físicas dos candidatos interessados em trabalhar na lavoura canavieira paulista.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS).

1. Introdução

Este artigo ilustrará algumas questões abordadas em meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, intitulado de *“Política e Sociedade no Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro: Estudo sobre as motivações não econômicas do corte da cana no Noroeste Paulista”*, cujo objetivo principal foi o de identificar e interpretar motivações não econômicas que sustentem a persistência do corte manual da cana-de-açúcar, voltando-se, fundamentalmente, às dimensões políticas, sociais e culturais que norteiam as estratégias de emprego de trabalho no setor sucroalcooleiro.

Tendo isso em vista, optou-se pela realização de um estudo de caso, entendido por Stake (1994) e André (2005) como uma forma particular de estudo que realça as características e atributos da vida social, o que permitiu contribuir com a busca pelas motivações que compuseram o objetivo da pesquisa. Além disso, como instrumento metodológico, teve-se as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais registradas em caderno de campo, das quais aparecerão alguns aspectos no decorrer do artigo, atrelados à discussão em torno da proposta supracitada: a (d)especialização do trabalho do cortador de cana e sua possível relação com a permanência do corte manual da cana-de-açúcar.

Tal estudo foi realizado em Novo Horizonte, localizado na região Noroeste Paulista que é marcada pela expansão da produção sucroalcooleira. A escolha do município se justifica pelo fato de nele haver duas usinas – embora nesse artigo se atentou basicamente a uma delas - com perfis diferentes de contratação de trabalhadores destinados ao corte da cana, o que pôde trazer alguns contrastes significantes de observação e análise no decorrer da pesquisa.

Cabe-se, de início, levantar algumas considerações sobre os dados gerados nas entrevistas que contribuiriam para a formação da problemática levantada nesse artigo. Pontua-se, inclusive, que nesta etapa da pesquisa se entrevistou o representante do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Novo Horizonte, um engenheiro agrônomo da Associação dos Fornecedores de Cana de Novo Horizonte e analistas do setor de recursos humanos das duas usinas com o intuito de explorar sobre 1) seu entendimento em relação aos dois tipos de corte – manual e mecanizado – que coexistem na lavoura açucareira; e 2) a contratação de migrantes para trabalharem no corte da cana-de-açúcar.

Percebeu-se nestas entrevistas que, quando se perguntava sobre as “vantagens” de se escolher o corte mecanizado ou o manual, as respostas, primeiramente, eram

sempre relacionadas às questões econômicas, vinculadas aos custos de produção, à eficiência e aos lucros, sempre favorecendo o corte mecanizado e, de certa maneira, inviabilizando o manual. Além disso, foram citados alguns outros pontos que complementam essa abordagem. Dentre eles, as mudanças nas legislações: 1) ambiental, no que tange a proibição das queimadas no corte da cana; 2) e trabalhista, na instauração da Norma Regulamentadora 31 (NR-31). Pautando-se em uma perspectiva econômica, pouco se foi dito sobre as “vantagens” de se manter o corte manual. Em contrapartida, preferiu-se abordar as dificuldades em mecanizar toda a produção, o que incluiu: 1) a falta de mão de obra especializada em operar as máquinas; 2) os altos custos dos maquinários e, por fim, 3) a declividade dos terrenos. Além desses três fatores, se destacou que o corte manual é um modo de produção já “estabelecido”, e que as usinas familiares, principalmente - como no caso das duas aqui analisadas-, não têm tantos recursos para mecanizar totalmente a produção, o que também vem a favorecer essa permanência do corte manual.

Esta noção de “modo de produção já estabelecido” abriu a possibilidade de se pensar: o que faria com que o corte manual da cana-de-açúcar fosse caracterizado desse modo? E, mais do que isso, quais seriam os fatores “responsáveis” pela sua permanência? Partindo disso, ao se buscar o que seria mais marcante nesse tipo de produção, voltou-se à figura do trabalhador sazonal - o cortador de cana - que, permeado por questões políticas, culturais e sociais, abarca toda a problemática.

Buscou-se, portanto, explorar questões em torno dessa mão de obra, considerada por Alves (2008) como um imenso exército de reserva que é migrante e regulado pelas áreas produtoras do país, a fim de buscar contribuições acerca da problemática da permanência do corte manual frente a esse cenário permeado pela modernização. Ao se debruçar sobre as temáticas abordadas nas entrevistas, caiu-se em uma questão relevante para a busca, principalmente no que tange a noção de “modo de produção já estabelecido”: a (des)especialização dos trabalhadores cortadores de cana.

2. Qualificação e (des)especialização

Ao se refletir sobre a “transição” do corte manual para o mecanizado, destaca-se as diversas transformações na estrutura de produção, que vai desde a introdução dos maquinários à contratação de uma mão de obra, considerada “especializada”. Tal mão de obra, segundo os agentes de interesse da pesquisa, está em falta no mercado, o que desencadeia, dessa forma, mais uma barreira à introdução das máquinas no corte da

cana-de-açúcar e, conseqüentemente, um contribuinte para a coexistência dos tipos de produção.

Segundo o analista de Recursos Humanos da Usina 2, mecanizar o corte sem possuir mão de obra qualificada é uma decisão inviável, pois a má operação das máquinas propicia a ocorrência de incêndios tanto da plantação quanto da própria máquina, além de outros tipos de acidentes, ocasionando uma perda financeira significativa para a usina e prejuízos aos próprios trabalhadores.

Ao se criar uma nova demanda de mão de obra especializada em operar colheitadeiras, tratores e caminhões-bombeiro, 1) desconsidera-se que a mecanização demanda outras funções que corroboram para uma nova exploração da força de trabalho, dando continuidade ao trabalho manual; 2) questiona-se a noção de (des)especialização do trabalho manual tanto dos cortadores de cana quanto dos trabalhadores que desempenharão essas novas funções desencadeadas pela mecanização.

Sob essa perspectiva, para Silva (2011), mecanizar o corte da cana não significa que ocorrerá uma total eliminação do trabalho manual, mas sim, a implantação de novos arranjos no mercado e nos métodos de exploração da força de trabalho. Desse modo, ainda segundo a autora, é produzido um trabalho manual ocultado pelos discursos estatal, patronal, dos meios de comunicação e de alguns sindicalistas a serviço da ideologia do *agrobusiness*, que reforça a ideia de que os canaviais paulistas estão permeados somente pelo trabalho das máquinas, com mão de obra especializada, qualificada e bem remunerada.

Ainda que os trabalhadores assalariados rurais não sejam tratados como detentores de uma qualificação ocupacional, torna-se difícil afirmar que sejam desespecializados para desempenhar as tarefas exigidas no canavial.

Para complementar o entendimento sobre o trabalho do cortador de cana, volta-se à ideia de que o corte é uma fase muito específica que requer treinamento e disciplina do trabalhador (Alves, 2008). Segundo o autor, trata-se de um exercício repetitivo que exige especialização laboral. Tal exercício envolve a limpeza da cana, a retirada da ponteira, o transporte da cana já cortada até a linha central do eito¹ e a arrumação da cana em esteira² (Alves, 2008; Lourenço, 2014).

¹ O eito pode ser entendido como um retângulo no qual o trabalhador corta sua cana, demarcado por volta de cinco ruas de cana-de-açúcar.

² Este termo se refere ao ato de deixar a cana posta na terceira rua (rua central).

De acordo com Silva (2011), mesmo que não sejam considerados qualificados para um mercado laboral de outros setores da economia, tais trabalhadores são indispensáveis para os altos padrões de acumulação dos capitais envolvidos. Nessa mesma linha, para Antunes (2011), a desespecialização seria como uma condição *sine qua non* para a existência dessa acumulação.

Silva (2011) aponta que nessa desespecialização está engendrada a especialização de um cortador de cana, que, além de realizar um exercício repetitivo (Alves, 2008), suporta condições climáticas adversas e o trabalho por produção, imposto pelas usinas, que funciona

“[...] como um engenhoso método de interiorização da disciplina e do autocontrole dos trabalhadores” (GUANAIS, 2012, p.78).

3. O salário por produção

O pagamento por produção, também conhecido como “trabalho de empreita”, passou a ser utilizado amplamente após a reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro na década de 1990, que contemplou não só mudanças nas técnicas produtivas mas também na própria organização e gestão do trabalho. Segundo Lourenço (2014), o pagamento por produção foi uma medida estratégica para aumentar a produtividade da usina: “quanto mais se corta, mais se ganha”.

Desse modo, atrelada à pressão da usina em demandar altos níveis de produtividade, contabilizados pelas toneladas de cana cortada, está a pressão do próprio trabalhador sobre si mesmo, devido ao fato de viver sob a lógica da remuneração pautada em “quanto mais toneladas se corta, maior será o salário”. Além disso, Guanais (2012) afirma que esta cobrança dos cortadores sobre si próprios também tem o intuito de garantir um status diferenciado entre os cortadores, o que possibilita, inclusive, uma garantia de emprego na próxima safra.

Alguns autores discutem sobre os efeitos físicos e psicológicos decorrentes do trabalho exaustivo do cortador de cana. Autores como Silva (2011) e Alves (2006) atentaram-se a destacar sobre o desencadeamento de doenças cardiovasculares nesses trabalhadores, inclusive, de mortes ocorridas nos canaviais durante o corte da cana, que estão diretamente atreladas à alta produtividade e, conseqüentemente, ao tipo de remuneração.

Outra consequência é destacada por Andrade (2003). A autora preocupou-se em evidenciar a prática do uso de drogas como a maconha e o crack entre os cortadores de cana. Segundo a autora, alguns trabalhadores se utilizam dessas substâncias para

conseguirem “alcançar” ou até mesmo “ultrapassar” suas metas de tonelada de cana cortada por dia. O uso da maconha estaria vinculado ao “não sentir mais dores”, visto que o trabalho exaustivo ocasiona dores musculares que, por vezes, podem ser tornar crônicas. Já o crack, proporcionaria uma “maior disposição” para o trabalho, aumentando seu desempenho durante o corte e, conseqüentemente, a produtividade.

Retomando a perspectiva de Guanais (2012), o “bom cortador” ganha o título de “podão de ouro” e receberá bonificações – prêmios como eletrodomésticos, bicicletas, etc. - como uma forma de reconhecimento do seu trabalho, de acordo com a sua produtividade durante a safra.

Paixão (1994), Thomaz Junior (2002) trataram essa prática das bonificações em suas pesquisas. Entenderam-na como uma estratégia difundida entre as usinas cujo objetivo era além de aumentar a produtividade dos trabalhadores, tomá-los como mais cooperativos e envolvidos com os objetivos da empresa. Com isso, ocasiona-se um alinhamento dos objetivos dos trabalhadores e das usinas, que visam, respectivamente, maior salário e maior produtividade, o qual pode ser alcançado através do pagamento por produção. Os autores pontuam, inclusive, a falsa autonomia que é priorizada pelos cortadores e fortalecidas pelas usinas, quando esse sistema de remuneração passou a ser adotado.

4. A contratação e os escritórios de recrutamento

As formas de recrutamento e contratação dos cortadores de cana também se mostraram relevantes na compreensão da interiorização do controle e da disciplina por parte desses trabalhadores. Além disso, foi na investigação desta etapa – de seleção dos trabalhadores– que a problemática da “especialização” pôde aparecer mais claramente, tendo em vista uma série de avaliações morais e físicas que os “candidatos” sofrem durante a seleção, passando por uma triagem que visa selecionar os mais “aptos” para realizarem o corte da cana.

De início, constatou-se que a Usina 1 possuía um escritório de recrutamento - que funciona como uma mediação de oferta e demanda de empregos - de trabalhadores na cidade de Princesa Isabel, localizada no Sertão Paraibano. De acordo com Silva (2011), algumas empresas utilizam-se da estratégia de buscar trabalhadores nas suas cidades de origem através desses escritórios, deixando claro no contrato que, ao final da safra, deve-se retornar.

Sobre essa estratégia, a autora considera que existe um controle político sobre os trabalhadores como um fator que facilita a contratação de mão de obra migrante em detrimento da local. Segundo ela, nos espaços como alojamentos ou “casas da usina”, localizados nas cidades onde as usinas estão instaladas, os momentos de lazer e descanso são controlados por agentes das empresas, assim como toda a diária de trabalho, o que faz com que os usineiros consigam estabelecer maior disciplina e controle sobre seus trabalhadores.

Outra forma de manter o controle político está no retorno para a cidade de origem ao fim da safra, o qual impediria a formação de pequenos contingentes de desempregados nas cidades das usinas e tem o intuito, inclusive, de evitar desarranjos na ordem social, política e policial, como por exemplo, o aumento no número de assaltos e pequenos furtos, os gastos em políticas públicas que visem uma assistência a esses trabalhadores, etc.

Entrando no funcionamento da própria contratação, segundo o analista de Recursos Humanos (Usina 1), esta “é feita diretamente pela empresa que vai até a Paraíba, na cidade de Princesa. E quem tiver interesse, procura o escritório da empresa lá, e faz o recrutamento lá já”.

O analista também informou que a procura pelo escritório é bastante alta, e, em sua maioria, por homens jovens com baixa escolaridade. Esta noção de “baixa escolaridade” é um fator que contribui para carregar a ideia de que para se cortar cana não precisa ter “estudos”, não precisa ter “especializações” e que “qualquer um” pode realizar esse tipo de serviço.

Os escritórios de recrutamento, como apontado anteriormente, funcionam como uma mediação entre a oferta e a demanda de emprego. Neles, são previamente definidos os requisitos a serem preenchidos para ocupar determinada função e, posteriormente, durante as avaliações dos candidatos, seleciona-se quem será ou não contratado. Nessa seleção fica implícito que existem critérios que podem favorecer ou não a contratação, ou até mesmo, a recontração de trabalhadores, indo de encontro com a ideia de que nem todos os candidatos apresentados são “aptos” para cortar cana, pois precisam estar enquadrados nos requisitos exigidos pela usina.

Hatchuel (1995) desvenda um aspecto importante desses escritórios. Para o autor, a contratação é efetivada com a intervenção de uma *expertise*, ou seja, existe um “aconselhamento” entre o empregador e o contratado, que não se efetiva sem essa intervenção, atrelando os requisitos demandados pelas empresas à mão de obra que foi

apresentada. No caso da seleção dos trabalhadores que migram para o estado de São Paulo, essa *expertise* pode ser retratada a partir da figura do “encarregado”, que os recruta para realizarem a função do corte de cana ou para outras funções na lavoura, pautando-se em um perfil que contemple as “exigências” de tais tarefas.

Segundo o Analista de Recursos Humanos da Usina 1, existem fatores que podem influenciar na recontração dos cortadores de cana. Considera-se a performance do trabalhador – que marcam seu desempenho e produtividade -, seu comportamento, suas faltas no trabalho, sua participação em greves e piquetes. Respectivamente, de maneira resumida, têm chances de recontração “aqueles que produzem mais” e “não dão trabalho”.

Nesta etapa de avaliação, o encarregado consulta a “Lista Negra”, que funciona como um histórico dos trabalhadores dentro da usina, na qual está registrado todos os “desvios”, de acordo com a percepção dos contratantes. Além disso, é feito, pelos médicos de trabalho contratados pela usina para fazer os exames necessários, um diagnóstico das condições de saúde, checando, dessa forma, se o trabalhador pode ou não realizar a função oferecida.

Esses funcionários contam com a colaboração de trabalhadores que já foram recrutados em safras anteriores, e passam a ser considerados como informantes. A eles, é atribuída a função de espalhar as informações, àqueles que se achar conveniente, sobre o recrutamento, colaborando com a formação de turmas para a nova safra. Vê-se, com isso, a utilização das redes de parentesco e vizinhança dos trabalhadores que, através desse “olhar nativo” (Saturnino, 2011), contribuem para que as usinas selecionem um trabalhador produtivo e disciplinado.

5. Amarrando os tópicos anteriores ...

Considera-se que o setor sucroalcooleiro se encontra em processo de transição do corte manual para o mecanizado, que é marcado, inclusive, pelas mudanças nas legislações ambiental e trabalhistas, apontadas pelos agentes de interesse da pesquisa como “aceleradores da mecanização”. Porém, o que persiste nesse processo são continuidades e rupturas que fazem com o que aí se destaque seja, na verdade, a coexistência desses dois tipos de produção.

A partir da noção de “modo de produção já estabelecido”, trazida pelos agentes de interesse da pesquisa como um fator relevante para se entender a persistência do corte manual em meio ao cenário rural contemporâneo, buscou-se investigar o trabalho do

cortador de cana, sob uma perspectiva que destacou o fator da “desespecialização” como ponto relevante da busca.

Nesse sentido, a “desespecialização”, considerada pelos escritórios de recrutamento como uma falta de qualificação profissional, seria uma condição para a manutenção da existência dos cortadores de cana e, por consequência, do corte manual.

Ao se considerar que este tipo de serviço atrai uma mão de obra caracterizada pela “baixa escolaridade”, se oculta todos os atributos desses trabalhadores, necessários para a realização de tal serviço e, além disso, se impõe a ideia de que um serviço “sem especialização” demanda uma “baixa remuneração”.

Se, de um lado, esses trabalhadores não necessitam de diplomas e outros tipos de qualificações, exigidas pelo mercado de trabalho, de outro, são portadores de técnicas, práticas e estratégias que permitem com que aumentem a produtividade da usina, tendo em vista que seus próprios salários por produção os forçam a desenvolver tais atributos que os marcam física e psicologicamente.

Além disso, as avaliações morais e físicas feitas por esses escritórios colocam à tona sua disciplina e todo o controle corporal que a eles é demandado antes, durante e depois da safra. Não cumprir todas as “regras” impostas durante o trabalho, não “bater” suas metas, não pegar atestados médicos, não participar de greves e piquetes, suportar a exaustão e as adversidades climáticas, por exemplo, traduzem o tipo de “boa conduta” que devem possuir para se conseguir emprego na próxima safra.

A soma desses fatores – técnica, prática, estratégia, controle, disciplina – não denota a nenhuma especialização, segundo as usinas, mas é esse conjunto que garante a manutenção de um tipo de produção estabelecido, dando respaldo à acumulação do capital.

6. Referências bibliográficas

ALVES, Francisco José da Costa. Por que morrem os cortadores de cana? In Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set/dez, 2006.

_____, **Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana** In Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.3. artigo 2, abril/ago. 2008, São Paulo.

ANDRADE, Arlete Fonseca. **Cana e Crack: Sintoma ou problema? Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e consumo de crack.** Dissertação de mestrado. PPG/Psicologia Social/ PUCSP, 2003.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a morfologia do trabalho.** In: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. (Org.). Trabalho e capitalismo contemporâneo. Maceió: Edufal, 2011. p.16-46.

BRASIL, **Instrução Normativa SIT N°65**, de 19 de julho de 2006. Brasília: Poder Legislativo, 2006.

GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis.** Dissertação de mestrado). - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2010.

_____. **O salário por produção enquanto uma estratégia empresarial: estímulo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana brasileiros.** IN Ricot Jornal, v. 1, p. 65-84, 2012.

HATCHUEL, Armand. **Les marches à prescripteurs: crise de l'échange et genèse sociale.** In Jacob e Vérin, 1995.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz. Dias. **O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades.** In Revista de Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 605-619, out./dez. 2007.

PAIXÃO, M. **No coração do canavial: estudo crítico da evolução do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira**

(estudo comparativo em 12 estados do Brasil). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Engenharia de Produção, UFRJ, 1994.

RAMOS, Pedro. **O futuro da ocupação na agroindústria canvieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação.** Informações Econômicas. São Paulo, n. 11, v. 37, nov. 2007.

SATURNINO, Marcelo. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência!** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **O trabalho oculto nos canaviais paulistas.** In Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 11- 46, jan./jun. 2011.

_____. **Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas.** InterfaceHES, [S.l.], v.3, n.2, p.1- 10, 2008. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br/>>. Acesso em: 2 mai. 2011.>

STAKE, Robert E. **Case Studies** In N. K. Denzin e Y S. Lincoln (edit.) Handbook of Qualitative Research. SAGE Publications, p. 236-247, 1994.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria paulista.** São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

O MOINHO SATÂNICO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL: DEGRADAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE¹.

Adriano Santos

Instituto de Ciências Humanas e Letras – UNIFAL-MG

GT 2 – Trabalho Rural

O objeto de análise do presente trabalho é a expansão do agronegócio canavieiro no Brasil, que vem sendo defendido – nas últimas décadas – como modelo sustentável de desenvolvimento econômico. Todavia, o seu desenvolvimento é contraditório e dependente. Pois, ao mesmo tempo em que opera formas moderníssimas de produção, baseadas na automação industrial e na engenharia genética, desenvolve também condições precárias de trabalho e formas deletérias de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Por meio de ampla análise de dados e pesquisa empírica qualitativa direta, buscamos investigar as condições e relações de trabalho praticadas no interior do agronegócio canavieiro, seus dilemas e contradições atuais como modelo de desenvolvimento econômico. Segundo nossos estudos, a atual expansão do setor no Brasil, instaurou novas formas de exploração e controle sobre a força de trabalho, o que garantiu, por um lado, não só uma maior acumulação, especialmente do capital estrangeiro, mas, por outro, ao intensificar a exploração e degradar as condições de vida e trabalho, trouxe com ela a morte e o adoecimento dos trabalhadores. Isso nos permite dizer que o agronegócio opera no Brasil como um “*moinho satânico*” que tritura e corrói não apenas as condições de vida e trabalho, mas o corpo e a *physis* do trabalhador. Assim, o país ocupa atualmente uma posição destaque no cenário internacional, como um dos maiores produtores de agrocombustíveis e *commodities* do mundo, porque se estrutura, fundamentalmente, na degradação e superexploração do trabalho, o que repõe no desenvolvimento brasileiro atual as estruturas históricas da dependência, subordinando o país aos interesses estrangeiros e instaurando – por meio do agronegócio – um novo regime de exploração neocolonial.

Palavras-chave: *agronegócio canavieiro; dependência; superexploração do trabalho*

Introdução

Durante muito tempo se defendeu no Brasil a ideia de que a economia nacional, baseada no latifúndio e no monocultivo da produção agrícola, era sinônimo de um atraso característico de países ditos subdesenvolvidos. No entanto, em 2007 ao inaugurar um complexo industrial, o então presidente à época, eleito pelo PT (Partido

¹ O presente trabalho que apresentamos é parte de nossa pesquisa de doutorado, intitulada *O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP*, defendida em abril de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH-UNICAMP.

dos Trabalhadores), Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que os usineiros – cuja riqueza nasce justamente da grande propriedade e da exploração do trabalho na monocultura canavieira – “podem ser considerados os *heróis nacionais*”, pois seriam os verdadeiros representantes do que há de mais moderno no agronegócio mundial².

Tal afirmativa está embasada no fato de que, na última década (2000), o Brasil se tornou um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo, dando início a um novo ciclo de expansão da cana pelo território nacional. Dentre as razões que desencadearam esse novo ciclo expansivo do capital agroindustrial canavieiro destacam-se, por exemplo: a alteração das características do mercado interno a partir do crescimento da oferta e da demanda; ações corporativas compactuadas entre os governos e o setor privado para alavancar a produção e atender as exigências dos mercados; a liberação dos preços do açúcar e do álcool, sujeitando-os à competitividade do mercado, além de outros estímulos e incentivos governamentais relacionados ao setor sucroalcooleiro. Mas não é só isso.

Destacam-se também: os baixos custos de produção de suas commodities, significativamente menores do que os custos presentes em países que fabricam tais produtos a partir do açúcar de beterraba ou de milho; crise e elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, bem como sua escassez e alto nível de poluição (emissão de CO₂ na atmosfera); aumento da demanda interna por álcool hidratado devido ao aparecimento dos novos modelos de carros flex-fuel (gasolina e álcool), que alavancou o mercado de automóveis, representando já 80% das vendas de veículos novos; devido às alterações climáticas e o aquecimento global provocado pela intensa emissão de CO₂, o protocolo de Kyoto exigiu a redução da emissão desse gás poluente, o que tem contribuído para gerar uma demanda internacional por álcool anidro de outros países da Europa, Ásia e América (WWF, 2008).

Portanto, com o objetivo de atender a essas expectativas geradas pela conjuntura favorável ao setor sucroalcooleiro e, em especial, ao agronegócio canavieiro, algumas estratégias têm sido traçadas e desenvolvidas pelos usineiros brasileiros, apoiados pelo governo, para aumentar a oferta de álcool, uma vez que este vem despertando o interesse de outros países, como EUA, Alemanha e Japão. Para atendê-los, um conjunto de medidas vem sendo elaborado pelo setor sucroalcooleiro como resposta a esse que

² Ver reportagem de Chico Góis em *O Globo*, 20/03/2007. Disponível em www.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207689. Acesso em 25/10/2009.

talvez seja um dos mais intensos ciclos de expansão do capital agroindustrial na história recente do Brasil.

No que se refere à expansão da área plantada, podemos dizer que ela vem acompanhada por um aumento na produtividade que conta, no caso da cana, além de seu melhoramento genético, com a mecanização tanto do plantio quanto da colheita. No caso do álcool e seu processo produtivo, isso é evidente na medida em que novas tecnologias são aplicadas, ampliando assim a capacidade das usinas em produzir açúcar e álcool. Podemos dizer, com isso, que as perspectivas da expansão canavieira pela região Centro-Sul, maior produtora e consumidora de açúcar e álcool no Brasil, são positivas e vem se ampliando nas últimas décadas para os empresários ligados ao setor sucroalcooleiro.

Dessa forma, o agronegócio canavieiro, passou a ser defendido, inclusive pelo governo brasileiro, como um modelo sustentável de desenvolvimento econômico que não apenas sustenta parte da balança comercial, mas parece gerar emprego, renda e divisas econômicas para o país. Contudo, diante dessas perspectivas e considerando que tal setor se estrutura a partir da lógica do latifúndio, da monocultura da cana e da exploração do trabalho, convém perguntar: A reprodução dessa lógica, com a expansão recente do agronegócio canavieiro, não significaria a reposição das estruturas históricas da dependência e das características de uma economia colonial? Qual seria o real significado desse modelo de desenvolvimento, baseado na atual expansão do agronegócio, para os trabalhadores canavieiros?

A economia colonial do agronegócio no Brasil

Não podemos compreender a dinâmica histórica e econômica do agronegócio canavieiro no Brasil, seus retrocessos e momentos de expansão, se não entendemos historicamente suas características, contradições e processos ora assumidos como elementos do atraso, marcados pela permanência do latifúndio, trabalho escravo e monocultura, ora assumidos como oportunidade de desenvolvimento econômico, modernização e sustentabilidade. Diante disso, convém indagar: o ciclo atual da expansão canavieira pode ser caracterizado como um elemento estruturador no qual o agronegócio representa um modelo de desenvolvimento econômico ou ele seria mais uma forma desenvolvida da “*economia colonial*” vigente ainda no Brasil desde os tempos da colonização?

Como se sabe, segundo os livros de história, desde seu início a essência da formação econômica brasileira está marcada pela feição do que assumiu a colonização portuguesa no Brasil a partir do objetivo econômico de explorar os trópicos como uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Nesse sentido, a formação histórica de nossa economia, principalmente a economia agrária brasileira, não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa. Ao contrário, ela se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. Caio Prado Jr. afirma que é este o verdadeiro *sentido da colonização* tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. Em outras palavras, a nossa formação passa pela constituição de uma grande empresa comercial cuja estrutura se caracteriza pela satisfação das necessidades do mercado externo, pela exploração do trabalho escravo, e pelo fornecimento de açúcar, tabaco, ouro, diamante e café para o mercado europeu (PRADO JR, 1973, p.23).

No que se refere à economia açucareira que deu origem a um dos primeiros ciclos econômicos da exploração colonial, percebe-se que a sua participação no processo de formação da sociedade brasileira nunca deixou de existir. Ao contrário, passando por momentos de crescimento e crise desde sua implantação, é possível observar suas continuidades e descontinuidades na vida econômica do país mesmo após o período colonial. Dessa forma, não podemos incorrer no equívoco de muitas interpretações, segundo as quais o latifúndio no Brasil seria sinônimo de uma sobrevivência arcaica remanescente do período colonial. Ao contrário, quando observamos o desenvolvimento histórico da economia açucareira e mais recentemente do agronegócio – que se assenta sobre o latifúndio –, percebemos que a concentração fundiária viabilizada pelo avanço e expansão da cana apresenta-se como um elemento constituinte da modernidade e do capitalismo tardio brasileiro, como uma exigência não só das grandes unidades produtoras de açúcar e álcool, mas também da própria lógica inerente a sua expansão territorial, industrial e financeira. Eis o que, segundo Marini (2000) caracterizaria a nossa particularidade latino-americana, ou seja, o desenvolvimento do nosso capitalismo *sui generis*.

Nos anos de 1940, em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr., indagando-se sobre os elementos formadores (geográfico, econômico, social e político) da vida brasileira concluiu que:

O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um *organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não 'tomou forma'*. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial (PRADO JR, 2000, p. 3, *grifo nosso*).

Será que esse passado colonial, apesar dos avanços de alguns elementos da vida e realidade brasileiras, ainda persiste quando observamos as características atuais do agronegócio canavieiro e suas formas de reprodução?

Antes de problematizar essa questão a partir dos dados e informações levantadas no escopo de nossa investigação acerca do desenvolvimento do agronegócio canavieiro é preciso destacar que o sentido da “economia colonial” que marcou e ainda marca a formação brasileira é de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância (PRADO, JR., 2000). Com isso, historicamente, a nossa economia se subordinou inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros de primeira necessidade. Assim, a agricultura brasileira se conformará para atender os objetivos e o *sentido da colonização*, isto é, os interesses da metrópole e do mercado externo³.

Para tanto, alguns fatores estruturais corroboraram para essa formação. A grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo se constituíram e se conjugaram num sistema típico que deu origem à grande exploração rural, o que marcou fundamentalmente não apenas a economia agrária brasileira, mas também, segundo Caio Prado Jr (2000), a base principal em que assenta a estrutura econômica e social do país. Portanto, foi em torno dessa forma de se organizar a produção e o trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta, que se originou a “economia colonial” com

³ Uma das chaves explicativas da dependência econômica dos países ditos subdesenvolvidos encontra-se aí nesse processo de subordinação das economias latino-americanas ao mercado externo. Ruy Mauro Marini afirma que a condição do desenvolvimento industrial europeu durante o século XVIII e XIX residiu na disponibilidade de bens agrícolas e matérias-primas fornecidas pelas economias dependentes, o que permitiu a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial. Nesse sentido, a função que a América Latina e, em especial o Brasil, cumpriu no âmbito da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento do capitalismo foi a de criar uma oferta mundial de alimentos “que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista”. A isso se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial (MARINI, 2000, p. 111).

sua orientação voltada exclusivamente para o exterior e como simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases, da grande exploração agrária, isto é, do engenho, da fazenda, e mais recentemente, da usina, é que se estruturou, por conseguinte, a “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Assim, os traços mais fundamentais da nossa economia podem ser resumidos da seguinte forma:

[...] de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutra lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país (PRADO JR, 2000, p.127).

Essa síntese do pensamento “caiopradiano” acerca da realidade brasileira nos permite identificar o agronegócio canavieiro como desenvolvimento ampliado das características da “economia colonial”, uma vez que a base sobre a qual se assenta a economia rural brasileira é a exploração dos trabalhadores, o baixo padrão de vida e o reduzido custo da força de trabalho que emprega. Para Caio Prado Jr., é no processo histórico de apuração das relações capitalistas de produção e trabalho – isto é, a transformação do trabalhador empregado em assalariado puro – que os padrões materiais do trabalhador tendem a se reduzir.

Ademais, podemos identificar ainda um componente adicional específico e típico nesse processo, isto é, “a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)” (FERNANDES, 1981, p.45). Por isso junto ao processo de formação das economias capitalistas dependentes instauram-se processos de acumulação cujos objetivos são – além da espoliação e do saque dos recursos naturais – as diversas formas de exploração, controle e extração de mais-valia. Portanto, de fato:

[...] a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos

privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa do setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas (FERNANDES, 1981, p.45, grifo nosso)

Essas relações capitalistas de produção que marcam a estrutura da economia brasileira, verificadas no interior do desenvolvimento histórico da agroindústria canavieira, sintonizam-se ao sistema do capitalismo global de tal forma que relegam essa economia a uma posição periférica e marginal. Esse entrosamento com a dinâmica do modo de produção global do capital coloca a economia brasileira numa posição de subordinação e dependência em relação aos interesses estrangeiros. Apesar da modificação do primitivo e originário sistema colonial que tivemos no passado, segundo Caio Prado Jr. ele continua e se perpetua sob novas e mais complexas formas. Indo ao fundo do sistema presente e além das aparências enganadoras, ainda encontraremos “o essencial da velha situação de colônia que subordina o funcionamento da economia brasileira e as suas atividades a objetivos e interesses estranhos ao país” (PRADO JR., 2004, p. 100).

Portanto, partindo do conceito de “economia colonial” de Caio Prado Jr., podemos dizer que a economia do agronegócio canavieiro, defendida como um modelo de desenvolvimento econômico, na verdade repõe e intensifica a subordinação econômica do país aos interesses dos setores sociais dominantes que articulam sua reprodução aos interesses e objetivos de expansão do capital internacional.

Degradação e trabalho precário no agronegócio canavieiro

A estruturação desse cenário que repõe as bases históricas da dependência a partir do desenvolvimento e expansão do agronegócio canavieiro no Brasil encontra alguns fatores favoráveis que são tanto de ordem histórica e geográfica quanto de ordem social e econômica. No que se referem às condições históricas e geográficas, podemos destacar a região Centro Sul do Brasil como uma das principais que reúne alguns dos elementos centrais da atual expansão do agronegócio canavieiro, a saber: 1) o mercado interno da região é o maior do país; 2) as terras férteis de São Paulo que permitiram a produtividade média das terras quase duas vezes superior às obtidas no Nordeste; 3) a presença em São Paulo de um setor de bens de produção (máquinas e equipamentos industriais) especificamente para o setor sucroalcooleiro; 4) e por fim, o fato das terras disponíveis para expansão no Nordeste serem limitadas e exigirem irrigação (WWF, 2008).

Nesse sentido, o Estado de São Paulo, notadamente a região de Ribeirão Preto, ocupam lugar de destaque seja na estruturação desse modelo nefasto de desenvolvimento econômico, calcado no agronegócio, seja nas políticas de incentivo e expansão das usinas canavieiras como sinônimo de modernidade na agricultura. No entanto, nessa mesma região podemos verificar algumas contradições sociais que negam não somente o modelo econômico do agronegócio canavieiro como também sua ideologia presente na ideia da assim chamada “*Califórnia Brasileira*”.

Em nossa investigação na região de Ribeirão Preto, foi possível identificar e analisar algumas das consequências nefastas desse trágico processo de expansão e desenvolvimento do agronegócio canavieiro que vem ampliando e intensificando a reprodução contínua de formas degradantes de exploração do trabalho no eito do canavial. Além da precariedade das condições de trabalho encontramos também, na forma de pagamento por produção, elementos que colocam em risco a vida de milhares de trabalhadores que atuam na colheita manual da cana.

Em nosso trabalho de campo junto ao Ministério do Trabalho tivemos acesso, para leitura e análise, aos autos de infração e Relatórios qualitativos do Grupo Móvel de fiscalização do MTE. Em um dos relatórios de fiscalização realizada no mês de janeiro de 2012, os fiscais do trabalho alegaram que, pelo grande número de usinas e de fornecedores de cana a região de Ribeirão Preto precisa de uma fiscalização constante, pois existem irregularidades em todas as etapas do ciclo produtivo da cana, e por isso o grupo rural decidiu fiscalizar exclusivamente o processo de plantio de cana. Segundo a conclusão deste relatório, a situação nas áreas de segurança, saúde e trabalhista na região abrangida pela Gerência Regional do Trabalho de Ribeirão Preto vem melhorando ano a ano. No entanto, na etapa do plantio de cana e nos tratos culturais, segundo os fiscais do trabalho, “[...] percebemos que a precariedade ainda é muito presente e precisa ser combatida duramente”, pois ainda foram encontrados problemas básicos que estão demorando a ser resolvidos como, por exemplo, “[...] sanitários irregulares, abrigos insuficientes, transportes irregulares, aplicação de agrotóxicos sem EPIs, dentre outros”. O que comprova a visão de um dos nossos sujeitos entrevistados quando afirma que é mais barato ao usineiro ou empregador pagar a multa aplicada pelos fiscais do que fornecer melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores.

No que se refere ao plantio da cana e aos tratos culturais do canavial os relatórios revelam a precariedade e os riscos aos quais estão expostos os trabalhadores que atuam nessas áreas. No mesmo relatório de 2012, podemos encontrar diversos autos

de infração lavrados contra grandes empresas e usinas da região de Ribeirão Preto. Por exemplo, na frente de trabalho de capina da cana e pulverização mecanizada da Usina Bonfim, do grupo Cosan (Raízen) em Dobrada-SP e Guariba-SP os fiscais do trabalho encontraram as seguintes condições:

Nas respectivas frentes de trabalho não foram disponibilizadas instalações sanitárias para os trabalhadores encontrados laborando. Tal irregularidade obrigou os trabalhadores a utilizarem locais inadequados para realização de suas necessidades fisiológicas, expondo-os a riscos com animais peçonhentos ou mesmo a contaminações pela falta de higiene a que se expunham.

Sobre as condições para refeição,

[...] o local de refeição disponibilizado para os trabalhadores que realizavam a aplicação de agrotóxicos, não dispunha de condições de higiene e conforto. Sendo constituído por uma tenda de lona com aproximadamente 1.50m de altura no seu ponto mais alto e com aberturas de aproximadamente 1,20m de altura para adentrar seu interior, estando esta montada sobre chão de terra. Por não estar corretamente fixada ao chão, a tenda foi derrubada pela ação do vento. Deste modo, o local não abrigava os obreiros contra intempéries e exigia dos mesmos inadequadas posições ergonômicas para se utilizarem da referida tenda. A situação acima descrita impele os rurícolas a improvisarem locais para se alimentarem, tais como os interiores dos veículos utilizados na aplicação de agrotóxico ou assentarem no chão, condições essas prejudiciais à saúde dos mesmos.

Sobre os EPIs o grupo constatou que:

Dispositivos de proteção e vestimentas contaminadas eram levados para fora do ambiente de trabalho. Os trabalhadores que laboravam na pulverização de agrotóxicos utilizavam suas próprias roupas por debaixo das vestimentas de proteção. Ao findarem a jornada de trabalho os obreiros seguiram para suas moradias vestidos com as roupas utilizadas debaixo da vestimenta de proteção e com seus calçados de segurança também utilizados durante o labor. O

agrotóxico utilizado era o (Glifosato)⁴, que pode causar irritação nos olhos e pele e tóxico se ingerido. Aos trabalhadores que laboravam na aplicação de agrotóxicos, não foi disponibilizado local adequado para a guarda das roupas de uso pessoal. Agravando ainda mais a situação, os trabalhadores foram encontrados pela fiscalização usando roupas de uso pessoal por baixo das vestimentas de proteção fornecidas aos mesmos (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL, 2012).

Além dessas situações de irregularidades relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores que atuavam nos tratos culturais da cana, o grupo identificou em outras empresas terceirizadas pela usina para a realização desses serviços uma prorrogação indevida da jornada de trabalho, além do limite legal de duas horas diárias acima da jornada normal, ou seja, extorsão de mais-valia absoluta com atraso de salários e o não pagamento do Descanso Semanal Remunerado. Isso comprova que, mesmo com a diminuição dos “gatos” e empreiteiras na atividade do corte da cana, a terceirização não só continua presente, como também se intensificou e se expandiu por outras etapas do ciclo produtivo, precarizando ainda mais as condições de trabalho no contexto atual da expansão do capital agroindustrial. Nesse sentido, podemos dizer que apesar do surgimento de uma “[...] *nova morfologia do trabalho*” (ANTUNES, 2005), desencadeada pelos processos econômicos e políticos da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, as diferentes conjunturas históricas e as transições de uma era a outra evidenciam processos de transformação em que velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, são combinadas e, ao mesmo tempo, redefinem-se, indicando um típico movimento de metamorfose, que, no momento atual, se dá sob a égide de uma dinâmica que passa a predominar sobre outras: *é a dinâmica da precarização social* (DRUCK, 2011, p. 42).

⁴ Os impactos da utilização do herbicida *Glifosato* sobre o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores que manipulam o referido agrotóxico são profundamente danosos. Em entrevista sobre os efeitos nefastos desse herbicida, o engenheiro agrônomo e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, Rubens Onofre Odari, declarou que “o *Glifosato* é uma molécula que causa diferentes tipos de problemas para a saúde humana e também para o meio ambiente. Em relação à saúde humana, ele mimetiza certos hormônios. Por exemplo, ele pode entrar no cordão umbilical durante a gestação e afetar o desenvolvimento do bebê. Além disso, ele é considerado um disruptor endócrino, ou seja, ele vai acionar genes errados, no momento errado, no órgão errado. Então, ele altera a situação de controle dos genes. O *Glifosato* também causa, por exemplo, diminuição da produção de espermatozoides, conforme vimos em experimentos feitos em ratos, ou produz espermatozoides anormais. No caso do sistema endócrino, ele pode, por exemplo, inibir algumas enzimas. Ele vai alterar os hormônios que entram na regulação da expressão gênica”. Disponível em: http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/maio_10/glifosato.html. Acesso em 18 de agosto de 2012.

O moinho satânico do agronegócio e a superexploração do trabalho.

Desde a origem e consolidação da sociedade capitalista é possível constatar que o trabalho, como dimensão fundamental da existência humana não é voluntário, livre, mas forçado, é trabalho obrigatório. O que levou Marx (2006) a formular que, se o trabalhador pudesse fugiria do trabalho como quem foge de uma peste. No caso dos cortadores de cana, a sua situação social não permite que fujam do trabalho como quem foge de uma peste, mas, ao contrário, são levados pelas circunstâncias histórico-sociais a irem ao seu encontro. Dessa forma, o trabalho desses sujeitos assume a condição de “*autossacrifício*”, adoecimento e mortificação, pois além de não se reconhecerem no próprio trabalho – dado à condição alienante (dos meios de vida e de produção) no eito do canavial – perde a própria vida, desgastando-a para produzir e reproduzir de forma ampliada a acumulação incessante do capital agroindustrial.

Submetidos a uma jornada de trabalho extenuante de 12 a 14 horas de trabalho, os cortadores de cana, especialmente os migrantes, trabalhadores temporários que se deslocam de suas terras de origem, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil, para trabalhar no corte da cana nas usinas de açúcar e álcool do interior do Estado de São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto-SP, são obrigados a cortar diariamente uma média de 10 a 12 toneladas de cana, para se manterem empregados, o que os leva a um esforço extenuante, podendo colocar em risco sua própria vida. Essa situação imposta a milhares de trabalhadores migrantes de algumas regiões do Nordeste brasileiro, que deixam as famílias no lugar de origem para trabalhar em diversas culturas do agronegócio, especialmente a da cana, é degradante, conforme os relatos dos entrevistados nesta pesquisa que traduzem a dor e o sofrimento dos trabalhadores canavieiros.

A percepção dos trabalhadores acerca do processo de trabalho e seus efeitos sobre a saúde é a de que o trabalho na cana é duro, sofrido e prejudicial e que isso decorre das condições de trabalho, mas também do esforço que são obrigados a fazer para atingir as médias de produtividade exigidas pelas usinas. Todos os sujeitos entrevistados durante nossa investigação identificaram o corte da cana como um trabalho que desgasta o trabalhador num curto intervalo de tempo, porque é uma atividade intensificada devido à forma de pagamento por produção. Essa característica de um trabalho intensificado, cujo ritmo de produção é sempre acelerado, pode trazer riscos imediatos para a saúde do trabalhador com os acidentes de trabalho, mas também

pode gerar um desgaste irreversível no longo prazo, pois o esforço é contínuo e o tempo de recuperação física e reprodução da força de trabalho é limitado e insuficiente.

Conforme nos relatou o Sr. Francisco: *“Ah! Chega um momento do dia em que a pessoa tá muito desgastada... cansada mesmo, então... o cara cai, o cara sente uma canseira, o cara perde aquele ânimo para o resto do dia”*. Ao explicar como se dá o processo de trabalho, ele identifica as razões da fadiga e do cansaço no corte da cana. Quando perguntamos se o trabalho no corte da cana é fatigante, o Sr Francisco responde que

[...] é sim, porque *ele exige da força do corpo da pessoa*. A pessoa movimentada muito o corpo. Ele pega um feixe de 15 canas e faz muita força. Vamos supor: é cinco ruas para se jogar em cima do monte. O cara traz a cana de lá de baixo, num lugar meio em declive e extenso, 15 canas dessas para jogar lá no monte o dia inteiro, por uma extensão de 200 metros até que ele vence lá 3 horas fazendo isso... *é muito desgastante. Força muito a perna, a coluna, os braços*⁵ (grifo nosso).

Diante de uma situação fatigante como é o trabalho na cana, os trabalhadores desenvolvem também algumas estratégias de defesa da sua saúde em relação ao ritmo alucinante do seu trabalho. Mas, considerando que o pagamento é por produção, trabalha pressionado pelas condições de vida em que se encontra, isto é, pelos gastos que tem com a reprodução de sua força de trabalho. O seu ritmo no trabalho está, portanto, condicionado ao que tem de pagar, como o aluguel da moradia e o alimento de que necessita para recobrar as forças e se recuperar para a jornada do dia seguinte. Assim, pode-se afirmar que *o trabalhador trabalha sempre num ritmo alucinante porque seu salário é insuficiente para satisfazer todas as suas necessidades de reprodução social*, quer sejam as necessidades materiais como as de moradia, vestimenta e alimentação, quer sejam as necessidades espirituais que envolvem o lazer, sociabilidade e sua formação. Nesse sentido, o Sr. Francisco afirma que o esforço de cada trabalhador depende muito de sua situação financeira, mesmo assim, para amenizar o desgaste e a fadiga, afirmou que o trabalhador : *“diminui o esforço, quando ele tá vendo que as pernas e os braços não tá aguentando, ele mesmo que maneira o serviço dele [...] ele trabalha de acordo com a situação financeira dele. [...] Ele trabalha desse jeito, com o negócio na mente”* (grifo nosso).

Considerando que o trabalhador conduz o seu ritmo de trabalho de acordo com a sua situação financeira, podemos concluir que ele está sempre pressionado a produzir

⁵ Entrevista realizada em Pontal-SP, em 12 de maio de 2012.

mais e que esta é a lógica na qual o capital lança os trabalhadores ao remunerá-los por produção. É uma ilusão pensar que o trabalhador ganha mais quanto mais cana corta, pois ainda que consiga produzir o dobro de sua capacidade, o salário que ganha continua sendo insuficiente para suprir suas necessidades materiais e garantir a reprodução social de sua família. Na verdade, o pagamento por produção é uma armadilha do capital para o trabalhador, que se ilude ao pensar que é “livre” em seu trabalho, pois trabalha de acordo com suas forças e necessidades, ganhando de acordo com sua produção. Não sabe que ao se imaginar livre para o trabalho, mais prisioneiro do canavial ele se torna. É o caso do Sr. Souza. Cortador de cana dos bons, ele era o “campeão” de sua turma, era o cortador referência para o estabelecimento do preço da cana. Segundo ele, “[...] *se for pra pegar alguém pra trabalhar que nem eu trabalhava, seria difícil para alguém aguentar esse serviço*”.

No corte de cana, tem a cana melhor e cana ruim, a cana ruim é caída e enrolada, já a cana em pé é melhor pra trabalhar, porque aí você trabalha em pé e não abaixado. *Eu não recusava, pra mim, eu pegava qualquer uma, trabalhava mesmo, mas na cana em pé era a que eu tinha mais rendimento*⁶ (grifo nosso).

De acordo com o Sr. Souza, sua média diária de cana cortada girava em torno de 25 toneladas. Mas para atingir essa média, seu comportamento era antissocial e individualista, já que cortava mais cana que os demais, ele se via sempre à frente dos outros: “*eu não gostava de ficar ali conversando, era muito difícil, porque serviço é para trabalhar mesmo, quando eu terminava um já ia e pegava outro no corte da cana, pegava outro eito pra trabalhar*”. A sua postura na turma era de um “supercortador” de cana que só pensava em ganhar mais. “*Todo mundo fala, ele tá se matando e acontece isso ou aquilo, porque todo mundo precisa, mas se eu trabalhar mais eu ganho mais, é lógico, pra mim é bom.*” Porém, o mesmo trabalhador afirma que sempre vai correr o risco de desenvolver algum problema físico devido ao esforço. Tanto que declara seu próprio exemplo, quando disse: “*problema muscular, tendinite, bursite... são os piores tipos de problemas que dá tanto nas pernas quanto no braço, da mesma forma que aconteceu aqui ó (apontando o ombro), esse braço aqui já não é igual mais, mas não teve cirurgia*”.

Você vê, foi um problema que foi se agravando [...] Eu já não tinha mais como me mexer e movimentar ele, então eu torcia ao contrário, e

⁶ Entrevista realizada em Sertãozinho no dia 9 de abril de 2011.

isso foi agravando a doença, inflamou o nervo e foi infeccionando por dentro a parte da clavícula, essa parte do movimento que a gente tem [...] Eu sempre fui um cara trabalhador, nunca rejeitei serviço nenhum, tanto no bom quanto no ruim, mas a gente acaba se acidentando (grifo nosso).

A situação do Sr. Souza, um de nossos primeiros entrevistados, era muito difícil. Ele estava afastado com o diagnóstico de *tendinopatia crônica* no ombro direito desde 2005 com todas as dificuldades em se manter, já que o INSS não reconhece a sua lesão como acidente de trabalho, o que limitava o seu afastamento em meses, para os quais recebia uma espécie de auxílio doença. Após esse período, ficava entre a usina e o INSS, isto é, entre o apontamento da usina que afirmava sua inaptidão para o trabalho e o INSS que afirmava o contrário. O sofrimento e as dores do seu corpo se estendiam à família que encontra dificuldades para garantir sua reprodução material. Para agravar a situação, sofreu um acidente em casa ao cair de uma escada. Ao ficar internado no hospital, foi acometido por uma infecção bacteriana nas articulações do joelho que o impede de andar atualmente. Quando fizemos a entrevista, o Sr. Souza usava uma muleta para se apoiar. Já faz 6 anos que está afastado pelo INSS e tanto ele como a esposa, ao participarem da entrevista, relataram de forma emocionante a difícil situação na qual se encontram, depois que o Sr. Souza começou a apresentar sinais de desgaste físico produzido pelo esforço excessivo no corte da cana.

Podemos assinalar, a partir do depoimento do Sr. Souza, que, se por um lado, a competição impelida pelos usineiros no eito da cana lhe trouxe o status de campeão entre os demais trabalhadores, por outro sugou-lhes a vida, desgastando suas condições físicas e sociais, na medida em que seu corpo foi sendo triturado pelas engrenagens do “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro, representado pela lógica do pagamento por produção.

As situações de adoecimento e desproteção social na qual se encontram diversos trabalhadores que atuam no corte da cana resultam tanto do fato de que a indústria canavieira figura nas estatísticas oficiais do Ministério da Previdência Social como uma das maiores causadoras de acidentes de trabalho do país (SILVA, 2008b), como da prática de subnotificação dos acidentes de trabalho por parte das usinas, que constitui mais uma forma de controle e disciplina dos trabalhadores existente no sistema de pagamento por produção⁷.

⁷ A prática da subnotificação na verdade vem acompanhada de um conjunto de precariedades que atingem a totalidade do viver social dos trabalhadores. Como em muitos casos seus contratos são temporários, isto

A atividade do cortador de cana exige força, destreza e agilidade de todos os membros do corpo, isto é, das pernas, dos braços e principalmente da coluna por causa das inúmeras flexões e movimentos que ele executa durante o período do corte e do amontoar a cana. Tais movimentos decorrem da natureza do processo de trabalho no corte da cana exigido pela usina, segundo as necessidades do ritmo de produção e produtividade do “vapor do diabo” (LOPES, 1978), ou seja, o trabalho do cortador de cana não é só prescrito pela usina, mas também fiscalizado e controlado pelo capital.

Nesse sentido, Francisco Alves destaca que o trabalho no corte da cana não se limita ao exercício da atividade de cortar cana, retirá-la do chão, usando um instrumento de corte, o facão ou “podão”. O trabalho no corte da cana envolve ainda um conjunto de outras atividades que passam pela limpeza da cana, com a eliminação de seu pendão para as usinas, pois não contém sacarose; pelo transporte da cana até a linha central do eito (3ª linha); e arrumação da cana, para o carregamento mecânico (ALVES, 2007).

Nesse sentido, o trabalho no corte da cana é um trabalho extremamente penoso e desgastante porque, de acordo com Maria Ap. de Moraes Silva, ao levantar dados de outras pesquisas feitas com grupo de trabalhadores na região de Piracicaba,

[...] em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos (SILVA, 2008, p.6).

Ademais, as vestimentas utilizadas pelos trabalhadores, se representam por um lado proteção e segurança em relação aos riscos que enfrentam no interior do canavial, por outro trazem um desconforto físico e térmico, desencadeando assim situações contraditórias, ou seja, ao mesmo tempo em que possibilitam maior segurança, limitam

é, por safra, e como o pagamento é por produção, sendo-lhe exigida uma média de tonelada de cana cortada diariamente, muitos trabalham com base em medicamentos anti-inflamatórios para suportar as altas cargas de trabalho que provocam o adoecimento precoce de sua estrutura física, podendo inclusive ocasionar a perda dos movimentos, principalmente dos membros superiores, os mais utilizados durante o trabalho repetitivo do corte da cana. Portanto, para não perderem o emprego e conseguir manter a média de produtividade exigida pelas usinas de modo a garantir o trabalho nas próximas safras, muitos trabalhadores trabalham doentes, suportando o sofrimento diário, com dores e câimbras, por meio de automedicação.

seus movimentos e dificultam sua produção. A essas dificuldades somam-se o desgaste energético e a desidratação rápida ocasionada pela elevação da temperatura do corpo num período de altas temperaturas do ambiente de trabalho, decorrentes tanto do forte calor, em determinadas épocas do ano, quanto das queimadas que antecedem o corte durante a safra. Por isso, todos os trabalhadores entrevistados reclamaram das dores e câimbras contínuas que sofrem no corte da cana. Vejamos o depoimento do Sr. Francisco quando relatou o seu sofrimento com as dores e câimbras.

P - Quando o Sr. cortou mais cana, como se sentiu no final do dia?

R - *Teve uma vez que eu vim embora pro ônibus arrastado pelas mãos dos colegas. E eu tenho um colega aqui que mora em Pontal, juntou ele, o empreiteiro e mais dois e me colocou dentro do ônibus. Eu fiquei três dias em casa.*

P - Por que? O que aconteceu?

R - Eu tive aquela chamada “*canguari*”, pelotas e ânsia de vômito, eu não segurava nada no estômago, nada, nada, nada. A gente tratava isso na lavoura de “*borrado*”. A gente fala ah fulano “*borrou*”! “*Borrou*”⁸ o que... se delatou tudo. Tive que ir pra Santa Casa, ficar lá, tomar um soro, tomar injeção na veia para aliviar. *A cana é desgastante, judiante... A cana queimada e o corte de cana judia muito, muito... Ela exige da força da pessoa...*

P - O Sr. falou em pelota, o que é pelota?

R - São os nervos que fazem aquele caroço no corpo e encolhe tudo. *É câimbra que dá no corpo todo, na barriga, quando a gente faz o movimento. E a pelota dá na barriga, onde é estas partes mais moles e fazem aqueles caroços (grifo nosso)*

Ao descrever o sofrimento e as dores com as quais convivem diariamente os trabalhadores da cana, o Sr. Francisco também relatou as sensações provocadas pelo desgaste e pelo esforço estafante gerado pelo trabalho que degrada e deteriora as suas condições físicas. Assim, ao ser inquirido sobre o que sentia durante o mal-estar no canavial, relatou que dava “*uma situação de frio... gela o corpo. Gelou o corpo, aí pode parar, porque a gente se esforça muito e vai suando e vai bebendo água, tanto que a roupa fica gotejando de água. Então eu senti aquilo, que eu parei, aí já começou: câimbra, câimbra, as vistas escurecendo e tontura, já era a dita pelota começando (grifo nosso).*”

⁸ “*Borrar*” é um termo pejorativo que, segundo a interpretação de Alves (2008), significa defecar nas calças. Designa o trabalhador fraco, que não aguenta o serviço, e também a pessoa covarde, frouxa, que não expõe o corpo por medo. Essa designação é, em geral, utilizada pelos chefes de turma para os trabalhadores que não cumprem as metas estabelecidas e cortam menos que a média de corte, ou são sujeitos a desmaios, câimbras e licenças médicas para tratamento de saúde.

A respeito do pagamento por produção, quando o indagamos se concordava que a forma de trabalho por produção pode colocar em risco a saúde do trabalhador, o Sr. Francisco afirmou:

Concordo sim. Coloca porque colocou a minha. A minha mesmo foi isso aí. Eu tava trabalhando olhando o serviço e não olhando em cima do que eu tava. Eu escorreguei e caí dentro de um buraco de tatu, foi por isso que eu fiquei cinco meses parado. Inclusive teve dias, noite, que eu não aguentava virar de um lado pro outro na cama, eu não aguentava virar. Cinco meses.

Como foi isso?

R- Eu cortei porque os outros cortam a cana queimada junto e assim *quanto mais abraça mais rende né*. No que eu juntei, que eu abracei e cortei, nem imaginava, e virei pra jogar ela na bandeira, eu virei pra jogar e um pé que tava apoiado escorregou na paia da cana e o outro pé escapuliu no buraco de tatu. Aí eu descí com o feixe de cana em cima de mim. Aquele feixe de cana, ninguém sabe quanto tinha, mas devia dar aí uns trinta quilos, e eu não aguentei. *Naquela hora eu senti que minhas pernas esfriou tudo, adormeceu e quando cacei as pernas, não achei*. As forças das pernas não achei. Aí o parceiro que tava do lado: “o que é que foi”? Eu falei: “machuquei minha coluna”. Aí eles me pegaram e levaram pro ônibus. Rapidinho o feitor ligou pra perua, e o encarregado mandou a perua rapidinho. Fui pro hospital ser internado, me aplicaram injeção, tudo. Fiquei cinco meses afastado.

P - E o que o médico falou?

R - Eu não sei o que que é, mas torceu e saiu do lugar... *e devido o corte da cana gerou um desgaste também no osso da coluna*. Eu inclusive botei esse caso na justiça pra ver o que que vira. Olha, raramente a pessoa que tem problema de coluna tem uma proteção, não aposenta, não tem um benefício, não tem nada, que é uma coisa que deveria ter [...] deveria ter alguém pra observar como é um cara travado na roça da coluna... Aconteceu comigo. *Eu não faço mais nem a metade do serviço que eu fazia, por causa da coluna*.

P - Não consegue mais cortar cana?

R - Consigo, mas é aquele ditado, não faz nada [...] *E fazer o que, se pra cortar cana depende da coluna. O cortador de cana depende da coluna demais. Eu tenho colega lá que eu posso pegar e mostrar, trabalha a base de diclofenaco [anti-inflamatório], uma injeçãozinha vermelha pra coluna*. Direto! Eu tenho colegas lá cortando cana junto, que trabalha junto com eles lá, eles tem na bolsa o diclofenaco. O cara as vezes compra até sem receita, porque é aquilo alí que faz ele movimentar (*grifo nosso*).

Com base nesse depoimento podemos verificar que o trabalhador está exposto às condições e ritmos de produção que trazem riscos à sua saúde e degeneram suas condições físicas. A única forma de não ter uma queda em seu rendimento, de suportar as dores, o sofrimento físico e mental no corte da cana, é automedicando-se, o que

acontece em geral com os trabalhadores que são acometidos por alguma doença relacionada ao trabalho, oriunda dos movimentos repetitivos que executam ao cortar a cana.

A causa principal do sofrimento infringido ao trabalhador no corte de cana é o pagamento por produção. Essa forma de remuneração impõe um ritmo de trabalho alucinante no eito do canavial, provocando um conjunto de sintomas que, em verdade, são sinais da degradação da vida e do esgotamento físico do trabalhador. Esses sintomas, segundo (LAAT *et al*, 2008), surgem inicialmente com a sede, fadiga e câimbras intensas, na sequência o mecanismo termorregulador corporal começa a entrar em falência e surgem sinais como náuseas, vômitos, irritabilidade, confusão mental, falta de coordenação motora, delírio e desmaio. A pele geralmente torna-se muito quente e vermelha, às vezes com calafrios mesmo em ambientes quentes. O suor é abundante, até o momento em que surge a desidratação, quando então a pele torna-se seca. Essa é uma fase perigosa, pois a ausência de sudorese não permite adequada perda de calor, colocando em risco a vida dos trabalhadores pela hipertermia grave.

Esse cenário de horror nos permite compreender as condições e os riscos aos quais estão submetidos os trabalhadores no interior dos canaviais, mas que se agravam a partir do momento em que tais trabalhadores imprimem um ritmo de produção muito forte e que pode trazer problemas invisíveis ao seu organismo, mas também provocar acidentes fatais que, por vezes, mutilam e danificam irreversivelmente seus corpos. Podemos identificar, então, uma vida sustentada por anti-inflamatórios que permitem aos trabalhadores amenizarem a dor e o sofrimento desencadeados por lesões na coluna, braços e pernas que se desgastam devido à natureza da produção e do trabalho no corte da cana. São os efeitos deletérios do “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro.

Tal situação, cabe enfatizar, é gerada pelo impulso vital que garante a existência social dos usineiros como personificações do capital. Como a alma do usineiro é a alma do capital, seu impulso vital por mais-valia é impulso vital do capital por valorizar-se de maneira incessante, isto é, absorver a maior massa de mais-valia que puder. Nesse sentido, “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa” (MARX, 1988, p. 180). Em outras palavras, a existência vital dos usineiros depende do quanto suas caldeiras e moinhos são capazes de moer e triturar, isto é, chupar trabalho vivo, desgastar o trabalhador, para garantir o máximo de extração de mais-valia.

Diante disso, tudo leva a crer que o desgaste físico dos trabalhadores canavieiros não é causado apenas pela intensidade de seu trabalho, característico do pagamento por produção, conforme assinalamos anteriormente, mas pela combinação de diversos elementos que se articulam como um todo no processo produtivo da agroindústria canavieira. Assim, a extensão da jornada de trabalho, a remuneração por produção, isto é, “o salário por peça”, e o sistema de produção que integra o corte manual com o mecanizado, impõem ao trabalhador uma situação de autossacrifício e sofrimento permanente, gerando uma situação estrutural de desgaste e adoecimento. Tal situação revela uma condição de trabalho externo ao trabalhador, que mortifica a sua *physis* e arruína o seu espírito. É a condição do trabalho essencialmente precário do cortador de cana, sobretudo quando submetido à lógica do pagamento por produção.

Considerações Finais

Retornando às questões iniciais que orientaram a reflexão deste trabalho, podemos então considerar que a lógica expansionista do agronegócio canavieiro na atualidade não só representa a reposição das estruturas históricas da dependência a partir do aprofundamento das características de uma economia de tipo colonial, mas significa – segundo os dados, informações e depoimentos apresentados anteriormente sobre as condições de trabalho no eito do canavial – uma precarização estrutural do trabalho em face do desenvolvimento capitalista do agronegócio canavieiro no Brasil.

Convém destacar ainda diante desta situação, que mesmo considerando que os trabalhadores canavieiros são “*homens comuns e não ciclopes*” podemos dizer, de acordo com Marx, que há um limite na exploração da força de trabalho, uma vez que “*sua natureza específica limita o seu consumo total pelo comprador*” (MARX, 1988, p. 203). No entanto, apesar da luta da classe trabalhadora para limitar a jornada de trabalho, o que serve apenas como paliativo – dificultando a sede vampiresca do capital por sangue vivo do trabalho –, isso não impede a prevalência da lógica precarizante, ou seja, a “desmedida e o impulso cego do capital por mais-trabalho”. Por isso,

[...] o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa e óleo. Reduz o sono saudável para a

concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto à reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis (MARX, 1988, p. 202).

Portanto, é assim que opera o “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto, conforme nos relataram os trabalhadores que vivenciam cotidianamente a situação descrita acima por Marx. Ou seja, prevalecendo a lógica destrutiva inerente à reprodução do capital, algo evidente nos dias atuais, temos – no caso dos trabalhadores canavieiros – um quadro permanente de precarização e superexploração do trabalho.

Nesse quadro em que o moderno se articula com o arcaico, visando à reprodução ampliada do capital, identificamos que a reestruturação produtiva, operada pelo setor sucroalcooleiro para atender as exigências do mercado externo, buscou instaurar novas bases produtivas de acumulação de capital, de modo a garantir não só a expansão canavieira atual, mas também reproduzir as características estruturais do capitalismo dependente. A consequência desse processo sobre os trabalhadores é que ele gerou uma massa de desempregados, permitindo ao agronegócio – e sua lógica reprodutiva – impor aos trabalhadores canavieiros novas formas de controle e subordinação por meio de políticas de gestão da qualidade que objetivam, na verdade, cooptá-los para o terreno movediço da colaboração.

Assim, por meio do avanço da mecanização da colheita, do pagamento por produção, das novas médias de produtividade exigidas pelas usinas e da intensificação do trabalho, o agronegócio canavieiro lançou os trabalhadores numa corrida nefasta, de luta pela sobrevivência e manutenção do emprego, em que a concorrência entre eles, não só fragmenta a classe, colocando-os uns contra os outros, mas cria as condições que permitem ao capital subordinar o trabalho às suas determinações mais destrutivas (MESZÁROS, 2002). O resultado desse processo, como se sabe, é a liquidação do trabalhador pelo “*moinho satânico*” do agronegócio que ao extrair-lhe a força vital, triturando não apenas os seus músculos e nervos, mas toda a sua existência social cria as condições sobre as quais o agronegócio se expande e se reproduz em escala global na atualidade. É dessa forma que o Brasil se insere no mercado internacional de agrocombustíveis, como um dos maiores produtores de açúcar e álcool na atualidade: triturando suas forças de trabalho e reproduzindo as “estruturas históricas da dependência” de uma economia tipicamente colonial.

Bibliografia

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n.3, p.90-98, set-dez 2006.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro?. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOAS, S.W.V. Contribuição para a discussão sobre as políticas no setor sucro-alcooleiro e as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em www.plataformabndes.org.br. Acessado em 20 de março de 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**. Salvador, v.24, n.spe 01, p.35-57, 2001.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, outubro/2010.

LAAT, E.F. et al. Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em www.plataformabndes.org.br. Acessado em 20 de março de 2009.

LOPES, J.S.L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. – (Coleção Estudos Brasileiros, v.10).

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, J.S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social – Rev. Soc. USP**, São Paulo, 6(1-2), p.1-25, 1994 (ed. junho 1995).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro I, Tomo I e II São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMOS, P; SZMREZÁNYI, T.; RAMOS FILHO, L.O.; VEIGA FILHO, A.A. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília-DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008, 150p. (Textos para Discussão 32).

SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do 'mar de cana e do rio de álcool'. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n.17, 2005.

_____.; MARTINS, R.C. A modernidade da economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. **Revista Lutas e Resistência**. Londrina, n.1, p. 91-106, set. 2006.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do 'mar de cana' e dos laranjais paulistas. In: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.2, artigo 1, abril/agosto 2008. Disponível em www.interfaces.sp.senac.br.

WWF-BRASIL. **Análise da expansão do complexo agroindustrial no Brasil**. WWF-Brasil, Maio, 2008, 46p. Disponível em www.wwf.org.br.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

UM OLHAR DA GEOGRAFIA AGRÁRIA SOBRE JUÍNA - MT: A INTERFERÊNCIA PROMOVIDA PELA AGROINDÚSTRIA RS LTDA – EPP

Aldemiro Antonio da Silva – AJES¹; Ana Leticia de Oliveira – IFMT/UNESP²; Sibeli Fernandes – UNESP³

aldemiro_juina@hotmail.com; analeticia_geo@yahoo.com.br;
sibelifernandes@gmail.com

GT 2 – Trabalho Rural

RESUMO

Por muito tempo a agroindústria foi uma atividade destaca como sendo exclusivamente rural e desenvolvida pelo homem no campo. Porém, após grande inserção das tecnologias e do capital em busca do atendimento do grande mercado consumidor, essa atividade acabou se reconfigurando. Como consequência, observa-se uma reorganização do espaço rural, das relações de trabalho, das atividades produtivas e dos impactos sobre o meio ambiente. Com isso, o presente trabalho se refere à pesquisa relativa às atividades agropecuária e agroindústria desenvolvidas no Município de Juína-MT, uma atividade de grande importância para o país. Todos os processos das fases investigatórias foram direcionados a Empresa RSLTDA - EPP produtora de alimentos de proteína animal, localizada na área rural deste Município, cerca de dois quilômetros da área urbana. Sua relevância é observada tanto pelo número de trabalhadores que emprega, como pelo volume de animais abatidos, sendo o segundo principal destino para abate de animais criados nas propriedades familiares do município. O objetivo central do trabalho é apresentar os resultados da investigação da influência da agroindústria RS LTDA - EPP para o município de Juína, principalmente em termos econômico, social e ambiental, tanto sobre o espaço rural, quanto no espaço urbano.

¹ Licenciado em Geografia pelo Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, Juína-MT, sendo a Geografia Agrária sua principal linha de pesquisa.

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/Cáceres, Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e doutoranda em Geografia pelo PPGG/IGCE/UNESP-Rio Claro, sendo a Geografia Agrária sua principal linha de Pesquisa.

³ Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas e Doutoranda em Geografia pelo PPGG/IGCE/UNESP-Rio Claro, sendo a Geografia Agrária sua principal linha de Pesquisa.

Para isso realizaram-se estudos teóricos a respeito da Geografia Agrária, da agroindústria atual e as transformações do espaço geográfico, além de coleta de dados junto a empresa e à órgãos públicos e estudos de campo. Percebeu-se que a inserção de empresas como a RS LTDA – EPP alteram as relações de trabalho, causam impactos socioeconômicos e ambientais no espaço onde se inserem.

Palavras chave: Geografia Agrária; Agroindústria; Transformações espaciais; Espaço rural.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o setor agroindustrial é responsável por uma parcela econômica significativa e oferece mão de obra em escala mundial. Desta forma, o setor contribui no econômico e para o bem estar da população de cada país. O Brasil é um país que está inserido neste contexto, numa posição privilegiada, sua produção agropecuária, agroindústria, transformações espaciais, espaço rural e industrial é reconhecida mundialmente.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2008 a 2012 o Brasil teve um aumento de 6,5% em seu rebanho bovino, passando de 199,75 para 212,85 milhões de cabeças.

A agricultura também é destaque na economia nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a safra 2013/2014 será elevada para 28, 951 milhões de hectares e atingira o patamar de 88, 172 milhões de toneladas um crescimento 7,4% acima dos anos anteriores (IBGE, 2012). Não se pode desconsiderar a atividade econômica extrativista no Brasil, esta atividade é uma das mais antigas no território brasileiro, a biodiversidade brasileira é extremamente grande e valiosa, porém na economia, não se pode comparar com a pecuária e agricultura amplamente mais atuantes. Este conjunto de fontes produtoras forma o trio que fornece matéria prima para a agroindústria.

Mato Grosso participa com 13,3% na criação de bovinos. Na produção de grãos, o estado passará de 28 milhões para 43,4 milhões até 2020. Dados do Instituto Mato-grossense de Economia e Agropecuária (IMEA/2012). Na produção extrativista o estado só perde para o Pará, que produz em média o equivalente 3.920.627m³, 25,7 % da produção nacional.

Juína está localizada ao noroeste do Estado de Mato Grosso, sendo suas principais atividades econômicas a pecuária, agricultura e extrativismo. A pecuária é a

que mais se destaca, segundo o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), o rebanho bovino Juinense e de 605,17 mil cabeças, e 2,1% do rebanho total de Mato Grosso.

A agricultura no Município é baseada na agricultura familiar, segundo Oliveira (2008 apud BRESCIANI, 2009, p. 16,) entende-se a agricultura familiar como sendo aquela onde a família é responsável pelo empreendimento e por tudo que diz respeito a sua exploração. A agricultura mecanizada ainda é tímida no Município, porém os grandes proprietários sonham com um futuro promissor para o setor. O Município ainda conta com a exploração vegetal e mineral.

Desta forma, a presente pesquisa tem como principal objetivo verificar qual a contribuição da Empresa Frigorífico RS LTDA - EPP para o município de Juína. Levantar questões para que possa contribuir para o bom andamento da Empresa. Fazer uma análise do relacionamento da Empresa e seus trabalhadores. Pesquisar a influência econômica da empresa em Juína.

Neste aspecto, como toda investigação demanda um problema, no processo de elaboração do projeto da pesquisa, surgiu o problema do objeto pesquisado sob o seguinte teor. Será que a empresa contribui para o desenvolvimento de Juína? E se contribui, em que aspecto? Em consonância com os objetivos da pesquisa a tarefa de coleta de dados e informações, realizou-se saídas de campo, entrevistas e outros meios utilizados na investigação. Na estruturação do trabalho discorreu a abordagem da agroindústria no município de Juína e sua relação com os produtores de gado da região, e comércio local.

METODOLOGIA

A escolha do tema se deu, que; ao estudar a disciplina de Geografia Agrária, notou-se que na região a agropecuária é um amplo campo fértil para estudar. O Município tem grande potencial econômico no setor, a presença de grandes fazendas envolvidas com atividades agropecuárias. Fundamentalmente a pesquisa se deu de forma qualitativa, através de levantamentos bibliográficos e estudos de campo.

Dando continuidade foram elaboradas entrevistas e questionamentos realizados com alguns autores importantes nessa temática, definindo-se as informações necessárias a ser coletadas, e conseqüentemente, realizadas investigações no campo para colher informações que consideramos importante no andamento da investigação. Foram 08

(oito) vezes a campo e uma entrevista com um produtor, (propriedade media), e, mais conversa com outros proprietários de propriedades de níveis diferentes, personagens que confirmaram as informações fornecidas pelo produtor entrevistado.

Na empresa houve a necessidade de 05 (cinco) visitas consecutivas para obter as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. E Sindicato, SEMA, e IDEIA, foram feitas três visitas em cada unidade para coleta de informação.

Para atender o andamento da pesquisa duas formas de coleta de dados acompanharam o processo investigativo, uma direta e outra indireta. A coleta considerada direta se deu sobre as informações fornecidas pelas instituições que trabalham no setor, como a empresa RS e produtor.

A coleta de dados indireta foi realizada, junto a sites de órgãos como, IBGE, IMEA, IPEA. A investigação cobrou dois momentos opostos, o primeiro momento estendeu-se por pesquisa bibliográfica, para a compreensão da geografia agrária, buscando entender suas particularidades e características. Ainda buscando entender na Geografia Agrária e o perfil do homem do campo, do pecuarista, como também da agroindústria. Há autores que divergem em seus conceitos, porém convergem no reconhecimento que a Geografia Agrária pode ser entendida como uma área do conhecimento geográfico que estuda as questões relacionadas ao espaço rural, sua população e atividades produtivas.

Seguindo a investigação, adentrou-se no campo investigativo, para entender melhor o processo de produção que norteia a base econômica da empresa RS, analisando cada setor em particular para ter uma visão do que se trata e como se organiza. A influência da empresa no Município e região.

Quanto ao prosseguimento das indagações, desde seu início até o final, o processo seguiu uma ordem proposital, de levar em consideração somente as informações que apresenta algo relevante para a pesquisa, para isso foi feita a análise de cada informação coletada e posteriormente descartadas aquelas irrelevantes.

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO

Neste primeiro momento, propõe-se entender como a Geografia Agrária atua, sendo ela um ramo da Geografia, ciência considerada, uma das mais complexas, que, por muitas décadas despertou a atenção de boa parte dos geógrafos (CHELOTTI E PESSÔA, 2007). Compreender o “(...) o espaço geográfico e o espaço agrário

como um segmento não constitui algo dado e acabado” (MOREIRA E TARGINO, 2007, p. 02), mas sim dinâmicos e em constante transformação.

A partir de então, analisar-se-á também a evolução da agricultura no Brasil e os seus principais estágios. E para finalizar o capítulo será realizada uma breve reflexão sobre os Complexos Agroindustriais no Brasil, como eles se estabeleceram e como reagiram as mudanças tecnológicas até os dias atuais.

Para compreender a geografia agrária devem-se fazer uma retrospectiva no tempo, pois a geografia se preocupa com o homem e a natureza desde sua origem. Sendo a geografia responsável pelo estudo do espaço, sentiu-se a necessidade de analisar as regularidades do homem e sua lógica de distribuição geográfica. Quando se diz em distribuição, ela pode implicar variações no tempo. Desta forma a Geografia tem procurado não só preocupar com o espaço momentâneo, mas também com as transformações espaciais que ocorreram ao longo tempo.

A palavra Geografia tem sua origem na antiga Grécia, onde, “*geo*” representa terra, e “*graphos*” que significa escrever. Assim a Geografia é a ciência que estuda a superfície terrestre através da interação do homem com o meio, indo muito além da simplória descrição do espaço como muitos pensam. Com isso busca analisar a variação dos fenômenos naturais e antrópicos que ocorrem sobre a superfície da terra e todo o espaço geográfico dentro de sua complexidade. Neste aspecto, elencamos a Geografia Agrária, como um ramo da Geografia, que norteará o objeto de estudo aqui discutido.

O conceito Geografia Agrária pode ser definido de várias maneiras, a maneira mais simples de entender o agrário e diferenciar os sistemas de produção agropecuária, e, saber definir estes sistemas, o moderno e o tradicional. Desta forma, estes e os dois conceitos mais apropriados para se entender os sistemas de produção agrícola. Para Ceron e Gerardi (2007, p, 7) “a atividade agrícola (...) se constitui num conjunto de decisões tomadas pelos agricultores, cujo resultado é a produção de alimentos e matéria-prima”.

Na agricultura moderna se emprega uma série de tecnologias, desde a preparação do solo até a colheita. A respeito disso, Teixeira (2005) faz uma alerta, “a verdade é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores tendendo a fortalecer a monocultura”.

Essa não se limita só ao aparato de máquinas, utiliza-se também a biotecnologia, e outros equipamentos que fornece informações pelos sistemas via satélites onde o produtor pode se programar para evitar prejuízos.

Com isso a modernização da agricultura se baseia no aumento de produção, e isso só foi possível, graças à tecnologia. O autor ainda argumenta que com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura” (TEIXEIRA, 2005).

Desta forma, a agricultura moderna se desponta no aumento de produtividade sem a necessidade de ampliação ou incorporação de novas áreas de cultivo. Não se pode ignorar o sistema capitalista que norteia a agricultura moderna, o investimento para a obtenção de um bom resultado é muito alto. Por isso, que atualmente, a forma mais propícia de falar em agricultura moderna se dá através dos Complexos Agroindustriais, pelo que estes utilizam a matéria-prima vinda da agricultura, e ao mesmo tempo envia tecnologia para o campo.

Pode-se considerar que assim se desenvolve um ciclo na agricultura moderna, a agricultura enviando sua produção para as indústrias, que beneficiam esta produção e distribuem aos centros consumidores. E por fim aparece o sistema financeiro que financia todos os sistemas produtivos, então no mundo contemporâneo a agricultura moderna esta inserida em diversos setores através dos complexos agroindustriais.

Já a agricultura tradicional aplica tecnologia ultrapassada e necessita de uma mão-de-obra expressiva, ou seja, o emprego em larga escala, muito diferente da agricultura moderna que utiliza menos esse recurso que a substitui pela tecnologia. Porém, há alguns casos que a agricultura moderna tem que empregar mão-de-obra quase que na mesma proporção da agricultura tradicional, um exemplo é a fruticultura, neste caso seria a colheita da fruta que requer muitos trabalhadores. Ainda assim, esses casos são exceção uma vez que quanto mais tecnologia, menos mão-de-obra será empregada.

Um exemplo mais claro para se entender a agricultura tradicional é a agricultura familiar, que ainda se desenvolve em partes rusticamente como camponesas, e em parte com uma agricultura capitalizada, porém em escala mais reduzida.

Para Cunha (2012), esta é uma categoria que nasceu como uma reivindicação política. No Município de Juína pode se identificar alguns modelos de produção

agrícola que se identifica muito ao sistema de agricultura familiar, já que ao redor da cidade existem os pequenos produtores de alimentos.

Estes possuem características semelhantes ao antigo camponês tradicional (camponês colonial). Para Cunha (2012, p. 03) “com a produção da categoria “agricultor familiar”, nega-se, politicamente, a existência de uma classe camponesa brasileira e das lutas historicamente travadas por ela”. De acordo com o autor ainda existe esta categoria, apenas mudou o nome em decorrência de novas atividades inseridas no setor, uma vez que os mesmos pequenos produtores desenvolvem atividades agrícolas, hoje em partes voltadas para o mercado.

Para compreender a geografia agrária devem-se fazer uma retrospectiva no tempo, pois a geografia se preocupa com o homem e a natureza desde sua origem. Sendo a geografia responsável pelo estudo do espaço, sentiu-se a necessidade de analisar as regularidades do homem e sua lógica de distribuição geográfica. Quando se diz em distribuição, ela pode implicar variações no tempo. Desta forma a geografia tem procurado não só preocupar com o espaço momentâneo, mas também com as transformações espaciais que ocorreram ao longo tempo.

Já, para compreender o espaço, basta olharmos ao nosso redor, pois tudo que existe sobre o planeta ocupa um lugar no espaço, o conceito está presente na geografia geral, com uma definição muito complexa. Nesta concepção Silva (2012), faz menção de vários autores que no âmbito de seus conhecimentos tentam explicar o espaço.

Segundo o autor, Aristóteles foi o primeiro a fazer referência sobre o espaço “(...) onde o espaço era a inexistência do vazio e lugar como posição de um corpo entre os outros corpos” (SILVA, 2012, 01). “O fato de o espaço ser uma construção social não é mais objeto de debates entre os geógrafos, é consenso, o problema é dar uma definição clara do seu significado (SENE, 2004, p. 122)”.

O contraponto entre o consenso e significado está pela sua abrangência abarcando o todo. Para Sene (2004, p. 165) “as relações sociedade-espaço geográfico se materializam não no espaço abstrato, mas no espaço social, ou seja, no lugar”. Desta forma, o autor apresenta um espaço super dinâmico, com suas diferenças entre as relações socioespaciais, tudo e todos envolvem, ou seja, todos estes estão diretamente ligados ao espaço.

Portanto, vale apenas fazer uma análise no poder de controle que o espaço exerce sobre os outros elementos. Corrêa (1991) determina sobre esse assunto colocando que o espaço geográfico é fragmentado e articulado; reflexo de condição

social; e campo simbólico de lutas. O autor está referindo especificamente ao espaço urbano, mas se olharmos para todo o conjunto, percebe que esta condição espacial não se limita só aos seres humanos e suas atividades, se estendem também aos elementos naturais como as paisagens vegetais e animais que nelas vivem e ocupa um lugar no espaço. Assim, o espaço é mutável, e, esta em constante transformação.

Mato Grosso é uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado na região Centro-Oeste do Brasil. O estado faz fronteira ao Norte com Pará e Amazonas, ao Leste; Goiás e Tocantins, ao Sul com Mato Grosso do Sul e a Oeste com Rondônia e a Bolívia. Mato Grosso ocupa uma área de 903.366 km² e é o terceiro maior estado brasileiro, possuindo 141 municípios, e uma população que atingiu o patamar de 3.035.122 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) com dados levantados no Censo Demográfico de 2010.

Cidades do estado que concentra as agroindústrias de Mato Grosso, são as principais do Estado, de acordo com Oliveira e Santos (2011, P.3) “em Cuiabá, estão instaladas as seguintes empresas: Ceval Ltda., Encomind S/A, Sementes Maggi Ltda. e Sperafico S/A. Em Rondonópolis, Ceval Ltda. e Adm. S/A”.

A pecuária é outra atividade econômica que se destaca no Estado, pela dimensão espacial ocupada por rebanhos bovinos. Para o Imea (2010, p. 03), o rebanho bovino de Mato Grosso poderá aumentar em 22%, até 2020, passando de 27,2 milhões para 33,9 milhões de cabeças, o gado de abate passará de 4,1 milhões para 8 milhões. Na figura abaixo mostra a integração da lavoura com a pecuária.

Figura 1 - Fazenda Paraíso á 45 km de Juína



Fonte: SILVA, Aldemiro Antonio, 2013.

Em Juína, a agroindústria ainda é muito tímida, porém promete para muito em breve ser um dos municípios com repercussão estadual e nacional. A produção da soja pode ser uma opção para os criadores de bovinos, substituindo a pastagens pela leguminosa.

ATIVIDADES DA AGROINDÚSTRIA EM JUÍNA-MT E AS COMPLEXIDADES QUE GERA

A empresa RS LTDA - EPP é Juinense a segunda maior empresa em processamento de proteína animal no Município de Juína. Estão presente em dois municípios do estado de Mato Grosso, a sede Matriz em Juína e uma filial em Aripuanã/MT. A empresa abastece o mercado local, atende parte do estado de Mato Grosso.

O sucesso da empresa RS LTDA - EPP se deve pela seriedade e qualidade de sua produção e a dedicação dos seus colaboradores que tem sustentado o espírito empreendedor. No momento, a empresa sai na frente como uma das maiores empresas do município processadoras de alimentos de proteína animal.

Portanto a empresa é uma agroindústria esta se despontando para o sucesso não só a nível local, mas nacional.

Destaca-se ainda, que apesar de não, sozinha um complexo agroindustrial, ela compõe esse setor juntamente com muitas outras pequenas e médias agroindústrias presentes no estado. Isso porque sua organização se dá em moldes semelhantes aos grandes complexos presentes em todo o país.

As características de uma empresa que trabalha com matéria-prima vinda do rural, denominadas empresas agroindustriais, costumam ser fortemente marcadas por dois elementos, estando diretamente ligada às duas modalidades de atividades econômicas, rural e urbano. “Esta dinâmica encontra referência até na terminologia adotada para representar estas organizações agroindustriais como simbologia distinta daquelas anteriormente denominadas como Empresa rural” (CALLADO, 2009, p. 20).

O objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica agroindustrial no município de Juína e sua interferência socioeconômica sobre esse. Como já dito, Juína passou por várias fases econômicas desde seu início. Atualmente a economia do

Município está centralizada nos setores de comércio e serviços, a diversificação de mão-de-obra corrobora na economia local.

Desta forma, a empresa RS LTDA - EPP está inserida no contexto agrário dentro do Município de Juína, a história da empresa e sua organização podem ser contados pelo empresário proprietário da empresa. A figura abaixo é o prédio da RS LTDA – EPP.

Assim se inicia uma longa história desta família no contexto histórico no Município de Juína, segundo o empresário, quando aqui chegou sua família iniciou suas atividades em trabalhos na extração de madeiras no ano de 1982. A Madeireira Verdam, que foi construída nas proximidades do Rio Perdido, Setor Chácaras.

Com a decadência da Madeira, a família mudou de atividade, passou a investir na pecuária e mais tarde na mineração, no ano de 2001, o senhor Roberto fala que “comecei no ramo da carne, já são 12 anos no ramo da carne, e em 2003 eu inaugurei esta unidade aqui em Juína, e em 2011 adquiri uma em Aripuanã, então nos estamos já há muitos anos envolvidos na região. No comércio, temos boas expectativas com relação a nossa região para o futuro, todos os investimentos nossos são voltados para essa região. E todo crescimento que nós iremos fazer são aqui. É aqui que pretendemos investir”.

Figura 2 - Sede da empresa RS LTDA – EPP



Fonte: SILVA, Aldemiro Antonio, 2013.

Isso demonstra que possivelmente, esses investimentos a que se refere, influenciarão diretamente a estrutura socioeconômica do município. Seja em aumento produtivo ou emprego de mão-de-obra, conseqüentemente irá aumentar a circulação de capital.

Esta pesquisa, a princípio objetivou fazer uma análise na geografia agrária no Município de Juína, tendo como principal objeto analisar a interferência promovida pela agroindústria no município. No período de escolha do objeto a ser pesquisado, surgiu varias opções, portanto a empresa RS LTDA - EPP nome fantasia Frigorífico Juína foi contemplada pelo projeto, por ser uma Empresa de Pequeno Porte, que atua no setor agroindustrial no município, com perspectivas de crescimento.

A empresa RS LTDA - EPP esta dividida por diferentes departamentos funcionais “(...) na aplicação de vários tipos combinados de departamentalização a fim de obter no Máximo rendimento da organização” (CHIAVENATO, 1993, P. 353). Assim cada setor desempenha uma função, observe a Figura 3.

O processo de produção se inicia a partir do momento que os animais chegam ao curral de espera, a carência e de doze horas para o animal recuperar do stress sofrido durante a viagem, enquanto aguarda no repouso o animal passa por um processo de higienização. Após esse período o animal e levado para o Box de atordoamento e sacrificado.

Figura 3 – Sessão de embalagens de miúdos



Fonte: SILVA, Aldemiro Antonio, 2013.

Desta forma, a empresa RS LTDA - EPP leva para a comunidade Juinense e parte do estado de Mato Grosso, um produto de qualidade. Desempenhando um papel importante na sociedade e na economia local e estadual.

Quanto a influência da RS LTDA – EPP, a distribuição de sua produção chega a todos os mercados da cidade que possuem açougues. Quanto à classificação das empresas do setor de indústria, a RS LTDA - EPP enquadra nas normas da classificação do Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Segundo a instituição a empresa de médio porte especifica-se com um quadro entre 100 a 499 funcionários.

De acordo com o empresário, a empresa RS LTDA - EPP emprega 147 funcionários diretos, distribuídos nos diversos setores, conforme relatos da própria empresa a cada dois empregos direto geram mais dois indiretos, assim perfazendo um total de 294 empregos.

No período de coleta de dados, a investigação ocorreu em várias propriedades rurais, nos três níveis, pequena, média e grande propriedade. No entanto, a prioridade das indagações do trabalho é saber como que os pecuaristas se relacionam com os compradores de bovinos no município, especificamente os frigoríficos.

A propriedade escolhida pela pesquisa foi o (*Sítio das Paineiras, Linha 05, 125 hectares*), este localizado a 5 km da cidade de Juína, atualmente o sistema de produção da propriedade e cria, cria e engorda (Figura 4). A propriedade mantém aproximadamente 200 cabeças de matrizes da raça Nelore, segundo o pecuarista, proprietário, a produção de seu rebanho é vendida a outros criadores que trabalham com engorda e confinamento ou cria e cria, venda ou revenda e depois destinado aos frigoríficos locais o que favorece ao pequeno produtor através da continuação da cria e cria do rebanho.

Portanto em unanimidade os produtores de bovinos ressaltam a importância da agroindústria no município, em específico em época de baixa no preço do boi, aí entra a concorrência entre os abatedouros. Nos três níveis de propriedade predomina o sistema de cria, cria e engorda venda ou revenda ou vende direto para os frigoríficos locais, sendo essa a forma que norteia a criação bovina destinado ao abate.

Figura 4 – Sítio das Paineiras Lote 23 seção H Linha 05



Fonte: SILVA, Aldemiro Antonio, 2013.

Outro fator que contribui para o crescimento das empresas é a estrutura urbana da cidade de Juína, como também de outros municípios. Nos últimos anos a ocupação espacial nas cidades teve um avanço considerável em investimentos na infraestrutura, novos bairros foram formados, ruas e avenidas foram pavimentadas. Com a pavimentação asfáltica da BR-170, estreitou acordos comerciais com os demais municípios.

Conforme o empresário da Agroindústria em estudo, a produção desta unidade atende o serviço de inspeção estadual, o que permite a venda total de seus produtos e subprodutos dentro do estado de Mato Grosso. A capacidade de abate da unidade varia entre 250 a 300 cabeças diárias. A matéria prima destinada a esta unidade vem de 100 a 150 propriedades espalhadas na região. Os municípios que recebe os produtos são Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Brasnorte, Tangará da Serra, Sorriso e Rondonópolis.

A estrutura rural do município de Juína também possibilita as condições de estabilidade favorável da empresa RS LTDA - EPP, as propriedades que praticam atividades agropecuárias, segundo o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea/MT) formam um total de 2129 áreas exploradas, sendo 2093 produtores de bovinos. Na atividade pecuária totalizam-se 1896 proprietários e 1985 propriedades, contado, pequeno, médio e grande produtor. Isso confirma que a maioria

das terras Juinense pertence a um número pequeno de pessoas, predominando o sistema de latifúndio no município.

O município tende a fortalecer cada vez mais o setor, com políticas voltadas para agropecuário. Grandes pecuaristas estão envolvidos com esta atividade na região, além de grandes empresários, os políticos locais possuem influência decisiva constituindo assim um alicerce para a organização e produção na criação de grandes rebanhos bovinos.

No contexto histórico do município de Juína, vale ressaltar que a agroindústria esteve por muito tempo ancorado no agroflorestal, com inúmeras madeireiras desenvolvendo atividades que outrora manteve a economia estável no município. Com a redução das atividades madeireiras e a chegada de novas atividades agroindustriais de origem agropecuária o setor fortaleceu gerando mais emprego e renda para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a contribuição da agroindústria no município de Juína, especificamente a empresa RS LTDA – EPP, localizada nas proximidades da área urbana de Juína/MT, percorreu pelos diversos segmentos da sociedade Juinense em busca de informações sobre os impactos econômicos que agroindústria produz no município. Com o desfecho da investigação foi constatado a influência da empresa agroindústria RS LTDA - EPP nos aspectos econômico e social no município de Juína e região. Vale ressaltar a abrangência espacial da empresa em seu campo de atuação.

Como a agroindústria é à base deste trabalho, cada ano que se passa, Juína e região ensejam aspecto promissor nesta atividade econômica, a condição favorável se explica nas informações levantadas por esta pesquisa. Com a classificação das propriedades em níveis, pequena, média e grande propriedade, facilitou a compreensão do relacionamento entre compradores e produtores.

Para a compreensão da influência do campo de atuação da agroindústria RS LTDA - EPP no município de Juína percorreu a princípio a necessidade dos indicadores para a identificação de elementos que embasasse a investigação. Verificou-se ainda, que a empresa atende todo o comércio da cidade e outros municípios do estado de Mato Grosso.

A análise que determinou a veracidade real da influência da empresa RS LTDA – EPP foram tais como número de informantes, e informações colhidas na fonte, que no período do processo investigativo realizou-se através de pesquisa de campo, entrevistas. Diante do exposto a influência da agroindústria RS LTDA - EPP no município torna visível por estas características.

Posteriormente a análise conclui-se que, a informação contida neste estudo pode ser utilizada para futuros estudos relacionada ao tema. Portanto este recolhimento de dados para confeccionar esta pesquisa, não pode ser utilizado como fundamento ou apoio definitivo, devido à mitigação das partes investigadas no período do processo investigativo. Desta forma, é inevitável a produção de novos estudos que produza uma série de conjunto histórico acerca do tema. Recomendam-se ainda novos estudos do tema, com maior a profundidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRESCIANI, Dério Garcia. **A agricultura familiar no município de Juína**: “uma análise de caso dos produtores da APROFEJU. Disponível em: <www.ajes.edu.br>. Acesso em 05. De out. 2013.

CALLADO, Antonio José Cunha. **Agroegócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

CERON, Antonio Olívio; GIRARDI, Lucia Helena de Oliveira. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. **Campo-Terrítório**: revista de geografia agrária, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev., 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11799>>. Acesso em 10 de out. de 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral de administração**. 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**: Notas Teorico_Metodologicas. no 2º. Simposio de Geografia Urbana da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio Claro, SP, 21 a 25 de outubro de 1991.

CHILOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Re) visitando a geografia agrária de Raymond Pébayle: interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. **Campo-Terrítório**: revista de geografia agrária. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11826/10573>>. Acesso em 09 de out. de 2013

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Mato Grosso**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acesso em 02 de Nov. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico>>. Acesso em 05 de out. de 2013.

IMEA - Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária - 2010, **Projeções para Produção Agropecuária em Mato Grosso**. Disponível em <<http://www.imea.com.br>>. Acesso em 13 de out. de 2013.

INDEA. Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. **Unidade Regional de Juína/MT**. Disponível em: <<http://www.indea.mt.gov.br/html/index.php>>. Acesso em 15 de out. de 2013.

OLIVEIRA, Ana Leticia de; MIORIN, Vera Maria Favila. **A influência dos complexos agroindustriais na dinâmica das espacialidades locais**. Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 109-115, 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br>>. Acesso em 12/10/2013.

SEBRAE. **Critérios de Classificação de Empresas: EI - ME - EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em 03 de Nov. de 2013.

SILVA, Kuhn Rodrigo. **A evolução do conceito de espaço geográfico**. Programa de pós graduação em geografia (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em. <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>>. Acesso em 06 de out. de 2013.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto: Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Três Lagoas-MS, V 2 - n.º 2 - ano 2, Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br>>. Acesso em 07 de out. de 2013.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

Gênero e trabalho: a participação das mulheres na organização do MST

Lenina Vernucci da Silva, pesquisadora junto ao Núcleo de Estudo de Gênero de
Araraquara - Negar.

Flávia Fernanda Benetti Castro, do grupo de extensão "Justiça e Gênero" de Catanduva.

leninavernucci@hotmail.com

flaviabenetti@gmail.com

GT 02 – Trabalho Rural

Resumo:

A partir do Encontro Nacional do MST em 2000, o Movimento passa a problematizar as relações de gênero dentro da sua estrutura organizativa com a criação do Setor de Gênero. Passados catorze anos, é realizado o VI Congresso cujo lema é a luta pela “Reforma Agrária Popular” com a intenção de ampliar o diálogo junto à classe trabalhadora do campo e da cidade. O projeto agrário busca contrapor o modelo capitalista do agronegócio propondo uma alternativa de agricultura que, em suma, estaria voltada para satisfazer as necessidades do povo brasileiro. Desta forma, o Movimento visa reforçar seu caráter anticapitalista. Nesse sentido, cabe questionar qual o papel do Setor de Gênero na contribuição e na construção desse projeto agrário. Cabe, também, questionar a funcionalidade de tal Setor nas atividades equitativas da distribuição de tarefas para militantes de cada gênero. Para tanto, será feita análise das cartilhas e dos documentos produzidos pelo Movimento, em especial os do último Congresso, além das referências bibliográficas que tratam do assunto em foco. Em diálogo com tal estudo, há, também, o contraponto estabelecido pela observação empírica da estrutura organizativa realizada no Congresso supracitado.

Lenina Vernucci da Silva, mestra em Ciências Sociais pela Unesp de Araraquara, membro do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro e membro do Núcleo de Ação pela Reforma Agrária. Atualmente é pesquisadora junto ao Núcleo de Estudo de Gênero de Araraquara - Negar.

Flávia Fernanda Benetti Castro, advogada, pesquisadora no Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia, membro do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro e, atualmente, é membro do grupo de extensão "Justiça e Gênero".

Introdução

Em 2014, entre os dias 10 e 14 de fevereiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - um dos maiores movimentos sociais do mundo, realizou, em Brasília, o seu VI Congresso e comemorou, com grande êxito, seus 30 anos de organização, lutas e conquistas em torno da temática agrária no Brasil. A marca deste congresso foi o compromisso de construir a reforma agrária popular e, portanto, reforçar o caráter revolucionário do Movimento e ampliar a união com as lutas na cidade. A participação das mulheres também foi tema de destaque, tendo nesse espaço, de forma inédita, uma mesa sobre o tema.

O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de inserção da temática de gênero no interior do MST e as mudanças realizadas em seu último congresso. Para isso faz-se necessário conhecer um pouco sobre esse Movimento e suas lutas, bem como as questões que permeiam o debate sobre mulheres, feminismo e gênero.

1 MST: 30 anos de luta pela terra no Brasil

A trajetória do MST é muito estudada no Brasil (Stédile; Fernandes, 1996; FERNANDES, 2000; Morissawa, 2001), afinal, o Movimento tem se destacado como o principal sujeito de luta pela terra no país desde sua formação em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná, portanto, faremos um breve esboço de sua trajetória.

Herdeiro das Ligas Camponesas e de outros movimentos que o sucederam tal comosegundo Stédile (apud STÉDILE, FERNANDES, 1996), uma “memória histórica sempre presente”, o MST surge no início dos anos 80 a partir da conjuntura socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970 e da conjuntura política do processo de fim da ditadura militar que havia colocado os movimentos sociais na ilegalidade (além da perseguição, assassinato e exílio das lideranças).

A gestação do Movimento tem relação direta com os trabalhos da Igreja Católica e Luterana por meio da sua ala progressista, a Teologia da Libertação, cujos trabalhos, ainda durante a Ditadura Militar, nos anos 1970, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e suas pastorais, agregaram as lutas dos pobres do campo apesar da repressão

da ditadura (STÉDILE, FERNANDES, 1996; FERNANDES, 2000). Ao promover espaços de socialização política, reflexões em torno da política econômica da modernização do campo e organizando os trabalhadores, a Igreja possibilitou o surgimento, ainda embrionário, da luta pela terra, promovendo as primeiras ocupações, ainda nos anos 70 (em 1979 em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul).

Os anos de 70 e 80 foram responsáveis pelo processo de modernização da lavoura e o Sul do país sofreu de forma intensa com a introdução da soja. Essa mecanização da lavoura levou à expulsão das terras um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras, que não tinham como se deslocar para as cidades – estas estavam vivenciando a crise da “década perdida” – então suas opções era a resistência no campo ou a luta pela terra em alguma outra região. Para Stédile (1996, p. 17) “É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive”, mas é possível, segundo o autor, identificar o surgimento do Movimento em mais de um lugar. O MST é a herança direta de vários outros movimentos sociais e da ideologia compartilhada com a Teologia da Libertação. O marco do seu surgimento é o I Encontro Nacional ocorrido em Cascavel, que buscou agregar as diversas experiências que estavam ocorrendo no país. A Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, ocupação realizada em 1981, foi um marco do nascimento do MST.

De 1984 até o presente momento, foram várias ocupações de terra, construção coletiva de escolas, assentamentos, mobilizações políticas e atos em defesa da reforma agrária e da soberania alimentar.

São conquistas de uma luta coletiva na qual muitas pessoas também perderam sua vida, seja no dia a dia da violência do latifúndio, seja em massacres mundialmente divulgados, como o caso de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. É assim que o MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária: fazendo a luta pela terra e afirmando, em suas iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e para o país (CALDART, p. 208).

Nesse novo projeto, as mulheres cumprem um papel fundamental e sua inserção no movimento trouxe as transformações na maneira de agir do mesmo.

2 As transformações na forma como se compreende as questões de gênero dentro do Movimento

Releva observar que, após a contextualização geral do movimento, a organização das mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST deu-se de diferentes formas ao longo de sua história. Por via de consequência, cada abordagem à participação política e atuante das mulheres dentro de todas as instâncias organizacionais e deliberativas - *além dos processos de enfrentamento nas ocupações* -, foi pautada na conjuntura da época em que tal questão entrava em debate, concomitantemente às demandas feministas. Sendo assim, podemos afirmar que a participação das mulheres no MST é fruto de um processo dialético, imbuído de contradições e complexidades (GONÇALVES, 2009).

Em 1980, ainda nos primeiros passos do MST enquanto movimento social foi organizada pelos militantes uma Comissão Nacional de Mulheres, cuja pauta era a necessidade da existência de grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado e, também, o fomento por parte das lideranças para que esses grupos viessem a se organizar. Nota-se que esse primeiro encaminhamento abordava o substantivo *mulheres*, tratando do sexo feminino aquém das questões e problemáticas de gênero. A fim de contextualizar com a história do movimento feminista em atuação da época, que estava sob a égide da segunda onda, cuja pauta principal era o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos (GONÇALVES, 2009). Em essência, ainda que Simone de Beauvoir em 1949 no “O segundo sexo” já tivesse feito a distinção entre a construção do “gênero” e o “sexo dado”, as demandas dos movimentos sociais - *feminista e pela reforma agrária* - abrangiam, em síntese, a questão da mulher e não de gênero. Essa distinção é fundamental, visto que gênero, segundo Scott (1990) implica em relação, portanto aborda também questões relativas à masculinidade e a construção do poder do macho.

Anos mais tarde, em 1989, surge a primeira edição das Normas Gerais do MST, cujo capítulo “Articulação das Mulheres” apregoa o combate à todas as formas de machismo exercidas dentro do movimento e, para além, alerta-se para a necessidade da criação de uma comissão de mulheres a nível nacional. As questões de gênero ainda não haviam aparecido nas pautas.

Foi nos anos seguintes à 1990 que, em concomitância ao protagonismo da terceira onda do feminismo que abarcava em sua luta o olhar sob as questões de etnia,

raça e classe social, o Movimento deu início à criação da frente de massa “Coletivo Nacional de Mulheres do MST”. Detalhadamente, em 1993, com a redação do Documento Básico Nacional de Mulheres do MST, passou-se a “considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero” em seu artigo 45. Adiante, no artigo 152, o Documento frisa a importância de “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e, sobretudo, estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês” (GONÇALVES, 2009).

Dentro dessa perspectiva de classe e de divisão social do trabalho é que a legislação interina do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), editou a Portaria nº 891 de 2003 que regulamenta a titulação conjunta da terra. Entretanto, sob a ótica da divisão sexual do trabalho é que surge a primeira problemática que culmina na atuação de tal instituto com fulcro no Estatuto da Terra de 1964 e não da Portaria supracitada.

Ocorre que, a Constituição Federal de 1988 prevê que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais frutos da reforma agrária, farão jus à duas espécies de titulação. A primeira, denominada “Contrato de concessão de uso (CCU)”, transfere o domínio em caráter provisório, apesar de assegurar aos beneficiários o acesso aos créditos disponibilizados pelo Incra e pelo governo federal. A segunda espécie, sucessora da primeira, denomina-se “Título de domínio”, transfere o domínio para o titular da terra em caráter definitivo, assim que forem pagas vinte parcelas anuais por parte dos beneficiários, além de demonstrado o cumprimento das condições de cultivo da terra. Pois bem, o título da terra será concedido em nome daquele que cumpre com a anuidade das vinte parcelas exigidas e, sendo o homem o responsável pelo trabalho remunerado no roçado, na pesca e das outras atividades do campo, é ele quem acaba vertendo as contribuições anuais. A mulher, por exercer, historicamente, o chamado “trabalho invisível” consistente nos afazeres domésticos, não tem o retorno monetário como forma de comprovar a possibilidade de pagar pelo “Título de domínio”. Sendo assim, o título da terra, ao invés de sair em nome do casal como prevê a Portaria nº 891 de 2003, sai no nome daquele que é capaz de adimplir com as parcelas exigidas pelo Incra, ou seja, em nome do homem. Dados fornecidos pelo Ministério da Reforma

Agrária do Brasil¹ revelam que apenas 12% das terras de assentamentos do país estão em nome de mulheres.

Retornado à linhagem histórica da organização das mulheres dentro do MST, foi em 1995 que ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais cuja pauta reivindicou direitos já garantidos às trabalhadoras urbanas, como o salário-maternidade, por exemplo. Em 1996 surge, então, a primeira cartilha elaborada pelo Coletivo Nacional de Mulheres, frente de massa que surge em 1993. Entretanto, foi em 1998, na segunda cartilha que surge o título “Compreender e construir novas relações de gênero”, surgindo, finalmente, a substituição da palavra *mulheres* pela palavra *gênero* (GONÇALVES, 2009). Sendo assim, foi no Encontro Nacional do MST, em 2000, que, após o entendimento de gênero enquanto conjunto de construções sociais e atribuições culturais que diferenciam o ser mulher e o ser homem, é que se estabeleceu a criação do **Setor de Gênero**, o maior objeto de análise do presente artigo. Foi atribuído a tal Setor o dever de promover formações, elaborar atividades e construir oportunidades objetivas para a constante discussão sobre a questão de gênero dentro do Movimento.

Entretanto, antes de contextualizarmos os compromissos assumidos no VI Congresso, vale realçar o alcance da criação do Setor de Gênero no interior do Movimento. A desconstrução acerca do papel da mulher sem terra é um obstáculo a ser superado, tendo em vista o seu papel político dentro das instâncias deliberativas e atuante nos espaços de enfrentamento, para além da simples redução de seu papel em acompanhante do homem militante ou em companheira que limita-se, apenas, às tarefas domésticas dos acampamentos, assentamentos e congressos, rompendo, definitivamente, com a cultura da naturalização dos papéis. Nesse vértice, o Setor de Gênero vem para denunciar e combater a dupla opressão exercida sobre a mulher sem terra: a do capital e a do machismo.

A ponto de adentrarmos no tópico sucessivo elaborando a correlação entre a atual abordagem do MST quanto às questões de gênero e seu novo programa agrário que reforça seu caráter anticapitalista, apenas para ilustrar as demandas do Setor de Gênero, cabe explicar as principais linhas políticas que tal Setor vem abarcando:

a) luta pela garantia de que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra serão em nome do homem e da mulher;

b) obrigatoriedade de que todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, tenham 50% de participação de homens e 50% de mulheres;

¹ Disponível em: <www.incra.gov.br>

c) a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;

d) garantia de que as mulheres serão sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;

e) combate à violência doméstica; entre outras.

3 Compromissos assumidos no VI Congresso

O VI Congresso do MST aconteceu no estádio Nilson Nelson, em Brasília, e contou com a participação de mais de 10 mil militantes do Brasil inteiro oriundos de 23 estados, além de delegações vindas de diversos países da América Latina, Europa e África. Sua realização mobilizou recursos de todos os assentamentos e acampamentos, que suas montaram barracas para divulgação de seus produtos e suas lutas. O lema **Lutar, Construir Reforma Agrária Popular** foi deliberado por mais de 300 dirigentes na reunião da Coordenação Nacional do Movimento e assumido em tom de comprometimento pelos milhares de participantes presentes.

O programa Agrário que compreende o período de 2014 à 2019, apresenta as bandeiras de luta, análise do modo de produção capitalista e a questão da terra no país. Em suas 54 páginas, as questões relativas às mulheres e de gênero aparecem como temas transversais em diversos momentos e como especificidade no trecho em que são apresentados os fundamentos da Reforma Agrária Popular, junto com os direitos sociais taxados.

Os participantes ficaram acampados durante todo o período do congresso, revezando as atividades para o cuidado com a estrutura e a programação que contou com uma carga de palestras, atos, assembleias e reuniões. Para tanto, foram formadas brigadas de trabalho para manutenção dos banheiros, realização da mística (momento de celebração inicial), limpeza, segurança e a ciranda (espaço dedicado às crianças).

Durante a realização do congresso, o movimento teve a preocupação constante em distribuir as tarefas de forma equitativa entre os gêneros: desde a condução das plenárias e das místicas, até a cozinha e a segurança. Por ser realizado em um espaço aberto, no entorno do estádio supramencionado, a vivência coletiva era intensa: as barracas ficavam próximas às coberturas, os banheiros que foram montados eram divididos entre mulheres e homens, mas eram de uso coletivo e as cozinhas eram separadas pelos estados que compunham o movimento.

Na cozinha notava-se a participação de ambos os gêneros, principalmente na preparação do almoço. Lavar a louça era função individual: cada militante era responsável por seu prato, talheres e copos. Não foi percebido se houve algum acúmulo de tarefa por parte das mulheres em relação à louça, mas era notável que eram elas as responsáveis pela alimentação de seus filhos.

O banheiro apresentou alguns problemas de estrutura. A captação de água da caixa foi improvisada por meio de canos, e era constante a falta de água em determinados horários (intervalos das atividades, principalmente no entardecer) em que sua utilização era maior. A discussão de gênero sobre a divisão de feminino e masculino para banheiro é problemática: há movimentos que defendem sua permanência e outros que defendem a criação de um terceiro banheiro, para aquelas pessoas que não se identificam com nenhum gênero (não-binárias) ou – em uma polêmica maior – para pessoas transexuais e travestis. Apesar de se reconhecerem enquanto um gênero específico (mulheres trans se reconhecem como mulheres) a utilização do banheiro para aquelas que não passaram pelo processo de cirurgia é ainda um tabu. No congresso estavam presentes três travestis² que relataram essa dificuldade.

Apesar da preocupação do movimento, as tarefas relativas à segurança não conseguiram agregar a participação das mulheres de forma efetiva. No terceiro dia do Congresso, aos treze dias do mês de fevereiro, houve um ato em Brasília que consistiu na marcha dos militantes por nove quilômetros percorridos, cuja segurança foi composta por cerca de 80% de homens a frente. Seriam as mulheres menos preparadas para lidar com essa situação ou o recado passado pelos coordenadores para os estados não havia chego? Haveria receio por parte das mulheres em participar nesse sentido ou por parte dos homens em confiar ou mesmo receber ordens do sexo oposto? A necessidade de tais problemáticas não é fato isolado, pois está inserida dentro de uma alavanca de novas pautas trazidas pelo VI Congresso.

Foi, no entanto, na mesa do segundo dia do referido Congresso Nacional do MST, que o debate trouxe à baila a eficácia do **Setor de Gênero** enquanto comprometimento do Movimento para além da simples alteração da nomenclatura de *mulher* para *gênero*. Passa, então, a problematizar a sistemática organizacional e a funcionalidade de tal Setor nas atividades equitativas da distribuição de tarefas para militantes de cada gênero. Compuseram a mesa Conceição Dantas, da Marcha Mundial

² Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/node/15752>>

das Mulheres (MMM), Adriana Mesadri, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e Nivia Regina, do MST³.

Sobreleva apontar, que as questões aqui levantadas – entre tantas outras – precisam ser pensadas junto ao denominado Setor, em concomitância ao movimento de mulheres e feministas atuantes que possuem em sua estratégia a mesma ideia de uma nova sociedade.

4 Conclusão

Após 30 anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme relatado, foi no VI Congresso, realizado entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, especialmente no segundo dia, que houve mesa para debates sobre a questão de gênero que, vale expor, perpassou a discussão acerca da violência doméstica e da competência da mulher para ocupar os espaços de luta e de elaboração da política interna. Para além, ampliou a reafirmação da importância de sua presença no enfrentamento da atual conjuntura agrária brasileira inserida dentro de um processo dialético, qual seja: o espaço de luta oferecido pelo Movimento muda a mulher e sua percepção de mundo, enquanto, por sua vez, a presença ativa da mulher dentro do Movimento o modifica.

Com todas as dificuldades, inerentes a nossa inserção no mundo – que é desigual, competitivo, machista e homofóbico – os movimentos sociais atuam na construção do novo ser, como princípio educativo para a formação mais humana e igualitária de seus membros e no enfrentamento das injustiças, rumo ao socialismo – bandeira última do MST.

5 Bibliografia

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 207-224.

³ Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2014/02/13/reforma-agraria-popular-depender-da-luta-das-mulheres.html> >

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Renata. *(Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST*. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, 2009, p. 198-216.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <www.incra.gov.br> Acesso em 13 maio 2015.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta Pela Terra e o MST*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <mst.org.br> Acesso em 20 maio 2015.

Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/node/15654>> Acesso em 12 maio 2015.

Programa Agrário do MST. *Lutar, construir Reforma Agrária Popular*. 1ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

Reforma Agrária Popular depende da luta das mulheres. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/02/13/reforma-agraria-popular-depende-da-luta-das-mulheres.html>> Acesso em 12 maio 2015.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99.

Sem Terra LGBT luta por uma sociedade sem preconceitos. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/node/15752>> Acesso em 20 maio 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

CAMINO A UNA TRANSFORMACIÓN RURAL INDÍGENA, EN LA COOPERATIVA JOL WITS, OXCHUC, CHIAPAS, MÉXICO.

Manuela de J. Solano Calvo¹, Alex M. Tello López², Manuel de J. Morales

González³Pedro Pablo Ramos Pérez⁴.

Universidad federal de Sao Carlos (UFSCar)^{1,2}, Instituto Tecnológico de Comitán (ITC)

³, Universidad Autónoma de San Luis Potosí⁴

sola-flores@hotmail.com; mauri_tello_91@hotmail.com; moralesgmj@hotmail.com;

ppablo_ramos@hotmail.com

GT2-trabalho rural

Resumo: Chiapas es uno de los tres estados de la república mexicana con mayor índice de pobreza en el país, para lograr una transformación rural de las comunidades indígenas del estado es necesario implementar diversas estrategias, con una visión agroecológica en los procesos de producción, la inserción a una economía alternativa y una modificación paulatina de su entorno social. El presente estudio responde a las necesidades de una nueva forma de comercialización de los productos generados por la cooperativa Jol wits, de la comunidad del Tzay, Municipiode Oxchuc, Chiapas. Donde fueron beneficiados con plantaciones de durazno diamante(*Prunus pérsica*) y aguacate has (*Persea americana*), dentro del marco del proyecto “DIVERSIFICACIÓN PRODUCTIVA” en el 2008, comenzando a tener sus primeros resultados en la producción del aguacate has(*Persea americana*) y el durazno diamante(*Prunus pérsica*) en el 2013, quienes en los últimos 10 años se dedican en la producción de café(*Coffea Arabica*), como único producto de generación de renda y al cultivo de maíz(*zea mays*) para el autoconsumo. Con un enfoque participativo de la cooperativa Jol Wits se analizó la oferta productiva de cuatro cultivos maíz(*zea mays*), café(*Coffea Arabica*), aguacate has(*Persea americana*), durazno diamante(*Prunus pérsica*), para determinar la inserción de la cooperativa Jol Wits a la economía solidaria, se identificó los elementos necesarios para inserir la economía solidaria que son organización, producción, mercado solidario, consumo, comercio justo, finanzas éticas, moneda social y para la colecta de datos se realizó una encuesta semiestructurada. Se encontró que la

cooperativa Jol Wits tiene elementos importantes para incursionar dentro de la economía solidaria y fomentar el desarrollo local.

INTRODUCCIÓN

La investigación realizada, responde a la necesidad de generar información, de la situación actual de la cooperativa Jol Wits, en la comercialización de los productos agrícolas, quienes, en el año 2008 dentro del marco del proyecto denominado “diversificación productiva”, fueron beneficiados con plantaciones de durazno diamante(*Prunuspercica,sp.*) y aguacate has(*Americana,sp*), como resultado del proyecto en el año 2013, los cooperantes están teniendo sus primeros ensayos en la producción de estos dos cultivos, de igual forma la producción de café es uno de los principales cultivos en la comunidad, que tiene un valor comercial, y que se produce para el mercado, del mismo modo el cultivo de maíz, donde la producción destinada en este, es para el autoconsumo de las familias. Ramos (2013)

En este trabajo se propone la incursión de la cooperativa agropecuaria Jol Wits, de la localidad del Tzay, del municipio de Oxchuc, Chiapas, en una nueva práctica económica alternativa, la economía solidaria (en sus diversas fases: producción, distribución, consumo) un modelo de desarrollo, basado en experiencias comunitarias donde se destaquen los valores de la solidaridad, el mercado solidario, la ayuda mutua, la equidad, la participación y del respeto por el medio ambiente. Sin embargo, para lograr una aproximación al modelo de economía solidaria, es necesario cimentar la base teórica de la ES y el MS dentro del estado y de México, así mismo se necesita la construcción de medios e instrumentos que respondan a una metodología reproducible de economía solidaria y el mercado solidario, dentro del estado de Chiapas.

Por ello es necesario contar con información básica de la cooperativa agropecuaria Jol Wits, conocer el tipo de organización que practica, la situación económica de las familias, los tipos de cultivos, el volumen de producción de dichas unidades, etc. Para formular estrategias y proponer mejoras en el manejo de sus cultivos, para lograr una comercialización basada en los aspectos del mercado solidario, de igual forma lograr un mejor vivir para la comunidad.

OBJETIVO GENERAL DE INVESTIGACION

Determinar la oferta productiva de cuatro cultivos de la unidad de producción, para la inmersión a la economía solidaria, en la cooperativa agropecuaria Jol Wits del municipio de Oxchuc, Chiapas.

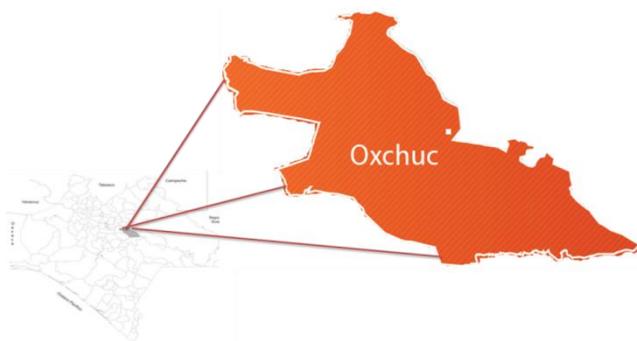
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Presentar una aproximación del instrumento metodológico para el análisis de la inmersión a la economía solidaria y el mercado solidario.
- b) Determinar la oferta productiva de la unidad de producción de una cooperativa agropecuaria.

METODOLOGÍA

LOCALIZACIÓN DEL ÁREA DE ESTUDIO

Oxchuc, se ubica en los límites del Altiplano Central y las Montañas del Norte, dentro del estado de Chiapas, México. sus coordenadas geográficas son 16°47' N y 92°21' W según INEGI



(2000). El programa de microrregiones de la Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL), ha delimitado tres microrregiones en el municipio de Oxchuc; estas son: Pashtonticja, El Corralito y Oxchuc. (SEDESOL, 2000).

Figura 1. localización del municipio de Oxchuc, Chiapas

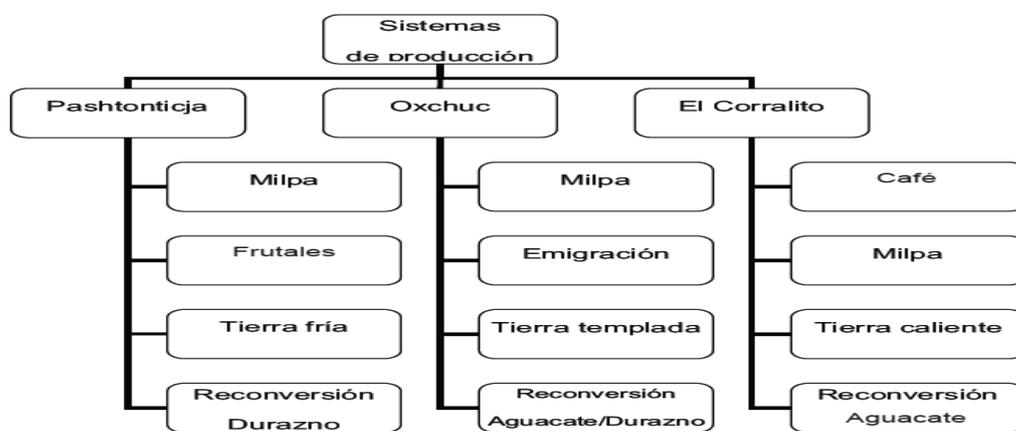
Según INEGI (2000), el municipio de Oxchuc cuenta con una extensión de 72.00 km que representa el 1.90% de la superficie de los altos de Chiapas, tiene una altitud de 2,000 m.s.n.m cuenta con un clima templado húmedo con abundantes lluvias en verano, la población del municipio es de 21,156 habitantes, representa 3.75% de la regional y 0.54% de la estatal; el 50.37% son hombres y 49.63% mujeres, en el 2000 la educación del municipio presentó un índice de analfabetismo del 36.19%, Actualmente la media estatal es de 22.91% (INEGI 2000), la población económicamente activa (PEA) ocupada fue de 5,607 habitantes, donde el 81.61% de la población del municipio realiza actividades agropecuarias, el 4.37% de la PEA ocupada laboraba en la industrias de la transformación y el 11.65% de la PEA ocupada se emplea en actividades relacionadas con el comercio o la oferta de servicios a la comunidad.

ANTECEDENTE DE LA COOPERATIVA

El presente trabajo se realizó en la comunidad El Tzay, ubicado en la microrregión del corralito, donde los pobladores establecieron la delimitación según el clima y corresponde con tierra caliente, la microrregión de Pashtonticja con tierra fría y la microrregión de Oxchuc con tierra templada (SEDESOL 2000).

Según Ramos (2009) Durante el ciclo de gobierno municipal 2008-2010 se inició un proceso de diversificación productiva dentro del plan de desarrollo agropecuario municipal, 34 comunidades del municipio establecieron plantaciones de aguacate has con una superficie de 119.5 Ha, incluyendo a 478 productores y durazno diamante con 87.25 Ha, 349 productores. Durante el 2010 múltiples conflictos sociales y políticos del municipio, se generó divisionismo al interior de las comunidades y grupos, después del reacomodo social se recuperó el trabajo con 93 productores de aguacate en 23.5 Ha; y 71 productores con durazno 71.5 Has (Ramos 2012)

Posteriormente en el mismo año 2010, otro porcentaje importante de productores desertaron del proceso hasta quedar un total de 174 productores de 8 comunidades. Con estos productores y comunidades se continuó el proceso de innovación socioambientales. (RAMOS, 2012)



Se

figura 2.estrategias de producción ramos (2009)

estableció

un convenio de colaboración entre el grupo MOVIT (Modos de Vida e Innovación Territorial) de ECOSUR (El Colegio de la Frontera Sur) y la administración de la presidencia municipal y se orientó el proceso a la conformación de ocho sociedades cooperativas, las cuales se pudieron constituir con 74 productores. (Ramos 2013), actualmente la cooperativa Jol Wits está constituida legalmente, con 20 socios, el cual el 50% está conformada por mujeres de la misma comunidad del Tzay

ELABORACIÓN DEL INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA LA INMERSIÓN A LA ECONOMÍA SOLIDARIA.

Se determinó los elementos constitutivos de la economía solidaria con base en una revisión de literatura de algunos autores como Orellana (2007), Linares L, M.(2008), donde se consideró ocho elementos fundamentales de la economía solidaria para su análisis que son: organización, producción, distribución, mercado solidario, consumo, comercio justo, finanzas éticas y moneda social. Los cuales se explican a continuación

- A) se entiende como organización a toda aquella agrupación de personas que se establecen a partir de elementos compartidos, ideas en común, etc. La forma más característica en que se configuran las organizaciones o empresas sociales es la de cooperativas. La base principal lo componen los principios y valores humanos.
- B) Así mismo el elemento de producción atiende a la acción de generar, los productos y servicios necesarios para la comunidad, en el sentido que satisfagan necesidades reales. La producción de bienes y servicios tiene como objetivo fundamental contribuir a mejorar la calidad de vida. El proceso debe ser en armonía con el medio ambiente.
- C) Es necesario desarrollar canales de distribución y espacios que hagan más accesibles los productos de economía solidaria, ya que en la actualidad muchos consumidores, a pesar de estar sensibilizados y ser conscientes de la necesidad de reorientar su consumo, no encuentran un espacio donde ejercer un consumo responsable, al menos en forma continua.
- D) Por mercado solidario se entiende una red de producción, distribución y consumo de bienes y servicios, que funciona con criterios democráticos, ecológicos y solidarios en un territorio determinado. La base del mercado social está en la relación social entre las personas que lo componen y en que cada actor actúa buscando el interés colectivo.
- E) El consumidor responsable es un consumidor sensibilizado, informado, crítico y consciente; sabe que al consumir colabora con los procesos implicados en la

producción del bien o servicio, que pueden ser de carácter económico, social y ambiental; además es solidario porque prefiere productos y servicios de origen mexicano y local,

- F) El comercio justo surge como una alternativa para combatir los efectos nocivos del mercado predominante, buscando establecer el precio de la forma más equitativa posible, relacionándolo con el costo del producto.
- G) En las finanzas éticas se utilizan los ahorros de las personas para crear dinero a través del mecanismo del crédito (fomentando, por otro lado, el consumo irresponsable).
- H) La Moneda Social tiene una naturaleza distinta al dinero ya que es sólo un instrumento de medición, no un bien con el cual comerciar, no tiene intereses, permanece en las comunidades, la intención es devolver al dinero su función original de facilitar el intercambio, por lo tanto por tanto el trueque es una buena manera de comercializar.

VARIABLES A MEDIR

A continuación se muestra en la tabla todos los variables a analizar de los ocho elementos de la economía solidaria donde cada variable se le asigna un valor ,para tener una sumatoria total al final y mostrar la situación de cada elemento; para este trabajo ,cada elemento de la economía solidaria tiene cuatro variables, cada variable tiene un valor máximo de 2.5, de modo que la sumatoria del valor de los cuatro variables será de 10,de este modo se podrá conocer el escenario real de la cooperativa Jol Wits, para la introducción a la economía solidaria y poder incursionar dentro del mercado solidario.

ELEMENTOS	VARIABLES	ELEMENTOS	VARIABLES
ORGANIZACIÓN	Constitución legal cooperativas	CONSUMO	Consumidor responsable
	Nivel de organización		Consumidor social
	Organización en la toma de decisiones		Consumidor local
	Beneficios de la organización		Hábitos de consumo (productos sanos)
PRODUCCIÓN	Producción	COMERCIO JUSTO	Precio de venta(valor del trabajo)
	Rendimiento		Prácticas culturales ecológicas
	Superficie(terrazas)		Vinculación directa con pequeños productores
	Tecnología (convencional)		Libre mercado (intermediar ismo)
DISTRIBUCIÓN	Red de comercialización	FINANZAS ETICAS	Caja de ahorro (financiamiento)
	Espacio o tiendas de E.S.		Participación en la caja de ahorro
	Grupos de consumo		Principales elementos de la caja de ahorro (valores)
	Redes de intercambio(trueque)		Conocimiento del uso del capital de la caja de ahorro
MERCADO SOLIDARIO	Intercambio de experiencias(con otros productores)	MONEDA SOCIAL	Valor del dinero como medio de intercambio
	Empresas solidaria		intercambio de productos
	Compra y consumo de productos de la comunidad (redes de intercambio)		Intercambio de servicios(trabajos)
	Mercado justo		Intercambio de saberes

Tabla 1. Variables a analizar.

ELABORACIÓN DEL INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO.

Para poder recolectar datos acerca de la oferta productiva de las unidades de producción de la cooperativa Jol Wits de la comunidad El Tzay, se utilizaron diversas técnicas y herramientas para crear un sistema de información. Algunas de las técnicas y herramientas, que se utilizaron fueron, una entrevista directa al productor de manera informal sin utilizar un guion en específico, con la finalidad de conocer y entender la cultura, las prácticas agrícolas, etc. la observación directa de las unidades de producción se realizaron con visitas guiadas por el presidente de la cooperativa Jol Wits en cada parcela donde se encuentran sus cultivos de café, maíz, aguacate, durazno en las ocho unidad de observación y como instrumento fundamental para recabar información se aplicó una encuesta para determinar los costos de producción.

APROXIMACIÓN DEL INSTRUMENTO METODOLÓGICO, PARA LA INMERSIÓN AL MERCADO SOLIDARIO.

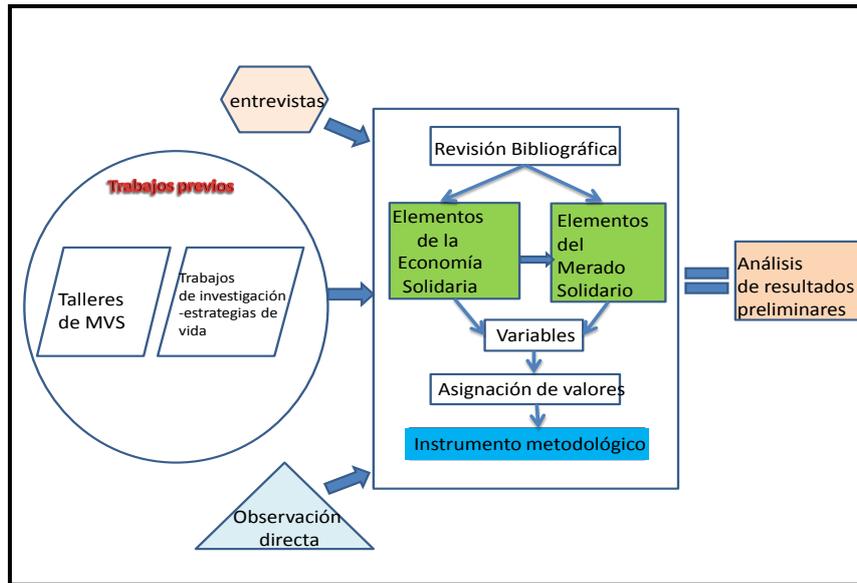


Figura 3. diagrama sobre la elaboración de la Metodología.

A) Trabajos previos. A partir de 2006, ECOSUR realizó talleres y trabajos de investigación mediante la metodología de modos de vida, que permitió conocer la situación de los capitales: económico, físico, natural, social y humano, así como múltiples trabajos de investigación en el municipio de Oxchuc, Chiapas.



Figura 5. Capacitación del manejo del cultivo aguacate has, 2013.



Figura 4. Capacitación del manejo del cultivo de durazno diamante 2013.

En 2008, se realizó un trabajo sobre diversificación productiva que dio como resultado la introducción de nuevos cultivos como el aguacate “has” y durazno

“diamante”. En el 2012, se incorpora el Tecnológico de Comitán(ITC), para apoyar a dicho proyecto en dos vertientes, el manejo técnico del cultivo y la aplicación de la economía solidaria para la comercialización de los productos.

- B) Entrevistas y observación directa. Se realizaron entrevistas informales para profundizar sobre algunos elementos del mercado solidario, como la producción y la organización, básicamente.



Figura 6. Entrevista a los socios de la cooperativa Jol Wits. 2013

Además se realizó observación directa para ampliar el panorama del proceso productivo, principalmente la relación de éste con la conservación de los recursos naturales.

- C) Revisión bibliográfica. Fue fundamental para identificar los elementos de la economía solidaria y del mercado solidario.
- D) Elementos de la economía solidaria. A partir de esta revisión se propusieron los siguientes elementos: Producción, Organización, Distribución, Consumo, Mercado solidario, Comercio justo, Finanzas éticas y Moneda social
- E) Variables. Una vez identificados los elementos, se definieron las variables correspondientes.
- F) Asignación de valores. Se les asignó un valor a cada una de las variables en el rango de 1 a 10, lo que permitió conocer el nivel de cada uno de los componentes.

RESULTADOS

ANÁLISIS DE LOS ELEMENTOS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA

En base a los resultados de la encuesta, se realizó un análisis preliminar de las variables de cada elemento de la economía solidaria, donde se obtuvo las condiciones actuales de la cooperativa Jol Wits, y determinar la posibilidad de incursionar bajo el enfoque de

economía solidaria y comercializar los productos en el mercado solidario. Como se muestra en la tabla 2.

Una vez analizada todos los variables se prosiguió a evaluar cada elemento asignándole un valor, obteniendo de este modo la gráfica que se presenta a continuación, en donde se observa el panorama real de cada elemento en la cooperativa Jol Wits. A continuación se describe brevemente todos los elementos de la economía solidaria, haciendo énfasis en la producción, ya que el objetivo principal del trabajo es el análisis de este componente, para poder incursionar dentro del mercado solidario.

ELEMENTOS	CALIFICACIÓN
ORGANIZACIÓN	8,3
PRODUCCIÓN	3,5
DISTRIBUCIÓN	0,5
MERCADO SOCIAL	3,1
CONSUMO	3,3
COMERCIO JUSTO	3,8
FINANZAS ETICAS	6
MONEDA SOCIAL	5

TABLA 2. ELEMENTOS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA EVALUADOS

A continuación se muestra la gráfica 1. donde se puede observar los resultados preliminares del trabajo.



GRAFICA 1 .SITUACIÓN ACTUAL DE LOS ELEMENTOS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA.2013

- Organización:

El elemento de organización tiene un valor de 8.3, lo cual significa que el nivel de organización se considera como bueno, ya que están constituidos legalmente, y en la toma de decisiones se hace mediante una asamblea con la participación de todos los integrantes de la cooperativa. El cual considera que el estar organizados como cooperativa trae consigo beneficios a las familias.



Figura 7. participación de las mujeres en la cooperativa

- Consumo

El consumir productos generados dentro de la comunidad, es una base fundamental para incursionar bajo el enfoque de economía solidaria, el cual se puede observar que obtuvo un valor de 3.3, el cual significa que la cooperativa Jol Wits solo mantiene un comercio local y por lo tanto es necesario ampliar las redes de interacción, de la cooperativa Jol Wits, junto con otras dentro del municipio y aumentar el hábito de intercambio de productos dentro de la misma comunidad.

- Mercado solidario

El mercado solidario obtuvo una calificación de 3.1 ya que no existe un comprador solidario, empresas solidarias, la falta de intercambio de experiencias con otras cooperativas del estado, hacen que los productos no tengan conocimientos de mercados solidarios para ofertar los productos. Uno de los principales problemas a enfrentar la cooperativa en la distribución de la producción, es la falta de mercados.

- Finanzas éticas

Así mismo dentro de la cooperativa Jol Wits existe una caja de ahorro, lo cual facilita préstamos para los socios y el 50% de los socios tienen una participación activa, sin embargo el elemento de finanzas éticas obtuvo un valor de 6, ya que falta incrementar el monto del capital y financiamiento de bancos solidarios, ya que en el estado no existe financiamiento agrícola y rural, sin fines de lucro.

- Moneda social

Como moneda social, se obtuvo un valor de 5, ya que en la cooperativa Jol Wits existe el trueque y la ayuda en los trabajos del campo llamado “mano vuelta” de esta forma se observa que el intercambio de saberes se realiza de forma cotidiana, así mismo el

intercambio de semillas es una buena manera de resguardar las tradiciones y culturas de la comunidad, de esta forma se preserva la biodiversidad natural, ya que dentro de la cooperativa Jol Wits existe parcelas demostrativas para un intercambio de experiencias, de igual forma el líder de la cooperativa está preocupado por mantener el grupo de trabajo en constante retroalimentación de los saberes tradicionales como una forma de intercambio sin la utilización de la moneda como forma de pago.

- Comercio justo

El comercio justo, es una práctica del que no conoce como tal, sin embargo los socios de la cooperativa Jol Wits como consumidores tienen conocimiento del valor real de los productos generados dentro de la comunidad ya que reconocen el trabajo invertido en la producción, por el cual este elemento obtuvo un valor de 3.8, así mismo los



productos ofertados para el mercado, son producidos bajo prácticas agrícolas ecológicas al no utilizar productos químicos y fertilizantes sintéticos, utilizando la cascarilla de café como abono orgánico, ya que manejan las unidades de producción como un sistema de agrobiodiversidad interactuando

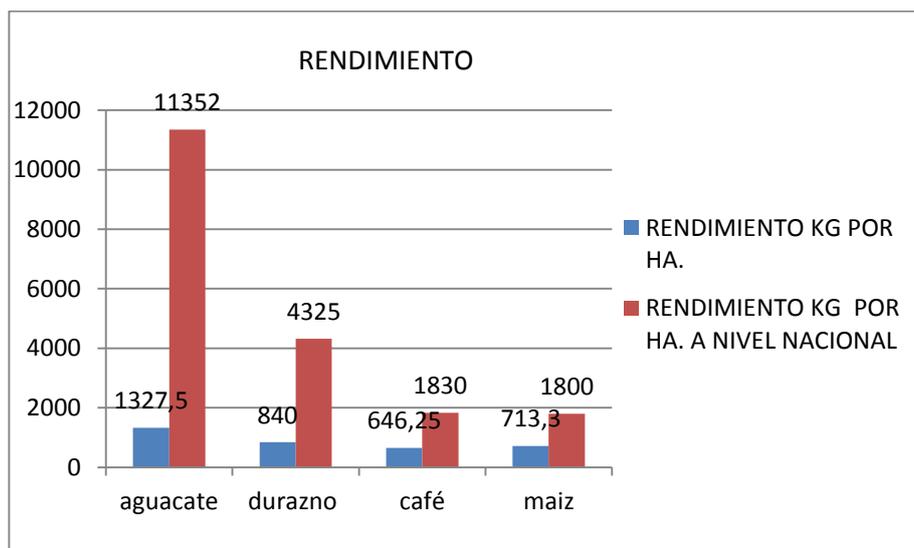
diferentes tipos de cultivos.

Figura 8. Construcción de terrazas.

Por consiguiente la cooperativa utiliza varios métodos de conservación del suelo, uno de ellos son las terrazas de forma media luna, con ello se preserva el suelo de la erosión.

- Producción

El análisis de la producción Para el elemento de producción de la cooperativa Jol Wits, se obtuvo un valor de 3.5, ya que el rendimiento de la producción del café es de 646.25 kg, el de maíz el rendimiento promedio es de 713.3 kg, el durazno es de 840 kg y el del aguacate es de 1327.5 kg por hectárea.



Grafica 2. del rendimiento de los cuatro cultivos de la cooperativa Jol Wits, 2013.

Como se observa en la gráfica 2. El rendimiento de la producción de la cooperativa Jol Wits, en comparación al rendimiento por hectárea a nivel nacional es sumamente insignificante, el cual se observa que el rendimiento del aguacate en comparación a nivel nacional, la cooperativa Jol Wits tiene un rendimiento de 11.69%, del mismo modo el rendimiento del durazno por hectárea de la cooperativa Jol Wits en comparación a nivel nacional es de 19.42%, a diferencia del rendimiento del café, donde la participación en rendimiento de la cooperativa Jol Wits es de 35.3% en comparación al rendimiento a nivel nacional por hectárea, así mismo el cultivo del maíz la participación en rendimiento por hectárea es de 39.62% en comparación a nivel nacional, lo cual indica la necesidad de una asistencia técnica permanente, en el manejo de los cultivos.

Con respecto a la producción, como se observa en la tabla 3. el cultivo de durazno actualmente se tiene en producción a 150 plantas produciendo un total de 330 kg.

DURAZNO									
SOCIOS	SUPERFICIE	NUM.P*V	P* EN PRODUCCION	RENDIMIENTO *P	PRODUCCION (REJAS)	PRODUCCION	COSTO	INGRESO*V	
PARC 1	0,25 HA	105	28	2,8 KG	4	80 KG	\$2,270.00	\$500.00	
PARC 2	0,25 HA	85	15	2,6 KG	2	40 KG	\$2,520.00	\$200.00	
PARC 3	0,25 HA	80	8	2,5 KG	1	20 KG	\$2,600.00	\$120.00	
PARC 4	0,25 HA	100	18	2,2 KG	2	40 KG	\$1,920.00	\$200.00	
PARC 5	0,25 HA	150	22	2,7KG	3	60 KG	\$2,470.00	\$350.00	
PARC 6	0,25 HA	100	12	3,3 KG	2	40 KG	\$2,160.00	\$200.00	
PARC 7	0,25 HA	120	10	4 KG	2	40 KG	\$2,575.00	\$200.00	
PARC 8	0,25 HA	200	40	2,5 KG	5	100 KG	\$9,290.00	\$1,000.00	

Tabla 3. Producción de durazno de la cooperativa Jol Wits. 2013

En el caso del aguacate como se observa en la tabla 4. El total de producción es de 531 kg en 34 plantas.

AGUACATE									
SOCIOS	SUPERFICIE	NUM.P*V	P* EN PRODUCCION	NUM.F*A	RENDIMI ENTO*P	PRODUCCIO N(REJAS)	RODUCCIO	COSTO	INGRESO*V
PARC.1	0,13 HA	17	3	100	30 KG	9	90 KG	\$2,100.00	\$540.00
PARC.2	0,025 HA	4	0	0	0	0	0	\$800.00	0
PARC.3	0,0012 HA	2	0	0	0	0	0	\$500.00	0
PARC.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARC.5	0,0029 HA	6	2	35	11 KG	2	21 KG	\$1,000.00	\$230.00
PARC.6	0	1	0	0	0	0	0	\$300.00	0
PARC.7	0,1 HA	10	4	150	45 KG	18	\$180 KG	\$1,500.00	\$2,000.00
PARC.8	0,25 HA	40	25	800	240 KG	600	6,000 KG	\$6,975.00	\$5,000.00

Tabla 4. Producción de aguacate de la cooperativa Jol Wits. 2013

En el cultivo del café, actualmente se produce 5170 kg, como se observa en la tabla 5. En diferentes unidades de superficie.

CAFÉ					
SOCIOS	SUPERFICIE	PRODUCCION(QUINTALES)	RENDIMIENTO	COSTO	INGRESO*V
PARC 1	1 HA	10	550 KG	\$6,720.00	\$8,820.00
PARC 2	1 HA.	25	1,375 KG	\$7,200.00	\$33,000.00
PARC 3	1HA	5	275 KG	\$3,460.00	\$6,600.00
PARC 4	0,50 HA	5	275 KG	\$3,040.00	\$6,600.00
PARC 5	1 HA	15	825 KG	\$6,060.00	\$19,800.00
PARC 6	0,50 HA	10	550 KG	\$9240.00	\$13,200.00
PARC 7	0,25 HA	4	220 KG	\$2,900.00	\$5,280.00
PARC 8	1 HA	20	1100 KG	\$6,600.00	\$25,300.00

Tabla 5. Producción de café de la cooperativa Jol Wits.2013

Por consiguiente la producción de maíz es de 4280 kg. para la cooperativa Jol Wits, con un total de 116 pergaminos. Como se puede apreciar en la tabla 6.

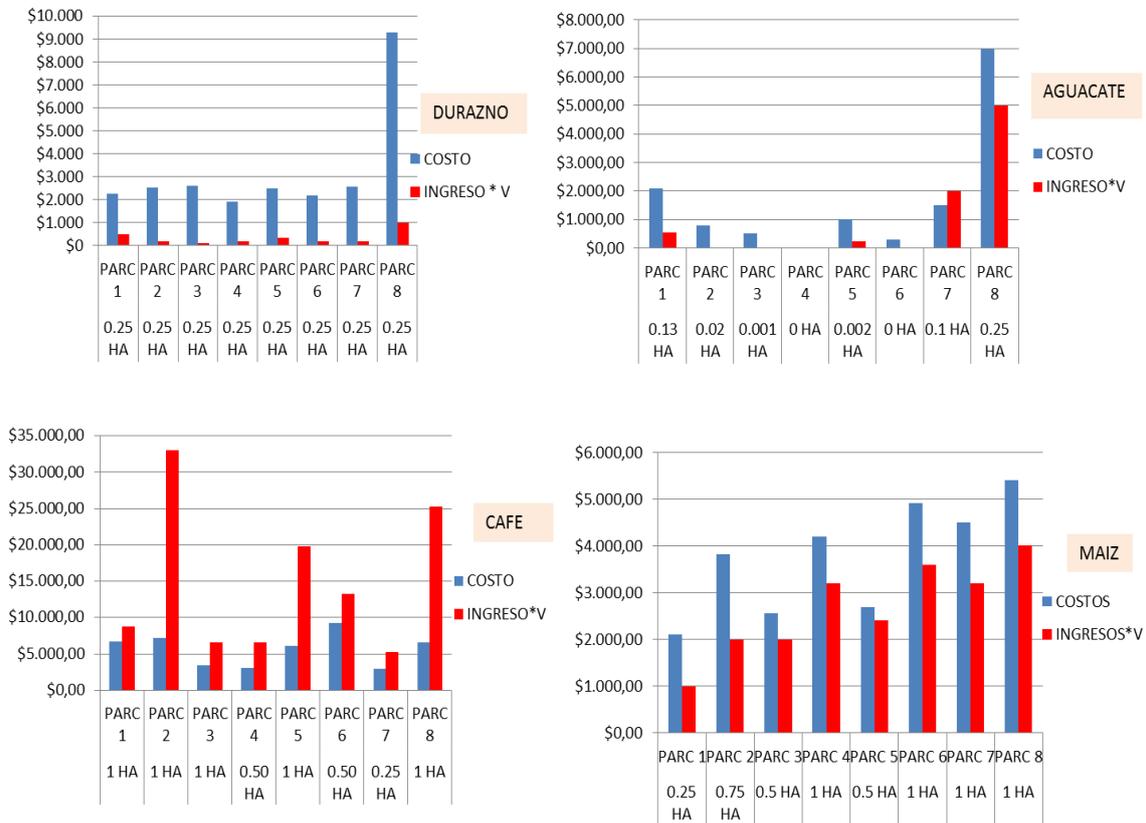
MAIZ						
SOCIOS	SUPERFICIE	PRODUCCION*P	PRODUCCION *Z	RENDIMIENTO	COSTO	INGRESO*V
PARC 1	0,25 HA	5 PERGAMINOS	2.5 ZONTES	200 KG	\$2,100.00	\$1,000.00
PARC 2	0,75 HA	10 PERGAMINOS	5 ZONTES	400 KG	\$3,820.00	\$2,000.00
PARC 3	0,5 HA	10 PERGAMINOS	5 ZONTES	400 KG	\$2,550.00	\$2,000.00
PARC 4	1 HA	16 PERGAMINOS	8 ZONTES	640 KG	\$4,200.00	\$3,200.00
PARC 5	0,5 HAS	12 PERGAMINOS	6 ZONTES	480 KG	\$2,685.00	\$2,400.00
PARC 6	1 HA	18 PERGAMINOS	9 ZONTES	720 KG	\$4,920.00	\$3,600.00
PARC 7	1 HA	15 PERGAMINO	8 ZONTES	640 KG	\$4,500.00	\$3,200.00
PARC 8	1 HA	20 PERGAMINOS	10 ZONTES	800 KG	\$5,410.00	\$4,000.00

Tabla 6. Producción de Maíz de la cooperativa Jol Wits.2013

A continuación se analiza los ingresos y costos de producción de los cuatro cultivos de mayor importancia económica de la cooperativa, Jol Wits.

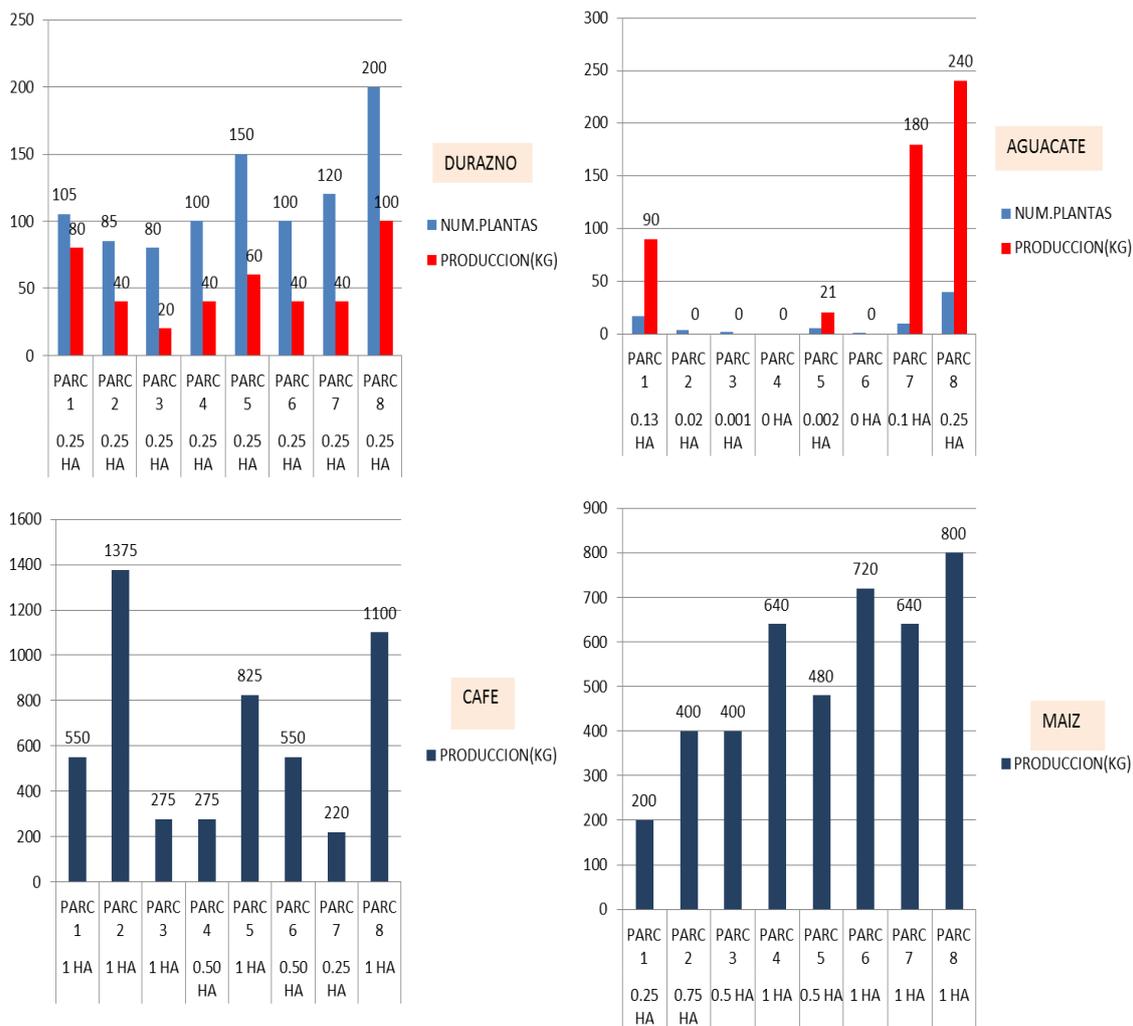
En la gráfica 3. Se observa que para el cultivo de maíz, los costos de producción son más altos que los ingresos generados por la venta del producto, recalando que la producción obtenida por este cultivo solo se utiliza para el autoconsumo de las familias. Con respecto a los cultivos de aguacate y durazno los costos de producción son

visiblemente altos ya que la producción de aguacate y durazno son las primeras cosechas en este año 2013. Posteriormente el ingreso por la venta de la producción de café es claramente mayor que el costo de producción, enfatizando que las familias subsisten con los ingresos generados por este cultivo.



Grafica 3. Costo e ingreso de producción de los cultivos de café, durazno, aguacate y maíz de la cooperativa Jol Wits.2013.

Nota: Para realizar La relación beneficio costo ,se optó por efectuar la parcela que tiene mayor ingreso económico, en el caso del durazno la parcela ocho tiene una relación beneficio costo de 0.10 , hace referencia que en un cuarto de hectárea de durazno se tiene una utilidad de 10 centavos. así mismo para el cultivo del aguacate la relación beneficio costo es de 71 centavos en un cuarto de hectárea, para el maíz su utilidad es de 73 centavos en una hectárea y en el cafetal parcela 2 su utilidad es de 4.5 pesos en una hectárea de cultivo.



Grafica 4. Producción de aguacate, durazno, café, maíz, de la cooperativa Jol Wits.2013

En esta grafica 4. Se puede observar que la producción de los cuatro cultivos esta en relación a la superficie del terreno, recalando que el manejo es sumamente importante para homogenizar la producción. Como claro ejemplo la producción del durazno es altamente variable en la misma cantidad de superficie.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES.

La oferta productiva de la cooperativa Jol Wits, en el cultivo de café es de 5170 kg en 8 unidades de producción, aproximadamente de 86 quintales en total por año. Según Ramos (2013) en promedio una hectárea de plantas de café produce aproximadamente 20 quintales al año, lo cual significa que los productores de café tienen problemas en el manejo de los cultivos, ya que solo 2 productores tienen un rendimiento de 20 quintales por hectárea al año y los otros 6 productores tienen problemas en cuanto al manejo del cultivo en nutrición, podas, plagas, etc. En el caso del Maíz según Ramos 2013 en ¾ de hectárea de terreno, en promedio deben producir

800 kg que es igual a 10 zontes cada productor, equivalente a 20 pergaminos, lo cual indica que solamente un productor tiene un rendimiento de 20 pergaminos por hectárea y los otros 7 productores presentan problemas con el rendimiento.

El rendimiento de la producción en las ocho unidades de producción es de 4280 kg, aproximadamente de 116 pergaminos, sin dejar de mencionar que el maíz que se obtiene solamente se utiliza para el autoconsumo de las familias

En cuanto a la producción de aguacate has y el durazno diamante se destina en promedio solamente $\frac{1}{4}$ de hectárea de terreno para las plantaciones. En cuestión al cultivo de aguacate has en el 2013 se obtuvo el primer ensayo en la producción de aguacates, según Ramos (2013) en promedio una planta tiene alrededor de 800 frutos lo cual significa que tiene un rendimiento de 240 kg por árbol, el cual se comercializa en tres frutos por diez pesos, con un ingreso de \$2700 pesos por árbol. Actualmente la cooperativa Jol Wits solo existe una plantación de aguacate has, como parcela demostrativa, el cual será útil para la transferencia social de las practicas tecnológicas y organizativas, donde se establece las demostraciones para los demás cooperantes.

La producción del durazno diamante es de 330 kg equivalente a 21 rejas de 20 kg cada una, en 150 plantas en producción durante el año agrícola 2013, en la cooperativa Jol Wits, se estima que para el año 2014, la producción sea el doble de la producción del 2013, ya que en promedio cada unidad de producción tiene 110 plantas de durazno diamante y el que se comercializa en la comunidad del Tzay y en el mercado de Oxchuc.

Del mismo modo la aproximación de la metodología para el análisis de la inmersión al mercado solidario se considera que es necesario trabajar con ocho elementos de la economía solidaria para tener un panorama general de la situación real de la cooperativa, con la elaboración y aplicación de una encuesta a los productores de café, aguacate y durazno, así como el realizar visitas a las parcelas de los cooperantes para corroborar la información presentada.

Para incursionar el mercado solidario es necesario conocer el volumen, la cantidad y la calidad de los productos, así como conocer cuáles son los medios de distribución de los cultivos para su venta y cuáles son los posibles demandantes de los productos, para este trabajo los cultivos que tiene un valor comercial para la cooperativa Jol Wits son el café, que es el principal cultivo, que representa el ingreso económico de las familias en la venta de café, seguidamente la producción de aguacate has que tiene una aceptación en el mercado de Oxchuc y para la comunidad del Tzay, así como el durazno la aceptación

que ha tenido en el mercado de Oxchuc entusiasmo a los socios de la cooperativa a una nueva alternativa de producción, transformando las estrategias de vida de los cooperantes, para una mejor calidad de vida.

Para ello, la incursión de la cooperativa Jol Wits en el mercado solidario no es meramente aislada de los otros elementos de la economía solidaria, donde se ha comprobado su capacidad de construir una alternativa a la economía neo liberal actual dominante y por ello es necesario trabajar todos los elementos de la economía solidaria. Las diferentes experiencias desarrolladas en todos los continentes, demuestran que es posible emprender y actuar de otra manera, donde las empresas de la economía solidaria resulta favorecedor para la cohesión social e innovación en incrementar la eficiencia productiva y la competitividad, por ello la cooperativa Jol Wits para incursionar dentro del mercado solidario es necesario trabajar los elementos de producción en mejorar sus volúmenes de producción, la calidad del producto, etc. así como la parte de distribución el buscar relaciones que sean compradores consientes y solidarios, etc. por ello es necesario una asistencia técnica permanente del manejo de los cultivos del café, aguacate, durazno.

Por consiguiente considero que es necesario trabajos de investigación del tema de economía solidaria y del mercado solidario, a partir del estudio de la soberanía alimentaria, ya que en la economía solidaria pone por delante los valores humanos que los intereses económicos, entonces en soberanía alimentaria de forma análoga se pone a la economía al servicio de la alimentación, de esta forma se propone a la soberanía alimentaria como metodología para el análisis de la incursión al mercado solidario y a la incursión a la economía solidaria.

RECOMENDACIONES

- Es necesario dar seguimiento del trabajo ya realizado, para conocer el potencial ofertante de la cooperativa Jol Wits y las ocho cooperativas del municipio en los próximos años restantes y evaluar la eficiencia del proyecto de conversión productiva.
- Visitar a cooperativas o asociaciones que estén incursionando bajo el enfoque de economía solidaria y en el mercado solidario
- Realizar un recorrido de las unidades de producción.

Bibliografía consultada

Alfonso C. F. 2008. Informe de estudio de caso de Perú.

Alfonso C. F., 2008. Visiones de una Economía Responsable, Plural y Solidaria en América Latina y el Caribe, Lima.

Álvarez C. 2011. aprendizajes para la economía social y solidaria, Universidad Nacional de Quilmes | Provincia de Buenos Aires, Argentina.

Arruda M. 2005. Socioeconomía Solidaria en La Otra Economía, Altamira.

Coraggio, J. L. 2005. Economía del trabajo en La Otra Economía, Altamira.

AMPES 2010. Es posible otra economía en México, (asociación michoacana de promotores de la economía social).Morelia Mich.

LINARES. L.M. 2008. Producción, industrialización y comercialización en un entorno de economía solidaria, asociación michoacana de promotores de la empresa social. (AMPES)

RAMOS. P.P.P, 2013. Alternativas para el desarrollo rural sostenible en tres zona cafetaleras indígenas en México, universidad autónoma de san Luis potosí .

RAMOS. P.P.P, 2009. Estrategias de vida, sistema agrícola e innovación en el municipio de Oxchuc, Chiapas, Colegio de la frontera sur México, Revista geográfica agrícola núm. 41-83.

Orellana G. M. 2007. La economía solidaria como forma de organización económica alternativa al sistema capitalista global, Barcelona.

<http://www.inegi.org.mx/>

<http://www.sedesol.gob.mx/>



III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

CARTEIRA DE TRABALHO E RENDA NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS EMPREGADOS DOS MEIOS RURAL E URBANO

Hadma Milaneze de Souza¹ – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

hadmamilaneze@hotmail.com

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ - FAPERJ

GT 2: Trabalho Rural

Resumo

A legislação trabalhista é de suma importância no combate às condições precárias dos empregos. O objetivo principal desse trabalho é realizar uma comparação entre as pessoas residentes nos meios rural e urbano que, em 2013, estavam ocupadas como empregados nos setores agrícola, industrial e de serviços e tinham ou não a carteira de trabalho assinada; além de observar os diferentes níveis de renda desses trabalhadores. A pesquisa utiliza como base de informações os microdados das PNAD de 2013. Observou-se que tanto no meio rural quanto no urbano os empregados ocupados na agricultura são os que têm a maior proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada. Já a indústria é a que concentra a maior dimensão de ocupados protegidos legalmente. Os empregados do meio rural têm menores porcentagens de carteira de trabalho assinada do que no meio urbano, isso em todos os setores. Em relação à renda dos empregados, tanto no meio rural quanto no urbano, a agricultura é o setor que apresenta as maiores proporções de indivíduos com renda inferior a um salário mínimo. Assim como em relação à carteira de trabalho assinada, todos os setores do meio rural apresentam proporções mais elevadas de empregados recebendo menos de um salário mínimo do que os do meio urbano. Entende-se assim, que o fato de estarem localizados no meio rural faz com que empregados de todos os setores tenham menos possibilidades de estarem protegidos legalmente do que aqueles localizados no meio urbano e estejam mais propícios a uma renda inferior a um salário mínimo, essa possibilidade é ainda maior se forem empregados no setor agrícola. Dessa maneira, é essencial que as políticas públicas deem uma maior atenção aos trabalhadores do meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Legislação trabalhista; renda; empregados.

¹ Hadma Milaneze de Souza possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na mesma instituição. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Economia, com ênfase em Sociologia Rural e Economia Rural. Atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, agricultura familiar, agroecologia e educação.

1- Introdução

Entende-se que o meio rural brasileiro vem sofrendo, nas últimas décadas, mudanças muito importantes e profundas. Conforme Graziano da Silva (1997), o espaço rural vem se transformando profundamente, com o avanço da modernização agrícola e com o crescimento de novas atividades: serviços domésticos, turismo, indústria de transformação, entre outras. Esse processo traz novas características que rodeiam espaços que antes eram quase exclusivamente agrícolas. Embora tenham ficado distantes da “antiga realidade rural”, hoje não podem ser considerados urbanos.

Graziano da Silva (2002, p. 01) afirma que *o rural hoje só pode ser entendido como ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial*. Essa afirmação é baseada em observações das atividades econômicas, nas quais percebeu que não há só indústrias nas cidades e nem somente agricultura e pecuária no campo. Segundo o autor, nas últimas duas décadas o meio rural sofreu grande urbanização, integrando atividades industriais à agricultura. A esse transbordamento do mundo urbano no rural Graziano denomina “urbanização do campo”.

Uma característica que foi absorvida pelo rural, segundo Graziano da Silva (2002) a partir da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, foi modificação nas formas de trabalho com a implementação de atividades não-agrícolas, trazendo profissões que eram basicamente urbanas para o meio rural. Dessa maneira, não se pode mais pensar o meio rural brasileiro exclusivamente a partir da agricultura.

A legislação trabalhista é de suma importância no combate às condições precárias dos empregos, à garantia de direitos quando os trabalhadores ficam adoecidos, são dispensados, garantia do salário mínimo, entre outras. No meio rural isso não é diferente. Contudo, o Estatuto do Trabalhador Rural foi criado posteriormente àquelas leis que garantiam os direitos dos empregados urbanos. Além disso, elas podem não ser tão eficientes para algumas atividades tipicamente rurais, como a agricultura e novas práticas não-agrícolas que vem sendo desenvolvidas, o que leva muitos trabalhadores a não serem protegidos legalmente, facilitando a precariedade dos empregos.

Um aspecto relevante sobre a necessidade da garantia da proteção legal dos empregados no meio rural é a relação entre a presença da carteira de trabalho assinada e

os níveis de renda. Como foi dito anteriormente, o salário mínimo é um dos direitos garantidos pela lei, o que traz a afirmação de que quanto maior for a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada, menor será o número de pessoas remuneradas com menos de um salário mínimo.

2- Objetivos

O objetivo principal desse trabalho é realizar uma comparação entre o número de pessoas residentes nos meios rural e urbano que, em 2013, estavam ocupadas como empregados nos distintos setores (agricultura, indústria e serviços) e tinham ou não a carteira de trabalho assinada e suas rendas. Além de fazer um apanhado histórico sobre a legislação trabalhista no Brasil.

3- Informações sobre a base de dados

Anualmente o IBGE realiza a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Essa pesquisa tem como finalidade o recolhimento de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. É uma pesquisa por amostra de domicílios, então é necessário que o pesquisador tenha atenção ao realizar os recortes para que eles não tornem os dados tabulados pouco representativos e tragam à tona dados deturpados.

Além disso, deve-se deixar claro que a pesquisa tem como semana de referência o período que corresponde dos dias 18 a 24 de setembro (confirmar informação). Essa informação é importante principalmente em relação à agricultura, pois há uma forte influência do período do ano na contratação dos empregados para as atividades de safra e entre safra. Sendo assim, há uma variação ao longo do ano do número de indivíduos contratados. Essa variação também é visível a nível das Grandes Regiões, por causa das principais culturas agrícolas de cada uma delas.

A pesquisa utiliza como base de informações os microdados das PNAD de 2013. Serão analisadas as informações referentes às pessoas residentes em domicílios localizados em áreas denominadas como rurais e urbanas. Na PNAD são diferenciados cinco tipos de espaços rurais: aglomerado rural de extensão urbana; aglomerado rural, isolado, povoado; aglomerado rural, isolado, núcleo; aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; e zona rural exclusive aglomerado rural. Para a realização das análises foram agrupadas todas essas categorias em uma só, aqui denominada de “rural”. As

categorias referentes ao meio urbano são: cidade ou vila, área urbanizada; cidade ou vila, área não-urbanizada; e área urbana isolada. Essas áreas foram unidas para a construção da categoria “urbano”. Os dados obtidos pela PNAD não conseguem alcançar algumas proporções. Uma delas é se o indivíduo reside no meio rural e trabalha em uma área urbana.

Foram utilizadas somente as informações referentes às pessoas residentes em domicílio particular permanente, excluindo aquelas cuja condição no domicílio é de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico, além daqueles que moravam em domicílio particular improvisado ou coletivo. A localização da moradia de uma parte significativa desse grupo pode ser apenas casual e temporária, como parece ser o caso de quem vive em hotéis, presídios, quartéis, hospitais, orfanatos, trailers, barracas, tendas e unidades não-residenciais (lojas, fábricas, etc.) sem dependência destinada exclusivamente à moradia.

Considerar-se-á apenas os indivíduos com dez anos ou mais de idade e aqueles com renda superior à zero e que não se encaixem na categoria “não aplicável” no caso da variável renda de todos os trabalhos. É importante destacar que no ano de referência (2013) o valor do salário mínimo nacional era de R\$ 678,00. O IBGE separa distintos tipos e composição de renda, fazendo diferentes combinações entre as fontes de renda e períodos do ano. A que interessa nesse momento é a que o instituto classifica como “Rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade”, pois nela só são contabilizados os valores provenientes do exercício profissional, sem levar em consideração as pensões, aposentadorias, entre outros benefícios. Essas parcelas de renda que não advêm do exercício profissional na data da pesquisa não representam dados que poderão nos ajudar no âmbito de nossa pesquisa, pois o foco são os ocupados como empregados em atividade e a relação da educação com o nível de renda.

A PNAD não tem, para o trabalho secundário, informações sobre a posição na ocupação, a renda e o setor de atividade, então as análises farão referência sempre à principal atividade exercida pelos indivíduos. De qualquer forma, segundo Ney *et al.* (2011) a renda da atividade principal compõe 95% dos rendimentos totais do trabalho, o que a torna suficientemente representada para a realização das análises.

Como já citado, apenas as pessoas ocupadas como empregados serão observadas, sendo excluídas aquelas ocupadas como empregadores, e conta própria, e os que trabalham na produção para o próprio consumo, para o próprio uso ou sem remuneração. Esses recortes serão realizados para que se possa observar aqueles indivíduos com uma renda monetária existente, capturando indivíduos que estejam inseridos no mercado de trabalho.

Foram criadas duas categorias de ocupados como empregados, os com carteira de trabalho assinada e os sem carteira de trabalho assinada. É importante destacar que os militares e os funcionários públicos estatutários foram incluídos na categoria dos “empregados com carteira de trabalho assinada”, pois o objetivo é perceber a garantia de direitos, como o salário mínimo, e isso é garantido aos indivíduos dos dois grupos.

Em relação aos setores, serão consideradas apenas as pessoas que exercem atividades pertencentes ao setor agrícola, industrial ou de serviços, excluindo aquelas que pratiquem outras atividades ou que exerçam atividades mal definidas. Isso será feito para que se possa ter um padrão nacional de análise, utilizando categorias mais amplas, mas que ao mesmo tempo preservem suas peculiaridades em relação ao mercado e às ações do Estado.

Para a construção das categorias de setor agrícola, industrial e serviços foi necessário fazer algumas alterações nas definições originais do IBGE. A variável da PNAD de 2013 que traz as informações referentes ao setor no qual o indivíduo está empregado em sua principal atividade é a V4809, porém ela é composta por mais categorias com especificidades maiores. A Agricultura já está agrupada em uma mesma categoria nas definições do IBGE, o Setor Industrial, para essa pesquisa, está agrupando as seguintes categorias presentes na PNAD: indústria de transformação, construção e outras atividades industriais. O Setor de Serviços agrupa as categorias: comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

4 - O surgimento da legislação trabalhista rural

O primeiro modelo de mão-de-obra utilizado no Brasil foi o escravo. Os trabalhadores eram considerados mercadorias, eram vendidos e utilizados pelos seus

donos como capital fixo. Depois da criação de leis que limitavam a utilização da mão-de-obra escrava, como a Lei dos Sexagenários e Lei do Ventre Livre, em 1888 a escravidão foi totalmente abolida no Brasil com a Lei Áurea. Após isso, houve um aumento considerável na mão-de-obra assalariada, que já vinha se desenvolvendo anteriormente por causa da imigração para trabalho nas lavouras de café. Inicia-se assim a formação de uma classe trabalhadora rural mais ampla.

Essa transição do trabalho escravo para o assalariado se deu sem nenhum tipo de compensação ou preparo da mão-de-obra. Simplesmente os homens e mulheres eram liberados de suas obrigações como escravos. Essa falta de investimentos nessa nova classe trabalhadora se agravava com a dificuldade de acesso a terras para trabalhar. Isso porque desde 1850, com a promulgação da Lei de Terras, transformou-se a terra em mercadoria, permitindo apenas que ela fosse comercializada e não mais empossada, o que limitou o uso da terra àqueles que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Outras legislações direcionadas ao uso e posse da terra foram desenvolvidas e aplicadas, como o Novo Regulamento de Terras Devolutas de 1913². Todas essas ações tiveram como resultado a concentração das terras nacionais nas mãos de poucos (LINHARES e SILVA, 1999).

É a partir da Revolução de 1930 que serão observadas políticas voltadas para os trabalhadores brasileiros. Segundo Linhares e Silva (1999), pode-se observar que Getúlio Vargas tem com uma das principais preocupações os assuntos referentes ao trabalho urbano, sua organização pelo Estado e o controle da participação política dos trabalhadores. Até hoje esses temas são guiados pelo modelo varguista.

Para a agricultura Vargas lançou o projeto de modernização, incentivando os melhoramentos técnicos para a redução dos custos e aumento da produção. Os autores citados acima, afirmam que o setor agrícola, ao contrário da indústria, estava em crise desde 1929, e isso levou a uma necessidade de intervenção do Estado. Esse passou a investir em uma agricultura mais produtiva e voltada para o mercado interno (para as cidades que cresciam cada vez mais) e vendendo os excedentes para o exterior.

² “A principal característica da nova legislação consistia em reconhecer o fracasso da Lei de Terras de 1850, que impunha a compra como único meio de acesso, e legitimava outras formas de posse, particularmente a invasão e apossamento de terras públicas (chamadas devolutas) por grandes proprietários.” (LINHARES e SILVA, 1999).

Procurava-se consolidar o mercado consumidor interno, com a criação e regulação dos empregos, para fortalecer a produção nacional (LINHARES e SILVA, 1999).

Esse planejamento econômico também era direcionado a outros âmbitos da vida do trabalhador, como a vida familiar, diversão e percepções de mundo. Todos esses fatos foram englobados no novo projeto de normatização do trabalho (LINHARES e SILVA, 1999). Segundo Linhares e Silva (1999) para evitar muitos conflitos de interesses ao mesmo tempo:

A opção lógica era construir uma ampla base urbana e fabril, vivenciar os estrangulamentos da nova regulação e, a partir das cidades, conquistar o campo. Na verdade, opera-se, após 1930, uma interessantíssima concomitância da *ação política real* e da *ação política imaginária*, quando a incorporação das massas camponesas à política nacional é realizada através de imagens positivadas do homem do campo e seu trabalho (LINHARES e SILVA, 1999, p. 111).

É neste momento que se concretiza os trabalhadores urbanos como agentes políticos e econômicos, e os trabalhadores rurais como agentes políticos passivos. O mundo rural era levado pelo Estado a promover a colonização do interior do país e a expandir suas fronteiras agrícolas. Buscava-se transformar aquele homem triste e improdutivo em um agente participativo da sociedade a partir da divisão de terras para esses novos homens que produziram para abastecer o país (LINHARES e SILVA, 1999).

Como afirma Linhares e Silva (1999) é nessa conjuntura que é criada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1º de maio de 1943. Os autores afirmam que foi a pressão oligárquica que fez com que tivesse nessa legislação trabalhista uma exclusão dos trabalhadores rurais, mesmo isso causando uma tensão no texto completo, já que em outra parte do mesmo era dito que todo emprego, para ser exercido, era necessário uma carteira de trabalho, até mesmo os rurais e/ou temporários.

Com o governo reformista de João Goulart, a legislação trabalhista ampliou-se. Esse período foi coordenado por projetos de reformas de base, como por exemplo a reforma agrária, o combate à inflação através da reforma bancária e a reforma universitária. Dentre essas reformas de base a primeira a ser implantada foi o Estatuto do Trabalhador Rural (lei 4.214, de 18/03/63), aprovado em 1963 (LINHARES e

SILVA, 1999). A partir desse momento o trabalhador rural conquistará a sua existência política, não mais dependendo das interpretações da CLT.

O Estatuto do Trabalhador Rural, até hoje, é tema de inúmeros debates. Um autor que discutiu essa legislação desde sua criação foi o estudioso Prado Júnior (1979), que em seu livro “A Questão Agrária no Brasil”, afirma que

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural – até hoje praticamente excluídos dessa proteção que só vem favorecendo o trabalhador urbano – têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, e que logo veremos, seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888 (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 142 e 143).

Mesmo com a importância anunciada, Prado Júnior (1979)³ diz que foi grande o desinteresse pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e que era necessário não deixar que esta legislação fosse transformada em letra morta, pois isso adiaria ainda mais a sua colocação em prática, assim como aconteceu com outros benefícios assegurados aos trabalhadores rurais por meio da Consolidação da Legislação Trabalhista de 1943.

Ferrante (1976) afirma que existem algumas explicações para que a regulamentação dos direitos dos trabalhistas no campo tenha demorado: as dificuldades criadas pelos empregadores rurais, que não desejavam incorporar a legislação trabalhista; e a pouca força dos empregados rurais para pressionar o Estado. De acordo com a autora, os trabalhadores urbanos, influenciados pela ideologia anarquista, tinham em mãos meios de luta, como greves e outras manifestações populares. Essas articulações não eram observadas no campo e havia uma inexistência de contato e colaboração entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Como forma de antecipar-se às reivindicações mais amplas, o Estado promulgou uma legislação trabalhista urbana, a CLT, evitando assim maiores problemas sociais e tornando-se um controlador das ações reivindicatórias trabalhistas (FERRANTE, 1976).

³ O trabalho “O Estatuto do trabalhador Rural” foi publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 47, maio-junho, 1963.

Os sindicatos foram construídos e legalizados, porém eram dominados pelo Estado, que engessava as suas atividades de luta. Em situação contrária apresentavam-se os trabalhadores rurais, que não representavam risco à ordem pública por causa de sua limitada força política e organização. Não era necessário, naquele momento, garantir-lhes direitos trabalhistas, além de isso evitar problemas com as oligarquias rurais.

Ferrante (1976) diz que dessa maneira os trabalhadores rurais foram marginalizados na CLT. Ela explica sobre os empregados do campo,

Tinha em princípio alguns direitos, mesmo excluído do âmbito legal da proteção da C.L.T., passará a ter teoricamente direito ao salário mínimo, férias, aviso prévio e outros. Assim também a constituição de 1946 assegurava ao trabalhador rural estabilidade no emprego e indenização no caso de dispensa sem justa causa, mas esses dispositivos nem chegaram a ser aplicados. No setor da previdência social, não havia praticamente nada que protegesse o trabalhador rural (FERRANTE, 1976, p. 191).

Assim como a CLT, o Estatuto do Trabalhador Rural desenvolve-se somente depois da articulação dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida. No caso do campo isso ocorreu partir do início da década de 1960, com as mobilizações através das ligas camponesas e outras entidades classistas (FERRANTE, 1976). Não se pode deixar de citar que foi nesse mesmo período que se observa as primeiras e principais alterações no campo, com a modernização da agricultura e o princípio do desenvolvimento de atividades anteriormente consideradas urbanas, como a indústria e serviços.

Ferrante (1976) irá destacar que as consequências dessa busca por direitos foi a criação de inúmeros projetos e espaços de representação. Esses projetos se propunham, em sua maioria, a parcelar a terra e eliminar o latifúndio, sem fazer relevantes menções ao trabalhador rural. A autora complementa dizendo que a precariedade e as inúmeras deficiências na execução desses projetos são a revelação de que o Estado só estava pondo em prática uma estratégia ideológica para apaziguar os trabalhadores, realizando promessas que não iria cumprir efetivamente.

Toda essa conjuntura levou a uma legislação falha, principalmente quando se considera as peculiaridades dos empregos rurais em relação aos urbanos. Para Prado Júnior (1979),

O legislador se limitou em regra, e com poucas exceções, a transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte de nossa legislação trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano. O que tornará difícil a aplicação delas a muitas situações ocorrentes no campo, e abre perspectivas para a fraude e não aplicação da lei (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 144).

Prado Júnior (1979) e Ferrante (1976) discutem em uníssono, citando algumas diferenças entre o emprego rural e o urbano, que, segundo eles, devem ser levadas em consideração para que seja possível abranger a população ativa do campo. Alguns pontos destacados pelos autores são: no meio urbano (indústria e serviços) prevalece o pagamento em forma de salário puro, já na agropecuária há infinitas formas de remuneração que se formam a partir da combinação de inúmeras ações, como o direito a produzir em parte da terra do empregador e recebimento de parte da produção. Além disso, no campo também há uma relação maior do trabalho com o tempo e o espaço, exemplo disso são os períodos de safra e entre safra. Dessa maneira, o Estatuto do Trabalhador Rural, afirma Prado Júnior (1979) abre brechas para que muitos trabalhadores não sejam protegidos legalmente.

Em outro aspecto os autores também demonstram afinidade, que seria o desinteresse pela elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, até mesmo pela esquerda política. Isso acabou por acarretar um debate pouco elaborado sobre o tema antes que se promulgasse a lei. Segundo Ferrante (1976, p. 195) o estatuto “*Atendia de certa forma, a interesses da burguesia industrial que esperava com a concessão das obrigações trabalhistas, converter os trabalhadores rurais em consumidores dos produtos industriais (no momento, a orientação da industrialização era na direção de engrossar o mercado consumidor)*”.

Além de todas as deficiências encontradas no texto do Estatuto do Trabalhador Rural, ainda há outro fator que favorece o não cumprimento da lei, a força econômica dos empregadores. Quando processos trabalhistas eram encaminhados, os empregadores utilizavam de seu poder econômico e de sua organização para impedir que eles fossem

levados à diante. Isso expressa uma conjuntura da época, que era a desarticulação das lutas pelos direitos dos trabalhadores em relação aos consolidados interesses classistas presentes em grande parte dos órgãos administrativos e judiciários operantes no campo (FERRANTE, 1976).

O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado pelo Presidente da República em 08 de junho de 1973, e o trabalhador rural passou a ser protegido através da Consolidação das Leis do Trabalho, adicionando aos direitos já previstos a eles o repouso semanal remunerado, a gratificação de Natal (13º salário), e a construção de critérios para uniformizar os reajustes salariais e os dissídios coletivos (FERRANTE, 1976). Sobre essa inserção dos trabalhadores do campo na malha de protegidos pela CLT, Ferrante (1976) explica que a lei continuou a dar margem para interpretações favoráveis aos empregadores, possibilidades ainda maiores do que as dadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

4.1 - Carteira de trabalho e renda dos empregados na agricultura

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/66) levou para o campo a legislação trabalhista que era aplicada no meio urbano, porém atualmente o mercado de trabalho no setor primário apresenta duas características marcantes, que são a informalidade e a baixa remuneração. Considerando-se que na agricultura há um baixo número de empregados com carteira assinada (36,0%), diferente da indústria (75,7%) e do setor de serviços (65,0%) onde os números são bem mais elevados (ver Tabela 1).

O nível de produtividade do trabalho não constitui o único fator determinante do valor dos salários. Um aumento na aplicação das leis trabalhistas no campo deve alterar as relações de trabalho em benefício do empregado. De acordo com estudo de Ney *et alii.* (2009), em todos os setores de atividade é alta a proporção de indivíduos que ganham menos de 1 salário mínimo entre as pessoas sem carteira de trabalho assinada: 65,9%, na agricultura, 34,8%, na indústria, e 44,5%, no setor de serviços. A grande maioria desse tipo de trabalhador na agricultura, portanto, ainda não se beneficia da política de salário mínimo. No caso dos indivíduos com carteira assinada, o percentual

de pessoas com menos de 1 salário é inferior a 2,0%, em cada um dos três setores da economia⁴.

Tabela 1 - Proporção de empregados que ganham menos de 1 salário mínimo (SM) e sem carteira de trabalho assinada¹, conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2009.

Estatística	Todos Setores		Agricultura		Indústria		Serviços	
	Sem	Menos	Sem	Menos	Sem	Menos	Sem	Menos
	Carteira	de 1 SM	Carteira	de 1 SM	Carteira	de 1 SM	Carteira	de 1 SM
2001	40,9	16,8	71,5	44,3	30,4	8,8	40,4	15,7
2002	40,5	16,6	70,4	42,1	31,3	8,5	39,4	15,7
2003	39,3	18,2	69,9	44,4	30,1	10,2	38,0	17,1
2004	39,4	18,2	67,7	43,1	28,8	9,4	39,1	17,8
2005	38,6	17,5	67,5	42,5	27,9	9,1	38,4	16,9
2006	37,8	18,7	66,1	45,5	27,7	10,3	37,7	18,1
2007	36,3	17,4	64,0	43,0	26,2	9,4	36,5	17,1
2008	35,2	17,6	60,8	41,7	25,1	9,7	35,9	17,6
2009	34,8	17,8	64,0	44,7	24,3	9,4	35,0	17,6

Fonte: NEY *et alii* (2011).

A sazonalidade do emprego agrícola também pode explicar a grande proporção de trabalhadores sem carteira assinada. Dados de Ney *et alii*. (2009) mostram que apenas 53,3% dos empregados na agricultura têm trabalho permanente, não sendo possível comparar com os outros setores, já que a PNAD não traz dados sobre emprego temporário nos outros setores. Os autores ainda observaram que, em 2009, mais de 1,4 milhão de empregados temporários tinham renda mensal inferior a um salário mínimo (em 2009, o valor do salário mínimo era R\$ 465,00), e entre os que ganhavam menos de um salário mínimo, 71,0% eram empregados temporários.

O nível de renda dos empregados cresceu em todos os setores no período de 2001 a 2009, no entanto esse aumento foi inferior ao crescimento do valor real do

⁴ Para ser mais preciso, entre os empregados com carteira de trabalho assinada, a proporção de quem ganhava menos de 1 salário mínimo era de apenas 0,9%, na agricultura, 0,3%, na indústria e 1,1%, nos serviços.

salário mínimo (NEY *et al.*, 2011). “*Caso o salário mínimo represente de fato a renda de empregados com menos qualificação e relativamente pobres, mas precisamente os que de fato recebem a menor remuneração garantida por lei, é de se esperar que seu maior aumento contribua para a redução da desigualdade de renda entre os empregados*” (NEY *et al.*, 2011, p. 11). Sobre isso, os autores afirmam que no período entre 2001 e 2009 isso ocorreu nos setores secundário e terciário, mas não na agricultura, o que, segundo eles, está diretamente relacionado à precariedade do trabalho no setor primário.

Os dados acima confirmam o que foi dito por Hoffmann (2010), que a pouca aplicação da legislação trabalhista no campo em relação aos trabalhadores temporários leva a diminuir o efeito que o aumento do valor real do salário mínimo poderia ter na desigualdade de renda na agricultura. Dessa maneira, pode-se imaginar também que muitos dos trabalhadores agrícolas têm uma remuneração tão abaixo daqueles que ocupam posições semelhantes nos outros dois setores, pois eles não conseguem lutar por condições mais justas de remuneração, além de, muitas vezes, nem conhecerem seus direitos, como o salário mínimo. E isso se deve em parte à baixa escolaridade.

A partir dessa discussão é possível perceber como a legislação trabalhista foi utilizada mais como uma ferramenta de manipulação ideológica, política e econômica pelas classes dominantes do que como uma efetiva proteção dos trabalhadores rurais.

4.3 Os empregados brasileiros através da PNAD de 2013

A ideia de que o meio rural brasileiro está cada dia mais próximo do meio urbano não deixa de ser algo a se considerar. Estudos demonstram essa proximidade, contudo, não se pode deixar de observar que nem sempre essas semelhanças alcançam toda a esfera social econômica, ainda mais se lembrando de como o desenvolvimento histórico brasileiro foi marcado por desigualdades e o esquecimento do rural por inúmeros anos.

O fato de que há mais indivíduos no meio urbano do que no rural é algo inquestionável no Brasil a décadas, contudo, independente da quantidade de indivíduos, iremos analisar as proporções de empregados que têm carteira de trabalho assinada nos distintos setores de produção (agricultura, indústria e serviços), comparando as percentagens encontradas entre os empregados do meio rural e meio urbano.

Os empregados podem ser diferenciados através de inúmeras características. A carteira de trabalho assinada é uma delas. O fato de estar registrado em um emprego traz garantias e seguranças para o trabalhador. Os efeitos desse aparato legal são bem visíveis e de suma importância para se compreender a qualidade dos empregos gerados.

Com os dados obtidos através da PNAD não é possível avaliar algumas características também importantes do emprego, pois não se sabe se o empregado tem acesso a equipamentos de segurança, se suas horas de descanso são respeitadas pelo empregador, se o pagamento é realizado em dia, entre outras informações. Também não é possível avaliar a qualidade do trabalho realizada pelo empregado, por exemplo, não sabendo se ele cumpre seus horários de chegada e saída.

Entre os empregados do meio urbano, a maioria deles em todos os setores tem carteira de trabalho assinada, sem a indústria com a maior proporção, 80,4% (ver Tabela 2). No espaço rural, os setores da indústria e serviços são os que têm a maior proporção de empregados com carteira assinada, sendo mais da metade. Contudo, a agricultura têm apenas 32,8% dos empregados protegidos pela CLT.

Tabela 2 – Empregados brasileiros com e sem carteira de trabalho assinada nos distintos setores.

		Empregados com C.T.* assinada		Empregados sem C.T. assinada		Total	
		N	%	N	%	N	%
Urbano	Agricultura	863.586	50,5	845.724	49,5	1.709.310	100
	Indústria	10.805.598	80,4	2.627.754	19,6	13.433.352	100
	Serviços	26.134.550	71,0	10.687.080	29,0	36.821.630	100
	Total	37.803.734	72,7	14.160.558	27,3	51.964.292	100
Rural	Agricultura	742.688	32,8	1.521.806	67,2	2.264.494	100
	Indústria	746.869	67,6	357.360	32,4	1.104.229	100
	Serviços	1.298.466	52,9	1.157.371	47,1	2.455.837	100
	Total	2.788.023	47,9	3.036.537	52,1	5.824.560	100

* Carteira de trabalho

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da PNAD de 2013.

Cabe destacar que, apesar de a indústria e os serviços no meio rural terem mais da metade de empregados protegidos legalmente, no meio urbano as proporções de

empregados protegidos legalmente em cada um desses setores é bem maior, o que demonstra uma diferença significativa (ver Tabela 2).

A agricultura é um setor que destaca-se entre os dados pela baixa percentagem de empregados com carteira de trabalho assinada tanto no meio rural quanto no urbano. Podemos citar que os empregados na agricultura são influenciados por um fator importante, que é sazonalidade dos empregos, isso quer dizer que nos períodos de entressafra das culturas há uma diminuição no número de empregados. Isso afeta na presença da carteira de trabalho assinada, pois a legislação torna custosa para o empregador ficar registrando empregados por períodos curtos, e que de tempos em tempos serão dispensados e recontratados. Ney *et al.* (2011) afirmam que dos empregados⁵ na agricultura no ano de 2001, 45,3% eram temporários, esse número aumenta para 49,3% em 2006, e em 2009 cai para 44,8%.

As indústrias do meio rural se localizam em geral em regiões reconhecidas como relativamente próximas dos centros urbanos, o que permite uma maior fiscalização, além disso, pela legislação trabalhista estar presente a mais tempo nesse setor há uma tendência a se respeitar mais as leis. Também há o efeito da educação, que na indústria os níveis são mais elevados, o que leva os empregados a terem mais conhecimentos sobre seus direitos. Em relação a sazonalidade, a PNAD não traz dados que possam esclarecer essa questão em relação aos empregados da indústria e do setor de serviços. Segundo Ney *et al.* (2009), no ano de 2007, considerando o Brasil como um todo, ou seja, a soma dos ocupados como empregados no meio rural e urbano, na agricultura eles tinham uma escolaridade média de 3,9 anos, bastante inferior aos indivíduos da indústria e do setor de serviços, que eram respectivamente de 8,1 e 9,1 anos de estudo.

Em uníssono com a Tabela 2, a Tabela 3 demonstra a proximidade entre as proporções entre o as percentagens de empregados de cada setor que têm carteira de trabalho assinada e a renda superior ou igual a um salário mínimo, isso pode ser observado como uma relação direta entre proteção trabalhista e nível salarial.

⁵ Os autores utilizam o termo “empregados” fazendo referência à soma de todos os tipos de ocupações (conta própria, empregador e empregado).

Tabela 3 – Percentagem de empregados brasileiros que recebem menos de um salário mínimo e de um salário mínimo em diante nos distintos setores.

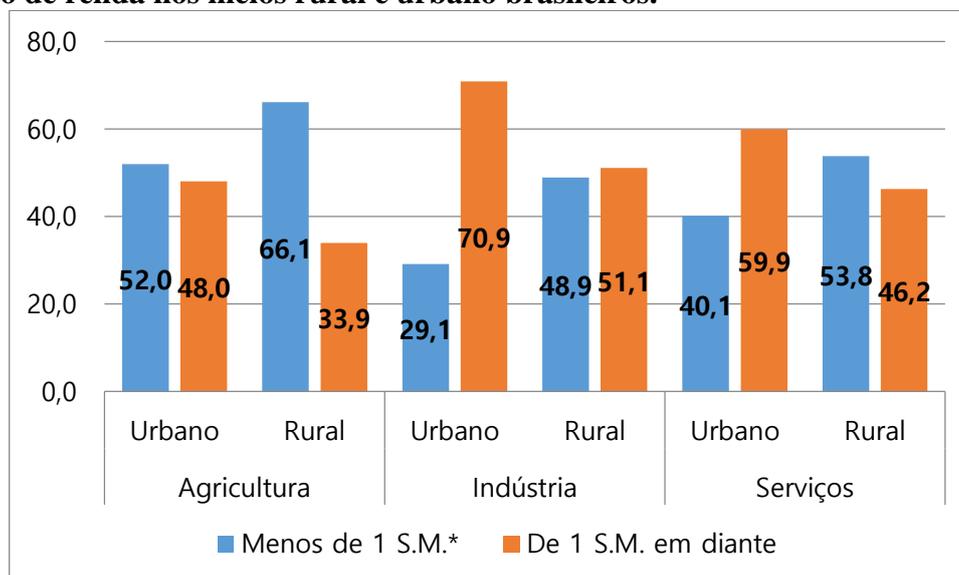
		Menos de 1 S.M.*		De 1 S.M. em diante		Total	
		N	%	N	%	N	%
Urbano	Agricultura	456.066	26,7	1.253.244	73,3	1.709.310	100
	Indústria	864.192	6,4	12.569.160	93,6	13.433.352	100
	Serviços	4.710.383	12,8	32.111.247	87,2	36.821.630	100
	Total	6.030.641	11,6	45.933.651	88,4	51.964.292	100
Rural	Agricultura	1.013.355	44,7	1.251.139	55,3	2.264.494	100
	Indústria	181.298	16,4	922.931	83,6	1.104.229	100
	Serviços	657.559	26,8	1.798.278	73,2	2.455.837	100
	Total	1.852.212	31,8	3.972.348	68,2	5.824.560	100

* Salário mínimo

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da PNAD de 2013.

Dando continuidade os dados apresentados nas tabelas anteriores, a Figura 1 traça uma relação entre a legislação trabalhista, a renda e o espaço no qual o indivíduo se encontra. A Figura 1 apresenta apenas os empregados sem carteira de trabalho assinada, o que já leva a rendimentos mais baixos, e se comparadas as rendas dos empregados do meio rural e urbano fica clara as percentagens mais altas de empregados com menos de um salário mínimo mensal por setor no meio rural brasileiro.

Figura 1 - Percentagem de empregados sem carteira de trabalho assinada por estrato de renda nos meios rural e urbano brasileiros.



* Salário mínimo

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da PNAD de 2013.

Observando a Figura 1 é possível identificar uma clara diferença entre as rendas dos empregados sem carteira de trabalho assinada nos distintos setores do meio rural comparados ao meio urbano. Em todos os setores os empregados do meio rural que não estão protegidos pela CLT apresentam maiores percentagens de pessoas que recebem menos de um salário mínimo, com destaque para o setor agrícola, que mostra como esse setor, tanto no meio rural quanto no urbano está diretamente relacionada a rendimentos mensais mais baixos.

Apesar dessa desvantagem dos empregados do meio rural, aqueles do meio urbano também não apresentam uma situação muito favorável a eles, já que, apesar de menor, a percentagem de empregados que recebem menos que o piso salarial por setor ainda é bem alto, demonstrando a baixa remuneração desse segmento.

Os estudos dos níveis salariais não se restringem à categoria citada na Tabela 2 e 3. Porém, como as análises foram iniciadas tomando como base o salário mínimo do ano de 2013 (R\$ 678,00), será dada continuidade as análises com esse mesmo padrão. A seguir a categoria “de um salário mínimo em diante” foi destrinchada em quatro novos grupos, que são: menos de 1 S.M.; de 1 à menos de 2 S.M.; de 2 à menos de 3 S.M.; de 3 à menos de 4 S.M.; e a partir de 4 S.M.

Tabela 4 – Percentagem de empregados com e sem carteira de trabalho assinada por setor de produção e estratos de renda para os meios rural e urbano brasileiros.

		Menos de 1 S.M.*	De 1 a menos de 2 S.M.	De 2 a menos de 3 S.M.	De 3 a menos de 4 S.M.	De 4 S.M. em diante	Total
		%	%	%	%	%	%
Urbano	Agricultura	26,7	58,5	10,5	1,9	2,4	100
	Indústria	6,4	59,0	19,7	5,1	9,8	100
	Serviços	12,8	54,6	15,7	4,9	12,0	100
	Total	11,6	55,8	16,6	4,9	11,2	100
Rural	Agricultura	44,7	46,2	6,9	1,1	1,0	100
	Indústria	16,4	65,5	13,2	2,3	2,6	100
	Serviços	26,8	57,3	9,4	3,1	3,4	100
	Total	31,8	54,6	9,2	2,2	2,3	100

* Salário mínimo

Fonte: Tabela produzida pela autora com base nos dados da PNAD de 2013.

A Tabela 4 demonstra que, apesar de a maioria dos empregados urbanos (com e sem carteira de trabalho assinada) terem rendas mensais a partir de um salário mínimo, a maior parte deles (por setor) estão localizados no estrato de renda que varia entre um a menos de dois salários mínimos, o que demonstra que, mesmo recebendo acima do piso salarial, não são rendimentos elevados.

No meio rural, em todos os setores, o estrato de renda que concentra a maior percentagem de empregados depois do estrato “de um salário mínimo em diante” é o “menos de um salário mínimo”, o que demonstra como a situação dos trabalhadores rurais se reafirma como mais vulnerável.

5- Considerações finais

A partir da leitura dos dados e histórico apresentados pode-se evidenciar o fato de que os empregados do meio rural brasileiro estão em uma situação mais vulnerável do que aqueles que encontram-se no meio urbano. Carteira de trabalho e renda são aspectos diretamente relacionados à qualidade de vida.

Dessa maneira, é imprescindível que políticas públicas vinculadas a esses aspectos sejam produzidas e aplicadas para todos os trabalhadores, mas levando em consideração esse outro elemento, o fato de estarem alocados no espaço rural ou urbano. Uma tenção diferenciada deve ser direcionada aos trabalhadores do meio rural para que eles possam se equiparar as condições dos trabalhadores urbanos e para que ambos melhores também.

Cabe destacar que o setor no qual o empregado está trabalhando também apresenta-se como fator fundamental na determinação das rendas e possibilidade de acesso à carteira de trabalho assinada, sendo preciso também serem pensadas políticas públicas que considerem as peculiaridades de cada um dos setores de produção.

O estudo e investigação da relação entre a aplicação da legislação trabalhista, renda, meio rural e urbano e setores de produção, podem ser desenvolvidas de diversas maneiras e levar a muitos caminhos. Não era o objetivo do trabalho e nem mesmo seria possível realizar todas essas análises neste trabalho, contudo, acredita-se que a abertura de portas para investigação é sempre algo importante e necessário ao desenvolvimento de novas, e mais completas, análises.

6 - Referências Bibliográficas

FERRANTE, V. L. S. B. – O estatuto do trabalhador rural e o FUNREAL: ideologia e realidade. **Perspectivas**, 1:189-202, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. In: **Nova Economia**, BH, n.1, 1997, p.43-81.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>

HOFFMANN, R. Desigualdade de rendimentos entre os empregados na agricultura brasileira de 1992 a 2008: o efeito do salário mínimo. **Anais do XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Campo Grande, 2010.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. da. **Terra prometida**. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

NEY, M. G., SOUZA, P. M. e PONCIANO, N. J. Perfil educacional e fundiário do setor agrícola brasileiro. **Agenda Social**, v. 3, n. 2, mai-ago / 2009, p. 34-56.

NEY, M. G., SOUZA, P. M., PONCIANO, N. J e CAETANO R. C. Reforma agrária, desigualdade de renda e mudanças recentes nas características do emprego no setor primário. **Anais do XLIX Congresso da SOBER**, Belo Horizonte, 2011.

PNAD, 2011. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, IBGE (Microdados).

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.